

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ELIANE BASILIO DE OLIVEIRA

**ENTRE PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: PERCEPÇÕES INTERSECCIONAIS
SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, TECNOLOGIA E REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA DE MULHERES JORNALISTAS NA REGIÃO DE CURITIBA**

**CURITIBA
2023**

ELIANE BASILIO DE OLIVEIRA

**ENTRE PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: PERCEPÇÕES INTERSECCIONAIS
SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, TECNOLOGIA E REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA DE MULHERES JORNALISTAS NA REGIÃO DE CURITIBA**

Between precarization and resistance: intersectional perceptions about the labor world, technology, and productive restructuring of women journalists the region of Curitiba

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do grau de “Doutora em Tecnologia e Sociedade”.

Área de concentração: Tecnologia e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Lindamir Salete Casagrande

**CURITIBA
2023**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba



ELIANE BASILIO DE OLIVEIRA

ENTRE PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: PERCEPÇÕES INTERSECCIONAIS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, TECNOLOGIA E RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES JORNALISTAS NA REGIÃO DE CURITIBA

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutor Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 31 de Março de 2023

Lindamir Salete Casagrande, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Marcilene Garcia De Souza, Doutorado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba)

Dra. Maurini De Souza, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Nanci Stancki Da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Rosane Da Silva Borges, Doutorado - Usp-Universidade de São Paulo

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 31/03/2023.

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Margarida Bayer, Guida, que dedicou sua energia e força transformadora à sobrevivência e educação de seus três filhos, lutando contra todas as opressões e violências impostas ao seu corpo de mulher pobre e que se tornou o maior símbolo de resistência feminina para mim.

AGRADECIMENTOS

À professora Lindamir Salete Casagrande, por sua orientação cuidadosa, respeitosa e essencial nesta pesquisa. Sua confiança em meu projeto foi fundamental para eu persistir e não desistir dessa jornada tão tortuosa e assustadora que foram esses últimos cinco anos, marcados por perdas de muitas vidas, dores imensas provocadas por uma pandemia mundial, e pelo terror de viver sob uma política opressora e destruidora de extrema-direita, que golpeou o Brasil. Chegar aqui hoje é se sentir como uma sobrevivente de uma grande guerra.

Às professoras Rosane Borges, Marcilene Garcia de Souza, Nanci Stancki da Luz e Maurini Souza, por suas contribuições importantíssimas na qualificação, que foram incorporadas no desenvolvimento desta tese, e que gentilmente aceitaram participar da banca de avaliação final.

A toda equipe de professores e professoras do PPGTE da UTFPR pelas discussões e reflexões teóricas e práticas proporcionadas e compartilhadas em suas disciplinas. Em especial, à professora Nanci, pelo seu imenso conhecimento e capacidade de tratar de temas tão complexos de forma afetuosa e amorosa, ao professor Domingos, por seu companheirismo e parceria na luta pela democracia.

Aos trabalhadores e às trabalhadoras da administração e da organização da limpeza e segurança da universidade, que proporcionaram um ambiente acolhedor, fundamental para o processo de ensino-aprendizagem.

Aos demais trabalhadores e trabalhadoras, que, na cadeia produtiva da sociedade, contribuíram para o desenvolvimento e manutenção da universidade pública, mesmo quando são injustamente excluídos e excluídas do direito de participar desse espaço.

Aos amigos e às amigas que encontrei no PPGTE e no GETEC (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia), que se tornaram companheiros e companheiras fundamentais na construção de minha formação e reflexão de temas caros e complexos na sociedade, e que ainda proporcionaram encontros deliciosos com direito a cafezinho e cervejinhas.

Aos movimentos sociais, que bravamente vêm lutando, resistindo e transformando os processos de democratização deste país, garantindo a existência da universidade pública gratuita de qualidade, que foi e é alvo constante de ataques

da extrema-direita. Graças à luta dos diversos movimentos sociais conseguimos eleger o Presidente Lula, símbolo da esperança e da reconstrução democrática deste país.

Aos queridíssimos e queridíssimas amigos e amigas da caminhada da vida, que foram fundamentais com seu apoio, amor e amizade para eu continuar na escrita da tese. Às amigas Renata Thereza e Aline Reis pelos comentários e sugestões importantes na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que foi fundamental para mediar os grupos de jornalistas e possibilitar a realização desta pesquisa.

A todas as jornalistas que responderam às questões e participaram das entrevistas, confiando-me suas experiências pessoais valiosas no jornalismo.

Às minhas alunas e aos meus alunos dos cursos de jornalismo e comunicação, que foram fundamentais para esta tese por seus questionamentos instigadores e ajuda na veiculação dos questionários em seus grupos de trabalho.

À Vera, minha vizinha, pelas suas comidinhas deliciosas e cheias de afeto.

Aos meus familiares – irmãos, cunhadas, cunhados, sobrinhos, sobrinhas, primas e primos, tios e tias – pelo apoio fraterno e afetivo que me deram. Agradeço especialmente às minhas sobrinhas Gabriela, por seu apoio técnico na transcrição das entrevistas, e Eduarda, pela arte do cartaz-convite da defesa da tese.

A minha mãe, Maria Margarida, Guida. Com sua força de leoa, ela levantava todos os dias às 4h da manhã e, com suas mãos, limpava a casa, cozinhava e cuidava dos filhos da elite branca paulistana para alimentar e educar – sozinha – três filhos na periferia de São Paulo. Sua força de heroína me trouxe até aqui. Ela é portadora da energia transformadora ímpar que só as mulheres são capazes de desenvolver neste mundo de tanta desigualdade de gênero, raça e classe. Ainda hoje, aos 79 anos, ela continua trabalhando e fazendo curso de alfabetização na escola pública noturna.

A meu pai, que partiu no início da escrita desta tese em 2018, mas que continuou comigo o tempo todo nesta caminhada acadêmica. Herdei dele seus óculos e, através de suas lentes, produzi e finalizei este texto no dia 6 de março, data de seu aniversário. Meu pai teria completado 77 anos.

A meus avós, que também são símbolos da resistência à pobreza. Como o meu avô Manoel (*in memoriam*) – analfabeto, nordestino, que fugiu com a família da miséria e trabalhou grande parte de sua vida como gari, varrendo as ruas de São Paulo, e, para aumentar a renda, juntando jornais que nunca pôde ler. À minha vó Maria (*in*

memoriam), com suas narrativas e memórias sobre a resistência do povo nordestino, que me fez ter orgulho das minhas raízes. À vó Conceição, de 99 anos, que se emocionou com a vitória e a posse de Lula, mantendo a esperança na democracia, e que me ensinou que para sobreviver “é preciso ter nervos de aço”.

À dona Nair, mulher negra e baiana, que me indicou para o primeiro emprego quando cheguei em Curitiba aos 17 anos. Segui seus conselhos: “Vá lá, minha filha, eles estão contratando meninas como você”. Descobri que as “meninas como eu” eram brancas. Sua filha, com a mesma idade minha, não conseguiria o emprego por “não se encaixar no perfil”. Apreendi ali o significado do privilégio da branquitude que a classe dominante nomeia ideologicamente como “mérito”. Aquele trabalho proporcionou minha graduação e permitiu depois minha ascensão social de classe, tornando-me a primeira pessoa da família a se graduar, a concluir o mestrado e agora o doutorado. Experiência que a filha de dona Nair não pôde vivenciar. Isso mostra como a raça é utilizada para incluir e excluir pessoas.

Ao meu companheiro Marcelo pelo seu amor imenso, afeto, apoio incondicional, incentivo e respeito, por suas observações e correções cuidadosas e importantíssimas em meu texto. A construção desta tese tomou conta de nossas vidas nos últimos cinco anos, em todos os momentos e lugares. Ela também nos transformou a partir das reflexões que proporcionou, mostrando que o conhecimento é resultado de uma construção coletiva e que a relação com os seres humanos e a natureza nos humaniza e nos transforma.

A mulher dentro de cada um
Não quer mais silêncio, psiu
A mulher de dentro de mim cansou de pretexto
A mulher de dentro de casa fugiu do seu texto
E vai sair de dentro de cada um
A mulher vai sair
E vai sair de dentro de quem for
A mulher é você [...]

(SOARES, Elza, 2018)

RESUMO

OLIVEIRA, Eliane Basilio de. Entre precarização e resistência: percepções interseccionais sobre o mundo do trabalho, tecnologia e reestruturação produtiva de mulheres jornalistas na região de Curitiba. 357 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, 2023.

As transformações tecnológicas e a reestruturação produtiva têm gerado, desde o início dos anos 1990, mudanças que contribuem para a precarização do trabalho jornalístico no país. Elas foram desencadeadas pela consolidação dos oligopólios das empresas de comunicação e pelo impacto das novas tecnologias da informação. Com isso, passou-se a exigir dos/as jornalistas o domínio de áreas diversas de sua formação básica, em muitos casos descaracterizando a profissão. Além disso, o jornalismo, antes dominado por homens, tornou-se uma profissão com um número cada vez maior de mulheres (brancas e negras). O objetivo desta tese foi analisar o impacto das mudanças tecnológicas e da reestruturação produtiva no jornalismo a partir da percepção de três gerações de mulheres (brancas e negras) que atuam como jornalistas em Curitiba e na Região Metropolitana. A pesquisa se fundamentou em duas grandes linhas teóricas: a perspectiva do materialismo histórico e dialético e as teorias feministas, incluindo os feminismos negros, utilizando a interseccionalidade como elemento de análise. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de natureza descritiva/interpretativa, usando um questionário online e entrevistas em profundidade com 10 jornalistas mulheres selecionadas - cinco delas brancas e cinco negras. A tese buscou também verificar os impactos da pandemia sobre suas rotinas e suas formas de resistência. A pesquisa contemplou os seguintes conteúdos: jornalismo no Brasil: modernidade e mudanças tecnológicas; impactos da reestruturação produtiva no fazer jornalístico e no mercado de trabalho; relações de gênero e jornalismo; questões raciais e de classe no jornalismo; o mercado de trabalho na visão das entrevistadas; ações de resistência descritas pelas entrevistadas. Verificou-se, entre outras conclusões, que os efeitos das mudanças trazidas pela reestruturação produtiva e tecnológica têm sido intensos sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres, principalmente as mulheres negras. Além disso, a pesquisa apontou a permanência de elementos interseccionais que têm contribuído para a permanência das desigualdades de gênero, raça e classe no mundo do trabalho.

Palavras-Chave: Tecnologia e trabalho; gênero, raça e classe; reestruturação produtiva; feminismos; jornalismo.

ABSTRACT

Technological transformations and productive restructuring have brought about significant changes since the early 1990s, contributing to the precariousness of journalistic work in the country. These changes were triggered by the consolidation of communication company oligopolies and the profound impact of new information technologies. As a result, journalists are now expected to possess a diverse range of skills beyond their traditional education, often compromising the integrity of the profession. Furthermore, the field of journalism, which was once predominantly male-dominated, has seen a notable increase in the number of women, both white and black, pursuing careers in this activity. The primary objective of this thesis was to analyze the profound impact of technological changes and productive restructuring on journalism, focusing on the perception of three generations of women (both white and black) working as journalists in Curitiba and the Metropolitan Region. The research was grounded in two major theoretical approaches: the perspective of historical and dialectical materialism, and feminist theories, including black feminisms, with intersectionality serving as a key analytical element. Employing a qualitative methodology of descriptive and interpretive nature, the study utilized an online questionnaire and conducted in-depth interviews with a select group of 10 female journalists, comprising five white and five black individuals. Additionally, the thesis sought to examine the repercussions of the pandemic on their daily routines and the forms of resistance they employed. The research encompassed several key topics, including journalism in Brazil: modernity and technological changes; the impacts of productive restructuring on journalistic work and the labor market; gender relations within journalism; racial and class issues prevalent in the field; the interviewees' perspectives on the labor market; and the resistance actions described by the participants. Among the various conclusions drawn, the research unearthed substantial evidence of the profound effects resulting from the changes brought about by productive and technological restructuring, particularly impacting the work of women, especially the black ones. Moreover, the study shed light on the persistence of intersectional elements that contribute to the perpetuation of gender, race, and class inequalities in the realm of work.

Keywords: Technology and work; gender, class and race; productive restructuring; feminisms; journalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS: DIÁLOGOS ENTRE MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO, TEORIAS FEMINISTAS E PESQUISA QUALITATIVA.....	21
2.1	A CATEGORIA TRABALHO NA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO	21
2.2	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A CONTRIBUIÇÃO DE TEORIAS FEMINISTAS.....	25
2.3	O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA QUALITATIVA E SUAS INTERFACES COM GÊNERO, RAÇA E CLASSE	57
2.4	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	77
2.4.1	Objetivo geral	77
2.4.2	Objetivos específicos.....	77
2.4.3	Hipótese	78
2.4.4	Estratégias qualitativas para o levantamento de dados e desenvolvimento da pesquisa	78
3	JORNALISMO, MODERNIDADE E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS.....	81
3.1	MODERNIDADE E TECNOLOGIA.....	82
3.2	JORNALISMO E DILEMAS DA MODERNIDADE	88
3.3	BRASIL: UM JORNALISMO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO.....	93
4	IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO FAZER JORNALÍSTICO E NO MUNDO DO TRABALHO	116
4.1	CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	117
4.2	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E JORNALISMO	137
4.2.1	Jornalismo e sistema fordista-keynesiano.....	137
4.2.2.	O jornalismo na era da acumulação flexível.....	154

5	VOZES INSUBMISSAS: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS ENTREVISTAS	171
5.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	171
5.1.1	Identificação.....	172
5.1.2	Trajetória como jornalista	178
5.2	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	184
5.3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS A PARTIR DAS CATEGORIAS	190
5.3.1	Percepções sobre mudanças tecnológicas, reestruturação produtiva e precarização da profissão de jornalista	193
5.3.1.1	<i>Da máquina de escrever às redes sociais</i>	195
5.3.1.2	<i>Precarização da profissão</i>	203
5.3.1.3	<i>Contratos e salários flexibilizados</i>	210
5.3.1.4	<i>A dialética da tecnologia: positivities e contradições</i>	219
5.3.2	Visões interseccionais da divisão sexual do trabalho na profissão de jornalista	226
5.3.2.1	<i>Desafios para o ingresso e a permanência na profissão</i>	226
5.3.2.2	<i>Maternidade e trabalho doméstico</i>	234
5.3.2.3	<i>Progressão na carreira: entre o chão de fábrica e a hierarquia de privilégios</i>	245
5.3.2.4	<i>Impactos da falta de diversidade nas empresas e no trabalho jornalístico</i>	253
5.3.3	Imagens de controle: violência e luta pela posse de si	263
5.3.3.1	<i>Controle da padronização estética dos corpos</i>	264
5.3.3.2	<i>Cortando a própria pele: objetificação, assédio e violência</i>	269
5.3.3.3	<i>Corpos fora do lugar: desconfiança quanto às competências técnicas</i> ..	282
5.3.4	Cansaço permanente: o trabalho sob a pandemia.....	289
5.3.5	Não me calo: estratégias de resistência	296
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	305
	REFERÊNCIAS	313

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa	337
APÊNDICE B – Roteiro Entrevista.....	352
APÊNDICE C – Perfil dos nomes das jornalistas.....	355

1 INTRODUÇÃO

Os objetivos desta tese nasceram de minha vivência e atuação profissional – como feminista, pesquisadora e professora nos cursos de jornalismo e de comunicação ao longo de mais de 20 anos.

Durante esse período, muitos questionamentos foram aflorando no processo de docência sobre os estudos sociológicos do mundo do trabalho e de suas divisões de gênero, raça e classe, marcadas principalmente pelo diálogo com as teorias marxistas, que desde a graduação foram fundamentais na construção da minha atuação profissional e social. Essas reflexões foram se aprofundando com os movimentos dialéticos e históricos que caracterizam as relações de produção da vida e seus múltiplos diálogos e embates no mundo acadêmico e nos movimentos sociais.

Um dos diálogos importantes dessa caminhada foi a leitura dos textos da psicóloga e ativista Cida Bento, que me posicionou nas reflexões sobre raça e racismo a partir de seus questionamentos preciosos sobre os privilégios da branquitude, em contato com seu livro em 2003. Essa reflexão foi fundamental para repensar os próprios privilégios de minha branquitude.

Marcaram também essas reflexões o aprendizado com os movimentos sociais, que se refletiram em minha atuação em sala de aula, principalmente num momento de discussão de políticas afirmativas e sua inserção na universidade. Isso fez fortalecer ainda mais meu compromisso político com a luta por uma educação antirracista e anti-sexista.

Essa escolha, portanto, foi realizada a partir de minha experiência de vida, de um lugar situado, marcado também por minha origem periférica e por minha ascensão social à classe média, de mulher branca, cisgênero e heterossexual.

Mais do que uma opção profissional que possa ter acontecido ao acaso, dar aulas no curso de jornalismo refletiu minha preocupação com as transformações sociais. Sendo o jornalismo um instrumento de mudança e de luta pela renovação da opinião na esfera pública, sempre entendi que esse é um campo importante na sociedade onde as transformações podem ocorrer.

Minha vivência na universidade mostrou que isso é possível, acompanhando a formação de estudantes que, mais tarde, tornaram-se jornalistas e conseguiram levar para as páginas dos jornais, as telas da televisão e as ondas do rádio as inquietações que tínhamos em nossos debates em sala de aula naquela época.

Essas mudanças, no entanto, foram afetadas ao longo do percurso por transformações estruturais que ocorreram com o jornalismo e que me causaram preocupação.

Uma delas foi a transformação do jornalismo em um discurso cada vez mais comercial, voltado para demandas pontuais do mundo dos negócios, e não mais um discurso de transformação social, por mais precário que ele fosse. Outro ponto que despertou minha atenção e apreensão foi a redução do número de veículos de comunicação locais, que “morriam” à medida que a internet e as tecnologias passaram a ser dominadas pelas grandes empresas transnacionais.

Configurava-se, já em meados dos anos 2000, um novo mundo do trabalho da informação, totalmente reestruturado e que, já naquela época, afetava de maneira bastante visível o labor feminino. As universitárias que passavam por minhas aulas de sociologia se iniciavam profissionalmente num mercado que se precarizava, sem muitas condições de pôr em prática os ideais clássicos do jornalismo.

Dessa experiência, veio a hipótese principal do presente trabalho, que é uma espécie de desdobramento das inquietações daquela época. O jornalismo se transformou devido às mudanças tecnológicas que surgiram a partir dos anos 1990 e da reestruturação produtiva do mercado, e essas transformações afetaram diretamente o trabalho feminino - principalmente aquele envolvendo as mulheres negras, numa cidade racista, que não quer ser negra.

A ideia foi, então, fazer a relação entre teoria e prática, transpondo uma vivência profissional para o universo de uma pesquisa organizada academicamente, que pudesse unir reflexões sobre trabalho, tecnologia, gênero, raça, classe e jornalismo, como foi possível realizar em cinco anos no PPGTE, da UTFPR.

Foi assim que uma prática de cerca de 20 anos à frente da sala de aula em cursos de comunicação acabou se transformando em um projeto de pesquisa que, depois de cinco anos de trabalho, estou apresentando agora.

A comunicação tem se caracterizado, desde os anos 1990, como um setor oligopolizado. Devido a um processo de fusões em grandes grupos da mídia nacional e internacional, o setor tornou-se uma das áreas mais concentradas do mundo; menos de 10 corporações midiáticas controlam cerca de 40% das receitas globais do segmento, segundo o jornalista Caio Tulio Costa¹ (2005). No Brasil, grandes

¹ De acordo com a pesquisadora Sandra Nodari (2021), a publicação dos manuais contra o sexismo buscando dar visibilidade à produção das mulheres na ciência estabelece a necessidade de colocar o

corporações detêm a maior parte do mercado, estendendo seu domínio para negócios que vão além da comunicação.

A concentração foi facilitada pelo fato de que, com o avanço tecnológico, o setor da comunicação passou a exigir grandes investimentos e especialização da mão de obra, o que fez com que empresas tradicionais ou pequenas desaparecessem.

Desde os anos 1990, com a criação dos primeiros portais de notícias na internet, os jornais impressos sofreram queda no número de leitores e tiveram que passar por um processo de “reengenharia”, tentando “otimizar” e “racionalizar” os seus quadros, em prejuízo da qualidade da informação e com consequências sobre o mercado profissional, conforme o jornalista Bernardo Kucinski (2005).

Essa conjuntura tem transformado radicalmente o fazer jornalístico e o perfil de seus profissionais. Segundo a pesquisadora Isabel Travancas (1993), retratado inicialmente como romântico/a, intelectual engajado/a e boêmio/a, o/a jornalista tornou-se um/a “operário/a” multifuncional, cujo alto nível de produtividade garante a sobrevivência no mercado.

Na verdade, o jornalismo vem sendo impactado pelo sistema de acumulação flexível, modelo produtivo que se consolidou nas últimas décadas do século XX sob o neoliberalismo e que tornou rotineiras as flexibilizações nas jornadas de trabalho, nos espaços de produção e nos direitos trabalhistas. Ele representa uma forma de “dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores”, conforme o sociólogo Ricardo Antunes (2002, p. 31).

À medida que o trabalho jornalístico precarizou-se, a profissão foi se feminizando². Hoje o perfil dos/das jornalistas tem o seguinte recorte: “são jovens, brancos, de classes médias, mulheres, a maioria sem filhos, multiplataformas, com vínculo de emprego precário, com curso superior completo e com pós-graduação em nível de especialização”, afirma a pesquisadora Roseli Figaro (2013, p. 46).

O objetivo desta pesquisa foi estudar o impacto das transformações do jornalismo sob as mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva a partir da

nome e sobrenome completo das autoras, quando estas forem citadas pela primeira vez no corpo do texto. Nesta pesquisa adotamos esta ação para os nomes de autoras e autores. E também utilizamos as desinências “a” e “o” para marcar o feminino e o masculino e a linguagem neutra “e” para não binários.

² Feminização se refere ao estudo qualitativo que leva em consideração as transformações sociais e o aumento quantitativo da presença feminina em determinadas profissões ou ocupações na sociedade, vinculadas com as concepções de gênero do contexto social vigente, de acordo com a pesquisadora Sílvia Yannoulas (2011).

percepção de três gerações de mulheres (brancas e negras) que atuam como jornalistas em Curitiba e na Região Metropolitana. Além disso, avaliar o impacto da pandemia em suas rotinas e suas formas de resistência.

O trabalho se fundamentou em duas grandes linhas teóricas, resumidas a seguir:

1) a categoria trabalho é vista na perspectiva do materialismo histórico-dialético, que entende as relações de produção como estruturantes para a existência da organização social. Foram tomados como base escritos de Karl Marx e de autores como David Harvey, Ricardo Antunes, dentre outros/as. As mudanças no mundo do trabalho são fundamentais para o conhecimento humano; ao produzir, homens e mulheres formam sua cultura e concepção de mundo influenciados/as pelas relações sociais e pelas transformações tecnológicas (MARX, 2011). No entanto, essas mudanças são contraditórias: ao mesmo tempo que representam avanço, constituem-se ameaça a classe trabalhadora;

2) o fato da pesquisa voltar-se a um grupo de mulheres exigiu a utilização de uma concepção teórica que contemplasse a nova divisão sexual do trabalho. Assim, o objeto de pesquisa foi estudado também com base em teorias feministas, entre elas os feminismos negros, que apontam a interseccionalidade das desigualdades e opressões entre gênero, raça e classe como fundamentais para entender, numa perspectiva histórico-social, as mulheres trabalhadoras, pois suas trajetórias não são “dadas” pelas “leis” da natureza, mas construídas historicamente e dialéticamente. Ao buscar a exposição das tensões geradas pela desigualdade da divisão sexual e racial do trabalho, as perspectivas feministas procuram uma ação engajada, a fim de “deslegitimar as regras” apresentadas como “naturais” na sociedade, almejando a “utopia” da transformação e superação das hierarquizações e opressões das estruturas sociais, de acordo com a pesquisadora Danièle Kergoat (2009, p. 73).

Há uma produção teórica vasta nesse campo, com a qual se dialogou, envolvendo autoras como Helena Hirata, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Cida Bento, Patricia Hill Collins, Guacira Louro, Donna Haraway, dentre outras.

Deve-se acrescentar ainda que, partindo do pressuposto de que as tecnologias têm redefinido o trabalho das jornalistas nas últimas décadas, a percepção fornecida por diferentes gerações foi essencial para entender a incorporação de seus usos na cultura do trabalho.

Para isso, esta pesquisa entendeu que um grupo de uma mesma geração é formado por pessoas que vivenciaram as mesmas experiências da cultura intelectual, política e social de sua época. Portanto, geração vai além da simples identificação pela divisão etária, de acordo com o sociólogo Karl Mannheim (1982).

A relevância desta pesquisa reside no fato de ter se voltado a um setor importante do trabalho que vem sofrendo intensas transformações no Brasil e no mundo. Apesar de haver estudos que contemplam em parte essas transformações, nenhum busca entender os impactos dessa mudança sobre mulheres jornalistas no Paraná e especificamente em Curitiba e região metropolitana.

Foi oportuno o desenvolvimento da pesquisa dentro da linha “Tecnologia e Trabalho”, pois esta parte do princípio de que o trabalho é um elemento formador da sociedade e de que a tecnologia deve ser analisada em perspectivas sociais. Pelas características da temática, buscou-se a realização da pesquisa no segmento “Tecnologia, Trabalho e relações de gênero”.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa de natureza descritiva/interpretativa, usando duas técnicas: 1) questionário socioeconômico online disponibilizado em redes sociais do segmento jornalístico de Curitiba e Região Metropolitana (RMC) que foram respondido por 69 jornalistas; 2) a partir da seleção de 10 pessoas que responderam ao questionário online, foi realizada entrevistas em profundidade semiestruturadas com 5 mulheres negras jornalistas e 5 mulheres brancas jornalistas. Elas foram escolhidas levando em conta três gerações de mulheres nascidas nas décadas de 1950, 1970 e 1990, respectivamente. O estudo foi realizado por meio de uma metodologia qualitativa que aliou material bibliográfico, questionário online e entrevistas em profundidade, com análise das respostas dadas pelas jornalistas.

As entrevistadas foram selecionadas entre jornalistas que estavam atuando no mercado de Curitiba e RMC em veículos de comunicação, em empresas próprias, como *freelancers* ou em atividades relacionadas ao jornalismo como atividade-fim e que tinham respondido o questionário inicial da pesquisa, divulgado por meio de convite em redes sociais de jornalista de Curitiba e RMC. O questionário foi disponibilizado na plataforma *Google Forms*, tendo 25 questões relacionadas a perfil socioeconômico e atuação profissional.

Para a realização da análise dos dados das entrevistas, foi usada como fundamentação teórica a metodologia de análise de conteúdo, descrita pela

pesquisadora Laurence Bardin (1977) como adequada para a análise das entrevistas, isso porque põe à disposição do/a pesquisador/a uma gama de técnicas, procedimentos e metas, tornando possíveis as análises das mensagens.

Dessa forma, essa metodologia tem por objetivo a descrição e interpretação de material de pesquisa proveniente de comunicação verbal ou não-verbal, entre eles livros, textos, relatos, discos, vídeos, fotografias. A metodologia foi utilizada para construir as categorias, para realizar as classificações e observar o material de forma mais objetiva e ordenada. As categorias foram utilizadas como grandes enunciados, ao formarem temas que possibilitam a separação da análise a partir do conteúdo. Com isso, foi possível criar interpretações múltiplas e individualizadas, objetivando novas ideias.

A pesquisa foi organizada em duas partes. Na primeira, faz-se a estruturação dos objetivos da pesquisa, fundamentação teórica, metodologia e uma revisão de literatura. Esse segmento compreende os seguintes capítulos desenvolvidos:

- Construção dos caminhos metodológicos: diálogos entre o materialismo histórico-dialético, as teorias feministas e a pesquisa qualitativa.
- Jornalismo, modernidade e mudanças tecnológicas.
- Impactos da reestruturação produtiva no fazer jornalístico e no mundo do trabalho.

A segunda parte da tese, foi a realização da pesquisa de campo a partir da aplicação dos questionários e a execução das entrevistas semiestruturadas com as jornalistas. Os roteiros estão disponíveis nos apêndices A e B do presente trabalho.

A exposição da pesquisa e as análises foram realizadas no capítulo 5 da seguinte forma: apresentação dos dados dos questionários online e a apresentação dos resultados das entrevistas, que foram estruturadas a partir dos relatos e das percepções das jornalistas nas seguintes categorias: Mudanças tecnológicas e reestruturação produtiva; Divisão sexual do trabalho e as interseções entre gênero, raça e classe; Imagens de controle; Pandemia e Resistência.

Para proteger as identidades das entrevistadas, seus nomes reais não são explicitados nas entrevistas. Optamos por identificá-las por nomes de mulheres jornalistas que, de alguma forma, contribuíram para transformar o jornalismo brasileiro. A seleção desses nomes é uma “femenagem³” às jornalistas que, apesar

³ O termo “femenagem” é um neologismo que vem sendo empregado em textos veiculados por coletivos e organizações feministas e que incorpora o espírito das mudanças para a formação de uma linguagem

de sua atuação pioneira, foram invisibilizadas na história da comunicação. O apêndice C apresenta uma referência a suas biografias.

Esperamos que o trabalho que ora apresentamos contribua para aumentar cada vez mais a visibilidade das mulheres jornalistas e também promova mudanças positivas na construção de relações igualitárias e equitativas no mundo do trabalho do jornalismo.

igualitária, que respeite a diversidade. Sua criação partiu da observação de que a palavra “homenagem”, que representa a admiração por alguém ou uma retribuição em honra de alguém, foi criada numa perspectiva do mundo masculino, tendo, nas línguas latinas, a raiz “homem” em sua formação, representando o contexto de vassalagem do universo patriarcal do período medieval. Dentro de uma perspectiva mais diversa, e pensando que o reconhecimento deve ser de todos os gêneros, o termo “femenagem” se impõe como um contraponto ao uso geral da palavra homenagem, supostamente neutra, mas marcada pela história de opressão ao universo feminino.

2 A CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS: DIÁLOGOS ENTRE MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO, TEORIAS FEMINISTAS E PESQUISA QUALITATIVA

Nesta tese, estudamos as transformações do mundo do trabalho⁴ do jornalismo causadas pelas mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva e suas intersecções de gênero, raça e classe a partir da percepção de três gerações de mulheres (brancas e negras) atuando como jornalistas em Curitiba e Região Metropolitana. O caminho metodológico trilhado para a construção da pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, levando em conta duas linhas: 1) a categoria trabalho, vista na perspectiva do materialismo histórico e dialético; 2) a nova divisão sexual do trabalho, considerando que a pesquisa volta-se a um grupo de mulheres. Além disso, o objeto de pesquisa é estudado com base em teorias feministas, buscando entender as intersecções de gênero, raça e classe.

2.1 A CATEGORIA TRABALHO NA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

Tendo em vista o materialismo histórico-dialético definido pelo filósofo Karl Marx, considera-se que a categoria trabalho é uma atividade “ontocriativa”, já que nela existe uma relação intrínseca entre natureza e cultura. Ou seja, o processo construtivo dos seres humanos ocorre de forma contínua por meio do movimento dialético da história. O trabalho é uma mediação que leva em conta a capacidade de planejar e criar objetos, garantindo a existência humana. É pelo trabalho, atividade planejada, que os humanos se diferenciam dos demais animais, estabelecendo relações com a natureza e diferenciam-se entre si. A ação humana dialética mediada pelo trabalho transforma a natureza e o indivíduo; o trabalho é o elemento constitutivo do ser social. Porém, segundo Marx (1993), na produção capitalista a capacidade

⁴ Levando em conta a perspectiva da pesquisadora Roseli Figaro (2008, p. 93), entende-se por “mundo do trabalho” uma categoria que engloba grande parte das atividades humanas, reunindo elementos como “trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura, relações de comunicação”. Nesse sentido, o termo abriga os principais conflitos relacionados às atividades produtivas da sociedade e seus reflexos no sistema sócio-econômico e político. Já a expressão “mercado de trabalho” é utilizada de maneira mais específica, na esfera da economia, em que há relações de troca entre pessoas e empresas em torno da oferta e da procura de emprego. Assim, o “mundo do trabalho” se forma a partir da atividade do trabalho.

ontocriativa do trabalho dá lugar a um estranhamento, resultado da separação imposta entre o/a produtor/a do seu objeto e o resultado da produção, fruto do seu trabalho, gerando uma prática fragmentada e alienada.

Na modernidade, a cisão de classes e a divisão social do trabalho (manual *versus* intelectual) desencadeia um processo de alienação: os/as trabalhadores/as não se reconhecem no produto final de seu trabalho nem conseguem realizar seus desejos e necessidades. Por esta razão, a organização do trabalho e da produção capitalista é estranha à classe trabalhadora – o sistema produtivo prioriza a acumulação e não a satisfação das necessidades e o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a teoria marxista aponta para uma dicotomia do papel estruturante do trabalho na sociedade capitalista; ele é ao mesmo tempo humanizador e desumanizador. O sentido contraditório do trabalho é marcado pela divisão de classe.

Os filósofos Marx e Friedrich Engels (2005, p. 40) apontam que o mundo social é constituído por diferentes classes e pelas relações estabelecidas entre elas: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos em constante oposição”. A classe social é uma construção histórica, social e dialética. Na sociedade moderna, ela é composta pela classe dos/das capitalistas modernos/as, detentores/as do capital e dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado, e por proletários/as, a classe dos/as assalariados/as modernos/as, que não tem a posse dos meios de produção e que é obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Por essa razão, o conceito de classe na análise marxista não é apenas uma classificação, mas um sistema complexo e dialético. Ele é marcado por relações econômicas, políticas e de poder desiguais, que estabelecem conexões entre exploração e dominação social, que ocorre por meio de mecanismos sociais complexos que mantêm as desigualdades entre os grupos detentores do capital e dos meios de produção e os/as produtores/as expropriados/as, pois a exploração é estrutural, antagônica e objetiva.

Para o filósofo Nicos Poulantzas (2019, p. 65), a análise de Marx e Engels sobre as classes sociais não se limita ao critério econômico, mas se estende ao conjunto de estruturas políticas, sociais e ideológicas. Dessa maneira, “as classes sociais não se apresentam [...] como o efeito de um nível estrutural particular – por exemplo, a

estrutura econômica – sobre um outro nível estrutural – a estrutura política ou a estrutura ideológica, [...] mas como o efeito global das estruturas no domínio das relações sociais”. Ou seja, a classe social na modernidade é definida por sua posição no conjunto das estruturas do modo de produção capitalista, na divisão social do trabalho.

O materialismo histórico e dialético aponta que as classes sociais não são meras abstrações, mas resultam das formas concretas da produção material, da divisão social do trabalho, das experiências, das formas de lutas, nos antagonismos, na busca de conexões e mediações entre o particular e o universal, que vão construindo as relações sociais e estruturais da sociedade. Assim, a pesquisa sobre as formas de estruturação e desenvolvimento do trabalho na sociedade moderna realizada na perspectiva do materialismo histórico e dialético permite refletir sobre a organização das práticas sociais e de suas articulações com as estruturas econômicas, jurídicas, políticas, culturais e de poder desenvolvidas em um determinado momento histórico, fundamentada na lógica da oposição das classes, na divisão e exploração social do trabalho.

Para Marx (1993), a partir deste sistema é que a diversidade de homens e mulheres é inserida nestas relações determinadas, independentes de suas vontades para produzir sua existência material, cultural, formas de ordenamento social, científico e tecnológico. Elas são atravessadas por suas visões de mundo, que refletem seu momento histórico e seu lugar na sociedade, constituídos por meio do trabalho. Em vista disso, é a produção dialética da existência social que determina a consciência humana e que também cria a possibilidade para homens e mulheres de transformação destas circunstâncias históricas vividas e experienciadas numa perspectiva emancipatória a partir da construção da consciência social.

A teoria de Marx originada no século XIX como instrumento de análise científica e de transformação social busca elucidar as bases concretas dos processos de exploração e opressão vivenciados nos espaços cotidianos particulares e suas articulações e intersecções com o contexto social mais amplo do modo de produção capitalista. Isso possibilita uma visão de totalidade e de apreensão das mediações que permeiam e marcam os fenômenos econômicos, políticos, culturais e sociais. Ainda assim, esta perspectiva analítica não é “um corpo teórico acabado e autossuficiente, com respostas inequívocas para todo tempo e lugar”, afirma a pesquisadora Sabrina González (2007, p. 18).

Para a socióloga Clara Araújo (2018, p. 70), as transformações vivenciadas pela sociedade ampliaram os desafios da análise social marxista, dado que os conflitos de poder entre a pluralidade de homens e mulheres foram se tornando mais profundos e complexos, construindo movimentos sociais diversos que, levando em conta suas necessidades e subjetividades particulares, buscam políticas específicas para a construção de relações sociais equitativas. Dessa maneira, um “projeto emancipatório da humanidade necessita pensar prioridades na ação política, sem perder de vista como as diversas clivagens que perpassam as relações sociais podem ser simultaneamente trabalhadas, em suas dimensões próprias e inter-relacionadas”.

Desde os anos 1960, o marxismo vem ampliando seus olhares críticos tendo em vista questionamentos e reivindicações dos movimentos feministas, dos estudos de gênero, do movimento negro e de grupos minorizados. Tais movimentos têm mostrado que a categoria classe social não é monolítica; na verdade, ela é atravessada na contemporaneidade por uma série de contradições que operam de maneira estrutural e transversal, como as questões étnico-raciais, de gênero, ambiental, religiosas, entre outras. Para a socióloga Heleieth Saffioti (2015, p. 122),

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão.

De acordo com a autora, o pensamento marxista mostra que a classe trabalhadora é composta por uma diversidade e multiplicidade de condições objetivas e específicas de explorações, opressões e contradições, que estão inseridas na totalidade da vida social do sistema capitalista.

Levando em conta a discussão relacionada às classes sociais, a atualidade de Marx é defendida pela filósofa Donna Haraway (2004, p. 211). Para ela, as ideias marxistas são “instrumentos importantes, assim como barreiras, para as teorizações posteriores sobre gênero”, ainda que os modernos conceitos de gênero e raça não tenham sido contemplados originalmente nas formulações do filósofo alemão. Exemplo disso são as mudanças nas análises sobre a divisão do trabalho ocorridas após os anos 1970 no cenário da reestruturação produtiva, do desenvolvimento tecnológico da informática e da globalização da economia, que provocaram

transformações na organização e na gestão do trabalho mundial. As lutas, as críticas feministas e os estudos de gênero influenciariam a incorporação das categorias sexo, gênero e raça nas pesquisas sobre divisão do trabalho⁵.

2.2 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A CONTRIBUIÇÃO DE TEORIAS FEMINISTAS

As ciências sociais absorveram a divisão do trabalho e a sua dimensão sexuada em suas análises apenas depois dos anos 1970, impulsionadas pelas mudanças sociais e pelo movimento feminista. Até essa época, prevalecia nas investigações acadêmicas a concepção de trabalho assexuado, produtivo, assalariado, em que o homem é visto como modelo universal.

No entanto, foi apenas na década seguinte que o tema ganhou destaque nas pesquisas, com a ampliação de análises individuais e coletivas, conforme as pesquisadoras Helena Hirata e Kergoat (2007), numa linha consolidada com o seminário internacional *As relações sociais de sexo: problemática, metodologias e campos de análise*, realizado em Paris no ano de 1987. A partir desse encontro, a divisão sexual do trabalho passou a ser analisada como um conjunto de “relações sociais de sexo”, para cuja essencialização e hierarquização contribuíram as relações históricas da divisão social de poder, da dominação antagônica e da bicategorização entre homens e mulheres.

Conforme as autoras, a divisão sexual do trabalho é organizada por meio de dois princípios: 1) a separação, que distingue o trabalho masculino do feminino; 2) a hierarquia, que legitima as atividades desempenhadas pelos homens, incumbidos em ocupar cada vez mais a esfera pública, promovendo ao mesmo tempo a desvalorização e o não reconhecimento do trabalho das mulheres, relegado à esfera privada. Essa organização permitiu que a categoria trabalho fosse estudada com base numa perspectiva de questionamento do determinismo biológico e da desigualdade de gênero, ampliando a compreensão sobre o trabalho doméstico não remunerado.

⁵ A socióloga feminista brasileira Heleieth Saffioti ficou conhecida internacionalmente por discutir desigualdades entre homens e mulheres sob as diversas formas de opressão e exploração. Ela fez essa abordagem na obra *A mulher na sociedade de classes*, publicada em 1969, que é resultado de uma pesquisa de doutorado complementada em sua livre-docência. Trata-se de uma abordagem metodológica marxista e feminista que envolve a exploração feminina no capitalismo, além de questões relacionadas à história, à economia, à política e à cultura.

Dessa maneira, foi estabelecido um vínculo entre o trabalho “profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social, [que são consideradas] categorias indissociáveis” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 44-45).

Ao considerar a divisão sexual, as pesquisas dessa área passaram a questionar a concepção de trabalho, suas categorias, suas múltiplas divisões, levando em conta também o fato de serem construídas histórica e geograficamente. Isso propiciou a reflexão crítica sobre as definições de “qualificação, produtividade, mobilidade social, [...] competência, abrindo novos campos de pesquisas” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598). As autoras afirmam, no entanto, que essa frente de pesquisa trilhou caminhos distintos no âmbito da francofonia e em países de língua inglesa.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, as discussões epistemológicas feministas contestavam “a natureza da objetividade, o acesso sexuado ao conhecimento, a relação entre o ‘objeto’ e o sujeito da pesquisa, a construção social – e sexuada – da natureza, da verdade e da cultura” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 48). Na França, a discussão ocorreu quanto à “sexuação da sociologia do trabalho”, estruturada na análise de relações sociais de sexo, induzindo as pesquisas empíricas e as reflexões teóricas no país. Os debates sobre as relações sociais de sexo ocorreram antes mesmo da análise de gênero, que aconteceu na França na virada da década de 1980 e 1990. Segundo a socióloga Michèle Ferrand (2005, s/p.), isso ocorreu porque

[...] o termo *gender*, no sentido de “sexo social”, não contava com a aprovação das pesquisadoras francesas, principalmente em razão da polissemia e da indefinição que seu uso trazia em diversas esferas. Assim, para diversas ONGs ou instâncias internacionais, o gênero significava pura e simplesmente... as mulheres, o que nos parecia a melhor maneira de eufemizar as problemáticas feministas. Seu emprego generalizado, em oposição ao sexo biológico, representava para as pesquisadoras francesas um duplo inconveniente.

Na década de 1980, o termo gênero ainda era tido como limitado para a análise da complexidade das divisões sexuais e sociais do trabalho. Na verdade, a teoria das relações sociais de sexo era o que possibilitava a reflexão nessa área para as feministas francesas. A pesquisadora Anne-Marie Devreux (2005, p. 565) destaca que:

Tratava-se de falar das formas diversas assumidas por essas relações, das formas materiais na exploração do trabalho das mulheres, por exemplo, e das formas simbólicas de opressão ligadas à definição de imagens negativas da mulher e de suas atividades. Assim apreendidas, as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens. E é essa quantidade de formas e de fenômenos que se oferece como realidade à observação sociológica.

A despeito do posicionamento das feministas francesas, o conceito que prevaleceu nas ciências sociais foi aquele construído pelas norte-americanas (FERRAND, 2005, s/p.). Assim, a incorporação da noção de gênero como categoria de análise nos estudos da divisão do trabalho é resultado da luta política dos movimentos feministas após os anos 1960. A historiadora Guacira Lopes Louro (2003) aponta que esse conceito foi gestado com base em múltiplas perspectivas analíticas, como o feminismo liberal, o feminismo marxista, o feminismo radical e o feminismo pós-estruturalista. Esses pontos de vista foram criticando, contestando e teorizando o conceito, que ganhou importância nas pesquisas, na construção epistemológica e nas lutas feministas, assim como foram se instaurando no campo da crítica cultural e social nas principais universidades do Ocidente.

Gênero é um conceito polissêmico, que está relacionado às teorias feministas, não se esgotando em uma única definição. Há, no entanto, elementos que perpassam essas abordagens, que podem ser sintetizados para dimensionar sua complexidade e importância para análise social da divisão do trabalho. Haraway (2004, p. 211) destaca que o conceito feminista de gênero, construído nos anos 1960, foi influenciado pela publicação, em 1949, de *O segundo sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir, que questionou os mitos da feminilidade e passou a ser utilizado na contestação da naturalização biológica da diferença sexual em diversos espaços de luta das mulheres. “A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais ‘homens’ e ‘mulheres’ são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo”.

O conceito de gênero influenciado por Simone Beauvoir buscou desconstruir os determinismos biológicos entre os sexos, apontando para sua construção social, a fim de mostrar as diversas formas de poder, opressão, hierarquização, discriminação, exclusão material e simbólica, que geram desigualdades entre homens e mulheres e repercutem sobre o conjunto das relações sociais, nas instituições sociais que vão se formando historicamente em cada sociedade humana, buscando um caminho lógico para a emancipação feminina (LOURO, 2003).

Esta perspectiva teórica desenvolvida nos movimentos culturais dos anos 1960-70 trouxe limitações para o pensamento feminista. Os argumentos contra o “determinismo biológico” e em favor do “construcionismo social” estavam apoiados na definição binária sexo-gênero, biologia-cultura, homem-mulher, essencializando,

generalizando as identidades, ignorando a diversidade entre os homens ou entre as mulheres, como sujeitos múltiplos e contraditórios, não apenas pelas relações de sexo, mas de raça e de classe.

A historiadora Joan Scott (1995, p. 86) critica esta visão e destaca que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Dessa maneira, os elementos da percepção da diferença sexual hierarquizada de gênero são fixados pela cultura, política e economia. A articulação desses componentes constrói diferenças concretas e simbólicas entre homens e mulheres, nas formas de ser, estar e perceber o mundo.

Por essa razão, gênero é “uma categoria útil para a análise histórica”, porque permite ir além das abordagens descritivas, bem como entender e aprofundar os processos históricos generificados, reconhecendo homens e mulheres não em categorias fixas, mas em “categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (SCOTT, 1995, p. 93).

Dialogando com a crítica de Scott segundo a qual homens e mulheres não podem ser reduzidos a categorias fixas, pois tal simplificação não permitiria identificar as distinções no interior dos próprios grupos, a filósofa Teresa de Lauretis (2019) defende que a categoria gênero seja estudada levando em conta a superação dessas dicotomias. Para Lauretis, o conceito de gênero fixado pelo movimento feminista dos anos 1960 é influenciado demasiadamente pela divisão binária, o que representa um problema epistemológico para o próprio movimento, já que se apoia numa distinção entre o masculino e o feminino criada pelo patriarcalismo ocidental e inscrita na cultura por meio de narrativas essencializadoras, envolvendo aspectos biológicos, legais e filosóficos.

Para Lauretis, os movimentos feministas do século XX engendraram o conceito de gênero a partir de um ponto de vista burguês que ignora suas diferenças internas, deixando de lado questões como classe social, raça e etnia, nacionalidade, faixa etária, identidades sexuais etc. Segundo a filósofa, essa binarização atuou como uma tecnologia que garantiu a sustentação do modo de produção capitalista, por proporcionar instrumentos de controle sobre os corpos e sua disciplinarização para o trabalho, com o cerceamento da sexualidade, o gerenciamento da procriação e a

repressão dos comportamentos considerados desviantes. Esse controle passou a ser feito por tecnologias de gênero, incorporadas pela escola, pela religião, pelos meios de comunicação e pelas instituições.

Para a autora, a ideologia criada na sociedade patriarcal teve um papel importante na construção histórica da divisão do trabalho e de sua reprodução. Dessa maneira, as tecnologias de gênero são utilizadas para definir lugares específicos do homem e da mulher na sociedade e garantir a manutenção da produção por meio da representação desses papéis na sociedade.

As críticas ao conceito de gênero nos anos 1980 foram aprofundando os debates nos estudos feministas ao mesmo tempo em que este conceito se popularizou e se institucionalizou na sociedade. Para Scott (2019, p. 323), a concepção binária construída entre sexo/gênero pelas feministas dos EUA e Europa foi sendo banalizada e corrompida. “Na conversa popular, os termos sexo e gênero são usados com tanta frequência como sinônimos ou como opostos; na verdade, às vezes parece que gênero é simplesmente um eufemismo educado para sexo”. Essa concepção de gênero foi apropriada por instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) em propostas de políticas públicas, por instituições conservadoras como o Vaticano, que demonizou o conceito de gênero entendido supostamente como uma ferramenta para a destruição da família, em 1995, na Conferência de Beijing. Para a autora, a banalização e a corrupção do termo reificam a construção biológica evolucionista da oposição homem/mulher e esvaziam a luta, a crítica e a transformação social do projeto político que carrega o termo gênero.

A construção do conceito de gênero é marcada pelas contradições e os paradoxos colocados pela pluralidade e complexidade do desenvolvimento histórico dos movimentos sociais, que estão constantemente em transformação, influenciando a produção teórica. “Cabe à teoria buscar seus objetos de reflexão junto aos movimentos sociais e aos ativismos da periferia, ainda que haja o posterior tratamento epistemológico como preparativo ao método da análise”, como explica a pesquisadora Alessandra Devulsky (2016, p. 18).

Buscando ampliar o projeto político da categoria gênero, as feministas negras nos anos de 1980 criticaram as limitações das concepções binárias entre sexo/gênero construídas pelas feministas brancas, heterossexuais e burguesas dos EUA e da Europa, apontando as raízes coloniais, de classe e étnico-racial destas perspectivas teóricas, expandindo assim as análises. Uma das discussões que ganharam

importância com a ascensão das teorias feministas foi a questão identitária e sua relação com a diferença e a desigualdade.

Identidade é um conjunto de características culturais que garantem a diferenciação entre indivíduos e grupos. Representa a consciência que cada pessoa tem dela própria ou do grupo a que pertence em relação a outras pessoas e outros grupos. Ela existe de maneira relacional, ou seja, é exercida em função da diferença de um determinado grupo quanto a outro. Conforme o sociólogo Stuart Hall (2005, p. 9, grifos do autor), o conceito de identidade tem se tornado cada vez mais complexo na medida em que a sociedade capitalista avança. Segundo o autor, uma mudança estrutural das sociedades tem fragmentado

[...] as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito.

Hall entende que existe uma pluralidade de identidades, que muitas vezes se sobrepõem em um mesmo grupo ou mesmo indivíduo. Com isso, o “sujeito assume identidades em diferentes momentos” (HALL, 2005, p. 9), muitas delas contraditórias. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a globalização, por meio da qual o contato com novas ideias de partes diferentes do globo acabou gerando influências mútuas, favorecendo uma multiplicidade de identidades e hibridismos.

A princípio, a ideia de globalização estaria associada à homogeneização das identidades. No entanto, essa padronização não se efetuiu. Conforme Hall (2006, p. 57), “[...] entre seus efeitos inesperados estão as formações subalternas e as tendências emergentes que escapam a seu controle, mas que ela tenta ‘homogeneizar’ ou atrelar a seus propósitos mais amplos”, evitando assim a “obliteração da diferença”. Para Hall, essa ideia é crucial para o desenvolvimento das resistências, que ocorrerem por meio da sustentação das diferenças dentro das identidades.

Existe assim uma “proliferação de diferenças”, entendida como formas de identidades que ultrapassam as limitações binárias que sustentaram, por muito tempo, as categorias tradicionais. O conceito de identidade geralmente é associado ao de diferença. Hall (2006) afirma que esse termo foi problematizado primeiramente no

campo da filosofia e das ciências sociais, considerando que o mundo cognitivo da linguagem se articula em torno das oposições binárias. Seguindo esse raciocínio, “ser branco” se define por “não ser negro”; “ser mulher” se define por “não ser homem” e assim por diante. Para Hall (2006), é essa diferença o que garante o funcionamento do sistema linguístico conforme foi definido na tradição ocidental.

No entanto, Hall (2006) aponta também que esse tipo de diferença (*différence*) acaba trazendo uma série de limitações devido a seu caráter binário e reducionista. Para ele, é preciso pensar o mundo a partir de um outro conceito de diferença (*différance*), muito mais amplo, que não seja limitado às categorias binárias. De fato, as teorias culturais hoje vivem um permanente questionamento sobre a precariedade das definições binárias tradicionais que envolvem diferença e identidade, o que acaba gerando posições mais fluidas em várias áreas. As teorias feministas, por exemplo, vêm redefinindo essas questões há algumas décadas. O principal questionamento é quanto ao próprio binarismo “homem” x “mulher”, que tem consequências profundas sobre a cultura ocidental.

A emergência de novas identidades e diferenças representa, na visão de Hall, uma forma de resistir às imposições da ordem social e econômica que buscam uma padronização. Portanto, a vindicação da identidade e da diferença é uma forma de resistência cultural que vem ganhando força nas últimas décadas no ocidente. Ela vem sendo defendida por autoras como Joan Scott (2005), para quem a divisão binária entre homens e mulheres oculta suas diferenças. Por isso, ela defende que, para promover a igualdade, é preciso levar em conta as diferenças entre os grupos e as pessoas. Para Scott, não se trata de defender o essencialismo das mulheres, mas de considerar suas diferenças. Portanto, entender as singularidades das mulheres marcadas pelas relações de gênero, raça e classe, levando em conta suas características históricas, é importante para a construção da luta coletiva contra os mecanismos de exploração, opressão, expropriação, segregação capitalista singular e coletiva de injustiças, capaz de promover a igualdade política, social e econômica na sociedade e no mundo do trabalho.

Dentro das teorias feministas, a emergência dos feminismos negros após os anos 1970 reafirma a importância de se levar em conta as diferenças como forma de lutar contra as desigualdades ao dar destaque para as especificidades históricas das mulheres negras. Para a jornalista Rosane Borges (2016, p. 56), o feminismo negro proporciona um duplo movimento, pois

[...] tira do domínio das classes sociais a chave explicativa para pensar as discriminações e as hierarquias e insere a dimensão racial no escopo das reivindicações de gênero. Desse modo, nasce com uma proposta radical, pois interpela, de um lado, análises políticas presas apenas à visão de classe e, de outro, põe em questionamento a visão universalista de gênero que teve primazia na política antissexista na primeira metade do século XX.

Segundo a pesquisadora Patricia Hill Collins (2019), esta perspectiva, utilizada pelos feminismos negros, trouxe para o centro do debate as interconexões, ao entender que categorias como raça, classe e gênero são fundamentais para identificar as formas de opressão e de poder. Essas categorias marcaram o feminismo norte-americano, em trabalhos como *Mulheres, raça e classe* (1981), de Angela Davis; *A black feminist statement* [declaração do feminismo negro] (1982), do Coletivo Combahee River, e *Irmã outsider* (1984), de Audre Lorde.

No Brasil, a reflexão sobre as relações entre a exploração colonial capitalista e suas interconexões com gênero, raça e classe foi colocada em debate nos anos de 1980 por intelectuais e ativistas feministas negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Núbia Moreira, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Angela Figueiredo, Fátima Oliveira, Thereza Santos.

Ancorado numa proposta de definição de gênero mais complexa e abrangente, os feminismos negros tiveram uma participação fundamental na construção da crítica da produção científica entre os anos 1970 e 1980. As intelectuais e ativistas negras denunciaram as práticas dos feminismos brancos, cisgêneros e eurocentrados, que ao tratar a categoria mulher de forma genérica e universal silenciaram as pautas de reivindicação, as vivências e as necessidades específicas das mulheres negras. Estas possuem pontos de partida e ocupam lugares sociais diferentes, que são o resultado de várias opressões que impactam suas vidas, reproduzindo as práticas do pensamento científico moderno sexista e racista.

Collins (2019, p. 43) destaca que os feminismos negros não fazem apenas oposição às teorias acadêmicas tradicionais, mas o grande propósito das teorias sociais que surgem das mulheres negras e de outros grupos historicamente oprimidos é “encontrar maneiras de escapar da, sobreviver na e/ou se opor à injustiça social e econômica prevalecente”. Portanto, para a pesquisadora, os feminismos negros não se restringem apenas à crítica da produção do conhecimento acadêmico, mas vão além de seus muros – trata-se da construção de um arcabouço teórico-crítico que reflète as lutas sociais das mulheres negras, das mulheres imigrantes de ex-colônias

da África, da América Latina, da Ásia, de suas experiências vividas para evidenciar as diferentes opressões e suas interseccionalidades entre raça, gênero, etnia, classe, sexualidade, geração, buscando a construção de um novo modelo de sociedade.

Esse reposicionamento da definição de gênero feito pelos feminismos negros questionou também a forma como o termo vinha sendo empregado na área de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), promovendo uma série de reflexões e questionamentos que vem se desdobrando até os dias de hoje no campo acadêmico. Isso porque CTS é resultado de contradições e lutas da própria sociedade. “As contribuições convergem a um esforço para mostrar que a ciência, longe de ser uma atividade autônoma regida por suas próprias leis, está determinada, em seus próprios produtos, por fatores sociais”, explica a antropóloga Hebe Vessuri (1991, p. 61).

Para a antropóloga Cecília Sardenberg (2001), as lutas e as críticas produzidas pelos diferentes movimentos feministas e os estudos sociais da ciência realizados nos EUA e na Inglaterra na década de 1970 pelas intelectuais e ativistas feministas brancas, como Donna Haraway, Evelyn Fox-Keller, e negras como Patricia Hill Collins, Angela Davis, bell hooks, entre outras, que buscaram mapear as implicações do gênero para e na produção científica, problematizam também os ideais positivistas da ciência moderna: o androcentrismo e o mito da neutralidade científica. Esses elementos dão sustentação às hierarquias de gênero, tendo um papel determinante não só na construção da cultura da ciência, mas também no próprio conteúdo dos conhecimentos produzidos, em que o “sujeito universal” tem sido o homem branco heterossexual ocidental, excluindo as mulheres – sobretudo as mulheres negras.

Num primeiro momento, a área de CTS foi atingida pela ação das pesquisadoras feministas. Nesse sentido, Louro (2003, p. 17) destaca que o grande objetivo das pesquisadoras naquele momento era dar visibilidade à produção das mulheres na ciência e denunciar “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, [...] demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras e nas artes”.

As transformações na produção do campo de CTS após a década de 1960 são resultado da pressão política de diversos grupos sociais, principalmente dos feminismos contemporâneos. Para a física Evelyn Fox-Keller (2006), as críticas feministas à ciência hegemônica, masculinista, universalizante e seus eixos epistemológicos, conceituais e metodológicos mudaram a posição das mulheres na ciência, mostrando que elas sempre foram produtoras de ciência e tecnologia, mas ao

longo da história foram silenciadas e invisibilizadas pela cultura patriarcal e androcêntrica, que negou e subalternizou sua presença nesses espaços.

A socióloga Lourdes Bandeira (2008, p. 211) destaca que a construção da crítica feminista desenvolveu conceitos e teorias provisórias, incorporou temporalidades múltiplas, refletindo a pluralidade e a diversidade do pensamento feminista na sociedade, “resultado dos processos de interação com os movimentos sociais, além de outros engajamentos, como a da experiência feminina em sua concretude, a qual passa a compor parte dessa crítica que emerge em um contexto movediço, em um mundo instável e em mudança”.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 é que a área de CTS e os estudos de gênero passaram a convergir, resgatando as dimensões sociais e humanas desse campo, incorporando novas categorias de análise, tornando-se um ponto importante na agenda feminista. As pesquisas desenvolvidas a partir destas perspectivas discutem uma diversidade de temáticas sociais apontando suas relações de poder, interseccionando gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros temas. Para Haraway (1995, p. 31-32), isso ocorreu porque o “feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos [...] com uma visão crítica, [...] com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial”.

A crítica feminista de Haraway (1995) dialoga com as perspectivas dos feminismos negros, pois busca desmistificar o mito da neutralidade, da objetividade sem sujeito da ciência moderna. Ela defende uma doutrina de objetividade corporificada em que os saberes são localizados, específicos, particulares, pois todos os conhecimentos são situados social e historicamente – e, dessa forma, parciais. Portanto, sua proposta busca desconstruir o estereótipo de gênero e da dominação masculina da produção científica e procura construir uma abordagem feminista da ciência.

A filósofa aponta a necessidade de uma constante interrogação da responsabilidade e posicionalidade de “quem diz conhecer”, e das dimensões éticas e políticas envolvidas neste processo. Ela realiza um deslocamento e uma ressignificação do conceito de objetividade que vai além dos debates entre posições relativistas, universalistas totalizadoras da produção do conhecimento científico que não reconhecem o seu próprio contexto, sua localização e a dimensão corporificada

e parcial do conhecimento produzido. A objetividade corporificada busca a reflexão crítica e a responsabilização de quem está produzindo o conhecimento.

No Brasil, essa perspectiva crítica sobre o ideal de racionalidade neutra e universal, imposto pelo modelo de objetividade da ciência moderna, foi questionado pelas mulheres negras e indígenas latino-americanas, expondo as bases teóricas de origem branca e europeia que negaram e silenciaram seus olhares e trajetórias históricas na produção da ciência. Entre os trabalhos realizados por essas intelectuais está a contribuição à crítica feminista, ao desenvolvimento do feminismo negro e à transformação do pensamento científico brasileiro realizada por Lélia Gonzalez (2020a)⁶, a partir da construção da visão das “amefricanas”, assim denominadas pela filósofa, para apontar a perspectiva histórica e cultural construída pelas mulheres negras que foram arrancadas brutalmente dos territórios africanos e inseridas na América Latina e no Caribe como escravizadas, e das mulheres indígenas, que também vivenciaram a opressão da exploração e da escravização.

Para a historiadora Cláudia Pons Cardoso (2020, p. 45), Gonzalez refletiu cuidadosamente sobre a exclusão e opressão das mulheres no Brasil, destacando a importância da “valorização das experiências e da história das (os) amefricanas (os) na diáspora negra”, para a construção e desenvolvimento de conhecimentos. A categoria de “amefricanidade” construída por Lélia Gonzalez na década de 1980 colocou a mulher negra e a indígena no centro, evidenciando suas experiências, lutas, resistências e formas de enfrentamentos contra o racismo e o sexismo imposto pela colonização que foram sendo reproduzidos e se perpetuando no desenvolvimento histórico, econômico e cultural do Brasil.

Para entender qual é o lugar ocupado pelas “amefricanas” na realidade brasileira, Gonzalez (2020b, p. 85) aponta que é necessário compreender a divisão sexual e racial do trabalho, resultado da herança colonial escravagista que estruturou as diferenças de classe e gênero. Estas, por sua vez, determinaram a organização sexual e racial do trabalho que ainda hoje condicionam homens e mulheres negras em posições sociais precarizadas na sociedade brasileira.

Desde a época da colônia aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados.

⁶ Esta edição é um compilado dos textos mais emblemáticos produzidos pela autora nos anos 1980 e 1990, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima e publicado em 2020 num livro com o título *Por um feminismo afro-latino-americano*.

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade e do campo e devidamente protegidas [...]. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões [...] o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão do espaço.

Essas condições são mascaradas e ocultadas pela ideologia da democracia racial, que foi sistematizada na cultura brasileira a partir dos anos de 1930 com a publicação de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, que exaltou e romantizou os processos da miscigenação brasileira, marcados pela violência, opressão e pela exploração da escravização colonial.

A romantização da miscigenação presente na obra de Freyre oculta a violência sexista e racista praticada sobre os corpos das mulheres negras como mecanismos de dominação e controle. Davis (2016) afirma que a escravização tratou com similaridades a exploração da força física braçal do trabalho de homens e mulheres negras, impondo sobre seus corpos as mesmas práticas brutais de violências e desumanização, com castigos como açoites e mutilações, visando a controlar suas resistências e rebeldias. No entanto, o sexismo impôs formas específicas de exploração sobre os corpos femininos. As mulheres

[...] eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, eram punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Além de sofrerem essas violências, as mulheres escravizadas eram vítimas da violência sexual dos senhores da casa-grande, de seus filhos e dos demais homens brancos ligados à estrutura de poder. “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 20). Essas violações foram sendo silenciadas na história, naturalizando uma visão desumanizada e estereotipada segundo a qual elas eram vistas como inferiores, uma mercadoria de propriedade do homem branco, e ao mesmo tempo eram tidas como “fortes”, capazes de suportar todas as dores e de fazer os trabalhos mais extenuantes da sociedade. Essas práticas utilizadas nos Estados Unidos também ocorreram no Brasil. Há uma similaridade diaspórica vivenciada pelos dois países no processo escravagista.

Mesmo diante de todas as violências impostas sobre os corpos das mulheres negras escravizadas, elas sempre criaram mecanismos de resistência. Um dos símbolos dessa resistência foi a africana Luíza Mahin, mãe do escritor e poeta abolicionista Luiz Gama. Embora existam poucos registros sobre ela em documentos históricos, algumas menções feitas pelo próprio Luiz Gama e em outros textos trazem fortes indícios de que ela foi uma figura de destaque na resistência africana em diversas insurreições em Salvador a partir de 1830, como o Levante dos Malês⁷.

Conforme os pesquisadores Flávio Gomes, Jaime Lauriano e a pesquisadora Lilia Schwarcz (2021), a ex-escravizada Luíza Mahin comprou sua liberdade em 1812, trabalhando como quituteira nas ruas de Salvador. Ela teria sido articuladora de pessoas que participaram das revoltas, usando sua casa como ponto de encontro. Identificada pela polícia, ela acabou deixando Salvador e se instalando no Rio de Janeiro, onde permaneceu até ter sido deportada para o continente africano, episódio sobre o qual há poucos registros. Por sua coragem e envolvimento com a luta contra a escravização do povo africano, Luiza Mahin foi reconhecida pela lei nº 13.816, em 2019, como heroína brasileira. Ela é uma das figuras da história da resistência sobre a qual há pouca informação, mas que inspira a luta por igualdade das mulheres negras no Brasil.

A história de Luiza Mahin representa, por um lado, a resistência das mulheres escravizadas, mas também revela a violência como eram tratadas na sociedade brasileira, gerando uma cultura que está enraizada na formação do Brasil. Sua história mostra que nunca houve no país uma “democracia racial”, ideologia que foi divulgada a partir da leitura da obra de Gilberto Freyre. O que vem ocorrendo no país é uma relação de violência quanto ao povo negro que é acobertada por determinadas características culturais que indicam uma “aproximação” entre escravizadores e escravizados/as.

Para Gonzalez (2020b), a ideologia da democracia racial vem sendo utilizada para silenciar, esconder e negar o racismo que “[...] caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos

⁷ O Levante dos Malês (1835) foi o maior movimento de revolta de escravizados ocorrido no Brasil no século XIX. Mobilizando principalmente os malês de Salvador, africanos de confissão islâmica, ele foi violentamente reprimido pelo governo local da Bahia. A maior parte dos manifestantes foi morta ou deportada para a África. Embora não tenha alcançado seus principais objetivos, o movimento é um dos símbolos da resistência do povo negro contra os escravizadores na história do Brasil, conforme João José Reis (1986).

violentos sobre a mulher negra em particular”, destaca Gonzalez (2020b, p. 76). Ao usar os conceitos da psicanálise para definir a “neurose cultural” do racismo brasileiro, Gonzalez (2020b) mostrou que a sociedade, diante da presença de negros e negras, se sente incomodada, refutando a negritude em sua totalidade a partir de práticas violentas sobre os corpos negros, principalmente sobre a mulher. Ao mesmo tempo, tem o desejo pelo corpo ou partes dele, numa perspectiva objetificada e sexualizada.

Para o pesquisador Dennis de Oliveira (2022, p. 130), essa percepção sobre o racismo torna o conceito de amefricanidade de Gonzalez uma categoria de resistência e de contestação ao discurso de democracia racial defendida por Gilberto Freyre, que busca mostrar uma relação de convivência pacífica entre o colonizador branco e os demais grupos étnicos e raciais. “Dessa forma, o que existe é uma experiência de tensão e conflito e não de convivência com outros grupos étnicos, razão pela qual Gonzalez desenvolve o seu conceito de identidade amefricana baseada na tensão a partir da negritude”, afirma Oliveira (2022, p. 130).

O duplo fenômeno do racismo e do sexismo imposto pela colonização para as mulheres negras centrado nas visões estereotipadas de “mulata”, “doméstica” e “mãe preta” vem construindo “imagens controladoras”, sexualizadas e objetificadas, que negam seu papel político e determinam o *status* de subalternidade na cultura brasileira: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 2020b, p. 78).

Essas imagens estereotipadas construídas no processo de escravização estruturaram a cultura brasileira e produziram “imagens de controle”. Este conceito foi desenvolvido originalmente pelas intelectuais Patricia Hill Collins (2019) e bell hooks (2019) para analisar a dominação sistêmica e articulada entre gênero e raça presente nos padrões ideológicos estabelecidos no interior da cultura ocidental branca eurocêntrica, que são utilizados como um roteiro social para instituir os “comportamentos adequados” para as mulheres negras e os lugares que seus corpos podem ocupar na sociedade.

O controle sobre os comportamentos e os corpos das mulheres negras as desumaniza, coisifica e impede sua autonomia, colocando em dúvida sua capacidade intelectual, moral, impedindo o exercício de sua cidadania, naturalizando sua exclusão social. Como destaca Collins (2019), as “imagens de controle” constituem uma rede de poder político, econômico e ideológico, funcionando como um sistema ideológico racista e sexista de controle social que busca justificar a opressão e a subordinação

social das mulheres negras e que está presente na divisão sexual, racial e desigual do trabalho contemporâneo.

O racismo e o sexismo estrutural no mundo do trabalho podem ser observados e constatados nas edições das pesquisas realizadas sobre o “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas” do Instituto Ethos (2016, p. 16), que apontam que as mulheres, mesmo representando a maioria da população com 51,4%, estão em condições de trabalho desiguais em relação aos homens nas empresas: “a partir dos trainees, com 42,6% [...], com porcentagens de 35,5% no quadro funcional, 38,8% na supervisão, 31,3% na gerência, 13,6% no quadro executivo e 11% no conselho de administração”. A pesquisa também mostra que as mulheres negras continuam em condições ainda mais desfavoráveis, principalmente nas posições de liderança empresarial, “ocupando 10,3% do nível funcional, 8,2% da supervisão e 1,6% da gerência. No quadro executivo, sua presença se reduz a 0,4%. São duas, entre 548 diretores, negros e não negros, de ambos os sexos” (2016, p. 23).

As disparidades de remuneração por gênero e raça se mantêm mesmo com acesso à educação. Segundo dados apresentados pela pesquisadora Beatriz Caroline Ribeiro e os pesquisadores Bruno Kawaoka Komatsu, Naercio Menezes-Filho (2020, p. 12), do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), o salário médio para profissionais que realizaram formação em instituições públicas entre 2016 e 2018 era de R\$ 7.892 para um homem branco e de R\$ 3.047 para uma mulher negra nas mesmas condições. Para os que realizaram formação numa instituição privada, a média era R\$ 6.627 para homens brancos e R\$ 2.903 para mulheres negras.

As desigualdades por gênero e raça persistem no mundo do trabalho; com a pandemia da covid-19, tornaram-se ainda maiores. De acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021) sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no 3º trimestre de 2019 e em 2020, as mulheres negras receberam em média por hora R\$ 10,95, e o homem negro R\$ 11,95, e entre os brancos o rendimento foi de R\$ 18,15 para as mulheres e R\$ 20,79 para os homens.

A pandemia, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), ampliou as taxas de desemprego, que chegaram a 14,6% no primeiro

trimestre de 2020. O desemprego aumentou as diferenças sociais entre negros⁸ e brancos, pois a taxa foi de 19,1% entre as pessoas pretas, 16,5% para os pardos e 11,8% para os brancos. A pandemia impactou principalmente os setores da atividade econômica com maior participação da população negra, como o comércio, o trabalho doméstico, os serviços, a construção civil e o trabalho informal, ampliando ainda mais a situação vulnerável de renda, moradia, saneamento, educação, violência e as dificuldades de homens e mulheres negras para conseguir uma colocação no mercado.

A situação social de vulnerabilidade, a retração de políticas públicas de acesso à renda, como Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, o desemprego, a fome, a falta de moradias adequadas, numa sociedade estruturada pelo racismo impediram a população negra de ter a possibilidade de aderir ao isolamento social e de se proteger da contaminação do coronavírus.

Segundo estudos realizados em 2020 pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) e pelo Centro Técnico Científico/PUC-Rio (CTC, 2021, s/p.), as “desigualdades no acesso ao tratamento confirmam que as chances de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%)”. As desigualdades provocadas pelo racismo estrutural quanto ao direito à saúde também se refletem no acesso à vacinação contra a Covid-19: “[...] num país de maioria populacional negra [...], somente 1,7 milhões de pessoas negras receberam a vacina, enquanto 3,2 milhões de pessoas brancas foram imunizadas” até março de 2021, segundo dados apontados pela Coalizão Negra por Direitos (2021, s/p.).

Essas informações se referem à gestão de extrema-direita⁹ do governo federal (2019-2022), que teve uma postura ao mesmo tempo de negligência quanto à

⁸ Segundo a filósofa Sueli Carneiro (2005), a partir dos anos 1970 o agrupamento de “pretos” e “pardos” na categoria negro foi incorporado nos indicadores sociais pelas semelhanças de ambos nos levantamentos censitários oficiais, opostos aos autodeclarados brancos, sendo portanto utilizados nos estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁹ A ascensão da extrema-direita no Ocidente teve início após a crise econômica de 2008, quando governos sociais-democratas implementaram medidas de austeridade fiscal, gerando desilusão com a política tradicional. A crise mundial decorrente das políticas neoliberais minaram direitos sociais e a democracia, permitindo o fortalecimento do neofascismo e ciberfascismo. Esses movimentos são ultraliberais, favoráveis ao mercado e à exploração, promovendo um estado repressor. A extrema-direita ressurgiu globalmente, impulsionada pelas mídias digitais e pela disseminação de notícias falsas. Esses movimentos usam práticas democráticas para legitimar seu poder, mas rejeitam ideais igualitários e propagam discursos de ódio e discriminação. Defendem a propriedade e o domínio dos meios de produção acima de tudo, empregando desinformação, vigilância e controle para difundir sua ideologia. No Brasil, tem raízes no movimento integralista e na mentalidade autoritária histórica.

vacinação e de favorecimento para que as condições de vida da população negra, indígena e periférica piorassem no país, contribuindo para o aumento de seus índices de mortalidade. De acordo com pesquisas realizadas pelo Grupo Alerta, se o governo federal tivesse desenvolvido políticas públicas adequadas, 120 mil vidas teriam sido poupadas, dentre as quase 700 mil que foram perdidas durante a pandemia (AGÊNCIA SENADO, 2021).

A pandemia impactou de maneira mais negativa as condições de trabalho das mulheres no Brasil. O IBGE (2020) mostra que o desemprego atinge 16,8% das mulheres e 12,8% dos homens. A pandemia ampliou a sobrecarga de trabalho feminino com o cuidado dos/as filhos/as e demais familiares, com a manutenção doméstica, com o estresse do trabalho ou do desemprego e com a violência doméstica, que é resultado do machismo estrutural.

As desigualdades se tornaram ainda maiores para as mulheres negras em 2020, pois segundo a síntese dos indicadores sociais do IBGE (2019), 63% das casas brasileiras que eram chefiadas por mulheres negras recebiam aproximadamente o valor de R\$145 mensais por pessoa, apontou o estudo realizado em 2018. Por causa das condições de vida vulneráveis impostas pelo racismo e pelo sexismo estruturais e a falta de políticas públicas, as mulheres negras representam as vidas mais atingidas pela covid-19 no Brasil. Um dos símbolos dessa desigualdade é que a primeira pessoa a morrer da doença no país foi uma mulher negra, empregada doméstica que contraiu a doença de sua patroa que se contaminou em viagem ao exterior.

No contexto da pandemia, as mulheres negras que estavam empregadas não puderam fazer distanciamento social, tendo não só que trabalhar todos os dias, mas também se expor aos perigos de contágio no transporte coletivo. Além desse problema, muitas delas tiveram dificuldades ainda maiores para conseguir ou manter o emprego, já que essa é a faixa da população mais afetada pelo desemprego. Elas também são as maiores vítimas de feminicídio, estão na linha de frente do combate à covid-19 na saúde, no trabalho doméstico e no trabalho do cuidado (SISMMAR, 2021).

Pesquisa realizada por Janaina Feijó (2022) para a Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base em dados do IBGE mostra que, independentemente do período

Governos apoiados por grupos de extrema-direita, como o governo federal brasileiro entre 2019 e 2022, adotaram essas práticas. Essa caracterização é compartilhada por publicações renomadas, como *The Economist*, *Financial Times*, *The Guardian*, *El País*, *The New York Times*, *The Washington Post*, *Le Monde*, *Clarín* e *La Nación*, além de pesquisadores, como o sociólogo italiano Maurizio Lazzarato (2019).

analisado, as taxas de desigualdade de acesso, participação e remuneração no mercado de trabalho das mulheres negras se mantêm desiguais em comparação aos demais grupos no Brasil. O estudo indica que entre janeiro e março de 2022 todos os grupos voltaram a ter os mesmos índices de participação no mercado de trabalho anteriores à pandemia, exceto as mulheres pretas e pardas, que apresentaram os menores indicadores do período. Do total de quase 49 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas 51,2% estavam empregadas, e entre os homens brancos e amarelos, 72,2% estavam empregados. Além da dificuldade de acesso ao emprego, as mulheres negras continuam recebendo em média menos da metade do que os homens brancos e 60% do salário médio das mulheres brancas.

Gonzalez (2020b) afirma que os conceitos de raça, racismo e gênero são categorias analíticas importantes para compreender os lugares das mulheres negras e brancas na sociedade contemporânea, pois o racismo e o sexismo das relações de trabalho também são estruturantes das demais relações sociais no Brasil.

A construção da categoria raça e do racismo está associada ao desenvolvimento histórico, econômico e social da sociedade moderna. O jurista Adilson Moreira (2019, p. 40) afirma que o “racismo é uma ideologia e uma prática que está em constante transformação” e por isso vai assumindo diferentes formas de expressão no desenvolvimento histórico. Foram as circunstâncias históricas do século XVI, marcadas pelo projeto de expansão colonial europeia baseado na exploração do trabalho escravizado, na destruição e na dominação dos povos tradicionais da África, América, Ásia e Oceania, que favoreceram a construção da categoria “raça” como forma de distinção entre os seres humanos, projetando o homem branco europeu como “homem universal” e o restante da multiplicidade de povos de outros sistemas culturais como inferior, explica o filósofo Silvio Luiz de Almeida (2019).

A ideologia da suposta superioridade da raça branca europeia e inferioridade dos povos colonizados foi ampliada no século XIX com o desenvolvimento da ciência moderna, que transformou as diferenças e as diversidades humanas em objeto científico da biologia, desenvolvendo o “racismo científico”, que foi utilizado como uma “tecnologia do colonialismo” para desumanizar, submeter e destruir os povos colonizados e justificar todas as opressões, violências e atrocidades praticadas pelos colonizadores.

Estas concepções científicas racistas foram trazidas para a realidade brasileira entre o final século XIX e início do século XX e disseminadas pelos/as intelectuais,

pelas instituições sociais, como as faculdades de direito e medicina e os institutos histórico-geográficos, espaços privilegiados de produção de conhecimento e responsáveis pela estruturação e disseminação do pensamento científico moderno, como mostra a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993). Essas concepções estavam fundamentadas nas teorias do “racismo científico”, importadas da Europa, que foram utilizadas para justificar e legitimar as medidas higienistas e sanitaristas autoritárias, violentas e racistas, que tinham como objetivo o embranquecimento do povo brasileiro a partir do incentivo à imigração branca no final do século XIX, para “limpar”, “apagar”, “purificar” as supostas marcas negativas e degeneradas da herança racial africana e indígena da sociedade brasileira.

Estas concepções sobre a suposta superioridade branca e a inferioridade da população negra incorporadas historicamente pelas instituições brasileiras geraram o racismo estrutural, segundo Almeida (2019). Para o filósofo, o racismo estrutural é resultado do desenvolvimento histórico das instituições sociais econômicas e políticas construídas pelo comportamento dos/as brancos/as marcado pelo preconceito e discriminação, de aversão ao povo negro. Esta forma de representação foi sendo instituída na subjetividade coletiva da sociedade, normatizando e naturalizando as práticas racistas de inferiorização, exclusão, opressão e violência praticadas pelos indivíduos e pelas instituições sociais. Ele destaca que o racismo não é apenas um ato individual praticado por um indivíduo ou indivíduos contra pessoas de outros grupos étnicos e raciais, mas sim um problema estrutural e coletivo da sociedade brasileira.

O desenvolvimento das instituições paranaenses foram atravessadas pelas teorias do “racismo científico”, pelas políticas de branqueamento no final do século XIX, utilizadas na construção de uma identidade regional supostamente moderna e superior, voltada para o futuro, pois estava aliada à técnica e à ciência trazidas pelos “civilizados” imigrantes brancos/as europeus/ias, que foram sendo incorporados ao Paraná a partir das políticas de incentivo à imigração, aponta a socióloga Marcilene Garcia de Souza (2010).

A construção de um Paraná idealizado, baseado nas teorias raciais de branqueamento, recebeu incentivos governamentais após a emancipação do Paraná da Província de São Paulo em 1853 e foi embalado pelo movimento paranista¹⁰, que

¹⁰ Movimento formado por intelectuais, políticos e artistas que se uniram para construir uma identidade regional coletiva que fosse capaz de criar um sentimento de pertencimento ao Paraná, de ser

teve como um dos seus principais expoentes o jornalista e historiador Alfredo Romário Martins. Fundamentado nas teorias racistas, defendia que, por meio da imigração branca europeia, as características africanas e indígenas seriam eliminadas e assim iria se tornar um estado branco e desenvolvido. Para o historiador Delton Aparecido Felipe (2018), “nessa lógica de pensamento, que foi a tônica do pensamento paranista, a memória da população negra que estava vinculada à escravidão teria que ser esquecida ou amenizada na história do Paraná”.

A obra de Romário Martins teve muita influência entre os intelectuais paranaenses. Esses elementos do movimento paranista foram retomados em vários momentos do desenvolvimento da história do Estado, como na obra *Um Brasil diferente*, publicada por Wilson Martins em 1955, em que o autor relativiza o papel da escravização na formação do estado, conferindo um papel mais importante à colonização feita por europeus brancos, negando a presença indígena e negra na formação da identidade paranaense. No entanto, a presença da população preta e parda na capital paranaense já era contabilizada a partir dos séculos XVII e XVIII e, segundo estimativas, era superior a 40%, em sua maioria de escravizados libertos (BEM PARANÁ, 2017).

Nos anos 1990, os ideais paranistas foram exaltados com a consagração do urbanismo da capital sob a gestão Jaime Lerner, por meio do *city marketing*. A associação de Curitiba com a ideia de capital-modelo, moderna e tecnológica foi novamente ligada ao fato de a cidade ser supostamente “europeia” e “branca”, sendo “diferente” do resto do Brasil, como apontou a pesquisadora Fernanda Sánchez Garcia (1997). O apagamento da presença da cultura negra em Curitiba gerou o “consenso da invisibilidade quando se evidencia a — ‘ausência’ e visibilidade do consenso quando esta ausência é utilizada como uma espécie de marketing social positivo na história do estado” (SOUZA, 2010, p. 59).

A falta de visibilidade da população negra em Curitiba é destacada pelo sociólogo Pedro Bodê de Moraes e pela socióloga Marcilene Souza (1999), que mostram as marcas dessa estratégia nos roteiros turísticos construídos na cidade, que conduzem os olhares dos turistas para os monumentos arquitetônicos e parques que evidenciam a presença da imigração europeia, ocultando os “poucos pontos” de

paranaense, ligada aos elementos naturais e simbólicos do estado, como a araucária, o pinhão, a gralha-azul, a erva-mate e aos elementos da cultura branca europeia, conforme o historiador Luis Fernando Lopes Pereira (1998).

memória da presença afro-brasileira na composição cultural da cidade. Essa abordagem é reproduzida nos materiais didáticos das escolas públicas, nas políticas de desenvolvimento diferenciado entre os espaços geográficos da cidade, que privilegiam os bairros de classe média em que predominam as pessoas brancas. Com isso, são reproduzidos os ideários paranistas, que exaltam em seus discursos o/a imigrante branco/a e negam e invisibilizam o povo negro, construindo uma cidade imaginária institucionalizada pelo poder público nos anos 1990, que contribuiu para a manutenção de uma visão ideológica e racista sobre a capital do Paraná.

Ainda assim, sempre houve resistência cultural e política desde o processo de colonização, realizada por diferentes movimentos negros, por homens e mulheres que atuaram em vários segmentos sociais, existindo, resistindo, construindo, transformando a história do estado. A jornalista Cecília Zarpelon (2021), baseada nas pesquisas realizadas pela fotógrafa, documentarista e antropóloga Geslline Braga, e do advogado, historiador e pesquisador da escravidão no Paraná Nei Luiz Moreira de Freitas, mostra que a resistência negra em Curitiba vem de longe. Ela destaca a história da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, fundada em 6 de junho de 1888. Considerada o terceiro clube mais antigo do Brasil, representa um símbolo da resistência e da organização do povo negro, e continua sendo um espaço para eventos, encontros e preservação da existência da cultura negra curitibana. Foi criada com o objetivo de promover assistência social, educação e ajuda financeira para as pessoas escravizadas que haviam conquistado a liberdade naquele período. Além do Clube 13 de Maio, havia várias associações negras cívicas e políticas em Curitiba, que lutavam para defender a cultura, a história e os direitos dessa população.

Segundo a pesquisadora Fernanda Lucas Santiago (2020), destacam-se neste período as associações femininas negras (Sociedade 28 de Setembro, Grêmio das Camélias, Grêmio 13 de Maio, Grêmio Flor de Maio e Grêmio Princesa Isabel), sendo as últimas quatro ligadas à Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio em Curitiba, funcionaram entre o final do século XIX e início do século XX, como importantes espaços de sociabilidades e resistência de mulheres negras, inclusive para combater as desigualdades de gênero que havia dentro da própria 13 de Maio.

As associações foram criadas e organizadas “por e para mulheres negras”, formando uma rede de solidariedade que utilizava diversas estratégias de ação como a filiação a uma sociedade negra, organização de forma independente, encontros para troca de experiências, ações conjuntas de proteção e de melhorias para as condições

de vidas, saúde, educação, caridade, promoção de festas para o fortalecimento da identidade negra, combate ao racismo e aos estereótipos e violências impostos às mulheres negras e a luta pela implementação de políticas públicas (SANTIAGO, 2020).

Os clubes negros de várias cidades do Paraná são uma prova da história da segregação imposta ao povo negro no estado. Esses espaços também representam a diversidade das lutas e formas de resistências e insurgências que se expressam pelos encontros e festividades do povo negro.

O pesquisador Matheus Chuery e a pesquisadora Maria Carolina Maziviero (2020) destacam o Carnaval curitibano como forma de resistência e visibilidade da cultura negra na cidade. Trata-se de um ato de ocupação do espaço público pela cultura negra. Curitiba passou a ser conhecida como a “cidade que não tem Carnaval”, a cidade da “cultura branca” e do “trabalho”. O Carnaval não cabe na imagem da cidade europeia. No entanto, essa imagem vem sendo desconstruída pelas escolas de samba da periferia, pelos blocos de rua, que exaltam a presença feminina, com blocos como “Ela pode ela vai”, e a cultura negra, com o bloco “Afro Pretinhosidade”, que colocam na cena pública suas resistências e visibilidade, com seus corpos e suas pautas de luta presentes nos ritmos e enredos de Carnaval.

Como apontam as jornalistas Aline Reis e Maria Carolina Scherner (2015), essa resistência também pode ser observada nas várias comunidades quilombolas espalhadas pelo Paraná, que só passaram a ser mapeadas e identificadas pelo Estado a partir de 2005, com a criação Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM), mostrando um “Paraná preto”, não só com forte atuação do povo negro, mas como o estado do Sul do Brasil com a maior proporção demográfica de pessoas negras. De acordo com dados do IBGE de 2018 publicados pela jornalista Bruna Bronoski (2020), 34% da população paranaense era negra ou parda no período pesquisado.

Ao longo da história paranaense e curitibana, os movimentos de resistência da população negra sempre foram atuantes. Após a década de 1970, os movimentos foram refletindo as pautas, os debates das lutas antirracistas nacionais com uma diversidade de organizações e frentes de ações. A pesquisadora Glaucia do Nascimento (2020) realiza um mapeamento desses movimentos em Curitiba, mostrando uma grande participação das mulheres na luta pela resignificação de uma cidade que não quer ser negra. Uma visão didática dessas lutas e organizações na

história paranaense também pode ser encontrada no trabalho coordenado por Souza (2011), que mostra as africanidades formadoras do estado.

No Paraná, como no resto do país, em diversos períodos históricos, a categoria raça foi utilizada pela elite intelectual e política branca para sustentar e legitimar seu lugar de privilégio nas hierarquias sociais de exploração e dominação econômica, tornando as supostas diferenças biológicas em justificativas para naturalizar a exclusão, exploração e a discriminação social e racial da população negra. Essas concepções “científicas” racistas foram incorporadas no senso comum da população e persistiram mesmo após a abolição da escravidão e da negação da validade científica do conceito de raça como diferença biológica entre os povos com o desenvolvimento da biologia e da antropologia. No entanto, a construção da racialização baseada na pseudociência do século XIX, com a classificação dos seres humanos, que passou a atribuir sentidos culturais para determinadas características físicas para mostrar que um grupo é diferente do outro, transformou a categoria raça num marcador de poder na sociedade. Dessa forma, para Moreira (2019, p. 41), raça deve ser entendida como

[...] uma construção social que procura validar projetos de dominação baseados na hierarquização entre grupos com características físicas distintas. Ao se construir minorias raciais como grupos com traços morais específicos, membros do grupo racial dominante podem justificar um sistema de dominação que procura garantir a permanência de oportunidades sociais nas suas mãos.

De acordo com a perspectiva do autor, raça é um conceito político e ideológico estruturado pelo processo de colonização e que continua sendo elemento estruturante das divisões de classe, da concentração de riquezas, sendo utilizado no Brasil como critério explicativo para as desigualdades sociais, a exclusão, as violências vivenciadas pelos povos negros e indígenas, impostas como práticas política cotidianas que ocultam e naturalizam os privilégios simbólicos e materiais e o poder de dominação e opressão da elite branca. “Por isso, o racismo aparece como ideologia que faz parte dessas matrizes de opressão, estruturantes do autoritarismo social que permeia as relações sociais”, como destaca Oliveira (2016, p. 29).

Estas perspectivas corroboram com o que foi apontado por Gonzalez (2020b), para quem as contradições raciais e o racismo estruturaram a sociedade brasileira e precisam estar articulados para se entender as questões de classe e gênero. As reflexões críticas inseridas por ela sobre o racismo, o colonialismo, o imperialismo e seus impactos sociais na estruturação das sociedades latino-americanas abriram

espaço para o debate sobre a necessidade de desenvolvimento de novas epistemologias nas ciências sociais, situadas e capazes de colocar em evidência a mulher negra, suas experiências, suas histórias, suas formas de resistências – capazes de evidenciar como os cruzamentos e sobreposições de gênero, raça e classe determinam suas vidas numa sociedade colonizada. Essa perspectiva de Gonzalez, segundo a pesquisadora Flavia Rios e o pesquisador Alex Ratts (2016, p. 395), colocou a filósofa “como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade enquanto uma questão teórica e política”.

O termo interseccionalidade foi sistematizado a partir do campo do direito pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 e popularizado no debate acadêmico em 2001. Herdeira do debate e das lutas dos feminismos negros dos anos 1970 nos EUA, Crenshaw apresentou na “III Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância”, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, uma metodologia interseccional para analisar os diferentes aspectos da discriminação de gênero e raça, suas múltiplas formas de opressões e como esses caminhos sobrepostos impactavam nos direitos das mulheres afro-americanas.

Collins (2017) destaca que foi a partir das discussões apresentadas por Kimberlé Crenshaw que o termo interseccionalidade passou a ganhar visibilidade nas discussões acadêmicas após os anos 1990. Porém, a popularização não se deve apenas ao trabalho da intelectual, mas é resultado das lutas dos movimentos sociais das mulheres negras desde o século XVIII, e que nos anos 1990, ao ampliarem sua participação na universidade nos EUA, foram disseminando este conceito em produções e debates acadêmicos. Mesmo sob a ausência deste termo, seu significado já estava presente nos movimentos sociais. Collins e a pesquisadora Sirma Bilge (2021, p. 16-17) definem:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

As reflexões suscitadas pela interseccionalidade buscam evidenciar e reconhecer as múltiplas violências e sobreposições de opressões que envolvem

gênero, raça e classe e que historicamente foram sendo impostas e legitimadas pelo poder dominante hegemônico racista, machista, sexista sobre as mulheres que não se encaixam nos padrões idealizados pelas organizações sociais. Dessa forma, as opressões não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. Na verdade, elas são articuladas com as diversas desigualdades e opressões na sociedade.

Conforme Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é um termo consolidado como ferramenta analítica amplamente utilizada por pesquisadores/as a partir do início do século XXI. No entanto, Collins (2017) alerta que o termo tem sido utilizado com uma imensa heterogeneidade após sua inserção na universidade. Para ela, as ideias colocadas pelo termo tiveram que se adaptar aos limites epistemológicos da academia e se afastaram do seu conteúdo político emancipatório defendido pelos movimentos sociais.

A interseccionalidade da academia teve que fazer concessões ao ambiente neoliberal das universidades estadunidenses. Assim, os princípios tornam-se mais teóricos do que práticos: os estudos estariam mais dedicados a descrever a verdade do que criticá-la. No entanto, a autora reafirma a importância do conceito e destaca que é necessário retomar os princípios críticos e transformadores das lutas das mulheres negras que o originaram, para avançar na criação de políticas emancipatórias levando em conta a interseccionalidade.

Outras críticas importantes ao conceito de interseccionalidade, segundo Hirata (2014), foram feitas por Kergoat, que nos anos de 1970 apresentou o conceito de “consustancialidade” para discutir as articulações entre as relações sociais de sexo e de classe e seus impactos na divisão do trabalho. Kergoat (2010, p. 94) defende que

[...] as relações sociais são consustanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente.

O conceito elaborado a partir da perspectiva materialista e histórica de Kergoat visa mostrar o nó formado pelas relações sociais, sendo as relações de gênero, “raça” e classe coextensivas desse processo. Segundo Hirata (2014, p. 65-66), a crítica fundamental apontada por Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que “[...] tal categoria não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica. [...] a análise interseccional coloca em jogo, em geral,

mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível”¹¹.

Os problemas apontados por Collins (2017) e por Kergoat (2010) ao conceito de interseccionalidade não inviabilizam o seu uso como ferramenta de análise. Como foi defendido por Collins e Bilge (2021), o conceito deve ser capaz de compreender as intersecções entre raça, gênero e classe sem hierarquizar as opressões, observando a localização dos indivíduos e mostrando como essas relações se configuram dentro do sistema capitalista para subjugar e oprimir os grupos humanos, mantendo as desigualdades sociais e os privilégios da elite dominante masculina e branca na sociedade.

Ainda de acordo com Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma ferramenta de luta política, pois possibilita o desenvolvimento de conhecimentos e práticas críticas e contestadoras, que devem ser utilizadas para combater e superar as opressões e as desigualdades para a promoção de justiça social. Além disso, a utilização da categoria interseccionalidade como instrumento de análise é fundamental, de acordo com a pesquisadora Carla Akotirene (2019, p. 42), para legitimar “[...] a negrura [...] das epistemes [...] para valorizar o pioneirismo feminista negro proposto pela categoria interseccionalidade”.

Para Akotirene (2019, p. 19), a discussão sobre interseccionalidade “visa dar instrumentalidade teórica-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

Gonzalez antecipou esta discussão no início dos anos 1980 no Brasil ao analisar raça, sexo, classe, suas intersecções com a opressão e discriminação social do racismo, sexismo, segregação na cultura e na divisão do trabalho vivenciadas pelas mulheres negras e indígenas na América Latina. Suas reflexões realizaram um questionamento sobre a objetividade e a neutralidade da ciência moderna, que sempre excluíram as concepções das sociedades africanas e indígenas na pesquisa científica, reivindicando a produção de um saber situado, uma objetividade

¹¹ Mesmo destacando a importância da crítica de Kergoat sobre a categoria de análise da interseccionalidade, Hirata afirmou num curso ministrado em 2022 na UTFPR (“Gênero e Trabalho” - PPGTE/UTFPR, de 19/09/2022 a 22/09/2022), que os dois conceitos são similares e que são adequados para os estudos da divisão sexual no trabalho.

corporificada, fundamentada na experiência dos caminhos trilhados pelas mulheres, principalmente negras e indígenas na luta contra todas as opressões sociais e nas formas de resistência construídas.

A busca de uma objetividade corporificada, parcial e responsável, defendida por Gonzalez e por Haraway não é um descompromisso com a racionalidade científica, tampouco sua negação, mas a construção de uma “racionalidade posicionada”, formada por uma diversidade de vozes e visões que carregam as marcas das contradições sociais de raça, gênero, classe, poder, geração, territorialidade, história – e que, por isso mesmo, olham e falam de algum lugar. “O conhecimento racional é um processo de interpretação crítica contínuo entre ‘campos’ de intérpretes e decodificadores” (HARAWAY, 1995, p. 31-32, grifos da autora). Elas defendem uma doutrina e uma prática de objetividade comprometida com a luta feminista, com os projetos científicos feministas críticos, plurais e paradoxais, capaz de realizar a contestação, a desconstrução e a transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de “ver” e conectar conhecimentos potentes para a construção de mundos mais igualitários.

A construção de uma objetividade corporificada, parcial e responsável, defendida por Gonzalez (2020) e Haraway (1995), busca a compreensão, a superação da dicotomia “sujeito-objeto” – que coloca o/a pesquisador/a como um ser conhecedor que está acima de seu “objeto”. Os saberes localizados buscam entender o objeto do conhecimento numa relação de interdependência e poder entre sujeito e objeto, pois a experiência e a vivência de ambos ocorrem num determinado espaço histórico coletivo, numa cultura específica em que estão inseridos.

Tanto a pesquisadora como as entrevistadas nesta pesquisa são portadoras de um conhecimento, uma compreensão e uma interpretação limitados, incompletos, situados. Isso porque “toda compreensão é parcial e inacabada”, como defende a socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2012, p. 623). Corroborando com esse pensamento, Haraway (1995, p. 36) afirma que os “saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’”.

As reflexões realizadas pelos estudos feministas, principalmente pelas críticas das “amefricanas” latinas e as mulheres negras norte-americanas ao construírem

uma metodologia interseccional para evidenciar as múltiplas formas de opressões e discriminação entre gênero, raça, classe e as análises do materialismo histórico e dialético provocaram transformações qualitativas no desenvolvimento da ciência, mostrando, segundo Minayo (2009, p. 14), que “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo”, porque a realidade social individual e coletiva é dinâmica, apresenta uma riqueza de significados transbordantes que se expressam por meio das estruturas, dos processos, dos símbolos, que se transformam histórica e dialeticamente.

Dessa forma, o objeto das ciências sociais é histórico, carrega as marcas e as especificidades do tempo social vivido, experienciado individualmente e coletivamente, possui consciência histórica, pois o/a pesquisador/a e o indivíduo pesquisado interagem, se identificam como seres humanos, tecem explicações, dão significados para suas ações, para suas intenções, realizam críticas, planejamentos para o futuro marcados pelo seu tempo histórico, pela sua experiência e pelo lugar que ocupam no mundo, constituído por opiniões, valores, crenças, modos de ser, pensar e agir.

Essas marcas qualitativas do objeto das ciências sociais mostram que não existe ciência neutra, pois a visão de mundo vai permear todo o processo de desenvolvimento do conhecimento – desde a escolha do objeto de estudo, até os caminhos teóricos e metodológicos que serão percorridos. A pesquisa qualitativa busca ver os objetos pesquisados como agentes, atores e atrizes, numa perspectiva relacional, mediada pelos conflitos e contradições das relações de produção, de poder, de gênero, raça e classe – entre outras desigualdades que permeiam as relações sociais. Trata-se do reconhecimento da dimensão ética e política do processo dialético de compreender e interpretar na produção científica que vai construir um conhecimento aproximado e incompleto da realidade social.

A perspectiva de Minayo (2009; 2012), Haraway (1995) e Gonzalez (2020) – de que não há neutralidade científica, de que os saberes são localizados, “situados” social e historicamente, que resultam da experiência, vivência e da interação dialética entre seres humanos na construção e desenvolvimento da pesquisa – é considerada adequada para o desenvolvimento deste trabalho.

Na produção científica, é importante situar o “sujeito cognoscente” para evidenciar o seu campo de visão, deixando claro que não há visão inocente e/ou neutra. Para a filósofa Djamila Ribeiro (2017, p. 69), situar o lugar social de quem

fala não se refere aos discursos individuais, mas ao reconhecimento da localização social dos grupos nas múltiplas relações de poder, que possibilita acessos diferenciados à cidadania. “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”.

Situar o lugar social da fala no desenvolvimento desta pesquisa é importante para refletir sobre o ponto de vista adotado para dialogar com as mulheres jornalistas, buscando entender as interseccionalidades que demarcam as hierarquias e as sobreposições de poder e os privilégios de gênero, raça, classe e geração, que se refletem nas transformações, na inserção, na participação e resistência no mundo do trabalho da comunicação e nas demais relações sociais, a partir de suas perspectivas construídas por suas experiências e vivências sociais produtoras de conhecimentos. Para Ribeiro (2017, p. 86), refletir criticamente sobre o lugar de privilégio que ocupamos na sociedade é um posicionamento ético e um compromisso político: “O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares e grupos subalternizados”.

Os saberes localizados, situados social e historicamente, conforme apontam Haraway (1995), Minayo (2009; 2012) e Gonzalez (2020), representam uma condição particular na qual os conhecimentos são produzidos e refletem a identidade e o posicionamento social de seus/uas produtores/as. Essa reflexão pode produzir conhecimentos responsáveis, sobre os quais se pode prestar contas, principalmente numa sociedade em que há um “pacto narcísico da branquitude”.

Cida Bento (2022), considerando suas experiências em diferentes espaços que ocupou no mundo do trabalho em empresas públicas e privadas, observou que há pouca diversidade nessas instituições, pois os cargos de liderança continuam majoritariamente ocupados por homens brancos, com pouca participação de pessoas negras. Os espaços institucionais são constituídos pela homogeneização das regras, das forças de funcionamento, pelos sistemas de valores e também pelo perfil masculino branco das lideranças.

O modelo de organização e divisão das hierarquias no mundo do trabalho, marcadas pelas intersecções entre gênero, raça e classe, vai sendo reproduzido entre as gerações com poucas alterações, perpetuando-se no tempo. Cida destaca que a

manutenção da lógica de exclusão e de privilégios nas instituições, inclusive nas de esquerda, é silenciada porque há um pacto de cumplicidade não verbalizado entre as pessoas brancas, que visam manter seus privilégios. Elas competem entre si, mas sempre com seus iguais. Cida Bento (2022, p. 18, grifos da autora) define essa lógica como o

[...] pacto da branquitude, que possui [...] um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele.

Trata-se de uma aliança subjetiva construída coletivamente, mas que não é reconhecida publicamente. Os pactos tácitos nem sempre são visíveis; perpetuam os privilégios de pessoas brancas e excluem os que não se encaixam no perfil étnico-racial e social do grupo dominante. A essência da branquitude está num conjunto de práticas culturais não nomeadas e não marcadas, silenciadas e ocultadas. Ela representa um “posicionamento de vantagens estruturais de privilégios raciais. É um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade” (BENTO, 2022, p. 62).

A branquitude está alicerçada na herança ideológica colonial que colocou a Europa como o lugar da civilização mundial e o branco europeu como o símbolo da humanidade e os demais povos representados como inferiores, irracionais e primitivos, pensamento justificado pelo desenvolvimento dos conceitos “científicos” racistas do século XIX, presentes ainda de forma residual no Ocidente. Toda violação cometida pelos ancestrais brancos no processo de colonização em busca da acumulação de riquezas e do desenvolvimento capitalista no mundo, como a escravização, a destruição dos territórios, a violência de gênero, o roubo das riquezas, foi ocultada e silenciada. “As hierarquias de raça e gênero foram fundamentais para a estruturação do pensamento colonial” (BENTO, 2022, p. 37).

O lugar de privilégio ocupado pelas atuais gerações brancas nos espaços de poder é colocado como mérito do grupo, silenciando qualquer ligação com os atos anteriores de seus antepassados. Porém, Bento (2022, p. 28) destaca que os benefícios da colonização iam para além das companhias e famílias ricas ligadas diretamente à exploração das colônias, mas chegavam a todas as classes, inclusive às mais pobres. Dessa forma, os “brancos pobres e a classe trabalhadora se beneficiaram do legado da opressão racial”.

O “capitalismo racial”, desenvolvido sob os processos da colonização, explora o trabalho assalariado “ao mesmo tempo que se baseia em uma lógica de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vai desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero” (BENTO, 2022, p. 41).

Falar sobre a herança escravocrata que vem sendo transmitida ao longo do tempo, mas silenciada, pode auxiliar as novas gerações a reconhecer o que herdaram naquilo que vivem na atualidade para debater e avançar para outros pactos civilizatórios. É preciso entender o privilégio da branquitude representada simbólica e materialmente nas relações de poder associadas com a brancura da pele, ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos/as, sejam eles/as pobres ou antirracistas. Bento (2022) enfatiza que é necessário desenvolver uma reflexão crítica sobre a branquitude que vá além de condenar o racismo, mas que busque abrir mão de seus privilégios sustentados pelo racismo estrutural para realizar uma prática verdadeiramente antirracista.

Para Carneiro (2011) e Bento (2003), em uma sociedade construída a partir de relações sociais multirraciais, pluriculturais, que traz em sua formação a herança da escravização patriarcal, classista e racista como são as sociedades latino-americanas, não basta incluir as categorias de gênero e de classe social como variáveis teóricas em nossas pesquisas científicas, separadas das demais opressões, que marcam as especificidades de ser mulher na sociedade brasileira. Isso porque o racismo é um dos principais eixos articuladores das hierarquias de gênero e de classe em todos os segmentos sociais, tornando o seu combate a grande prioridade política para a construção de um país democrático. De fato, entre as pessoas mais exploradas e pobres está a população negra, principalmente as mulheres, que possuem um *déficit* social muito maior quanto à saúde, violência, educação, trabalho, renda, acesso a bens, como consequência das articulações entre sexismo e o racismo, refletidas na distribuição desigual socioeconômica, cultural e política.

Buscando entender as complexas intersecções entre gênero, raça e classe que determinam a divisão sexual do trabalho e seu desenvolvimento tecnológico contraditório e desigual na sociedade capitalista contemporânea, a percepção fornecida por diferentes gerações de mulheres negras e brancas jornalistas que vivenciaram e vivenciam esse processo na cultura do trabalho é fundamental. Para isso, a presente pesquisa entende que um grupo de uma mesma geração é formado

por pessoas que vivenciaram as mesmas experiências da cultura intelectual, política e social de sua época. Segundo o sociólogo Karl Mannheim (1982), geração vai além da simples identificação da divisão etária, cronológica, mas trata-se de uma dimensão analítica que permite a reflexão, a compreensão das mudanças sociais, econômicas das formas de pensar e de viver de um determinado tempo histórico, a partir das percepções de um grupo específico, de suas experiências comuns e suas inter-relações.

Dessa forma, as percepções e memórias que as mulheres de cada geração atribuem ao mundo do trabalho são fundamentais, numa sociedade que impede a lembrança, a reflexão e as perspectivas construídas por suas experiências e vivências produtoras de conhecimentos. Assim, é possível resgatar suas visões ideológicas, suas convicções e entender de que maneira, como seres sociais, atuam, modificam e resistem no mundo do trabalho.

O conceito de resistência buscado nesta tese dialoga com a definição da socióloga Lourdes Bandeira (2009). Segundo ela, trata-se de estratégias construídas e praticadas pelas mulheres em suas lutas cotidianas para questionar, rejeitar e desenvolver ações contra os padrões, os papéis e as normas de comportamento que naturalizam, hierarquizam e mantêm as desigualdades de gênero, raça e classe. Esta perspectiva busca evidenciar as estratégias utilizadas no cotidiano e os anseios por mudanças relatados pelas jornalistas no questionamento e no enfrentamento dos processos interseccionais de opressão em que buscam o reconhecimento para serem donas de si, dotadas de direitos no mundo do trabalho e na sociedade.

As estratégias de resistência desenvolvidas pelas jornalistas não representam a ideologia da meritocracia capitalista. Segundo a socióloga Berenice Bento (2021), essa ideologia é um sistema de hierarquização e premiação que defende que homens e mulheres são recompensados pelos seus esforços individuais com o sucesso econômico e social, ocultando todas as determinações das desigualdades estruturais históricas de gênero, raça, classe e origem. Assim, a meritocracia esconde as relações de poder capitalista que articulam a vida de cada pessoa na sociedade, legitimando os privilégios herdados.

Tomando como base as abordagens teóricas do materialismo histórico e dialético, as perspectivas dos estudos feministas de gênero e suas interseccionalidades de raça e classe, bem como as opressões estruturantes da matriz colonial moderna, que apontam que os saberes são sempre localizados,

situados social e historicamente, esta pesquisa busca analisar o impacto das transformações do jornalismo sob as mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva a partir da percepção de interseccionalidade de três gerações de mulheres (brancas e negras) e suas formas de resistências.

Para isso, busca-se uma construção dialética entre o ponto de vista de quem procura conhecer e quem está compartilhando seus conhecimentos e saberes para refletir, questionar, rever, ouvir outras histórias a fim de reconstruir relações sociais plurais diversas, equitativas e democráticas. A matéria-prima da pesquisa qualitativa é composta “por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação” (MINAYO, 2012, p. 622).

Como o presente trabalho envolve a comunicação, é necessário discutir os processos de desenvolvimento da pesquisa nesta área, suas abordagens metodológicas e suas interfaces com os estudos de gênero, que, apesar de seu crescimento e importância desde a década de 1980 nas ciências sociais no Brasil, não se refletiram com a mesma intensidade nas análises científicas em jornalismo, como apontam as pesquisadoras Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Lago (2016). Também chama atenção o relativo desprezo sobre as problematizações e suas imbricações de classe, raça e etnia na área da comunicação.

2.3 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA QUALITATIVA E SUAS INTERFACES COM GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Para entender a importância e a contribuição da pesquisa qualitativa em comunicação e suas interfaces com os estudos gênero, raça e classe no Brasil, precisamos entender o seu percurso histórico, marcado por transformações econômicas, sociais, tecnológicas, culturais que vêm sendo tecidas desde o final do século XIX, ampliada e consolidada durante todo o século XX, trazendo suas complexidades e contradições para o XXI. O reflexo dessas mudanças vivenciadas entre o século XIX até atualidade pode ser observado no processo de institucionalização da área de comunicação, nos debates e questionamentos epistemológicos, no delineamento dos seus objetos, na pluralidade de teorias e metodologias de investigação incorporadas no desenvolvimento das pesquisas realizadas localmente e internacionalmente.

A pesquisadora Vera Veiga França (2010, p. 49) destaca que essa diversidade reflete também a complexidade “da dimensão empírica que a comunicação recobre das inúmeras atividades profissionais de comunicação; os diferentes veículos; as inúmeras linguagens”. No Brasil, essa discussão é apresentada em trabalhos realizados nas últimas décadas por pesquisadores/as como Marialva Barbosa, Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Roseli Fígaro, Lucia Santaella, José Marques de Melo, Ciro Marcondes Filho e Luiz C. Martino.

Os estudos específicos sobre a comunicação passaram a ser realizados no início do século XX. O sociólogo Michael Schudson (2002) chama a atenção para o fato de que, na história do pensamento ocidental, o estudo da comunicação tem ocupado um lugar secundário. Conforme Schudson, ainda no século XIX a reflexão sobre o impacto da imprensa na sociedade passou praticamente despercebida, ocupando apenas uma pequena parte das obras de estudiosos/as.

Isso ocorreu devido a dois motivos principais: a) uma maior preocupação dos pensadores do campo da sociologia, como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim com categorias que, para eles, eram consideradas mais importantes, tais como família, classe social, formação das normas, organização da sociedade; b) a primeira metade do século XX na Europa foi marcada pelas duas guerras mundiais. Com isso, muitos/as intelectuais europeus/eias tiveram que migrar para outros países, como os Estados Unidos, onde a pesquisa em comunicação teve impulso ainda na primeira metade do século XX.

Embora os primeiros passos para a construção do campo de pesquisa em comunicação fossem dados na Europa – mais precisamente na Alemanha, com a publicação da primeira tese acadêmica sobre o jornal, de Tobias Peucer, defendida na Universidade de Leipzig, em 1690, como apontam os pesquisadores Eduardo Meditsch e Reges Schwaab (2014), foi nos EUA que a mídia tornou-se relevante para os/as pensadores/as.

Segundo França (2010), esse interesse foi motivado por questões políticas e econômicas que trouxeram mudanças na infraestrutura nos EUA na primeira metade do século XX, resultado da associação entre o desenvolvimento da economia de mercado baseada na industrialização, na urbanização capitalista, que possibilitaram as mudanças tecnológicas, a criação de uma sociedade de consumo, o desenvolvimento dos meios de comunicação massivos e sua ascensão como potência imperialista após a Segunda Guerra Mundial.

Meios como rádio, cinema, jornais, revistas, TV passaram a ter um grande alcance entre as pessoas na sociedade norte-americana e uma ampla influência na difusão de valores, comportamentos e consumo de bens simbólicos. Isso pode ser visto com a popularização da imprensa (a *penny press* e a imprensa sensacionalista de Joseph Pulitzer e William Hearst), além da criação de uma indústria cinematográfica a partir da década de 1910, conforme o pesquisador Denis McQuail (2010).

O outro motivo que levou os norte-americanos a se interessarem pela mídia foi sua utilização como instrumento de persuasão e coesão social, principalmente nos momentos de conflitos armados. Durante a Primeira Guerra Mundial, a mídia foi um instrumento importante para conquistar o apoio da população quanto à entrada dos Estados Unidos no conflito; na Segunda Guerra, os jornais, as estações de rádio e principalmente o cinema ajudaram a criar uma imagem negativa dos nazistas, que passaram a ser vistos como archi-inimigos dos americanos. Até mesmo personagens de histórias em quadrinhos foram criados para reforçar essa ideia, como foi o caso do Capitão América.

Esse aspecto instrumental e “administrativo” das pesquisas em comunicação nos EUA ainda na primeira metade do século XX é destacado pelas pesquisadoras Maria Ivanúcia Lopes da Costa e Marcília Luzia Mendes (2012). Segundo elas, o governo norte-americano e as empresas preocupavam-se em entender as funções, os efeitos e os estímulos necessários dos meios sobre os públicos de massa, geralmente a partir de um viés quantitativo, para obter determinadas respostas, como o apoio à causa da guerra, oposição ao comunismo ou a vinculação de uma determinada identidade ao consumo de certos produtos industrializados.

Para as pesquisadoras Silvia Borelli e Simone Luci Pereira (2014), destacam-se neste período as obras de autores como Harold Lasswell, que publicou em 1927 *Propaganda techniques in the world war* [técnicas de propaganda na guerra mundial], que se tornou uma referência no desenvolvimento do campo de pesquisa chamado de *mass communication research* [pesquisa em comunicação de massa], além de Paul Lazarsfeld e Robert Merton, nos anos 1940. As pesquisas desenvolvidas por estes autores foram estruturadas a partir das teorias da psicologia, da sociologia e da antropologia com enfoque empirista, funcionalista, quantitativo e tiveram uma influência preponderante sobre as primeiras décadas de pesquisa na área da comunicação nos EUA, ajudando também a formar as metodologias de pesquisa.

Esses autores são reconhecidos como os “patriarcas” do desenvolvimento da pesquisa em comunicação, posição questionada pela pesquisadora Aimée-Marie Dorsten (2012), que resgatou as contribuições das “matriarcas” da comunicação: Hortense Powdermaker, Mae D. Huetting e Helen Magill, que publicaram seus trabalhos nos mesmos círculos acadêmicos de Lasswell e Lazarsfeld, entre 1930 e 1960. Para a pesquisadora, o campo da comunicação, ao documentar sua própria historiografia, não examina as questões de gênero, pois desde seu surgimento vem priorizando a produção masculina e silenciando o protagonismo feminino no desenvolvimento do trabalho acadêmico.

Na década de 1950, com o desenvolvimento dos primeiros computadores, as pesquisas em comunicação se deslocaram dos efeitos para a eficiência na transmissão das informações. Era necessário dar impulso a pesquisas que pudessem mostrar as melhores formas de transmitir informação de um ponto a outro. Surgiu então a teoria matemática da informação, formulada por Claude Shannon e Warren Weaver, que trabalhavam para a companhia de telecomunicações (AT&T) e para o governo americano. O modelo de Shannon e Weaver, aperfeiçoado no final da década de 1960 pelo linguista Roman Jakobson, tentava criar fórmulas matemáticas adequadas para transmitir informações com o mínimo de perda possível. Os modelos matemáticos foram ampliados ao longo do tempo e tomados como ponto de partida para áreas como a inteligência artificial, com ampla aplicação na comunicação entre humanos e máquinas.

O que liga as teorias de Lasswell, Lazarsfeld à de Shannon e Weaver é o fato de elas terem uma aplicação instrumental, sendo classificadas como “pesquisas administrativas” – ou seja, desenvolvidas para serem aplicadas para algum fim do governo e das empresas americanas visando a persuasão, a integração, a estabilidade e o consenso social, não se preocupando com a crítica da comunicação e da sociedade, como destaca Paulo Serra (2007).

Segundo a pesquisadora Heloisa Martins (2004, p. 296), Paul Lazarsfeld teve uma grande influência no desenvolvimento desse campo de pesquisa nos EUA, ao ter sua pesquisa financiada pela Fundação Rockefeller, idealizando a criação do *Bureau of Applied Social Research*. O modelo *research* de investigação sociológica no final dos anos 1950 foi levado para Europa e para a América Latina. A autora destaca que esse modelo foi fortemente influenciado pelos interesses mercadológicos e publicitários dos clientes financiadores. “Nos anos 1960, por exemplo, 50% da renda

da Universidade de Colúmbia provinha desses contratos de pesquisa. Tal modelo até hoje influencia boa parte das instituições de pesquisa nos Estados Unidos” (MARTINS, 2004, p. 297).

O modelo de pesquisa utilizado por Lazarsfeld retomou o paradigma da ciência positivista. A abordagem teórica positivista desenvolvida por Augusto Comte estruturou a sociologia como ciência, fundamentada nos métodos das ciências exatas e das biológicas denominada de “física social”, que segundo Comte (1989, p. 53) é assim definida porque é “a ciência que tem por objetivo próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químico e fisiológico, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo especial de suas pesquisas”.

Para Comte, os fenômenos humanos e sociais poderiam ser equiparados aos fenômenos naturais e matemáticos, sendo submetidos a um único método científico, em que a investigação rigorosa dos fatos, a partir da neutralidade diante do objeto, permitiria alcançar a objetividade e a verdade incontestável que poderia ser observada, verificada, quantificada, comprovada e generalizada na sociedade. Conforme Martins (2004), Lazarsfeld defendia que para explicar a realidade são suficientes os dados quantitativos recolhidos pelas técnicas das investigações empíricas, que deveriam ser assépticas, objetivas, padronizadas e neutras.

Esta concepção de ciência construída por Comte vem sendo questionada e criticada desde o final do século XIX por diferentes estudiosos/as no campo de pesquisa das ciências sociais no Ocidente, como a teoria marxista e a crítica feminista à ciência. Na área da comunicação norte-americana, a perspectiva positivista-funcionalista das pesquisas administrativas foi questionada já nos anos 1940 e 1950 pela teoria crítica dos filósofos da Escola de Frankfurt, dentre eles Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, que buscavam analisar criticamente os meios de comunicação, caracterizando-os como indústria cultural, observando seus impactos na cultura a partir da compreensão das condições sociopolíticas e econômicas, desconstruindo a concepção de ciência social neutra, revelando sua face ideológica.

Adorno e Horkheimer (1985), usando elementos de um quadro teórico que articula os pensamentos de Hegel, Marx e Freud, criaram no final dos anos 1940 a expressão indústria cultural para designar um tipo de produção cultural feita a partir da lógica do modelo industrial capitalista para ser consumida em larga escala pela população, propagada e massificada pelos meios de comunicação como o rádio, a

TV, o cinema, as revistas, os jornais, fixando assim os valores burgueses, padronizando os gostos e as necessidades dos públicos. Para os autores, a indústria cultural passa a ocupar o tempo livre dos indivíduos ampliando as formas de exploração do trabalho capitalista e da alienação.

Para os autores, a indústria cultural impossibilitava as promessas do mundo moderno de autonomia, liberdade e igualdade, que seriam proporcionadas pelo acesso ao conhecimento racional, que libertaria as pessoas do pensamento mitológico, pois em vez de dar acesso à informação, à reflexão crítica, ao desenvolvimento da originalidade e da criatividade, a indústria cultural oferecia apenas a “distração” e a “subcultura”. Portanto, está no centro da crítica realizada por Adorno e Horkheimer o fenômeno da cultura na sociedade capitalista, na produção e desenvolvimento do pensamento científico, que transformaram as ciências sociais apenas num instrumento técnico de pesquisa para realizar a seleção e a classificação dos dados “objetivos e neutros”, negando as mediações sociais, produzindo não a verdade, mas promovendo um falseamento ideológico.

A crítica ao cientificismo ou empirismo abstrato, privilegiados pelas abordagens quantitativas criticadas Horkheimer e Adorno, foi-se ampliando entre os anos 1960 e 1980, influenciando a retomada da abordagem qualitativa nas pesquisas sociais. Essa tendência foi adotada também nos trabalhos em comunicação, que passaram a considerar limitados os pressupostos teóricos positivistas de Lasswell e Lazarsfeld por valorizarem a perspectiva dos interesses mercadológicos e/ou governamentais, deixando de lado o papel social.

Para a pesquisadora Ana Carolina Escosteguy (2014, p. 253), nesse período, além de métodos voltados para a pesquisa qualitativa, surgiu a preocupação em entender uma pluralidade de problemáticas que não haviam sido contempladas em pesquisas anteriores, como os estudos empíricos de recepção. Esta modalidade passou a questionar a unidimensionalidade e a passividade da audiência, dando destaque à importância das culturas populares e à comunicação de massa. Mais tarde, nos anos 1980, também foram sendo incorporados os estudos sobre identidades étnicas e sexuais, abrindo um diálogo com outras tradições teóricas das ciências humanas, “deixando de lado, por exemplo, o estruturo-funcionalismo norte-americano, pois este não dava conta de compreender as temáticas propostas”.

A retomada da metodologia qualitativa ocorrida no campo da pesquisa em comunicação reflete os debates e as disputas teóricas que estavam ocorrendo entre

os anos 1960 e 1980 na Europa e nos EUA sobre as limitações das abordagens positivistas nas pesquisas em ciências sociais. Ainda em meados da década de 1950, surgia na Inglaterra o movimento da *new left* [nova esquerda], que marcava o distanciamento da esquerda intelectualizada em relação ao partido comunista soviético, a partir de 1953, quando foram reveladas diversas violações de direitos humanos cometidas por Stalin. Intelectuais marxistas passaram a desenvolver uma ação mais independente do partido, atuando em especial na análise cultural – com trabalhos que envolviam história, educação e crítica literária. Além disso, vivia-se na cultura do Reino Unido as consequências da descolonização da África e da Ásia, que integraram o Império Britânico, bem como o avanço da cultura de massa sobre as tradições populares nos países que formam o Reino Unido (ESCOSTEGUY, 2010).

Um dos grupos se formou em torno da escola para adultos de Birmingham (mais tarde designada *Centre for Contemporary Cultural Studies*, CCCS), que teve entre seus fundadores Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward Palmer Thompson. Oriundos de famílias operárias do Reino Unido, ligados ao Labour Party, os três intelectuais tiveram uma formação de elite na área de ciências humanas, tendo sido educados de acordo com a noção de cultura então vigente no Reino Unido, que correspondia às grandes realizações humanas nas artes e nas ciências – deixando de fora as manifestações populares, estudadas apenas no campo do folclore, de acordo com a pesquisadora Maria Elisa Cevalco (2003).

Os trabalhos iniciais desses três pensadores que estudaram a cultura e suas relações com o poder e as desigualdades de classe serviram de matriz para a formação de um grupo de pesquisadores/as que começou a estudar a cultura no Reino Unido nas décadas seguintes (ESCOSTEGUY, 2010). Entre eles estavam Stuart Hall, nascido na Jamaica e formado no final dos anos 1950 na Inglaterra, que desenvolveu nos anos 1970 estudos sobre o uso da cultura como forma de resistência política. Em vez de estudar um tema tradicional – como a literatura de autores que preferencialmente já estivessem mortos – optou por estudar um tema vivo, relacionado à cultura do consumo e à indústria cultural.

Para Escosteguy (2010), os estudos culturais britânicos representam uma busca de construção de um projeto político e o desenvolvimento de um novo campo teórico de estudos, constituído por uma multiplicidade de objetos e temas de investigação. Eles incorporaram uma pluralidade de abordagens teóricas que foi sendo adaptada a diferentes contextos culturais, influenciando a área de humanidades

em universidades dos EUA, Austrália, África e América Latina nas décadas seguintes, proporcionando uma contribuição metodológica para os estudos da comunicação.

Os estudos culturais surgiram na mesma época da chamada “virada linguística” dos anos 1960 na Europa. Essa tendência reconhece que a linguagem não é apenas veículo para a transmissão de ideias, conceitos e informações, mas é um agente estruturador da própria realidade e do pensamento. Dessa forma, ganhava força nas humanidades a ideia de que a linguagem é um elemento fundamental na construção da realidade, contribuindo para a prevalência de metodologias qualitativas, como as análises linguísticas, a semiótica e a análise discursiva.

As mensagens dos meios de comunicação, os estudos de recepção, consumo e usos sociais da mídia, a relação entre ciência, tecnologia e cultura passaram a ser objetos das pesquisas, assim como posteriormente as temáticas em torno das identidades étnicas, de gênero e geracionais e atualmente o feminismo e a cibercultura (ESCOSTEGUY, 2006). O período entre anos de 1960 e 1980 na Europa e nos EUA trouxe uma efervescência nos debates acadêmicos, renovação e disputa de teorias. Elas começaram com o estruturalismo e o pós-estruturalismo francês, que ganhou visibilidade com os trabalhos de Roland Barthes, Michel Foucault, Michel de Certeau e Julia Kristeva.

Já nos anos de 1970, os debates sobre raça, classe, etnicidade, orientação sexual e nacionalidade desafiaram os discursos teóricos tradicionais. O multiculturalismo evidenciou a diferença e a importância de focar os grupos marginalizados, minorizados, opositoristas e as vozes até então excluídas do diálogo cultural. Escosteguy (2018) destaca a importância das teóricas feministas na inclusão destes debates nos estudos culturais, no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), ao questionarem a ausência de temáticas feministas nas pesquisas.

O crescimento da participação do número de mulheres no CCCS permitiu a formação em 1974 do Grupo de Estudos das Mulheres (Women’s Studies Group) na Inglaterra, que reorganizou a agenda dos estudos culturais e inseriu a discussão das diferenças de gênero, sexualidade, resistência, poder e suas interfaces com a cultura e a política. As reflexões iniciais dos estudos culturais a partir da abordagem feminista foi sobre a imagem das mulheres nos meios de comunicação de massa, tendo como as primeiras publicações destas investigações, como destaca a pesquisadora Thereza Helena Prates Scofield (2008, p. 5) o texto *Images of women in the media* [imagens das mulheres na mídia] (1974), que trazia pesquisas de Helen Butcher, Rosalind

Coward, Marcella Evarist, Jenny Garber, Rachel Harrison e Janice Winship. Escosteguy (2018) também aponta como resultado dos estudos culturais a publicação em 1975, da primeira edição *Resistance Through Rituals. Youth subcultures in post-war Britain* [resistência por meio de rituais. Subculturas juvenis no Reino Unido do pós-guerra] (*Working papers in cultural studies*, n. 7/8, de 1975) em que Angela McRobbie e Jenny Garber analisam a cultura juvenil feminina, destacando suas formas diferenciadas de resistência e suas relações entre classe, geração e gênero.

A pesquisa feminista no âmbito dos estudos culturais foi sendo desenhada a partir das necessidades de inovação das teorias, marcadas por disputas e preconceitos, principalmente entre os pesquisadores masculinos, e em 1978 foi publicado *Women take issue: Aspects of Women's Subordination* [mulheres em discórdia: aspectos da subordinação feminina], primeiro livro realizado pelo grupo de estudos de mulheres, a partir de um coletivo formado só por mulheres em que se discutia sobre a opressão feminina a partir de seu lugar nas relações econômicas capitalistas (SCOFIELD, 2008; ESCOSTEGUY, 2018). O núcleo de estudos formado só por mulheres passou a pesquisar os temas relacionados à problemática feminista e os demais pesquisadores, grande parte do sexo masculino, abordavam os temas ligados à cultura em geral, evidenciando os preconceitos de gênero e as tensões no campo da pesquisa da cultura.

Escosteguy (2019) aponta que, mesmo diante dos preconceitos de gênero, a participação das mulheres do CCCS e de suas percepções feministas foram muito importantes e provocaram transformações nos estudos culturais, abrindo espaço para a inserção da categoria de gênero, das questões da sexualidade, da subjetividade e também se refletiram em mudanças nas estratégias metodológicas, que passaram a reconhecer as experiências pessoais de opressão e subordinação relatadas pelas mulheres.

A necessidade de renovação de teorias, a “chamada crise de paradigmas”, segundo a filósofa Marilena Chaui (2001, p. 165), está ligada às transformações da base material da sociedade que colocaram novos objetos para as ciências sociais, que precisam de novas teorias e metodologias para entender os novos tempos.

Como apontado pelos estudos de autoras feministas (SARDENBERG, 2001; LOURO, 2003; COLLINS, 2019; VESSURI, 1991; HARAWAY, 1995; BANDEIRA, 2008; GONZALEZ, 2020), é a partir das críticas feministas que várias pesquisas passaram a ser realizadas nas áreas da antropologia, sociologia, educação, literatura

e comunicação. Os estudos feministas problematizam os paradigmas positivistas da objetividade, neutralidade, subvertendo a produção acadêmica. Várias estudiosas passaram a utilizar como ferramentas de pesquisa as histórias de vida, diários pessoais, cartas, em trabalhos escritos em primeira pessoa para mostrar seu ponto de vista a partir da trajetória histórica e o seu lugar social (LOURO, 2003).

No Brasil, o golpe militar de 1964 impôs desafios diferentes ao desenvolvimento dos movimentos feministas, que tiveram que se aliar aos demais movimentos de esquerda na luta contra a ditadura, pela democratização, razão pela qual os estudos sobre mídia e mulher, mídia e gênero, consumo feminino dos produtos da cultura de massa foram implementados mais tardiamente nos espaços acadêmicos brasileiros (ESCOSTEGUY, 2018).

Mas se por um lado não houve avanço nas discussões feministas na área acadêmica durante a ditadura, por outro as discussões avançaram na imprensa alternativa. A pesquisadora Mariana Jafet Cestari (2008) destaca que nos anos 1970 a imprensa feminista independente e alternativa¹² foi fundamental na luta feminista pelas transformações das relações de gênero, que eram ainda mais desiguais naquele momento. Entre as pautas de reivindicações estavam a luta pela saúde da mulher, contra a violência, discriminação racial, divórcio, creche e aborto. “Neste período, são publicados os primeiros jornais nacionais que se autodenominavam feministas, eram dirigidos às mulheres e feitos por mulheres” (CESTARI, 2008, p. 110). Destacam-se os periódicos *Brasil Mulher* (1975-1980), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Nzinga Informativo*¹³ (1985-1989). Este último, produzido pelo movimento feminista negro, tinha o objetivo de pautar e destacar a discussão sobre gênero e raça.

Destaca-se neste período a contribuição dos feminismos negros conforme apontado pelas pesquisadoras (GONZALES, 2020; CARDOSO, 2020; CARNEIRO, 2011), que ocorreu a partir das trajetórias de lutas das mulheres negras, com sua inserção nas universidades, questionando, tensionando, criticando a produção

¹² “Jornais de formato tablóide ou minitablóide, muitas vezes de tiragem irregular, alguns vendidos em bancas, outros de circulação restrita e quase sempre de oposição ao regime militar instalado em 1964. A chamada imprensa alternativa era, no entanto, formada também por jornais feministas, de reivindicação de direitos de minorias como negros e homossexuais, e que nem sempre tinham conotação de contestação direta ao regime militar” (ARAÚJO, 2021, s/p).

¹³ A pesquisadora Viviane Gonçalves Freitas (2017) destaca que esse periódico que incorporou o mesmo nome do Coletivo de Mulheres Negras “Nzinga”, fundado em 1983 no Rio de Janeiro por Lélia Gonzalez e outras ativistas negras, ainda é pouco pesquisado, diferente de outros periódicos feministas do mesmo período.

científica tradicionalmente branca e masculina e o feminismo hegemônico liderado por mulheres brancas, de classe média, universitárias, heterossexuais oriundas de centros urbanos. “Enegrecendo o movimento feminista brasileiro”, esse movimento colocou no centro do debate as reivindicações das mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Segundo Carneiro (2003, p. 117), os movimentos feministas, principalmente os feminismos negros e de mulheres que ainda não se identificavam como feministas, mas que estavam em diferentes frentes de luta pelo processo de democratização e direitos sociais neste período, tiveram uma das melhores performances dentre os movimentos sociais, tornando-se respeitados internacionalmente e influenciando as mudanças da Constituição de 1988, “que contemplou cerca de 80% de suas propostas”. Desta forma, esses movimentos deram uma importante contribuição para o processo de democratização do estado, na inovação das políticas públicas e sociais, nos estudos sobre gênero e raça e na formação da crítica feminista da mídia.

Como a entrada do feminismo nas universidades brasileiras foi tardia em relação aos grandes centros, essas discussões só foram incorporadas muito recentemente em algumas áreas, como é o caso da comunicação. Trata-se de uma esfera de pesquisa que luta ainda por autonomia, recebendo contribuições de diferentes áreas, principalmente das ciências sociais. Em geral, a comunicação é um campo que sofre a influência teórica das outras áreas, tendo um papel secundário na definição das teorias. No caso do feminismo, o corpus teórico primeiro foi absorvido e reelaborado pelas ciências sociais, para depois ter um uso aplicado às pesquisas de comunicação, não diferindo daquilo que tem ocorrido desde os primórdios da pesquisa nesta área no Brasil.

De fato, os primeiros estudos em comunicação no Brasil foram influenciados pelas teorias positivistas-funcionalistas norte-americanas (FRANÇA, 2010). As teorias científicas elaboradas nos países ricos tiveram grande influência na construção científica brasileira, vistas como uma ferramenta determinista para a construção do progresso. Mas a partir de 1970, várias teorias críticas foram sendo incorporadas nos estudos de ciências sociais e comunicação, refletindo as transformações industriais, urbanas, a luta pelo processo de democratização política, o avanço dos negócios das empresas de comunicação que possibilitaram o desenvolvimento dos meios massivos, a consolidação do mercado de consumo de bens culturais da indústria televisa, fonográfica, editorial e cinematográfica.

Este cenário provocou o alargamento da área de pesquisa em comunicação, que ocorreu com o aumento dos cursos de formação, como jornalismo e publicidade e propaganda, além dos processos de institucionalização dos cursos de pós-graduação. Para o pesquisador José Marques de Melo (2016, p. 71), é neste momento que “constitui-se, portanto, uma rede de cientistas da comunicação, dotada de perfil híbrido. Alguns pertencem aos diferentes setores da comunicação de massa (com hegemonia do jornalismo), outros procedem das disciplinas conexas (humanidades e ciências sociais)”.

Escosteguy e Nilda Jacks (2007) apontam que após os anos 1980 se destacam nos estudos sobre as relações entre comunicação e cultura latino-americana os trabalhos realizados pelos pesquisadores Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini, Guilherme Orozco e pelas pesquisadoras Beatriz Sarlo, Maria Cristina Mata, entre outras. Esse movimento crítico resgatou categorias do marxismo numa perspectiva dialética e qualitativa para compreender os fenômenos comunicacionais no Brasil e na América Latina. Assim, “surge o conceito do imperialismo cultural, bem como a proposição de um novo modelo e uma nova prática comunicativa – a comunicação horizontal, ou participativa” (FRANÇA, 2010, p. 57).

A perspectiva marxista adotada por vários estudos na pós-graduação em comunicação representou nesse momento um rompimento com o pensamento teórico conservador do funcionalismo norte-americano e a ampliação da visão marxista da relação entre cultura e sociedade, adotada pelos pensadores da Escola de Frankfurt, a partir das perspectivas da análise de “Antonio Gramsci, Raymond Williams, Lucien Goldmann, Nicos Poulantzas e Armand Mattelart [...] e a teoria da libertação [...] de Paulo Freire, [que] passou a ser considerada por uma parcela expressiva de pesquisadores” (BARBOSA, 2020, p. 70).

Os estudos desenvolvidos com base em elementos teóricos marxistas influenciaram o desenvolvimento no Brasil nos anos 1980 de uma área de estudos denominada de Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC), configurando-se como

[...] um subcampo das chamadas Ciências da Comunicação, que adota métodos e ferramentas desenvolvidos no campo da Economia Política ou, mais especificamente, da Crítica da Economia Política, ainda que importe e desenvolva também ferramentas microeconômicas e sociológicas, entre outras (BOLAÑO; BASTOS, 2020, p. 166).

As pesquisadas na área de Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC) buscam uma análise materialista da comunicação, com base no materialismo histórico e dialético, das relações de produção capitalistas e das estruturas de mediação social que estão ligadas aos elementos político-institucionais e psicológico-cognitivos dos complexos processos comunicacionais. São exemplos os trabalhos do jornalista Sérgio Capparelli (*Comunicação de massa sem massa*, 1980, e *Televisão e capitalismo no Brasil*, 1982) (BARBOSA, 2020).

Os anos de 1980 foram marcados por anseios por mudanças, reivindicações e contestação dos movimentos sociais na América Latina, que influenciaram formas alternativas e populares dos processos comunicativos, que podem ser observados no desenvolvimento dos estudos da comunicação “horizontal” e/ou “participativa”, “popular”, que privilegiaram o referencial gramsciano e a pesquisa participativa como uma nova possibilidade metodológica para a integração entre as pessoas da base e os/as pesquisadores/as para conhecer a realidade, denunciar a situação de dependência para poder transformar a realidade social, conforme destaca a pesquisadora Sarah Corona Berkin (2018).

Exemplo da busca pela construção de um novo modelo comunicacional neste período é a produção de Paulo Freire. De acordo com Maria Cicilia Peruzzo (2017), seu trabalho como educador não ficou restrito à educação formal nas salas de aula, mas foi incorporado pelos diferentes movimentos sociais, no desenvolvimento de um modelo de comunicação dialógica voltada para a transformação social.

Berkin (2018) destaca a importância das mulheres no desenvolvimento de pesquisas em Comunicação na América Latina após a década de 1970. A atuação das pesquisadoras no desenvolvimento de redes de mulheres de educação popular, nas áreas de formação e liderança política, capacitação no uso dos meios de comunicação alternativos e populares, na construção de políticas comunitárias, entre outros espaços de organização, deu uma importante contribuição para o avanço das metodologias qualitativas na área da comunicação.

A partir de suas experiências, as pesquisadoras passaram a realizar estudos exploratórios, entrevistas, pesquisa-ação ou pesquisa participativa, etnografia sobre as relações entre as mulheres pobres e os usos da mídia, questionando a passividade da recepção, privilegiando as vozes das mulheres. As pesquisadoras buscavam dar visibilidade à vida e às vozes de mulheres em diferentes mídias, destacando a

pluralidade de percepções da realidade, buscando a formação do pensamento crítico e da autonomia das novas gerações.

A crítica feminista da ciência enfatiza a produção da prática científica contra-hegemônica, entre elas está a importância de dar visibilidade às produções femininas e reconhecer seu status de verdade científica. A pesquisadora Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida (2018) aponta que no Brasil as mulheres tiveram uma grande participação no desenvolvimento da pesquisa em comunicação, principalmente com a ampliação e fortalecimento dos cursos de graduação e pós-graduação após os anos 1970.

As pesquisadoras Fernanda Aparecida de Souza e Silvani dos Santos Valentim (2017) apontam que as mulheres negras enfrentam barreiras ainda maiores do que as mulheres brancas na carreira acadêmica, pois tiveram sua trajetória histórica marcada pelo preconceito e discriminação racial, pelo sexismo que lhes negou os direitos humanos, o acesso à cidadania e contribuíram para sua sub-representação, invisibilização nos espaços institucionalizados de produção científica e também no contexto de atuação profissional na área da comunicação, situação que continua na atualidade.

Essa realidade pode ser observada nos dados apontados pelas pesquisadoras Maria Rangel Candido e Lidiane Vieira (2021), do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no estudo sobre “a composição racial e gênero dos colunistas dos três maiores jornais de circulação no Brasil: Estadão, Folha de S. Paulo e o Globo”. Seu levantamento mostra que 68% são homens brancos, 28% são mulheres brancas, 2% são homens negros e 2% são mulheres negras, num país que é composto por 56,4% da população que se declara preta e parda.

O crescimento da participação das mulheres nas pesquisas em comunicação está associado ao processo de feminização do mundo do trabalho do jornalismo e de formação nos cursos de graduação e pós-graduação que foram se ampliando após 1980 e possibilitaram a sua atuação e protagonismo na produção de conhecimento, no desenvolvimento de produtos midiáticos, na formação e reflexão na área da comunicação. Apesar dos avanços da participação feminina na produção do conhecimento em comunicação, os estudos feministas de ciência e tecnologia apontam que ainda há dicotomia entre homens e mulheres, além da persistência do

racismo, reproduzindo desigualdades nas formas de acesso, permanência, ascensão na carreira e cargos de pesquisa, financiamento nas diferentes áreas de produção acadêmica e científica.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2016 (INEP, 2018), as mulheres eram maioria na educação superior do país, representando 57,2% das matrículas nos cursos de graduação. Porém, dados de 2019 (INEP, 2020, p. 68) mostram que, apesar de as mulheres serem maioria nas matrículas, há uma desigualdade de gênero no acesso aos cursos, pois “a distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo as grandes áreas dos cursos - Brasil 2019” mostra que áreas com maior participação feminina são a educação (75,6% de mulheres e 24,4% de homens), ciências sociais, comunicação e informação (72,3% de mulheres e 27,7% de homens). Os cursos com as menores participações femininas são engenharia da produção e construção (37,3% de mulheres e 62,7% de homens) e computação e tecnologias da informação e comunicação – TIC (13,6% de mulheres e 86,4% de homens). A pesquisa também aponta para uma grande desigualdade entre raça e etnia, pois a maioria das matrículas realizadas em 2019 é de pessoas que se autodeclararam da cor branca (42,6%), depois parda (31,1%), preta (7,1%), amarela (1,7%), indígena (0,7%) e 16,8% não declararam cor (INEP, 2021, p. 39).

Os mapeamentos sobre os estudos de gênero em comunicação e jornalismo (TOMAZETTI, 2019; ALMEIDA, 2018; ESCOSTEGUY; LAGO; MARTINEZ, 2017) permitem observar um crescimento do uso das metodologias qualitativas no desenvolvimento das pesquisas, que têm privilegiado uma pluralidade de estratégias de levantamentos de dados, como estudos bibliográficos, documentais, entrevistas, estudos de caso, história oral, etnografia, análise de conteúdo e análise do discurso. Isso reflete as críticas ao pensamento científico positivista realizado pelos movimentos sociais, movimentos feministas, estudos de gênero na ciência, Escola de Frankfurt, estudos culturais, que permitiram mudanças nas pesquisas na área da comunicação, inicialmente influenciadas pelo pensamento empirista-positivista e conservador dos fundadores das teorias administrativas da comunicação dos EUA.

Os mapeamentos também apontam que ocorreu uma ampliação dos estudos de gênero em comunicação e no jornalismo no Brasil entre 1972 e 2015 com foco nas mulheres. No entanto, segundo a pesquisadora Tainan Tomazetti (2019), esses

trabalhos refletem pouco sobre as temáticas LGBTI+¹⁴, que só passaram a ser pesquisadas na área após 1990, e de maneira mais significativa a partir de 2010. De fato, no período de 1972 a 2015, do total de trabalhos apresentados aos programas de pós-graduação em comunicação no Brasil, apenas 0,48% está relacionado à temática LGBTI+ e 2,36% do total se referem a estudos de gênero. Nesse intervalo, os mapeamentos não evidenciam as questões étnico-raciais e de classe nas pesquisas, pois não há sistematização de dados sobre essas questões. Portanto, as mulheres negras continuam sendo as mais invisibilizadas na construção, participação e desenvolvimento em comunicação e jornalismo.

Outro fator também observado nos mapeamentos apresentados sobre os estudos de gênero em comunicação e jornalismo são as poucas análises sobre as relações das mulheres no mundo do trabalho. Somente a pesquisa de Almeida (2018) apresentou dados sobre esta temática, destacando que entre 1972 e 2015 foram realizadas 7 pesquisas (5 dissertações e 2 teses).

Levantamento realizado para a presente tese junto ao Portal de Periódicos da Capes confirma essa tendência. Utilizando-se como entradas as palavras-chaves “trabalho”, “jornalismo” e “relações de gênero”, foram encontrados apenas 15 artigos científicos no portal, a maior parte deles publicada no último decênio. Afora os periódicos acadêmicos, a pesquisadora Roseli Figaro, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), mantém um grupo de pesquisa que se dedica a estudar as relações de trabalho na comunicação, sem, no entanto, fazer um direcionamento mais específico a partir dos recortes de gênero e/ou raça. Um dos livros organizados sob sua direção, que reúne trabalhos de pesquisadores/as ligados/as a seu projeto, *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista* (2013), analisa as transformações neoliberais nas relações de trabalho no mercado paulista.

Apesar do crescimento das investigações científicas em comunicação e jornalismo ligadas à mulher e ou às questões de gênero terem ganhado força principalmente na virada do milênio, as análises apontam que estas pesquisas ainda são insuficientes, ocupando um lugar periférico nesta área no Brasil.

¹⁴ Neste trabalho é utilizada a sigla LGBTI+ para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais. O símbolo + representa outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero adotadas pelo *Manual de Comunicação LGBTI+*. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>
Acesso em: 09/06/2021.

As pesquisadoras Martinez, Lago e Lago (2016) destacam algumas questões teóricas e metodológicas nas pesquisas em jornalismo no Brasil. Segundo elas, os estudos dialogam com as demais áreas, porém privilegiam autores/as estrangeiros/as consagrados/as em detrimento de brasileiros/as, ou seja, não incorporam as reflexões produzidas em outras áreas de conhecimento consolidadas no país. Além disso, os/as autores/as utilizados reforçam a visão do/a pesquisador/a sem trazer tensões e contradições, apresentando um falso pluralismo, um diálogo de superfície, não realizando interfaces interdisciplinares aprofundadas entre diferentes campos e visões de mundo. As pesquisadoras concluem:

É como se as/os pesquisadoras/es dos estudos de gênero no âmbito do Jornalismo no Brasil se ativessem às pesquisas que envolvem a desigualdade dessas relações, sem estender essa forma crítica de reflexão às bases epistemológicas e metodológicas do próprio fazer científico (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016, p. 21).

Os estudos feministas ao longo dos anos de 1990, principalmente na Europa e nos EUA, foram incorporando várias perspectivas teóricas para analisar a complexa e multifacetada rede de desigualdades e opressões econômicas, sociais, culturais e suas dinâmicas que constroem e determinam os lugares das mulheres na sociedade contemporânea. Estas perspectivas feministas foram se refletindo nos estudos da mídia. No entanto, no Brasil, neste período, conforme Escosteguy (2018, p. 20), os estudos de mídia pouco progrediram nos diálogos com as críticas dos estudos feministas: “[...] embora mais da metade dos estudos de recepção dessa década desse destaque às mulheres como informantes, a problemática das relações de gênero não fazia parte do eixo estruturador da pesquisa”.

A pesquisadora ressalta que o termo gênero, utilizado em muitas pesquisas de mídia, é empregado como sinônimo de distinção entre masculino e feminino, ou como sinônimo de mulher. Desta forma, o uso do conceito de gênero é esvaziado, não permitindo uma interpretação dos dados e análise dos resultados de acordo com sua complexidade analítica: “[...] há uma intenção teórico-conceitual, muitas vezes sofisticada, que não corresponde à pormenorização e reflexão dos dados de pesquisa” (TOMAZETTI, 2020, p. 75).

Lago, Lago e Martinez (2017, pp. 4-5) observaram que alguns/as pesquisadores/as eventualmente apresentam a categoria “gênero” em seus estudos, sem ser este o foco de suas linhas de pesquisas. Para elas, essa prática pode ser um

indicativo do desenvolvimento de uma tendência produtivista da pesquisa contemporânea “da chamada ciência ‘salame’, isto é, a fragmentação do objeto de estudo de forma a ampliar o potencial de publicação do estudo principal por meio de inúmeras ‘fatias’ resultantes de pesquisas exploratórias e ou preliminares”. Por esta razão, para Escosteguy, o crescimento nas pesquisas em comunicação dos temas ligados à mulher e ou as questões de gênero não tem incorporado adequadamente a crítica dos estudos feminista.

O crescimento nas pesquisas após a década de 1990 e principalmente após a década de 2000 está ligado às transformações tecnológicas e à informatização do mercado comunicacional global, que permitiu a ampliação e a inovação dos serviços de telefonia celular, da TV a cabo, do acesso ao computador e à internet. Este avanço tecnológico permitiu um maior acesso às ferramentas da internet como blogs, Facebook, fóruns de discussões e ativismos políticos dos diferentes movimentos sociais, despertando interesse das investigações acadêmicas.

A temática tecnológica e os estudos de cibercultura foram ganhando centralidade nas pesquisas, levando as reflexões para além das mídias. Com isso, foram incorporadas reflexões sobre sociabilidades, produções culturais, relações com as indústrias, bem como representações culturais de identidades, com destaque para as questões étnicas e de gênero (BARBOSA, 2020, p. 78). Um novo leque de temáticas foi sendo incorporado nos estudos da comunicação, marcados por recuos, polêmicas e conflitos entre as décadas de 1990 e 2000.

O avanço tecnológico digital da comunicação possibilitou, após os anos 2000, a expansão e desenvolvimento de movimentos, organizações e coletivos feministas mais plurais e heterogêneos, articulando vários setores da sociedade civil. No Brasil, a internet permitiu a constituição de uma diversidade de redes de ativistas feministas. Chamado de ciberfeminismo, esse movimento heterogêneo e difuso utiliza diversas estratégias políticas, comunicacionais, estéticas, realizadas nos espaços digitais da internet, de acordo com a pesquisadora Carolina Branco de Castro Ferreira (2015).

Essas ações no espaço digital permitiram a ampliação da participação individual ou grupal, de mulheres, principalmente de jovens de diferentes classes sociais, raça e etnia, identidades sociais, espaços geográficos diversos com ou sem formação acadêmica, que passaram a divulgar e a debater as pautas de reivindicações feministas e a combater a partir da produção de conteúdos e ações de

comunicação todas as formas de preconceitos, estereótipos, violências e opressões contra as mulheres.

A utilização desses artefatos digitais permite ações comunicacionais contra-hegemônicas, possibilitando a produção e a publicação de conteúdo, de conhecimentos, trocas de experiências e formação de uma rede solidária de apoio nas redes. As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) permitem diminuir a distância entre os grupos, possibilitando a discussão das diversas demandas políticas, sociais e culturais.

Essa possibilidade de aproximação e compartilhamento de experiências e conhecimentos entre os grupos estimula as demais pessoas que experimentaram fatos semelhantes a falar sobre essas situações vivenciadas. Essas ações cresceram no Brasil a partir de 2010, com campanhas realizadas pelas feministas o Facebook e no Twitter, discutindo temas ligados à violência de gênero, como assédio, abuso sexual, machismo, misoginia, racismo, sexualidade, identidade, direitos reprodutivos, conforme a pesquisadora Zeila Aparecida Pereira Dutra (2018). As discussões dessas temáticas, principalmente as ligadas à violência, encorajaram outras mulheres a expor suas experiências, suas formas de resistência, formando uma rede de solidariedade e acolhimento na rede.

As TICs permitem a construção de um espaço importante para a visibilidade das demandas dos movimentos sociais que são silenciados ou estereotipados na imprensa hegemônica, dando protagonismo para as vozes das mulheres, principalmente das mulheres negras, contribuindo para a construção de uma imagem plural dos movimentos, provando uma adesão de diferentes públicos para as suas pautas de lutas e para a democratização da comunicação brasileira.

Estas mudanças apontam a importância das reflexões sobre as questões de gênero e suas relações com a mídia. Lago, Lago e Martinez (2017, p. 2) destacam que vários organismos mundiais vêm realizando monitoramentos sobre como os veículos noticiosos estão representando as mulheres no mundo, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), além da Associação Mundial para a Comunicação Cristã (WACC), o Proyecto de Monitoreo Global de Médios, bem como organizações não governamentais como Think Olga (<http://thinkolga.com/>), responsável pelo *Manual de Jornalismo Humanizado*.

Existem diversas iniciativas de mapeamento de grupos feministas e de mídias negras no Brasil. O mapa de coletivos de mulheres (MAMU, 2014) e a pesquisa do

Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FORPI, 2019) mapearam organizações em todo o país com foco em pautas feministas e de igualdade racial. O MAMU registrou mais de 200 coletivos e ações, enquanto a pesquisa do FOPIR identificou 65 entidades, principalmente localizadas no Sudeste e Nordeste do país, formadas por mulheres negras jovens entre 18 e 29 anos, graduadas em jornalismo. As ferramentas digitais mais utilizadas são o Facebook, Instagram e Twitter, e a maioria das organizações não possui CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016, a Agência Pública realizou um mapeamento de iniciativas de jornalismo independente no Brasil. Foram identificadas 79 iniciativas que atuavam em 12 estados com diferentes formas de financiamento (AGÊNCIA PÚBLICA, 2023).

Esses são apenas alguns exemplos de iniciativas de mapeamento de sites de feministas brasileiras na internet. Vale lembrar que existem muitas outras organizações e coletivos feministas que não estão listados nesses mapas. Apesar do avanço do ativismo dos movimentos sociais nos meios digitais, os movimentos ainda possuem muitas barreiras para se desenvolver, como as dificuldades econômicas de financiamentos dos seus projetos e a falta de democratização da comunicação brasileira. As mídias hegemônicas continuam sob domínio das famílias coloniais brancas, herdeiras da exploração da escravização dos povos negros, indígenas e dos pobres e estão articuladas com as demais empresas de tecnologias mundiais que buscam a partir de seus algoritmos de vigilância, o controle, a exploração e a submissão da classe trabalhadora para obter lucros. As barreiras para a democratização da comunicação mostram que o sistema capitalista articula para si todas as áreas sociais, entre elas o controle dos espaços comunicacionais, culturais e intelectuais.

No Paraná, os desafios são ainda maiores para a articulação entre a crítica feminista e os estudos em comunicação. Segundo as pesquisadoras Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz (2018), há poucas pesquisas, poucos dados sistematizados pelas entidades representativas, associações e sindicatos sobre o ingresso e o impacto vivenciado pelas mulheres no mundo do trabalho e nos processos de feminização das empresas de jornalismo. Os estudos ainda são mais limitados quando o recorte de raça e classe e geração são colocados. Por esta razão, o objetivo da presente pesquisa também é contribuir para a reflexão nessa área.

Antes de concluir este segmento, é preciso dizer que apresentamos um panorama teórico sobre as categorias que são utilizadas na análise desta tese e o desenvolvimento da trajetória da pesquisa e suas relações com gênero, raça e classe na comunicação, tendo em vista sua importância no campo das ciências sociais. Essa discussão buscou articular os métodos do materialismo histórico e dialético e as teorias feministas.

Para a historiadora Silvia Federici (2021, p. 96), o método desenvolvido por Marx é fundamental para o desenvolvimento de uma perspectiva feminista libertadora. Para ela, o método mostra que “[...] a subordinação social é um produto histórico enraizado em uma organização específica de trabalho [...]”. Essa perspectiva possibilita desnaturalizar a divisão sexual do trabalho, a posição social das mulheres sob a exploração capitalista.

Com as mudanças econômicas e o avanço das lutas dos movimentos sociais, novos/as sujeitos/as foram sendo incorporados/as na análise marxista, ligados/as à questão de gênero e raça, conforme foi explicado neste capítulo. Segundo destaca Federici (2021, p. 92): “Combinada com princípios feministas, anarquistas, antirracistas e queer, a teoria de Marx continua a influenciar os rebeldes [...]. Um feminismo anticapitalista, portanto, não pode ignorar Marx”.

Com base nessas discussões, a seguir será apresentada a operacionalização da pesquisa.

2.4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

2.4.1 Objetivo geral

- Analisar percepções de três gerações de mulheres jornalistas (brancas e negras) que atuam em Curitiba e Região Metropolitana acerca das transformações de seu trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva e das mudanças tecnológicas e suas formas de resistência.

2.4.2 Objetivos específicos

- Mostrar consequências das mudanças tecnológicas e da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho de jornalistas mulheres de Curitiba e Região Metropolitana (RMC), bem como o impacto da pandemia sobre suas atividades.

- Estudar características da nova divisão sexual, étnico-racial e de classe do trabalho na comunicação.
- Analisar a percepção de jornalistas sobre sua condição de mulher (branca ou negra) e as interfaces das condições de gênero, raça e classe numa profissão dominada anteriormente pela força de trabalho masculina e branca.
- Mostrar, a partir de seus depoimentos, como as jornalistas usam tecnologias para a execução de seu trabalho e entender em que medida isso alterou a concepção do trabalho jornalístico.
- Localizar casos de novas formas de trabalho e de resistência das mulheres a partir do uso das tecnologias às adversidades causadas pela reestruturação do mundo do trabalho.
- Expor as narrativas construídas pelas mulheres nas entrevistas, contribuindo para a formação de um panorama com as percepções subjetivas das trabalhadoras.

2.4.3 Hipótese

A hipótese é de que as jornalistas mulheres, sobretudo as mulheres negras, são as mais afetadas pela reestruturação produtiva no mercado de jornalismo, seguindo uma tendência que acontece em outros setores da economia e da sociedade brasileira. Por outro lado, as mudanças tecnológicas vêm possibilitando o surgimento de atividades alternativas no jornalismo, criando espaços para a atuação das mulheres, tais como blogs, coletivos e movimentos sociais.

2.4.4 Estratégias qualitativas para o levantamento de dados e desenvolvimento da pesquisa

A escolha dos caminhos teóricos, metodológicos e o conjunto de técnicas determinam os processos de apreensão e compreensão da realidade social para alcançar as respostas do estudo proposto. A pesquisadora Maria Cecília Minayo e o pesquisador António Pedro Costa (2018, p. 141) destacam que “as técnicas operacionais devem provir de bases teóricas constituídas de sentenças (no caso dos roteiros) ou orientações (no caso da observação de campo) sendo cada um desses elementos, um tipo de conceito operativo pensado a partir da definição do objeto”. A pesquisa qualitativa permite que o/a pesquisador/a escolha e desenvolva várias

técnicas para a coleta de dados para ampliar as informações sobre o seu objeto de estudo que podem ser trianguladas, como a pesquisa bibliográfica, questionário, entrevista em profundidade, análise de conteúdo, que foram usados neste trabalho.

Na etapa inicial da tese, foi feita uma pesquisa bibliográfica ampla com o objetivo principal de situar a complexidade dos temas estudados, buscando informações e dados publicados, fundamentais para a construção teórica e conceitual que envolvem esta pesquisa. A busca do conhecimento acumulado sobre o objeto de estudo permite realizar uma revisão e uma síntese dialética incorporando e refutando os conceitos, permitindo assim a construção de uma interpretação aprofundada sobre a realidade.

Além da pesquisa bibliográfica ampla, foi utilizada como técnica de levantamento de dados a aplicação de um questionário online, disponibilizado na plataforma *Google Forms*, com 25 questões fechadas, e a realização de entrevistas individuais em profundidade.

A pesquisa de campo foi realizada da seguinte forma: para o primeiro grupo, foi enviado um convite de participação, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁵ para questionário. Ao final do TCLE, foi disponibilizado um campo para que a participante marcasse se desejava ou não participar da pesquisa. Caso não quisesse, o formulário se fechava sem dar acesso às questões. O envio foi feito por meio de redes sociais de jornalistas de Curitiba e RMC para que as pessoas respondessem ao questionário na plataforma *Google Forms*, que apresentava ao final um convite para a participação da fase seguinte da pesquisa, que foi composta de entrevista individual em profundidade.

O segundo grupo formado pelas pessoas que responderam ao questionário e aceitaram participar das entrevistas foi selecionado a partir das primeiras respostas do primeiro grupo que se encaixaram no perfil exigido (composto de mulheres jornalistas pertencentes a três gerações distintas, nascidas nas décadas de 1950, 1970 e 1990, que tenham trabalhado pelo menos 5 anos na área e que estivessem atuando na área – dentre elas cinco mulheres brancas e cinco mulheres negras divididas de forma igual nas faixas etárias). Após a aceitação ao convite, foi encaminhado para as entrevistadas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a entrevista individual em profundidade. Foram utilizados dois formulários

¹⁵ Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UTFPR), CAAE: 43228920.0.0000.5547, Parecer: 4.638.615.

para o TCLE por serem instrumentos e metodologias de coleta de dados diferentes e que requerem TCLE distintos pois consideramos que a participante pudesse aceitar responder ao questionário e não desejasse participar da entrevista.

As entrevistas em profundidade semiestruturadas foram gravadas em áudio. Devido ao prolongamento do distanciamento social imposto pela pandemia e pela própria preferência das jornalistas, 5 entrevistas foram realizadas por videochamada e 5 foram realizadas presencialmente. No trabalho, as entrevistadas são identificadas com nomes fictícios. As empresas às quais elas se referiram não foram identificadas. As entrevistadas foram selecionadas entre jornalistas que estão atuando no mercado jornalístico de Curitiba e RMC em veículos de comunicação, em empresas próprias, como freelancers ou em atividades relacionadas ao jornalismo como atividade-fim e que responderam ao questionário inicial da pesquisa. As entrevistas são usadas nesta tese como instrumentos de análise que humanizam o relato e têm por objetivo extrair a visão subjetiva do trabalho, sem expor a identidade das entrevistadas nem das organizações e empresas envolvidas.

Os procedimentos teóricos e metodológicos foram definidos de acordo com os objetivos da pesquisa para aprofundar os aspectos que ainda não são evidentes, pois a análise e a compreensão social não são mera transposições de um determinado fato da realidade para o pensamento. A teoria e a metodologia caminham juntas na construção entre o pensamento e a prática social, possibilitando realizar uma síntese dialética incorporando e refutando os conceitos, permitindo assim a construção de uma interpretação aprofundada sobre a realidade.

3 JORNALISMO, MODERNIDADE E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS

O jornalismo é herdeiro das transformações sociais da modernidade. Ele nasceu sob os anseios de liberdade, igualdade e fraternidade defendidos na Revolução Francesa (1789), mas também foi movido pelas transformações tecnológicas da era de Gutenberg, integrando-se à lógica racionalista da produção do capital impulsionada pela Revolução Industrial (1760). Tendo em vista esta dualidade, o objetivo deste capítulo é discutir, por um viés histórico-dialético, os pressupostos filosóficos da modernidade, a incorporação desses ideais entre meados do século XIX e início do século XX no Brasil e seus impactos nas transformações tecnológicas no jornalismo. Apesar de fazer um longo recuo, essa discussão é pertinente por mostrar que a atividade jornalística carrega, desde as suas raízes, as contradições que se vive ainda hoje na profissão, num longo processo dialético entre o compromisso com a liberdade e as limitações impostas pelo mercado.

Para a realização deste capítulo, são observadas as contradições do impacto dos avanços tecnológicos e do sistema produtivo, tendo em vista as consequências das transformações dos artefatos tecnológicos e da lógica do mundo capitalista quanto a esse setor de atividade. Para o sociólogo Dominique Wolton (2000), os avanços na comunicação geraram as condições centrais para a emergência da modernidade, sendo ela inseparável do movimento de emancipação e do nascimento das democracias liberais ocidentais; além disso, tem proporcionado a busca por liberdades individuais e pela igualdade.

Assim, o entendimento dos avanços da comunicação não pode ser atribuído unicamente ao estudo das transformações tecnológicas; na verdade, são os fatores sociais que permitem diferenciar o que é mudança significativa de uma atividade – e o que é mera “performance dos instrumentos” (WOLTON, 2000). O capítulo está organizado em três partes: na primeira, constrói-se um panorama sobre as relações entre modernidade, tecnologia e suas contradições; na segunda, aborda-se o processo de dupla influência – social e econômica, focando principalmente a ascensão do capitalismo – entre os ideais da modernidade e as atividades ligadas ao jornalismo; na terceira, são abordadas as consequências desse processo na imprensa brasileira.

3.1 MODERNIDADE E TECNOLOGIA

O ensaísta Marshall Berman (1997) conceitua a modernidade como um período que começou em meados do século XV e se estende até a era atual. Para o autor, a modernidade corresponde a um estado de espírito que se caracteriza pela busca do progresso e da razão, marcado por descobertas na ciência e na tecnologia. É um período de expansão demográfica e de sensação de um constante vir a ser. Porém, esse “turbilhão de mudanças” é contraditório, já que empurra os indivíduos num movimento de permanente mutação e de desintegração, de luta, de ambivalência e de angústia. Berman (1997) classifica a modernidade em três momentos: o primeiro, de meados do século XVI ao final do XVIII, caracterizado pela expansão territorial e econômica da Europa para outras partes do mundo; o segundo, do final do século XVIII ao final do XIX, com diversas transformações sociais, como a Revolução Francesa; e finalmente o terceiro, do início do século XX ao presente, sob forte expansão capitalista.

Em sua consolidação, a modernidade tem sido marcada pela busca de autonomia do ser humano, tendo a ciência e a razão como forças emancipadoras. Esses ideais, no entanto, apresentam diversas barreiras: o potencial de igualdade da modernidade encontra no mito da insuperabilidade do conhecimento científico, da técnica e da democracia um obstáculo para chegar a todos os cantos do mundo; a própria noção de universalidade desses valores é questionável. Berman (1997) fala da “tragédia do desenvolvimento”, partindo do mito moderno do personagem Fausto, que é identificado com o capitalismo. Segundo esse mito, Fausto é um sábio que faz um pacto com o diabo para conquistar conhecimento e poder. O acordo traz, num primeiro momento, bons frutos, pois ele consegue realizar seus intentos; no entanto, num segundo momento, o herói tem que arcar com diversas consequências, inclusive humanas. Utilizando essa imagem, Berman (1997) defende que a modernidade pode ser compreendida da mesma forma que a trajetória de Fausto: ela representa o progresso técnico e os avanços sociais, mas também cria formas de controle sobre os indivíduos, promove a exploração, não permitindo sua emancipação.

As características empreendedoras de Fausto são identificadas com a cultura da burguesia, em sua busca pelo capital a partir do domínio da natureza – causando mudanças no meio ambiente – e pela exploração da força de trabalho, gerando desigualdades. Berman prossegue sua análise ao afirmar que esse processo de

exploração se intensificou do século XIX em diante, com a consolidação da Revolução Industrial, mas tendo uma reação da classe trabalhadora, por meio de sua organização política que cresceu como resposta às lógicas abusivas a que estava submetida.

Neste caso, cita a análise de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, publicado em 1848 em meio a diversas revoltas trabalhistas, sobre as contradições trazidas com a ascensão da burguesia na modernidade. Para os autores, os burgueses formam a primeira classe social que conseguiu estabelecer sua autoridade naquilo que ela mesma produz com o seu espírito empreendedor – e não mais levando em conta o prestígio de seus ancestrais e/ou a hereditariedade. Apesar de voltarem um primeiro olhar positivo sobre a capacidade de independência e meritocracia, Marx e Engels afirmam que não é o objetivo dos burgueses superar o utilitarismo desse processo, transformando a realidade até o ponto em que esta proporciona lucro; tudo aquilo que não serve ao capital é combatido.

Essa contradição inicial da modernidade está na raiz da formação do jornalismo e de sua indústria – e seu surgimento ganhou impulso com a ascensão da burguesia. Ela contribuiu para o aperfeiçoamento da impressão, com a prensa de Gutenberg em 1440, o surgimento dos primeiros jornais dois séculos depois e, no século XIX, a imprensa de massa e a ampliação da indústria gráfica. Recentemente, a transformação da mídia em uma das indústrias mais lucrativas do mundo, integrando as regiões remotas do mundo com suas redes de comunicação, só reforça sua relação intrínseca com a economia. Trata-se da indústria cultural, ou seja, a produção e disseminação de informação em larga escala nas sociedades industriais modernas por meio de artefatos tecnológicos capazes de transmitir mensagens em escala inédita em eras anteriores. Os benefícios sociais desses avanços são contraditórios, pois são restringidos pelos interesses do capital – as transformações vão até onde os produtos e os sistemas proporcionam lucro.

Dessa forma, a cultura da modernidade está relacionada com o desenvolvimento do capitalismo. A esse respeito, o historiador Edgar de Decca (1982) faz uma ligação entre as transformações da modernidade do final do século XVIII com o surgimento das primeiras fábricas na Inglaterra e no norte da Europa continental, expansão que atingiria boa parte do mundo ocidental nas décadas seguintes. Para o autor, a fábrica desempenhou um papel privilegiado nos processos de transformação

e expansão capitalista, proporcionando a produção e a efetivação de determinados saberes técnicos, além do controle e do disciplinamento dos processos de trabalho.

Decca destaca que as metamorfoses no mundo do trabalho desencadeadas pelo sistema de produção fabril, impostas pela classe burguesa, não se reduziram apenas às mudanças técnicas na maneira de realizá-lo, mas em sua concepção organizativa e administrativa, que impôs uma nova disciplina e uma nova ideologia exaltada pelos capitalistas e que promoveram novas formas de relações sociais, uma nova cultura.

Essas mudanças culturais são analisadas também por E.P. Thompson (1998), que mostrou que a cultura foi um campo crucial de domínio sobre a classe trabalhadora britânica durante a Revolução Industrial. A formação dessa classe é vista como o resultado de um processo ativo em cuja trajetória atores e atrizes sociais concretos criam sua identidade num contexto de luta contra a imposição de uma nova realidade. Ao interferirem nos costumes e modos de vida, os industriais e agentes públicos promoveram a desarticulação política dos/as trabalhadores/as, que não teriam outra alternativa senão aceitar as condições severas da exploração nas fábricas. Apesar disso, o autor mostra que a tentativa de imposição de uma nova cultura, embora não tenha sido totalmente barrada, acabou encontrando resistência devido à capacidade de mobilização de homens e mulheres que viviam sob essa influência.

O historiador Nicolau Sevcenko (1998a, p. 11) dá grande importância às mudanças tecnológicas na conformação da cultura da modernidade. Segundo ele, houve um aprofundamento dessas transformações na Europa e nos Estados Unidos no período conhecido como “revolução científico-tecnológica”, em meados de 1870, representando um salto para a economia mecanizada. “Resultado da aplicação das mais recentes descobertas científicas, ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial”. Essas mudanças provocaram alterações nos hábitos, ampliaram os processos de transporte, comunicação e trabalho.

As transformações científico-tecnológicas impulsionaram a consolidação global do capitalismo e disseminaram a visão ideológica de que a tecnologia tem o poder de modificar as coisas de maneira repentina, criando o “sublime tecnológico” no final do século XIX, “marcado pelo cultivo de emoções e afetividades ligadas à tecnologia,

traduzidos na arte e na literatura”, conforme afirma o historiador Jó Klanovicz (2016, p. 139), além de manifestar-se nos meios impressos. Trata-se da estetização dos avanços tecnológicos, transformados em fetiches da modernidade. Tais valores também são apontados pela historiadora Sandra Pesavento (1997), que destacou o papel desempenhado pelas exposições universais de ciência e tecnologia, realizadas no final do século XIX em Paris (França), Londres (Inglaterra), Chicago (EUA), cidades-vitrines dos ideais modernos capitalistas. Ela mostra que as exposições foram utilizadas como ferramenta ideológica na construção de um novo imaginário social de progresso ilimitado, do espetáculo da maquinaria, proporcionando poder de dominação e liderança para esses países no cenário internacional. Pesavento (1997) destaca ainda as estratégias de resistência da classe trabalhadora, que, por meio de protestos, denunciava as formas de opressão e exploração do capitalismo silenciadas pelas exposições.

Na mesma direção, Sevchenko (1998a, p. 11) afirma que os avanços científico-tecnológicos do século XIX promoveram um “impulso extraordinário [...] para a consolidação da unidade global do mercado capitalista”, aumentando as disputas entre esses países por matérias-primas, por mercados de consumo para exportar seus produtos industrializados. Com isso, geraram o neocolonialismo ou imperialismo, fazendo com que as potências mundiais no final do século XIX disputassem e dividissem territórios ainda não explorados, restabelecendo vínculos de dependência com antigas colônias para impor o modo de vida industrial, urbano e de consumo de acordo com os novos padrões da economia de base científico-tecnológica, construindo um modelo de modernização conservadora nos países de economia dependente.

Essa proposta buscava a construção de um novo tecido social, em que a ciência, a racionalidade, a maquinaria, a crença no progresso passaram a ser exaltados, porém a partir de um viés conservador, sem realizar rupturas relevantes com o modelo colonial agrário, escravista, para o desenvolvimento de uma sociedade industrial e urbana, inserindo o país num modelo capitalista periférico (HARDMAN, 1990; PESAVENTO, 1997). O Brasil do final do século XIX e início do XX, impregnado pela ideologia positivista e mirando o espelho da Europa, foi um campo fértil para a adoção de uma modernização aparente, meramente cosmética, que chegava aos estratos mais ricos da sociedade sem promover rupturas com as estruturas que mantinham a desigualdade.

As historiadoras Ângela Costa e Lilia Schwarcz (2000) e Pietra Diwan (2007) reforçam a ideia de que a modernidade periférica do Brasil teve como objetivo manter as “aparências” de país civilizado com a incorporação de convenções sociais e hábitos de consumo que procuravam se afastar da cultura colonial do passado. Assim, no final do século XIX e início do XX, intelectuais e políticos, apoiados nos modelos da modernidade, buscavam projetar o Brasil para o mundo como uma nação civilizada. Em busca de criar uma nova ordem que fosse diferente da monarquia, os republicanos desejavam redesenhar a nação, composta até então por “raças inferiores”, como a africana e a indígena, vistas como obstáculo ao progresso do país, apagando o atraso colonial marcado pela exploração da escravização.

Tratava-se de um projeto que abraçava a fé na ordem e no progresso (linear e infinito), colocando sua ênfase no futuro, no desenvolvimento da produção e no consumo; era fundamentado nas potencialidades da nova ciência – racista, sexista – que hierarquizava as raças e excluía as mulheres em suas “verdades incontestáveis” de prever, promover invenções, implementar novos projetos sociais, urbanos, capazes de inserir o Brasil na modernidade. O próprio lema da bandeira republicana reforça esse aspecto autoritário e antidemocrático da modernização brasileira: a necessidade de se construir a ordem para se alcançar o progresso. Dessa forma, os sucessivos governos brasileiros do início do período republicano se pautaram no medo da desordem e do caos social, que poderiam ser provocados “pelas raças inferiores” e impedir o crescimento do futuro Brasil, imaginado pelos conservadores como uma nação pacífica e organizada em torno de um destino de glória determinado por Deus e pela natureza, com dimensões continentais e riquezas inesgotáveis, conforme as historiadoras Margarida de Souza Neves e Maria Helena Rolim Capelato (2004).

Essa época foi exaltada como o “tempo das certezas”, a *Belle époque*, que forjou projetos autoritários e excludentes de modernização no Brasil fundamentados nas teorias científicas, evolucionistas e racistas europeias. De acordo com Diwan (2007), num país marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais e raciais, a ciência europeia do século XIX foi usada como ferramenta de disciplina, controle social, “melhoramento” da raça, da feiura, cura das doenças, da imoralidade, da vadiagem, da higienização e para a dominação política. A autora destaca a incorporação e adaptação das ideias eugenistas no cenário local, defendidas por diferentes intelectuais, formando uma rede de poder no início do século XX.

Para corroborar essa ideia, pode-se pensar em Zygmunt Bauman (1998), que afirma que a modernidade está fundamentada em uma nova ordem imaginada que foi sendo estruturada na busca da beleza, da limpeza e da pureza – e se há coisas que não se harmonizam com a imagem idealizada desta ordem, elas precisam ser afastadas. Para o autor, as relações criadas pela burocracia e o monopólio da ação repressiva pelo estado fazem com que a existência de extermínios seja possível em todas as sociedades modernas. Para Bauman (1998, p. 114, grifos do autor), “o *genocídio moderno é um genocídio com propósito*. Livrar-se do adversário não é um fim em si. É um meio para atingir determinado fim. [...] O genocídio moderno é um elemento de engenharia social, que visa a produzir uma ordem social conforme um projeto de sociedade perfeita”, que tinha como modelo a superioridade branca europeia, heterossexual e masculina.

Assim, os/as “estranhos/as”, aqueles/as que não se encaixam no mapa cognitivo, moral e/ou estético dessa ordem, tornam-se obstáculos, sujidades, culpados/as de causar um mal-estar intolerável. O que fazer então para ordenar um país repleto de raças “estranhas” e “atrasadas”? Embranquecer, limpar, sanear. Tudo o que não fosse identificado com uma sociedade que se pretendia civilizada deveria ser excluído/a. Essas ideias foram sendo impostas nos espaços públicos e privados e publicizadas pelo avanço da imprensa, que gerou a ampliação do consumo de objetos, hábitos e ideais burgueses, promovendo novas formas de organização, ressignificando as ruas com as reformas urbanas e sanitárias e a vida dos/as moradores/as dentro da nova lógica frenética do capital, construindo um novo imaginário social que busca apagar os conflitos, as desigualdades sociais e enaltecer a vida burguesa.

De acordo com o filósofo Frantz Fanon (1956, s/p.), o “racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objeto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir”. O projeto modernizador brasileiro, estruturado em modelos europeus, foi aprofundando a cultura racista:

A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações econômicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo a das ideologias, desequilibram o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas do racismo (FANON, 1956, s/p).

Além da desigualdade racial, as relações de gênero tiveram influência sobre a exploração do trabalho. O projeto burguês masculino positivista de modernidade periférica, que marcou o desenvolvimento da industrialização brasileira no início do século XX, refletiu na divisão sexual do trabalho, com ações racistas e sexistas na contratação da classe trabalhadora. Além da perspectiva higienista e do racismo científico, ele incorporou uma visão baseada na desigualdade de gênero também trazida da Europa, que naturalizou, idealizou e hierarquizou o lugar social das mulheres e sua participação no mundo do trabalho.

Os projetos conservadores de desenvolvimento realizados pela elite econômica e política no final do século XIX foram implementados com a desestabilização da monarquia e o desenvolvimento republicano do final do século XIX, cuja plataforma se espelhava nos modelos tecnológicos da Europa e dos Estados Unidos, nas correntes científicas, no darwinismo social e no positivismo, utilizadas para disciplinar, limpar e reordenar o espaço urbano (SEVCENKO, 1998a). Isso mostra que a ciência e a tecnologia não são neutras; elas carregam em suas estruturas o racismo e o sexismo. Assim, esse projeto contribuiu para a manutenção da violência, refletindo as desigualdades sociais, de classe, étnico-raciais, de gênero, herdadas da sociedade colonial, perpetuadas com o modelo de modernidade conservadora, ainda presente na realidade do século XXI.

3.2 JORNALISMO E DILEMAS DA MODERNIDADE

As primeiras manifestações do jornalismo ocorreram ainda no início do século XVII, na Europa ocidental, em virtude de necessidades de comunicação entre comerciantes que, já no século XV, começaram a elaborar manuais e a descrever seus ofícios, dando “expressão à exigência de um saber no qual a atenção para as obras e a pesquisa empírica fossem dominantes em lugar de um saber exclusivamente verbal”, conforme o filósofo Paolo Rossi (2001, p. 67). Ele destaca que a criação da prensa de Gutenberg em 1440 voltava-se, em partes, aos artífices, com a publicação de tratados científicos e práticos em diversos idiomas europeus e em latim, mas o desenvolvimento dessa tecnologia contribuiu para a ampliação do mercado editorial de uma maneira generalizada. Com isso, o monopólio do saber da igreja e da universidade passou a ser quebrado; os espaços de trabalhos e as

associações de artesãos tornam-se verdadeiras fábricas e laboratórios de invenções – e esses saberes técnicos começaram a ser transmitidos ao público.

O desenvolvimento das primeiras máquinas de impressão foi também uma das ações que impulsionaram o capitalismo e a sociedade moderna, criando uma nova base de poder simbólico. A circulação de um sistema de comunicação que suplantou o intercâmbio face a face gerou comunidades virtuais produtoras e consumidoras que partilhavam um sentimento de pertença a uma nação, numa língua comum – e, ao mesmo tempo, deu início a uma cultura global, estabelecendo uma nova percepção do tempo e do espaço, conforme defende o sociólogo John B. Thompson (1998, p. 62). Além disso, a imprensa contribuiu para o surgimento da esfera pública burguesa, fortalecida pelos jornais e pelos espaços de sociabilidade presentes nas cidades europeias a partir do século XVIII. Nisto há uma estreita ligação entre o fortalecimento da indústria da imprensa e a busca de autonomia política na modernidade, com a ciência e a razão a serviço da autonomia.

Apesar do primeiro avanço com a prensa de Gutenberg, o jornalismo moderno só surgiu mais tarde. O pesquisador Ciro Marcondes Filho (2000) propõe um quadro de quatro períodos da atividade. Ele identifica ainda uma fase inicial a que denomina “pré-história” do jornalismo, compreendendo as primeiras experiências com a produção de notícias antes da consolidação da atividade em território europeu. Na sequência, o “primeiro jornalismo” (1789-1830) surgiu apenas na época das revoluções, com a ebulição do discurso político-literário e com as mudanças na produção. O jornalismo nessa época, feito de maneira artesanal, não tendo fins econômicos, visava a formação política, já que estava associado ao projeto de ascensão da burguesia sob a influência do Iluminismo. Foi nesse momento que surgiu a esfera pública burguesa.

Para o filósofo Jürgen Habermas (2014), a esfera pública burguesa é um espaço de debates sobre temas de interesse social que marca o processo de democratização formado com a modernidade. Ainda sem a grande interferência do mercado e sendo produzido de maneira amadora por grupos de intelectuais ou políticos que buscavam mudanças sociais, os jornais desse período conseguiram promover o debate, sendo acessíveis cognitivamente e relevantes do ponto de vista de conteúdo, na busca de assegurar igualdade política aos envolvidos, situando-se como alternativa à esfera do estado e à esfera privada.

Apesar disso, esse âmbito de argumentação apresentava limitações, pois a classe burguesa reunida em cafés, clubes, bares e praças públicas, lendo e discutindo as notícias dos jornais, representa apenas uma parte da sociedade – sem a participação das mulheres e/ou da população mais pobre, além de estar limitada aos países que gozavam de melhor situação econômica. Um argumento levantado por Habermas (2014) é de que, com a formação da indústria cultural ao longo do século XIX e a circulação de informações em larga escala, a mídia se transformou numa indústria lucrativa, subordinando-se aos interesses privados, com a incorporação de anúncios e comprometendo a liberdade das publicações.

Com o capitalismo mais influente sobre a imprensa, nascia o que Marcondes Filho (2001) chamou de “segundo jornalismo” (1840-1900), fase em que a atividade outrora realizada por um pequeno grupo de pessoas com finalidade política tornava-se mais comercial, baseada no liberalismo do século XIX. Isso se deveu, em partes, às transformações de base tecnológica e econômica. Com o avanço da modernidade, novas tecnologias eram incorporadas à produção de impressos, como a adaptação da máquina a vapor às impressoras, que antes eram feitas de madeira e ainda mantinham o mesmo padrão de funcionamento criado por Gutenberg no século XV. As novas máquinas tornaram o trabalho mais rápido, ainda que mais caro. Em 1840, foram criadas as primeiras linhas de telégrafo, instaladas geralmente às margens das ferrovias então nascentes. Com isso, foi possível transmitir notícias não mais à velocidade dos meios de transporte até então disponíveis, mas por impulsos elétricos que viajavam instantaneamente de um ponto a outro, onde houvesse linhas de transmissão.

Outro fator decisivo foi a formação de um público leitor mais amplo. No século XIX, sob os efeitos da Revolução Industrial, as cidades europeias tornaram-se mais populosas, representando um desafio para a administração pública, que via a necessidade de impor formas de controle social, e oportunidade à publicidade, com a criação de um mercado consumidor promissor. A solução foi criar tiragens de jornais que chegassem a um grande número de pessoas a um preço acessível, sendo custeadas pelo mercado publicitário nascente. Com isso, as publicações perdiam aos poucos a função primordial de serem porta-vozes de transformações políticas e dos problemas da sociedade para se transformarem cada vez mais em veículos de informações disseminadas nacionalmente, graças aos avanços tecnológicos.

O nascimento da imprensa de massa pode ser localizado nesse período, quando os objetivos das empresas jornalísticas tornam-se mais próximos dos ideais do capitalismo; tal fenômeno foi possível, a princípio, pela introdução de maquinário de impressão rápida, em novembro de 1814, de forma pioneira no jornal *The Times* de Londres, reduzindo sensivelmente o tempo entre a ocorrência de uma notícia e sua divulgação, o que foi adotado, aos poucos, em outras cidades europeias e nos Estados Unidos, sendo assimilado no Brasil na segunda metade do século XIX.

Intensificando as características de uma forte industrialização, o chamado “terceiro jornalismo” (1900-1970) foi ainda mais auspicioso para o capitalismo; trata-se da “fase de consolidação da imprensa de negócios como sociedade por ações [...], em que não apenas a empresa jornalística se impõe como única forma possível de competir no mercado editorial, como também se formam os grandes conglomerados da indústria da imprensa” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 25). Beneficiando-se da revolução tecnológica que transcorria desde a segunda metade do século XIX, a indústria do jornalismo transformou-se no mercado multimídia, pois acabou agregando novos meios, como o cinema, o rádio e a televisão – antes utilizados exclusivamente para fins de entretenimento – para a veiculação de produtos jornalísticos.

Já na década de 1960, esse mercado ganhou impulso também com a criação de infraestrutura de transmissão, com a utilização de satélites, que permitiram o funcionamento do sistema *networking*, levando a mesma programação de TV a um mesmo território nacional; o desenvolvimento de uma ampla rede de transporte nos países mais ricos permitiu a ampliação de publicações de alcance nacional.

A participação do estado nesta fase do jornalismo não é menos importante do que a das empresas privadas, tanto no financiamento de pesquisas e projetos, quanto na formação de modelos de comunicação que, ao menos de forma residual, chegam aos nossos dias. A importância dada à comunicação e ao jornalismo como instrumentos de formação da opinião pública foi reconhecida já nas primeiras décadas do século XX, com a criação de departamentos de relações públicas e de propaganda em empresas e órgãos do estado nos países mais ricos do mundo.

A experiência das duas guerras mundiais foi decisiva para a criação de estratégias de utilização dos artefatos tecnológicos da comunicação disponíveis – tais como o rádio, o cinema, as publicações impressas e a propaganda –, mas também como incentivo ao desenvolvimento dessa indústria, formando uma aliança entre o estado e os meios de comunicação de massa – e também entre as empresas e esses

meios. Exemplo dessa aproximação é apontado por Barbosa (2013, p. 235) quanto à incorporação da mídia pelo regime autoritário de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, no final dos anos 1930, entendido como “um estado de massas, concepção que vinha sendo formada desde a década anterior pelos ideólogos do pensamento conservador brasileiro [que viam] os meios de comunicação, sobretudo os mais modernos, como o rádio, como fundamentais para arregimentar as massas”.

O fortalecimento da mídia e seu papel decisivo na formação da opinião pública despertou nos países a necessidade de criação de modelos de funcionamento da comunicação. Um deles é o europeu, que concedeu maior importância à comunicação pública, com a utilização de transmissões para o desenvolvimento de projetos educativos. Este foi o caso de algumas redes nacionais, como a British Broadcasting Company (BBC), no Reino Unido; a Radio France, na França; e a Deutsche Welle, na Alemanha. Já nos Estados Unidos, o modelo que prevaleceu foi o privado, com o surgimento de grandes redes de comunicação, fortalecendo o oligopólio comercial dessa área. A América Latina optou pelo modelo privado, mas devido à fragilidade das economias nacionais, este foi fortemente influenciado pelas políticas de estado, que estabeleceram uma relação simbiótica com as grandes empresas de comunicação.

O modelo norte-americano influenciou um tipo de jornalismo competitivo e voltado para as necessidades de formação massiva de públicos, mas também favoreceu a concentração do controle dos veículos de mídia por um pequeno número de magnatas desse setor produtivo – formado principalmente por homens brancos e famílias tradicionais, cujos negócios envolvem os setores mais lucrativos da economia e com forte participação no mundo político, ou seja, a os veículos, na América Latina, estão intimamente ligados com o *establishment* político. Esse modelo permitiu que um mesmo grupo assegurasse o comando sobre diversos veículos de comunicação e sobre muitas empresas espalhadas pelo país: produção de cinema, jornais, rádios e canais de televisão.

Por último, o “quarto jornalismo” (de 1970 aos dias de hoje) representa o ingresso da indústria da comunicação nas tecnologias digitais, no momento em que ganhou força a reestruturação produtiva em vários países do ocidente, enfraquecendo o poder da classe trabalhadora e flexibilizando suas atividades. A incorporação dos recursos de novas tecnologias de impressão, a comunicação via satélite e, a partir de meados da década de 1990, a internet, ampliaram o alcance dos produtos jornalísticos, aumentaram os custos de produção e acirraram a disputa entre as

empresas. Nessa fase, o jornalismo feito pela grande imprensa vem se configurando como um negócio de alto risco, devido aos grandes investimentos necessários para a sua permanência no mercado. As mudanças tecnológicas acabaram favorecendo os veículos eletrônicos e precarizando os postos de trabalho. Dessa forma, devido ao avanço das mídias digitais, os meios impressos passaram por mudanças em seus conteúdos e na sua gestão empresarial.

A mídia impressa, que outrora privilegiava as pautas políticas, foi levada a se submeter a uma transformação interna, com a introdução de uma lógica visando à maximização dos lucros num mercado cada vez mais restrito. Além disso, o modelo de jornais e revistas controlados por famílias das elites tradicionais se tornou mais difícil em economias cada vez mais globalizadas e abertas a fluxos de capitais externos, gerando, muitas vezes, ou a venda, ou a extinção de algumas empresas, conforme os pesquisadores Fernando Ruiz e Silvio Waisbord (2004).

Muitas empresas, para sobreviver, adotaram medidas de “reengenharia”, como no Brasil a *Folha de S. Paulo*, que racionalizou seus métodos de trabalho a partir dos anos 1980, com o “projeto Folha”, visando melhorar índices de produtividade, modernizar a cobertura e padronizar procedimentos e linguagem (com o uso obrigatório do *Manual da Redação*). Inspirada em partes na linguagem “televisiva” do americano *USA Today*, a *Folha* trocou, na primeira fase de implantação do projeto, os artigos de opinião e os textos autorais da fase de abertura do final dos anos 1970 pelo pragmatismo de notícias e reportagens de serviços ao/a leitor/a, conforme relata a pesquisa do jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (2005).

3.3 BRASIL: UM JORNALISMO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

No Brasil, a imprensa surgiu oficialmente em 1º de junho de 1808 com a publicação do *Correio Braziliense*, produzido em Londres por Hipólito da Costa, de cunho reformista, e da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro do mesmo ano, pela Impressão Régia, com vistas à manutenção do regime monárquico. Antes desses dois marcos, houve algumas experiências com a produção de impressos, associadas a movimentos de contestação, mas reprimidas pela coroa portuguesa. O aparecimento tardio da imprensa no país, mesmo em comparação às colônias espanholas na América Latina, é atribuído à incipiência da economia do Brasil de então, bem como às restrições do governo português quanto ao desenvolvimento do

pensamento crítico, proibindo a impressão de livros e jornais, a instalação de indústrias, de correio interno e de universidades (BARBOSA, 2013).

Diferentemente do que havia ocorrido na França, no Brasil a imprensa não provocou uma revolução social, já que os movimentos que buscavam mudanças radicais foram eliminados pela ação repressiva da metrópole. Exemplo disso foi a Inconfidência Mineira, articulada em torno de textos impressos e manuscritos, e a Revolução Pernambucana, cujo líder executado, Frei Caneca, editou o *Typhis Pernambucano* (BARBOSA, 2013). Dessa forma, a imprensa hegemônica no país, desde seu início, funcionou como um anteparo ideológico das classes dominantes e de seus projetos de desenvolvimento; com o controle do estado e mais tarde do mercado, manteve-se como elemento de sustentação dos poderes instituídos, sem dar visibilidade às reivindicações de modernização e à busca por condições de igualdade dos movimentos contestatórios.

Uma ampliação da atividade jornalística ocorreu a partir da Independência, na década de 1820, e as publicações que surgiram nesse novo contexto foram importantes para fazer eco ao movimento político do período, em que as revoluções em Portugal e na Espanha influenciaram a expansão dos jornais no Brasil e em outros países da América Latina. Seguindo essa tendência, em 2 de março de 1821, D. João VI assinava um decreto que suspendia a censura prévia da imprensa. Com isso, o Brasil experimentou a proliferação de publicações, que durou da década de 1820 à de 1840, quando a imprensa ingressou numa nova fase – ainda de maior expansão.

Conforme Barbosa (2013, p. 65), a partir da segunda metade do século XIX, as formas de comunicação típicas do antigo regime – tais como as leituras coletivas, a distribuição de manuscritos nas ruas, as proclamações em voz alta – davam espaço à imprensa e à leitura privada, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico. A “imprensa do período imperial era prioritariamente estruturada discursivamente como jornalismo político” (BARBOSA, 2013, p. 74). Apesar disso, tinha um alcance limitado, atingindo, quando muito, a população urbana com melhor remuneração e alfabetizada. Mesmo assim, as práticas de leitura começam a se disseminar em ambientes públicos e privados da sociedade brasileira oitocentista e nas demais regiões do país com a publicação de jornais com alcance local.

A criação de jornais ganhou espaço inclusive em regiões menos desenvolvidas do país naquele momento, como o Paraná, com o objetivo de servir de apoio para o poder do estado e das classes dominantes. A imprensa surgiu em Curitiba quatro

meses depois da elevação do Paraná à condição de província, quando a cidade tinha apenas 5 mil habitantes e era escolhida como capital. Assim, o primeiro jornal publicado em solo paranaense foi o *Dezenove de Dezembro*, que circulou pela primeira vez em 1º de abril de 1854, tendo como principal objetivo a publicação de atos administrativos do governo recém-instalado. O jornal era semanal, passando para periodicidade diária em 1884.

A imprensa desse período atendia as necessidades locais de comunicação, voltadas para a divulgação de notícias, anúncios de produtos e serviços, opinião política, além de entretenimento, com a publicação de poemas, pequenas narrativas e outros textos literários. Destacaram-se periódicos como *Jasmin* (1857), jornal voltado para a literatura; *Mascarado e Correio Oficial* (1861), *Imprensa Livre* (1867), *Itiberê* (1884), *O Trovão* (1888), *Diário da Tarde* (1899). A partir de 1870, a cidade e o estado começaram a receber um grande contingente de imigrantes europeus. Levantamento realizado pelo historiador Romário Martins de 1854 a 1907 dá conta de que haviam sido publicados nesse período em Curitiba 282 títulos de periódicos – 33 deles em língua estrangeira, conforme os pesquisadores Daniel Costa e Claudio Denipoti (2016).

A imprensa de Curitiba foi ganhando destaque aos poucos, tendo como ponto de partida a transformação da região de Curitiba num centro urbano regional, impulsionado pela produção da erva-mate, cujos produtores investiram na criação de jornais, tipografias e instituições como a primeira universidade do país, em 1912. Assim como em outras partes do país, o debate que ocorria com mais frequência em fins do século XIX eram a abolição da escravidão e o regime republicano.

A partir do início do século XX, com o desenvolvimento do processo de modernização de Curitiba, houve a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos. Essas mudanças foram incorporando lentamente os debates pela igualdade de gênero principalmente em publicações literárias, em artigos de jornais publicados na mídia tradicional. As ações foram muito importantes para romper com o imaginário conservador da mídia curitibana, dominada por grupos masculinos ligados ao positivismo e ao catolicismo que após a Proclamação da República buscaram enaltecer o ideal de feminilidade da mulher “mãe, recatada e do lar” e da branquitude das mulheres imigrantes, conforme apontou a pesquisadora Joana Maria Pedro (2000).

São exemplos dessas discussões as atuações de Leonor Castellano, jornalista, escritora, feminista curitibana nascida em 1899, de classe média, que nos anos 1930, passou a publicar na imprensa local textos que defendiam os direitos das mulheres ao voto, de casar ou não, de estudar, de trabalhar, de participação política, conforme mostra a pesquisadora Nincia Cecilia Teixeira (2018). Destaca-se neste período também a atuação da escritora, poeta e jornalista Mariana Coelho, considerada uma das pioneiras na luta e na teorização do feminismo brasileiro, conforme as pesquisadoras Bárbara Popadiuk, Bruna Aparecida Camargo e Karina Woitowicz (2017).

O jornal mais longevo de Curitiba é a *Gazeta do Povo*, criado em 1919 pelos advogados Oscar Joseph de Plácido e Silva e Benjamin Lins, que na época lançaram cotas que foram vendidas a famílias ricas de proprietários de engenho de erva-mate e madeireiros. Passando por uma crise financeira, o jornal foi vendido em 1962 e adquirido pelos empresários Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, tornando-se o embrião do maior grupo de comunicação que se formaria mais tarde, envolvendo outros jornais, emissoras de TV e estações de rádio – o GRPCOM (Grupo Paranaense de Comunicação). Desde 2017, com uma orientação editorial de extrema-direita, a *Gazeta* vem sendo publicada exclusivamente na internet.

Os jornais mais importantes do Brasil no século XIX se concentravam no Nordeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A imprensa no Paraná só teria um grande impulso a partir da década de 1940, com o aumento da atividade econômica do estado em função da exploração de várias indústrias ligadas ao extrativismo, à pecuária e à agricultura. Foi a partir dessa época que a imprensa cultural de Curitiba passou a ganhar destaque com publicações voltadas para a literatura, como *A Ilustração* (1939-1945), *Tingui* (1940-43), *Joaquim* (1946-48), *Guaíra* (1949) e *A Ideia* (1945), todas produzidas por jovens da elite curitibana.

Barbosa (2013) informa que no Rio de Janeiro existiram 373 periódicos ao longo da década de 1880, em cujas páginas despontavam autores como os escritores negros Machado de Assis, Cruz e Sousa, José do Patrocínio e Luiz Gama. Os jornais e revistas divulgavam notícias e opiniões, mas também publicavam crítica literária e teatral, além de ficção seriada, com os folhetins – textos ficcionais que tinham a dupla função de educar a sociedade para os valores burgueses e promover o entretenimento, descobrindo um público que até então não havia sido contemplado – as mulheres brancas burguesas. Elas eram, ao mesmo tempo, consumidoras e

produtoras dos folhetins, pois foi nessa época que foram construídas as condições para que as primeiras escritoras pudessem publicar.

Compôs esse contexto de desenvolvimento no século XIX a imprensa negra. De acordo com a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), esse termo foi utilizado para designar jornais e revistas protagonizados por negros/as e direcionados a eles/as, oferecendo conteúdos voltados para o enfrentamento do racismo, incentivando a luta abolicionista, a construção da identidade, a afirmação social e a integração cidadã das pessoas negras. A imprensa negra representou um espaço contra-hegemônico independente e original no desenvolvimento da imprensa brasileira, que muitas vezes foi defensora de ideias racistas, pois foi formada com a incorporação de pessoas brancas e com uma participação pouco representativa da cultura negra e de suas pautas.

A historiadora destaca que a imprensa negra desempenhou um papel muito importante na construção da cultura e da resistência do povo negro e no processo de consolidação política e social do Brasil. Os jornais e revistas negros estavam ligados ao desenvolvimento de agremiações e eram compostos por indivíduos letrados que utilizavam os meios de comunicação para disseminar ideias e formas de resistência ao racismo e à discriminação social, além de lutar pela educação e divulgar eventos culturais, por meio de leituras coletivas à população iletrada (PINTO, 2006).

A fundação do jornal *O Homem de Cor*, em 1833, por Francisco de Paula Brito (1809-1861), no Rio de Janeiro, é apontada como marco do desenvolvimento da imprensa negra. No entanto, há registros históricos que já circulavam em Salvador em 1798, manifestos e boletins que eram expostos nas ruas e usados como catalisadores no processo de organização de levantes de resistência e lutas do povo negro contra a escravização na Bahia, como a Revolta dos Búzios ou dos Alfaiates¹⁶ (PINTO, 2006).

Desde o desenvolvimento do incipiente processo de industrialização brasileira e da ampliação dos centros urbanos a partir do século XVIII, a imprensa negra foi avançando em várias cidades pelo país, como em Curitiba, Florianópolis, Bagé (RS), Santa Maria (RS), Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Campinas (SP) e Recife. A

¹⁶ A Revolta dos Búzios ou dos Alfaiates foi um movimento revolucionário baiano de 1798, realizado por escravizados e libertos, pretos e pardos, trabalhadores pobres, soldados, pequenos comerciantes, artesãos – com um grande número de alfaiates, e é considerado um dos movimentos emancipatórios mais amplos do ponto de vista político, econômico e social ocorridos no Brasil Colônia, segundo o Instituto Búzios (2021).

partir da escrita de seus/suas jornalistas, intelectuais, militantes, literatos/as negros/as nas páginas de diferentes jornais e revistas, com várias vertentes de pensamento, foram sendo construídas estratégias de projetos de comunicação para ocupar o espaço público, colocando seus anseios na agenda pública, com a participação ativa no desenvolvimento e na construção da modernização e democratização do país até os dias atuais.

A jornalista Alane Reis (2019, p. 24) destaca que a imprensa negra do final do século XIX e início do século XX publicou uma diversidade de temas:

[...] sobre bailes, jogos, casamentos e enterros da gente negra que frequentava as associações dos homens de cor. Veiculavam textos sobre a importância do trabalho e da educação das crianças e jovens negros no ensino formal e profissionalizante. Denunciaram abusos da Guarda Nacional às Polícias. Tinham relações e compromissos com os grupos negros politicamente organizados. Houve os que publicaram “assuntos de mulher” como ser uma boa dona de casa e se manter bonita e respeitável.

Reis (2019) mostra que estes temas nem sempre estavam alinhados ao pensamento político crítico e progressista dos movimentos negros atuais, a exemplo da pouca incorporação das mulheres na produção da imprensa negra, que tinha maior participação masculina. Entretanto, esses veículos refletiram os dilemas e as contradições políticas e sociais que marcaram a construção da história brasileira, denunciando as desigualdades e o racismo e buscando o acesso aos direitos e à cidadania.

Numa proposta mais crítica, foi publicado de 1948 a 1950 o jornal *Quilombo*, dirigido pelo intelectual e ativista negro Abdias do Nascimento. Segundo o pesquisador Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 12, grifo do autor), o periódico representou um instrumento importante de mobilização política, cultural, educacional e antirracista na luta pela democracia brasileira, articulado com as discussões internacionais daquele período. Ligado ao *Teatro Experimental do Negro (TEN)*, grupo fundado e dirigido por Abdias, reuniu grandes nomes de intelectuais e artistas negros e brancos. Guimarães destaca que o jornal “[...] inaugurou uma real inserção da intelligentsia negra brasileira na vida nacional [...] a primeira manifestação erudita de ‘cultura negra no Brasil’[...].”

Além de debate cultural e reconhecimento do negro no desenvolvimento nacional, o jornal era um espaço de denúncia das discriminações vivenciadas pela população negra e também da visibilização de seus projetos de vida no Brasil e em

outros países. O pesquisador Julio Menezes Silva (2018) relata que uma das ações de destaque do jornal foi abrir espaço para a participação feminina. Na coluna “Fala mulher”, a intelectual e ativista Maria Lourdes Vale do Nascimento lutava contra a discriminação e pelos direitos das trabalhadoras domésticas, que só foram conquistados com a Lei Complementar nº 150/15, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2014. Apesar de tardia, a aprovação contrariou uma parte do segmento da elite econômica brasileira. Outra plataforma do jornal foi a defesa de candidaturas de homens e mulheres negras e indígenas nas eleições de 1950. O pesquisador Celso Luiz Prudente e a pesquisadora Ana Vitória Prudente (2022) destacam o pioneirismo do jornal na primeira discussão de cotas raciais para afro-brasileiros/as.

Assim como a imprensa negra, o desenvolvimento de publicações produzidas por mulheres tinha por objetivo o enfrentamento da discriminação e a luta por direitos. A participação das mulheres no desenvolvimento da imprensa no Brasil está associada à luta feminina e feminista por direitos sociais e políticos, ao acesso à educação e sua inserção na esfera pública, marcada pelas contradições de gênero, raça e classe. São as mulheres brancas de classe média que reivindicam a participação no espaço público. Porém, as mulheres negras e pobres já atuavam no mundo do trabalho, exploradas na condição de escravizadas ou assalariadas no espaço doméstico, na agricultura, na indústria e no comércio.

Woitowicz (2012) aponta que na primeira metade do século XIX passaram a ser produzidos jornais e periódicos voltados para as mulheres brancas de classe média, com conteúdo sobre literatura, moda, beleza e regras de comportamento, cuidados domésticos, a maior parte deles produzidos por homens. Apesar dessa abordagem conservadora das relações de gênero e raça na sociedade, passaram a ser desenvolvidas também no mesmo período, ainda que de forma incipiente, publicações que problematizavam a condição política e social das mulheres e que foram fundamentais para a construção da inserção e participação das mulheres no trabalho jornalístico, na luta e conquista dos direitos na sociedade brasileira.

Woitowicz (2012) aponta que, mesmo com registros imprecisos, o primeiro periódico fundado por uma mulher foi o *Jornal das Senhoras*, de Juana Paula Manso de Noronha, em 1852. Mesmo antes do lançamento desse periódico, segundo a pesquisadora, as mulheres já iam criando diversas estratégias de inserção e construção de seu lugar na imprensa, ocupando espaço como colaboradoras de jornais, assinando textos com pseudônimos masculinos. As mulheres também

desenvolveram várias experiências na imprensa independente, com a publicação de jornais, impressão de livros que foram relevantes para a luta feminista, no desenvolvimento da participação política das mulheres e nas mudanças dos costumes, como *O Domingo* (1874), *Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *Echo das Damas* (1879), *A Voz Feminina* (1900) e *A Família* (1888).

Apesar de ampliarem sua participação por meio de lutas e resistências como escritoras e jornalistas, a ação das mulheres não impediu que a hegemonia masculina se firmasse na imprensa do país. O poder da imprensa conservadora tornou-se mais evidente na fase que Marcondes Filho (2000) denomina de segundo jornalismo (1830-1900), com a burguesia já consolidada nos países mais ricos da Europa – num período marcado pela inovação tecnológica e por maior influência do capital no sistema de produção, no início da segunda revolução industrial. A partir de 1830, diversas invenções transformaram a indústria jornalística, com a adaptação da máquina a vapor às impressoras, a invenção do telégrafo, da fotografia, o desenvolvimento de meios de transporte, como o trem. O incremento da qualidade e da rapidez da impressão gerou aumento de tiragens e de público dos impressos, melhoria na qualidade gráfica e surgimento do mercado publicitário. A atividade jornalística transformava-se aos poucos em um fazer especializado e caro.

Esse período, a exemplo do que acontecia na Europa, foi marcado pela crescente participação das mulheres burguesas nas atividades jornalística, literária ou em movimentos sociais. Isso porque, ao longo do século XIX, influenciadas pelas mudanças da França depois da revolução de 1789, as sociedades ocidentais passavam por transformações econômicas e sociais, tendo os padrões europeus como grande referência cultural. Com esse movimento, veio a valorização da cultura masculina, branca, letrada e cristã, construindo a ideia de que países como o Brasil deveriam se mirar na experiência das nações mais ricas com esse ideal de modernidade. Ao mesmo tempo, essas ideias contaram com pontos de vista dissonantes, dando origem a movimentos sociais da classe trabalhadora e das mulheres.

Embora não houvesse no Brasil um questionamento direto quanto ao poder hegemônico do discurso eurocêntrico no século XIX, alguns atores e atrizes políticos/as foram, aos poucos, conquistando a esfera pública, como é o caso da presença cada vez maior de mulheres na atividade jornalística e literária. Dentre elas, Nísia Floresta (1810-1885), educadora, feminista, jornalista e tradutora de textos de

Mary Wollstonecraft, uma das principais referências do feminismo internacional; Maria Firmina dos Reis (1822-1917), professora, primeira ficcionista negra do Brasil e uma das primeiras a popularizar o gênero romance no país; Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora, jornalista, autora de peças de teatro e uma das fundadoras da Academia Brasileira de Letras; Antonieta de Barros (1901-1952), professora, escritora, jornalista, eleita em 1934 a primeira deputada catarinense e negra do Brasil, defensora do direito ao voto feminino e à educação para todos/as.

Além de mudanças no plano político-econômico, esse período viu surgir uma série de transformações relacionadas à tecnologia da produção dos veículos impressos, possibilitando o aprimoramento das publicações - com a criação das revistas ilustradas, que refletiam o crescimento das cidades, o aumento do público e o início do processo de profissionalização do setor. Surgiram não apenas periódicos editados com mais profissionalismo, mas também empreendimentos empresariais mais longevos, como foi o caso das revistas, entre elas a *Semana Ilustrada* (1860-1876) e a *Revista Ilustrada* (1876-1898) - esta última dirigida pelo empresário italiano Angelo Agostini, célebre por sua habilidade como empresário e ilustrador.

O poder hegemônico da grande imprensa se acentuou na fase seguinte, com o terceiro jornalismo (1900-1970), também chamado por Marcondes Filho (2000) de jornalismo monopolista. Foi nessa época que a atividade, graças a mudanças de base tecnológica, tornou-se uma indústria de produção de larga escala. Nos países mais ricos e na própria periferia do capitalismo, como o Brasil, em especial nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, que se tornaram vitrines nacionais, o século XX trouxe novidades que intensificaram o movimento de modernização da grande imprensa, tais como a luz elétrica, o telefone, cinema, automóveis, máquinas de escrever. No caso do Brasil, esse movimento fez com que as classes dirigentes otimizassem a imprensa republicana, carregando “a ideia de ordem e progresso, marcada pelas conquistas técnicas [...], uma imprensa que se pretendia missionária na pregação do *Brasil civiliza-se!*”, conforme as historiadoras Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2008, p. 10-11).

Essa imagem seria questionada por algumas vozes dissonantes, como Lima Barreto e Euclides da Cunha. O primeiro, escrevendo na imprensa diária e em revistas do Rio de Janeiro, criou uma série de personagens que evocavam os efeitos colaterais da modernização na capital, como a manutenção da discriminação, o lugar de inferioridade legado aos descendentes da população escravizada, a formação de uma

república das letras em consonância com o projeto político hegemônico do país, uma literatura que nada mais era do que o “sorriso da sociedade”. Nesse meio, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda (2006, p. 178), “o amor às letras não tardou a instruir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana”.

Na mesma direção, Euclides da Cunha, embora incorporando o projeto de desenvolvimento moderno por meio da assimilação de ideias francesas, conseguiu observar a contradição da execução desse intento, já no início da Primeira República, ao fazer um relato aterrorizador do genocídio da população pobre do interior da Bahia, na Guerra de Canudos, ocorrida nos anos de 1896 a 1897. Apesar de sua formação militar positivista e de sua defesa fervorosa do republicanismo, Euclides via no projeto do governo republicano uma ação de limpeza étnica e de barbárie contra um importante grupo da sociedade brasileira – aqueles sertanejos esquecidos que viviam longe da Rua do Ouvidor (SEVCENKO, 1983).

Essas mudanças, junto com artefatos modernos e novos meios de comunicação, trouxeram tanto a visibilidade da performance técnica, quanto possibilitaram outras sensibilidades e formas de sociabilidade, em que valores como eficiência, velocidade e força funcionavam como metáfora do modo de vida novo, reforçados pela imprensa, sem que houvesse mudanças das velhas estruturas de dominação herdadas da colonização, de um Brasil mais arcaico, enraizado na cultura agrária oligárquica, no analfabetismo, na escravidão e nas desigualdades (SEVCENKO, 1998b).

Além do desenvolvimento do final do século XIX, a imprensa brasileira se beneficiou com o crescimento econômico dos anos 1930, que superava a dependência quase exclusiva das flutuações do mercado internacional do café, principal exportação do país, cujos preços vinham caindo desde o final da década de 1920, tendência que se acentuou com a Depressão de 1929. Impulsionada pelas mudanças políticas dos anos 1930, a indústria tornou-se crucial para a recuperação econômica do país, como destaca a historiadora Sonia Mendonça (1997, p. 40), registrando uma taxa anual de crescimento de 11,2% no período de 1933-39. Essas transformações, que contemplavam a ampliação da produção de produtos básicos da indústria pesada, a criação de uma regulamentação das relações de trabalho entre operários/as e industriais, contribuíram para o aumento das populações urbanas e para o crescimento da massa salarial, possibilitando também a ampliação do mercado jornalístico.

As transformações econômicas foram acompanhadas por demandas dos movimentos sociais e pelo surgimento de novos partidos políticos no Brasil. Entre as conquistas está o direito ao voto feminino, em 1932, e uma crescente participação das mulheres no mundo do trabalho, sobretudo nas fábricas e no comércio das grandes cidades.

A organização de um sistema de comunicação no Brasil marchou de forma simultânea ao desenvolvimento de um projeto de controle social do governo e das elites visando a modernização conservadora. No período de 1930 a 1945, com a ascensão do governo autoritário de Vargas, o uso da comunicação como instrumento de propaganda e de construção de unidade política foi intensificada, a exemplo do que aconteceu em países mais ricos. Para isso, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, um instrumento de produção e controle de mensagens propagadas pela imprensa cooptada para afinar o discurso do governo utilizando a moderna rede de informação que se formava no Brasil, com a ampliação do alcance do rádio e da indústria gráfica.

As empresas jornalísticas tiveram que enfrentar uma série de restrições impostas pelo governo Vargas, que procurava controlar as publicações – seja por meio da cooptação dos empresários, seja pelo ataque violento às sedes das publicações pelos aliados do presidente, com o empastelamento (ataque e/ou a destruição das instalações físicas) dos jornais, bastante comum nesse período. A ascensão do Estado Novo, no final de 1937, impôs censura e diversas sanções a intelectuais e jornalistas, inviabilizando a liberdade de imprensa até o final de 1945, que marca a restauração da democracia no país como resultado da política imposta pela aliança das nações vitoriosas na Segunda Guerra Mundial. Consequência disso foi o declínio de um modelo de jornalismo baseado principalmente na opinião, ainda que persistisse nos veículos alternativos. Pressionadas para se alinhar com a propaganda do estado autoritário, as publicações passaram por forte censura entre 1937 e 1944, voltando-se cada vez mais à produção informativa, conforme o historiador André de Séguin des Hons (1985).

Por outro lado, Vargas deu visibilidade e fez uso político da nascente mídia eletrônica, criando as condições para que o rádio se transformasse no veículo de maior alcance no país, que padecia com altos índices de analfabetismo e que contava com diversas regiões isoladas – principalmente pela ausência de estradas. Restrito inicialmente a clubes de ouvintes, geralmente voltado a fins educativos, o rádio

incorporou a publicidade nos anos 1930 e ampliou seu alcance por meio do fornecimento de programação gratuita e voltada para o entretenimento. Destacou-se no período a Rádio Nacional, que contava com ampla programação musical, de entretenimento e de informação jornalística, atingindo a maior parte do território brasileiro, conforme o sociólogo Renato Ortiz (1988).

A Era do Rádio, período que envolveu as décadas de 1930 a 1950, foi um fenômeno de desenvolvimento das comunicações que atingiu todas as regiões do país, mesmo os estados periféricos. No Paraná, o rádio teve um papel pioneiro. A Rádio Clube Paranaense PRB 2, criada de forma amadorística em 27 de julho de 1924, foi a terceira emissora instalada no país e a única a funcionar em Curitiba até 1947, quando surgiu a Rádio Guairacá, que na década de 1950 se tornou sua grande rival. Ambas se voltavam para a produção de entretenimento, com radionovelas, programas musicais, esportivos e de auditório, segundo o jornalista Sandro Dalpícolo (2010).

A experiência do meio rádio em Curitiba serviu de embrião para o surgimento das emissoras de TV. Em 1960, o empresário oriundo da radiodifusão Nagibe Chede conseguiu a primeira concessão para criar uma canal de TV na cidade, o que se efetivou em 30 de outubro de 1960, quando foi ao ar a TV Paranaense Canal 12, dez anos depois de inaugurada a TV no Brasil, com a Tupi, de São Paulo. Ainda em 1960, foi inaugurada em Curitiba a TV Paraná Canal 6, ligada ao grupo dos Diários Associados, que era o mais importante do país naquele momento, controlando a TV Tupi. Em 1967, era criada a TV Iguaçu Canal 4, de propriedade do empresário e político Paulo Cruz Pimentel, que se tornaria governador do Paraná (1966-1971) e fez de suas empresas de comunicação uma linha de apoio para sua atuação como político (DALPÍCOLO, 2010).

Produzida localmente e marcada por improvisos nos seus primórdios, a programação de TV em Curitiba foi modificada com a criação de novas tecnologias, como o videoteipe, permitindo a gravação prévia dos programas a serem exibidos, e a transmissão via satélite, com a possibilidade de se criar um sistema em rede contendo partes da mesma programação para todo o país. A mudança se efetivou no final dos anos 1960, quando canais de televisão de São Paulo e do Rio de Janeiro centralizaram a produção e passaram a distribuir a maior parte da grade de programação das televisões brasileiras, que se tornaram “repetidoras”, restando um pequeno espaço para a produção local. O desenvolvimento dos setores de

comunicação nesse período contava com forte influência dos meios político e empresarial, que se aliaram mesmo em momentos de ruptura democrática, como o que ocorreu no Estado Novo e na Ditadura Militar.

Na época da ditadura Vargas, o ambiente político adverso à democracia não foi empecilho para o desenvolvimento de negócios que marcaram a história da comunicação no Brasil, como foi o caso da formação do grupo do empresário Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados – uma rede de 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 de televisão e uma agência de notícias. Chatô foi responsável pela instalação da primeira emissora de televisão no país (TV Tupi), que foi ao ar em São Paulo, ainda que de forma precária, em setembro de 1950. Empreendedor com grande influência no mundo político e favorecendo-se dessa ligação, foi responsável pelo êxito editorial de uma das revistas mais importantes do país e com maior longevidade, *O Cruzeiro*, lançada em 1928 e que obteve destaque até a década de 1950, sendo fechada em julho de 1975, já com o império empresarial completamente arruinado. Sua tiragem semanal chegou a 700 mil exemplares nos anos 1950, proporcionalmente a maior já alcançada por uma revista brasileira (BARBOSA, 2013).

Embora pequena e restrita a setores do jornal como o colunismo social e à cobertura de variedades, a participação das mulheres tornou-se um pouco mais expressiva do que no período anterior, fazendo do jornalismo uma atividade complementar à de escritora. Este foi o caso, dentre outras, de Clarice Lispector (1920-1977), Rachel de Queiroz (1910-2003), Maria Archer (1899-1982) e Cecília Meireles (1901-1964). Raquel teve destaque na crônica de jornais cariocas nos anos 1930, fazendo oposição ao governo Vargas. A portuguesa Maria Archer, exilada no Brasil nos anos 1950 durante a ditadura de António Salazar, foi uma importante voz na defesa dos direitos da mulher em suas crônicas para o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Clarice Lispector acabou trilhando uma posição mais ambígua do ponto de vista político. Judia nascida na Ucrânia, atuou dentro de um regime que tinha diversos funcionários antissemitas entre os seus mais importantes representantes: atuou como repórter na Agência Nacional, órgão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) responsável por controlar a imprensa brasileira com censura, mas também por produzir material de divulgação em formato jornalístico, cuja publicação muitas vezes era imposta aos veículos comerciais. Mais tarde, sob pseudônimo, Clarice atuaria como colunista de *O Cruzeiro* e, publicando seus contos assinando com o próprio

nome, a partir do final dos anos 1950, na prestigiosa revista *Senhor*, segundo o biógrafo Benjamin Moser (2011, p. 175).

Cabe destacar aqui também a intelectual negra Ruth Guimarães Botelho (1920-2014), formada em filosofia pela USP, que atuou em várias frentes do mundo das letras. Segundo o historiador Silvio D’Onofrio (2020), ela trabalhou em diversas editoras como revisora, tradutora, repórter, cronista e crítica literária. Como jornalista, atuou na imprensa paulista e carioca nas revistas *Noite Ilustrada*, *Carioca*, *Globo*, *Semana Ilustrada*, *Senhora*, *Quatro Rodas*, *Realidade*, *Atualidades Literárias* e *Revista Lusitana* (Portugal) e também publicou textos e críticas literárias, traduções em grandes jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

Teve projeção nacional como romancista ao publicar *Água funda*, em 1946. É considerada uma das primeiras mulheres negras a ocupar esse espaço na literatura brasileira, colocando a identidade negra no centro da sua obra, num ambiente composto por homens brancos marcado pelo racismo, sexismo e pela perseguição da censura do Estado Novo. Seu apagamento na história da literatura e do jornalismo está associado à discriminação de gênero e raça, que continua invisibilizando e silenciando as produções, atuações das mulheres, principalmente as negras e indígenas.

Em Curitiba, Rosy de Sá Cardoso, que faleceu em 2022 com 95 anos de idade, foi a primeira jornalista mulher a ter registro profissional no Paraná, em 1950. Começando sua carreira como cantora de rádio, ela migrou para o jornalismo ainda na década de 1940, tendo atuado como colunista social nos jornais *O Dia*, *O Estado do Paraná* e *Gazeta do Povo*, onde trabalhou por 40 anos, até 2017. Além do trabalho nos jornais, ela produziu programas de televisão e atuou em diversas revistas de Curitiba. Segundo reportagem do portal *Bem Paraná* (2022), Rosy “foi uma das primeiras curitibanas a usar calças em público, a dirigir – uma paixão – e a entrar em bares como o Rei do Mate, que não atendiam mulheres”.

Mesmo de 1945 a 1964, em que houve o fortalecimento dos movimentos democráticos, a imprensa serviu de porta-voz do “desenvolvimentismo” pregado pelas elites políticas e econômicas, repercutindo a euforia econômica do pós-guerra. O projeto editorial de *O Cruzeiro* servia-se a dois papéis complementares: exaltar um estilo de vida moderno e aventureiro, trazendo pautas que, muitas vezes, voltavam-se para o Brasil profundo, mas também publicar reportagens que exaltavam a amplificação das conquistas técnicas da modernidade, sendo um pano-de-fundo

ideológico para fatos históricos como a construção de Brasília, a formação da indústria automobilística e a integração do país pelas rodovias, aponta o historiador André de Seguin des Hons (1985).

Com linha editorial semelhante à de *O Cruzeiro*, surgiram algumas revistas de informação e entretenimento no Paraná. Entre elas estão *Revista da Guaíra* (1949), *Divulgação Paranaense* (1950) e *Panorama* (1951), cuja sede seria transferida de Londrina para Curitiba no início da década de 1960. A publicação trazia reportagens sobre temas que variavam da política ao entretenimento, sempre exaltando o crescimento econômico do estado. A expansão econômica do Paraná ocorreu de maneira desigual. No século XIX, ela aconteceu no litoral e em Curitiba, em função da criação de gado e da produção da erva-mate; ao longo do século XX, com a expansão da agricultura, no sudoeste e no norte. A região sudoeste foi ocupada por agricultores gaúchos; a região norte por mineiros, paulistas e imigrantes japoneses, que trabalhavam nas lavouras de café e na indústria madeireira. De 1930 a 1975, o norte passou por um grande desenvolvimento econômico, principalmente na cidade de Londrina, onde foi criado o jornal *Folha de Londrina*, um dos mais importantes do estado, concebido para atender necessidades locais de informação.

A consolidação do mercado de bens culturais, que ocorreu nos anos 1960, coincidiu com o golpe civil-militar de 1964 e com a implantação de um regime de exceção no país, com o controle da sociedade por meio da Lei de Segurança Nacional (LSN), que colocou na clandestinidade agentes políticos da oposição ao regime, censurou e forçou o fechamento de diversos veículos de comunicação. Ortiz (1988) mostra que a ação do golpe teve duplo significado na cultura: exerceu um papel decisivo quanto à imposição de uma pauta conservadora por meio do aparelhamento dos órgãos de censura, mas também incentivou o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações e a produção massiva de bens culturais, acompanhando a onda de modernização conservadora.

O desenvolvimento econômico proveniente de investimento estatal, principalmente entre 1968 a 1973, promoveu crescimento do consumo na classe média, incremento da publicidade e de todo o setor da comunicação. A publicidade teve um papel muito importante – por seu caráter econômico e ideológico, ao “vender” uma imagem positiva do governo autoritário, veiculando mensagens como “ninguém segura este país” e “este é um país que vai pra frente”.

Apoiada por parte da imprensa, a ditadura militar conseguiu manter, nos seus primeiros anos, uma relação próxima aos proprietários dos veículos da mídia, estreitando ainda mais os laços entre comunicação e poder no Brasil, a ponto de o governo golpista ter sido o principal protagonista na expansão comercial dessas empresas, contando com a conivência das direções das empresas, para quem desenvolvimento econômico e censura não eram elementos conflitantes. Isso não quer dizer que jornalistas não tenham lutado contra o regime; uma pequena parte da imprensa – num primeiro momento, ainda nos anos 1960, os jornais alternativos, e em meados dos anos 1970, alguns veículos da grande imprensa – lhe fizeram oposição. Mesmo assim, o importante, naquele momento, era a ampliação do mercado.

O que caracteriza a situação cultural dos anos 60 e 70 é o volume e a dimensão do mercado de bens culturais. Se até a década de 50 as produções eram restritas, e atingiam um número reduzido de pessoas, hoje elas tendem a ser cada vez mais diferenciadas e cobrem uma massa consumidora. Durante o período que estamos considerando, ocorre uma formidável expansão, a nível de produção, de distribuição e de consumo de cultura; e é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular (ORTIZ, 1988, p. 121).

O governo autoritário, que contou com o apoio de parte da classe média e das empresas, promoveu uma modernização conservadora em diversos setores da economia, tais como a indústria e os grandes projetos de infraestrutura. O Brasil havia registrado índices de crescimento econômico acelerados entre 1946 e 1963, período em que a política de recuperação das economias pós-guerra trouxe indicadores positivos em praticamente o mundo todo. A partir de 1963, no entanto, houve redução dos índices de crescimento e aumento da inflação. O primeiro ditador do regime militar, Castello Branco (1964-1967), manteve índices de crescimentos baixos. A mudança mais significativa ocorreu de 1968 em diante, quando o indicador de crescimento saltou para 10% ao ano, num período conhecido como “milagre brasileiro”.

A média de crescimento anual brasileira chegou a 11%, com inflação considerada razoável, de 1968 a 1973. A conjuntura internacional proporcionou créditos abundantes e expansão do comércio exterior, o que favoreceu a economia. As condições do país atraíram investidores estrangeiros, principalmente na mineração e na indústria automotiva, de acordo com a historiadora Armelle Enders (2008, p. 218). A partir de 1973, com o chamado choque do petróleo e a crise do sistema fordista-keynesiano, a economia brasileira foi afetada diretamente, apresentando índices de

crescimento cada vez menores. Os dois últimos governos da ditadura militar (ditador Geisel, de 1974 a 1979, e ditador Figueiredo, de 1979 a 1985) representaram um período de pequeno crescimento econômico, aumento inflacionário, da desigualdade e de abertura política, com a ditadura cada vez mais pressionada por setores progressistas da sociedade. Alguns jornais pegavam carona no processo de abertura, como foi o caso, em especial, da *Folha de S. Paulo* já no governo do ditador Ernesto Geisel, e do jornal *O Estado de S. Paulo*, no final da década de 1970, durante o governo do ditador João Figueiredo.

Alguns veículos deram sustentação ao regime, em especial a *Rede Globo de Televisão*. Ao longo dos 21 anos da Ditadura Militar, no entanto, a emissora teve uma posição ambígua em relação ao regime: uma parte de sua programação servia de suporte para as ações da ditadura, divulgando com entusiasmo as medidas econômicas do governo, e outra abria espaço para críticas a questões sensíveis, como o conservadorismo nos costumes e a manutenção e práticas clientelistas na política. Exemplo dessa crítica foram as novelas *O bem amado* (1972) e *Roque Santeiro*, que teve sua primeira versão censurada em 1975.

Na área de jornalismo, apesar do racismo e do machismo imperantes no país reforçados pela ditadura, um importante espaço foi conquistado por algumas jornalistas, como foi o caso de Glória Maria Matta da Silva (1949-2023), que atuou como repórter e apresentadora nos mais importantes programas do jornalismo da *TV Globo* de 1971 a 2022, tornando-se uma das maiores celebridades da história da televisão brasileira. Em depoimentos sobre sua carreira, Glória Maria sempre destacou a luta das mulheres negras para conquistar seus espaços na sociedade e no mercado de trabalho.

Glória Maria marcou espaço na TV como pioneira em várias novidades que foram lançadas ao público. Em 1977, fez a primeira transmissão em cores para o *Jornal Nacional*. 30 anos depois, também pela Rede Globo, ela seria protagonista da primeira transmissão em alta definição (HD) da televisão brasileira, numa reportagem para o programa dominical *Fantástico*. Ela foi pioneira também na luta pelos direitos. Foi a primeira pessoa a denunciar uma ação de racismo pela lei Afonso Arinos, primeira norma a punir o racismo como contravenção no país, estabelecida em 1951. A ação foi motivada pelo fato de que Glória Maria foi impedida de entrar pela porta principal de um hotel no Rio de Janeiro, no início dos anos 1970. No final da década, quando a presidência da República era ocupada pelo ditador João Figueiredo, ela foi

chamava por ele de “a neguinha da Globo”, o que mostra o forte viés de violência e preconceito da Ditadura Militar em relação ao povo negro. A jornalista faleceu em decorrência de um câncer, em 2 de fevereiro de 2023, de acordo com a jornalista Letícia Sena (2023).

No Paraná, marcado pela exclusão, pelo racismo e pelo sexismo, duas jornalistas negras conseguiram estabelecer longas carreiras no jornalismo local: Dulcinéia Novaes e Fernanda Castro.

Formada em jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1978, Dulcineia Novaes Felizardo Vieira, nascida em 1955 em Martinópolis (São Paulo), começou a trabalhar como repórter na *Folha de Londrina* ainda estudante, onde ficou por dois anos. Em 1981, começou a trabalhar na *TV Coroados*, afiliada da Globo em Londrina, e na sequência migrou para a TV Paranaense, em Curitiba, onde permanece até hoje. Está na empresa há 41 anos.

Como repórter, ganhou destaque, tendo visibilidade em programas nacionais da Globo, como Globo Repórter, Fantástico, Jornal Nacional e Jornal Hoje, para os quais fez grandes coberturas nacionais e reportagens especiais na Europa e na África. Dulcinéia recebeu diversos prêmios, como o Troféu Raça Negra Jornalismo, em 2011. Pós-graduada em Marketing (FAE) e mestre em Linguagem e Comunicação (UTP), atua também como professora universitária de jornalismo e como pesquisadora dessa área.

Com mais de três décadas dedicadas ao fotojornalismo, Fernanda Castro (1951) começou sua carreira no jornal *O Estado do Paraná* em 1977. Trabalhou ainda no *Correio de Notícias* e na sucursal paranaense do *Correio de Notícias*. Antes de se tornar jornalista, estudou medicina em La Plata, na Argentina, mas desistiu do curso por não se identificar com a área. Trabalhou como repórter fotográfica durante 30 anos no governo do Estado do Paraná, a maior parte desse período na Secretaria de Estado da Comunicação.

Em seu trabalho no governo, acompanhou o desenvolvimento de pesquisa e reconhecimento de comunidades quilombolas no Paraná pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, criado em 2005, que identificou 80 comunidades, certificando 37 delas, e representou um marco para o resgate dos direitos desses grupos. Até o ano 2000, havia apenas três comunidades identificadas como quilombolas no estado. Resultado de 10 anos de atuação direta com essas comunidades foram várias exposições nacionais e internacionais com suas fotos, em países como França e Uruguai, e a

publicação de dois livros: *Comunidades do Feixo e da Restinga: herança dos afro-descendentes da Lapa* (2007) e *Comunidades do Sutil e de Santa Cruz: herança quilombola da região dos Campos Gerais* (2012).

Em Curitiba, um periódico ligado à Igreja Católica se destacou na resistência ao regime militar. Trata-se do jornal *Voz do Paraná* (1956-1986), que passou a publicar, nos anos 1970, uma série de reportagens sobre problemas sociais, como o aumento da pobreza e da violência, matérias relacionadas à ala mais progressista da igreja, além de abrigar jornalistas que haviam sido vítimas do regime militar, por meio de prisões e torturas, como Milton Ivan Heller, Benedito Pires e Luiz Manfredini. Em sua pesquisa sobre a história do periódico, o jornalista Diego Antonelli (2021, p. 65-6) relata a participação da jornalista Teresa Urban, que havia sido arbitrariamente presa, não conseguindo trabalho em outros veículos da imprensa ao sair da prisão. Ela foi contratada pelo diretor de redação da *Voz*, o jornalista Aroldo Murá, que fez o seguinte relato para o livro:

“Não tínhamos militância partidária, nem pretensões de fazer jornalismo libertário. Queríamos apenas seguir a orientação da Igreja do Brasil, que era, naturalmente, contra as arbitrariedades praticadas pelo Regime Militar. Por não estar envolvido em nenhuma linha política, podia abrigar comunistas, sem levantar suspeitas e, assim, recebi e abri as portas para Teresa Urban, bem como para outros profissionais” [...].

Mas a ação contra a ditadura na imprensa realizada de maneira mais efetiva veio da imprensa alternativa, formada a partir de 1968, com a criação de cooperativas e coletivos de jornalistas e grupos políticos de esquerda. Esses veículos não apenas tiveram um papel importante na divulgação de informações que denunciavam a política econômica e as violações dos direitos humanos pelo regime militar, mas também inovaram quanto à linguagem jornalística e às formas de produção.

O pesquisador Bernardo Kucinski (2003, p. 14) identifica dois tipos de jornais na imprensa alternativa: os veículos envolvidos com política e os ligados à contracultura. Os primeiros “protagonizavam em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas”; os relacionados à contracultura atacavam os costumes e o “moralismo hipócrita da classe média”, utilizando uma linguagem ousada e criativa.

Essa época viu nascer jornais como o *Lampião da Esquina*, primeiro veículo gay do Brasil, que teve um olhar progressista sobre as questões ligadas à sexualidade.

O jornal tinha uma abordagem bem-humorada, mesmo quando tratava de temas pesados. Além disso, foi o primeiro a denunciar a violência contra o grupo LGBTQI+, muitas vezes utilizando jargões e gírias desse grupo. O jornal tratava de temas como aborto, descriminalização das drogas, homossexualidade e problemas ambientais.

A imprensa alternativa desenvolvida neste período também teve grande participação das mulheres e do movimento feminista, que combateu criticamente a lógica de consumo e a construção das imagens estereotipadas das mulheres, associadas ao espaço do lar, reduzidas aos papéis de mães e esposas, ou como objetos de exploração sexual, reproduzindo e propagando a ideologia hegemônica das desigualdades de gênero.

Segundo Popadiuk, Camargo e Woitowicz (2017), mesmo com poucas pesquisas, é possível observar que a imprensa alternativa feminista no Paraná na década de 1970, assim como ocorreu em outras regiões do Brasil, teve um papel importante na produção jornalística, na luta contra a ditadura, na luta pelos direitos e na resistência. Elas destacam as seguintes publicações que surgiram no período: *Brasil Mulher* (1975), *Maria* (1984), *Jornal da Mulher* (1986), *Boletim da Mulher* (1986), *Boletim do Movimento Feminista pela Anistia - núcleo do Paraná* (1977), *Boletim do MPMP* (1986), *União Paranaense dos Estudantes* (UPE), elaborados pelas jornalistas Noemi Osna Carriconde e Teresa Urban.

Os movimentos feministas entre o final de 1970 e os anos de 1980 passaram a desenvolver “suas próprias publicações (jornais, panfletos, cartazes, revistas, etc.) como instrumentos para o fortalecimento de suas lutas [...] com orientações editoriais distintas, [inserindo] o debate sobre diversas questões feministas nos meios da política, da intelectualidade e em setores de base” (WOITOWICZ, 2008, p. 9). A mídia alternativa feminista foi utilizada como um espaço de luta, resistência, enfrentamento político e construção de identidade, ligada às diferentes agendas dos movimentos feministas, numa sociedade marcada pelo autoritarismo da ditadura militar e o sexismo dos movimentos de esquerda, que não priorizavam as discussões de gênero.

Além da imprensa alternativa, parte dos grandes jornais comerciais começaram a reagir ao regime. Atacados pela censura durante a ditadura militar, alguns jornais brasileiros começaram, na segunda metade dos anos 1970, a fazer oposição ao regime, com a publicação de reportagens sobre aumento dos gastos públicos e as consequências da desigualdade brasileira, atingindo a imagem de “Brasil-potência” pretendida pelos ditadores. Num clima de abertura política que teve início nessa

época, o jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, começou a desenvolver pautas de interesse da sociedade brasileira – reflexo das lutas dos movimentos sociais dos negros e das mulheres – tais como o crescimento da violência, os problemas de moradia, os direitos das minorias, o direito ao voto e à organização, discussões que foram de grande importância na década seguinte, com a formação de forças políticas de oposição ao regime e a aprovação da Constituição de 1988.

A década de 1970, que testemunhou o endurecimento da ditadura militar – com a repressão sistemática à liberdade de expressão, as perseguições a jornalistas, políticos de oposição e lideranças de movimentos populares –, a escalada da crise econômica e o aumento da impopularidade do regime, foi também uma época de reposicionamento da grande imprensa em relação ao regime. Principalmente a partir dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog (outubro de 1975) e do operário Manoel Fiel Filho (janeiro de 1976), ambos torturados nas dependências do DOPS na capital paulista, os jornais impressos, a exemplo da imprensa alternativa, criaram espaços para discutir temas de interesse da população mais pobre, afetada pela política econômica do governo, que privilegiava as faixas mais ricas da população.

Já nos anos 1980, o avanço da grande imprensa em direção a uma abordagem mais democrática sobre a sociedade brasileira coincidiu também como a pressão para uma maior profissionalização e controle do setor, com a incorporação de formas de produção voltadas para a maximização de lucros e uso de novas tecnologias na produção e veiculação do material jornalístico. Marcondes Filho (2000, p. 36, grifo do autor) considera contraditória esta fase em relação ao espírito do jornalismo: em vez da prática de liberdade, que incentiva a razão e o espírito crítico, a atividade

[...] tornou-se um disciplinamento técnico, antes que uma habilidade investigativa e linguística. Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou que melhor escreve. Ele deve ser uma peça que funciona bem, “universal”, ou seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações.

No Brasil, essas mudanças têm ocorrido no mesmo passo dos países mais ricos, já que as empresas nacionais se equiparam em capital e em tecnologia a suas congêneres europeias ou norte-americanas. Algumas pesquisas consideram, no entanto, que as transformações recentes favoreceram o exercício de um jornalismo mais independente quanto às elites políticas e econômicas, até porque aumentou a desregulamentação de alguns setores; além disso, a incorporação do modelo anglo-

americano teria sido benigna e “não imperialista”, pois a mídia local teria mantido um caráter nacional e cultural, “enquanto mesclou o regime da objetividade [...] com as aflições das racionalidades de cidadania e da comercialização”, conforme as historiadoras Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2008, p. 311).

De fato, pelo menos na década de 2010 alguns produtos reforçam essa ideia, com a criação de programas de áudio e de vídeo (*podcasts*) de análise política e econômica, a publicação de matérias mais extensas e aprofundadas em portais de informação, como é o caso da experiência do TAB, desenvolvido pelo portal UOL desde 2014, utilizando recursos multimídia e dialogando com o jornalismo literário, além de um novo fôlego ao jornalismo literário-cultural com as reportagens e perfis da revista *Piauí*. Em muitos casos, esses produtos têm um perfil voltado à ampliação da esfera pública, incorporando os discursos dos grupos minorizados que haviam sido acionados como programa dos governos progressistas da primeira década do século XXI ou pela mídia contra-hegemônica.

Apesar disso, veículos de jornalismo na América Latina têm sido porta-vozes de um movimento contra os governos de esquerda que dominaram a região a partir do começo do século XXI. Enfraquecidos frente à opinião pública e vivendo um período de diminuição de bonança econômica e sob os reflexos da crise mundial financeira de 2008, esses governos passaram a ser atacados paulatinamente pelos veículos de comunicação, que reproduziram acriticamente os despachos de instituições alinhadas com um discurso que culminou com um golpe parlamentar e judicial contra a presidenta Dilma Rousseff e a espetacularização da prisão irregular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ficou 580 dias sob custódia da Polícia Federal em Curitiba, finalmente invalidada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou suspeito e incompetente o juiz de primeira instância responsável por arbitrar o caso. Além disso, houve o apoio a uma agenda de reformas neoliberais que repassou o ônus da crise apenas aos setores mais fragilizados da sociedade, aumentando a pobreza e a desigualdade no país. Nos períodos mais críticos da vida brasileira recente, a grande imprensa, se não produziu notícias falsas, as *fake news*, não se empenhou o suficiente em combatê-las, pondo em risco sua própria credibilidade.

Esse movimento, no auge da internet, coincidiu com o enfraquecimento de empresas da comunicação e o fechamento de postos de trabalho. De um lado, as políticas neoliberais inviabilizaram a expansão das mídias tradicionais, favorecendo a

dominação do setor por grandes grupos empresariais; de outro, as inovações tecnológicas tornaram a produção cada vez menos dependente de mão de obra, já que atividades como reportagem, redação, edição e distribuição foram simplificadas. A internet proporcionou redução de custos de produção em alguns casos, mas também queda nos lucros das empresas, já que boa parte da informação começou a circular de forma aberta na rede, obtendo remuneração apenas pela publicidade.

O resultado dessas mudanças é a consolidação da internet como um ambiente potencial da esfera pública. O funcionamento da sociedade em rede estabeleceu uma crescente interdependência multidimensional e a produção de conhecimento colaborativo, abrindo caminho para o potencial transformador dos movimentos sociais mundo afora, de acordo com o sociólogo Manuel Castells (2002). Apesar disso, a apropriação dos instrumentos da rede pelos movimentos reacionários nos últimos anos, com a definição de um modelo de internet baseado em padrões do mundo corporativo e do mercado, tem ameaçado a atividade jornalística em várias frentes.

Deste percurso, cabe destacar que o jornalismo está ligado aos processos da modernidade e às transformações tecnológicas. De um lado, relaciona-se com a abertura para um pensamento racionalista e democrático; de outro, está circunscrito a um sistema de produção que transforma tudo em mercadoria. Em muitos casos, no entanto, a corrida para a conquista tecnológica não resultou em avanços para a democracia; a razão tornou-se instrumental, aliada do capital e do poder, e não a serviço de um projeto voltado para a melhoria das condições de vida da humanidade. Dentro dessa lógica, o jornalismo torna-se um espaço menos democrático, sendo em partes responsável pela manutenção do sistema de dominação.

4 IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO FAZER JORNALÍSTICO E NO MUNDO DO TRABALHO

O objetivo deste capítulo é discutir os impactos da reestruturação produtiva no fazer jornalístico brasileiro, levando em consideração como essas transformações afetaram o mundo do trabalho. Isso porque a reestruturação do capitalismo em diversos países e as transformações tecnológicas do setor da comunicação e da informação, desde a década de 1970, têm gerado uma mudança profunda na cultura do trabalho. Da mesma forma, essas mudanças têm, nas palavras da pesquisadora Virgínia Fonseca (2008, p. 18), “ampliado as possibilidades de aceleração do tempo de giro do capital, o que conduz as indústrias culturais na direção da convergência tecnológica”, envolvendo o audiovisual, as telecomunicações e a informática.

Inicialmente, será realizada uma discussão sobre as transformações trazidas pelo modo de produção capitalista e sua influência nas atividades do jornalismo. Trata-se de uma reflexão que envolve, ainda, o incremento da base tecnológica dessa atividade. Dessa forma, o capítulo será destinado a estudar a consolidação dessa indústria no país até os dias de hoje, levando em conta seus vários estágios em relação aos modos de produção, tendo em vista que o jornalismo é uma atividade profissional que vem se modificando à medida que se alteram as tecnologias e os regimes produtivos, em diálogo com as transformações sociais.

O capítulo se inicia com uma discussão conceitual sobre os regimes de acumulação, ou seja, os padrões de organização da economia relacionados às demandas de consumo de modo a evitar desequilíbrios entre a oferta e a procura dos produtos e serviços. Assim, é estudada a passagem do regime de acumulação denominado fordista-keynesiano para o estágio da acumulação flexível ou pós-fordista. Esta abordagem feita a partir de regimes de acumulação vem sendo trabalhada pela Escola da Regulação, criada a partir da mescla de várias teorias econômicas na década de 1970. Ela parte do pressuposto de que o capitalismo é, em sua essência, instável e suscetível a crises cíclicas; mesmo assim, por meio da criação de um sistema regulatório, consegue estabilizar-se. Em contraposição à teoria marxista, a abordagem regulacionista defende que as crises sucessivas do capitalismo não apontam para o seu fim. Para que isso ocorra, o capitalismo conta com “modos de regulação”, que são leis, valores e hábitos relacionados a um regime de acumulação, garantindo coesão social.

A teoria da regulação estuda o papel das políticas do estado quanto à formação dos modelos econômicos mundiais, representando, por seu ponto de vista crítico, com influência do materialismo histórico e dialético, uma alternativa à teoria econômica clássica; estuda também como agem os mecanismos de manutenção do capitalismo; busca entender a organização da produção – como o capital é distribuído, bem como a regulamentação dos diversos setores da economia, papel que vem sendo exercido pelo estado.

Outro ponto a se destacar é que esse viés teórico parte do pressuposto de que as mudanças econômicas ocorrem num sistema-mundo, ou seja, não acontecem pela iniciativa e vontade de governos isolados, mas por transformações globais que acabam afetando um grande número de atividades produtivas, legislação e cultura de trabalho. Surgida na França, essa escola tem, no entanto, como um de seus principais representantes o geógrafo britânico David Harvey, uma das referências deste capítulo.

Em suma, o objetivo é mostrar como as relações de trabalho e o uso das tecnologias vão sendo transformados com a mudança dos regimes de acumulação no Brasil. Parte-se da hipótese de que a globalização do capital, os avanços tecnológicos e as mudanças dos regimes de acumulação, comuns ao funcionamento das atividades nas últimas décadas, afeta(ra)m de maneira direta as empresas de jornalismo e a organização do trabalho, promovendo a flexibilização dos contratos e sua precarização.

O capítulo será organizado em duas partes: na primeira, é feita a apresentação dos conceitos relacionados aos regimes de acumulação; na segunda, é discutido o impacto desses regimes sobre as transformações do jornalismo brasileiro das últimas décadas e suas consequências sobre os/as trabalhadores/as.

4.1 CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A atual organização do mundo capitalista está relacionada diretamente às mudanças que vêm ocorrendo desde meados da década de 1970, quando uma crise econômica global sinalizou para o esgotamento do modelo produtivo então vigente, tendo consequências substanciais para a vida das pessoas em todo o mundo. As atividades produtivas em geral – e o jornalismo em particular – foram afetados por essa nova lógica de produção, marcada, nas palavras de David Harvey (1992), pela passagem do modelo fordista-keynesiano para o regime de acumulação flexível,

criado principalmente para ajustar os/as trabalhadores/as a uma nova realidade do capitalismo mundial. A transição para o regime flexível no jornalismo vem ocorrendo de forma tardia em comparação com outros setores empresariais. Como veremos neste capítulo, essa mudança começou a ocorrer nos anos 1990 e se intensificou a partir do início do século XXI com a utilização mais intensa das plataformas digitais na comunicação.

Antes de tratar especificamente do caso da imprensa, é preciso dizer que o desmonte gradual do sistema fordista-keynesiano em diversos setores produtivos originou um período de mudanças rápidas e de incertezas, que se tornaram mais intensas nos últimos anos, com a ascensão de governos de extrema-direita ao poder, possibilitando a aprovação de reformas contrárias aos interesses da classe trabalhadora e favorecendo o avanço do grande capital internacional – em que os contratos flexíveis de trabalho, sem carteira assinada, passaram a ser cada vez mais comuns. Trata-se da “uberização¹⁷” ou “pejotização” dos serviços, caracterizada pela perda de estabilidade, redução de salários e de benefícios sociais. Além disso, a desregulamentação de profissões ligadas à comunicação facilitou, do ponto de vista legal, a precarização dessas profissões. Um caso expressivo foi o fim da exigência do diploma universitário para o exercício do jornalismo, em 2009. Isso contribuiu para que o piso da categoria e a carga horária específica não sejam mais aplicados por diversas empresas.

Antes de se abordar o sistema de trabalho flexível, pós-fordista, é necessário tomar como ponto de partida o regime fordista-keynesiano e seu impacto sobre as atividades produtivas. Embora tenha se tornado hegemônico depois da Segunda Guerra, o fordismo tem como marco simbólico o ano de 1914, nos Estados Unidos, quando ocorreram a incorporação da linha de montagem na produção de automóveis e o pagamento por horas trabalhadas, além da especialização dos serviços e sua divisão de tarefas na indústria de automóveis de Henry Ford. A inspiração inicial de

¹⁷ O termo uberização do trabalho passou a ser utilizado no Brasil após a chegada da Uber em 2014. A empresa opera por meio de plataforma digital, conectando motoristas autônomos e consumidores/as em busca de transporte. A Uber estabelece uma relação de controle do tempo da atividade realizada e do bem material do/a trabalhador/a que disponibiliza seu próprio veículo, assumindo assim os riscos e os custos da atividade que realiza. A uberização representa um novo modelo administrativo e controle do trabalho, utilizado por diversas empresas, como resultado das transformações tecnológicas, da flexibilização dos direitos trabalhistas, impostos pelas novas formas de acumulação e regulação do sistema capitalista, que se acentuou nas últimas décadas, com a utilização das plataformas digitais. Esse modelo de flexibilização e precarização do trabalho também ocorre com a utilização dos contratos “PJ” (pessoa jurídica) pelas empresas, para a contratação de serviços, terceirizando os riscos e os custos do trabalho.

Ford foram as ideias do engenheiro Frederick Taylor, que publicou em 1911, no livro *Princípios da administração científica*, uma série de métodos de gerenciamento e de fluxo de trabalho usados para aumentar a produtividade nas fábricas. Outro ponto relacionado ao fordismo foi a formação de um sistema de consumo de massa, fazendo com que os/as operários/as se tornassem um mercado para os produtos capitalistas (HARVEY, 1992).

O modelo criado por Henry Ford não era apenas um esquema produtivo, mas propunha um novo modo de vida, baseado na produção e no consumo em massa. Seu modelo buscava a aquiescência dos/as trabalhadores/as com a disciplina necessária para fazer funcionar um mecanismo altamente produtivo – a linha de montagem da fábrica. Nela, “cada trabalhador ocupa um posto, do qual ele não se mexe [...]. São as peças que se movimentam numa correia transportadora, e cada trabalhador efetua uma operação, às vezes duas ou até três, extremamente simplificadas”, aponta o pesquisador Marcelo Pereira de Carvalho (1991, p. 97).

Esse modo produtivo previa ainda conceder aos/às trabalhadores/as salários e tempo livre necessários para que pudessem consumir os produtos do mercado e diminuir o poder de resistência da classe dentro do espaço da fábrica. Ford propôs um aumento de salário de US\$ 2,5 para US\$ 5 por uma jornada de 8 horas para trabalhadores/as que apresentassem “provas de boa conduta, ou seja: não ser uma mulher, não beber, destinar seu dinheiro à família”, de acordo com o pesquisador Thomas Gounet (1999, p. 20). Mais tarde, a consolidação do fordismo-keynesianismo no período posterior à Segunda Guerra Mundial promoveu o aumento do consumo, que se refletiu no crescimento das vendas de produtos como televisores, eletrodomésticos e casa própria. O consumo foi incentivado pela obsolescência programada dos produtos e pela publicidade, que ajudou a criar hábitos coletivos.

O sistema fordista-taylorista nasceu discriminando e explorando o trabalho das mulheres e, ao longo do seu desenvolvimento, tirou proveito dessa força de trabalho. Uma das formas de discriminação foi pagar salários mais baixos para as mulheres e impor uma disciplina de produção mais rígida sobre elas, com um regime padronizado e fragmentado, “beneficiando-se do aprendizado das jovens relativo à *habilidade manual, à meticulosidade, à diligência*, qualidades adquiridas em primeiro lugar na família mas em seguida cultivada nas fábricas”, conforme a socióloga Helena Hirata (2002, p. 31, grifos da autora). Esse sistema foi se adaptando às características culturais de cada país, reforçando e explorando as divisões sexuais na sociedade.

Em outro trabalho, Hirata e Danièle Kergoat (2020, p. 28) apontam que as comparações entre os diversos espaços nacionais e internacionais representam um recurso metodológico importante para compreender a divisão sexual do trabalho, observando “as variabilidades no espaço e a permanência no tempo”, ou seja, “apreender as diferenças entre os sexos, assim como a comparação no tempo permite constatar o que permanece nas relações sociais entre os sexos”.

O desenvolvimento do sistema fordista-taylorista, de intenso controle sobre o corpo e processos de trabalho, teve trajetórias distintas pelo mundo, sendo influenciado pelas realidades sociais, econômicas internas de cada país e seu lugar na divisão internacional do trabalho. De acordo com a pesquisadora Eliane Carvalho dos Santos (2015, p. 211), no Brasil foi implementado um “fordismo periférico”, subordinado ao capitalismo internacional, fortemente ligado à política dos EUA, que buscavam impor seu modelo aos países latino-americanos, mas “sem apoiar uma transformação das estruturas sociais comandadas pelas elites arcaicas locais que se aliaram aos capitais imperialistas”.

A pesquisadora ainda destaca que o fordismo periférico encontrou barreiras nas relações de trabalho e nas desigualdades sociais que não permitiram a formação de um mercado de consumo no Brasil, impedindo que o modelo funcionasse plenamente, pois para isso “deveria haver ampliação significativa do poder de compra dos operários, no domínio da economia urbana, e do trabalhador rural, para completar um pujante mercado para os produtos manufaturados e realizar a integração do consumo popular ao regime de acumulação” (SANTOS, 2015, p. 211).

No Brasil e em vários outros países latino-americanos, a expansão do fordismo periférico teve intensa participação dos EUA, principalmente durante o período de disputa pela hegemonia mundial com a ex-União Soviética, em que o governo estadunidense passou a apoiar projetos de modernização aliados à política nacionalista de regimes ditatoriais que exerceram forte opressão e controle autoritário sobre a classe trabalhadora. Para os EUA, a expansão para a periferia representou a ampliação de sua dominação política e econômica. O governo norte-americano expandiu, para a América Latina, seus hábitos de consumo e usos tecnológicos, impostos por seu modelo produtivo, possibilitando ainda o acesso a mão de obra numerosa, com organização sindical frágil, submetida a trabalhos repetitivos e mal remunerados.

O fordismo periférico, que se ampliou no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, já estava sendo gestado nas ações das políticas de industrialização na década de 1930 com grande participação de mulheres e crianças, principalmente no setor fabril. O avanço industrial da década de 1930 é resultado do processo de modernização conservadora, que provocou mudanças econômicas, sociais e populacionais implementadas no país no final do século XIX, impulsionadas pela abolição da escravidão, pela implantação da república, pela política de imigração, gerando desenvolvimento urbano e industrial. Segundo as pesquisadoras Izilda Matos e Andrea Borelli (2012), estas mudanças ampliaram a inserção das mulheres no trabalho no campo e na cidade.

O trabalho realizado pelas mulheres foi invisibilizado e silenciado na história. No entanto, sempre esteve presente no desenvolvimento e na construção da humanidade e sua trajetória sempre foi complexa, contraditória, marcada por lutas, resistências, avanços e retrocessos, refletindo seu lugar na divisão sexual do trabalho em cada momento histórico. Matos e Borelli (2012, p. 127, grifo das autoras) apontam: “Condicionamentos e necessidades variadas levaram as mulheres a assumir diversas ‘funções produtivas’, abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados ou inacessíveis”.

No Brasil, o processo de expansão industrial capitalista vivenciado entre o final do século XIX e início do século XX, herdeiro da exploração do trabalho escravizado, foi sendo estruturado dentro de uma complexa divisão do trabalho articulada com as relações gênero, raça e classe, num contexto mundial orientado pelas ideias de racionalização, eugenia, higiene e embranquecimento como projeto de modernização. Schwarcz (1993) nota que o discurso racista se apoiou em teorias pseudocientíficas do século XIX que se baseavam na medicina e no direito, tentando criar justificativas para a superioridade das chamadas “raças” europeias em detrimento das “raças” africanas, indígenas e dos mestiços, tidas como degeneradas. Dessa forma, produziu-se um argumento “científico” para franquear a exploração de trabalhadores/as considerados/as inferiores. Além das questões raciais, as mulheres e crianças também eram inferiorizadas e exploradas no trabalho, como ocorreu nas primeiras fábricas.

O desenvolvimento da indústria brasileira ocorreu com a incorporação de mulheres e crianças em diversos setores – como fiação, tecelagem e confecção – em

que representavam mais de 70% da mão de obra. Elas também foram incorporadas, em menor número, na produção de manufaturas de cigarros, charutos, na construção civil e na metalurgia. As mulheres eram selecionadas em setores que estavam associados aos ideais de “atributos da feminilidade”, como paciência, submissão, cuidado e docilidade (MATOS; BORELLI, 2012).

Esse processo de inserção feminina no trabalho industrial foi realizado sob uma lógica intensa de exploração e opressão das mulheres pobres. A fábrica era vista como um espaço de corrosão dos ideais de “feminilidade oficial”, incompatível com sua constituição biológica. A fábrica passou a ser representada pela “metáfora do cabaré” e o lar como o “ninho sagrado que abrigava a ‘rainha do lar’ e o ‘reizinho da família” (RAGO, 2000, p. 588, grifo da autora). O espaço público ameaçava a moralidade das mulheres, e o trabalho fora do lar levaria à desagregação da família.

Divididas entre a moralidade “oficial” e a sua realidade precária, segundo Rago (2000, p. 589, grifo da autora), as trabalhadoras pobres eram consideradas

[...] ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual [...]. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica [...], as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição” (p. 589).

Essa visão sobre o trabalho das mulheres construiu uma relação de oposição entre o espaço público e o privado, naturalizando a exploração, as desigualdades salariais e as práticas de violência instituídas sobre seus corpos no espaço público, no espaço da fábrica, como estupros, assédios, abusos e humilhações.

A grande presença das mulheres no processo de industrialização neste período foi marcada por baixos salários, longas horas de trabalho, atividades repetitivas e desqualificadas, que se tornavam ainda mais sem prestígio na hierarquia laboral à medida que estavam sendo ocupadas por mulheres e realizadas em espaços insalubres. O desenvolvimento industrial trouxe crescimento urbano e gerou ampliação das atividades comerciais constituídas de pequenos negócios, que passaram a ser utilizados como espaço de trabalho e sobrevivência pelas mulheres. No comércio de rua ambulante, as mulheres começaram a vender vários produtos agrícolas e produtos que elas faziam em casa, como doces, quitutes e refeições. Nas

indústrias, a mão de obra feminina incorporada era composta principalmente de mulheres jovens e imigrantes brancas. A historiadora Margareth Rago (2000, p. 582-83, grifos da autora) destaca:

Na verdade, além de suprir o mercado de trabalho livre, com mão de obra barata, as elites brasileiras, inspiradas pelas teorias eugenistas que se formularam na Europa e nos Estados Unidos, preocupam-se profundamente com a formação do “novo trabalhador brasileiro”, cidadão da pátria, disciplinado e produtivo – e, evidentemente, dedicavam-se então muitas horas discutindo “o embranquecimento e o fortalecimento da raça”.

A inserção das mulheres negras no trabalho capitalista após o processo de abolição da escravidão é cerceada por racismo e sexismo. O ingresso formal no mundo do trabalho na indústria ou no comércio em desenvolvimento na região Sudeste era refutado às mulheres negras e reservado às mulheres brancas, principalmente as imigrantes europeias. As mulheres negras, mesmo após a abolição, continuavam a vivenciar a discriminação e a opressão da escravidão, justificadas pelo discurso do racismo “científico” que as classificava como “inferiores biologicamente” por serem mulheres e negras, portanto responsáveis pela própria exclusão, naturalizando assim seu lugar nos setores de trabalho mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento.

Segundo Rago (2000, p. 582), essa condição podia ser observada nos documentos oficiais e nas estatísticas fornecidos pelas autoridades médicas e policiais, que mostravam um grande número de mulheres negras trabalhando como “empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas”. Segundo a autora, as mulheres negras eram apresentadas “como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito à cidadania”.

Por sua vez, a pesquisadora e ativista Lélia Gonzalez (2020c) destaca que após a abolição os processos de marginalização e exclusão da população negra foram se ampliando, principalmente para as mulheres negras que receberam rótulos estereotipados de “mulatas” e “domésticas”. O Brasil não criou políticas públicas para o desenvolvimento da cidadania dos povos negros e indígenas, passando da condição de homens e mulheres escravizados/as adequados/as para o trabalho para a condição de inadequados/as, incapazes para o trabalho na indústria e no comércio. Diferente dos/as imigrantes brancos/as que eram vistos/as como civilizados/as,

ordeiros/as, trabalhadores/as, a população negra era sempre vista como suspeita e criminosa. O desenvolvimento industrial brasileiro foi sendo estruturado pelo racismo e sexismo:

É neste sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – detona sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social (GONZALEZ, 2020d, p. 35).

A estruturação da divisão sexual do trabalho racista e sexista realizada neste período foi contestada e denunciada pelas mulheres negras ainda antes da abolição. Exemplo disso é a escritora Maria Firmina dos Reis, que a partir de sua luta e resistência aos processos de opressão e exclusão publicou em 1859 o romance *Úrsula*. Considerada a primeira obra abolicionista, denuncia e critica as injustiças, as teorias pseudocientíficas sobre as diferenças raciais, o autoritarismo e a violência patriarcal realizada pela exploração da escravização das mulheres e dos homens negros na sociedade do século XIX.

A pesquisadora Giovana Xavier da Conceição Côrtes (2012, p. 189) aponta que a imprensa negra, como as publicações do jornal mensal *O Menelik*, publicado em São Paulo de 1915 a 1917, teve papel importante na desconstrução das “imagens de controle” criadas pela sociedade brasileira durante e após o processo de escravização que associavam a imagem da mulher negra à “feiúra, animalização e hipersexualidade”, desenvolvendo em seus textos alternativas para a construção de uma imagem feminina negra de prestígio, importância e beleza: “Leitoras, escritoras, presidentes de clubes e associações ou ainda candidatas de uma competição de beleza bateram de frente com teses médicas que provavam a inferioridade intelectual da mulher, sentenciando-a ao confinamento do lar”.

Gonzalez (2020d) mostra que mulheres negras sempre lutaram e resistiram ao processo de exploração, opressão, humilhação e violência da escravização praticados contra seus corpos no trabalho nas lavouras, no interior da casa-grande, na indústria e no comércio. Já mulheres operárias foram descritas pelo olhar masculino, nos poucos documentos produzidos nesse período, como “frágeis e infelizes, para os jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e ‘degeneradas’ para os médicos e juristas” (RAGO,

2000, p. 579, grifos da autora), apesar de promoverem muitas ações de resistência, como greves, mobilizações, paralisações de fábricas, piquetes, reivindicações de redução de jornada e de melhoria salarial.

As trabalhadoras criaram várias formas de existência e resistência. Elas “recusaram, alteraram e recriaram muitos dos significados e das práticas que os dirigentes pretenderam impor ao mundo do trabalho e da vida pública” (RAGO, 2000, p. 604), a partir da organização política, da construção de solidariedade comunitária, da produção intelectual, das denúncias.

Rago (2000) aponta que Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, escritora, jornalista, militante feminista e comunista, perseguida, presa e torturada durante o período da ditadura do Estado Novo, foi uma das poucas mulheres que nos anos 1930 conseguiu colocar na imprensa as denúncias de exploração e violência vividas pelas mulheres no mundo do trabalho. Pagu, utilizando o pseudônimo de Mara Lobo, escreveu o romance *Parque Industrial* (1933). “O romance foi bem acolhido por João Ribeiro, em artigo publicado no Jornal do Brasil em 26 de janeiro de 1933 [...], um dos raros registros do aparecimento de parque industrial”, destaca o ensaísta Augusto de Campos (2014, p. 158).

O livro é considerado o primeiro romance proletário brasileiro, mostrando a vida de trabalhadoras do Brás, na capital paulista, no início de sua industrialização nos anos de 1930. Refletindo sobre o contexto histórico das políticas opressoras de Vargas que resultaram da Revolução de 1930, da crise mundial do liberalismo capitalista de 1929, da ascensão do fascismo no mundo, denunciou as violências de classe, de gênero e as condições precárias, insalubres, desumanas, de extensa jornadas, com baixos salários, muitas vezes sem descanso semanal, sem direitos trabalhistas, sem proteção social, vivenciadas pelas mulheres, apontando a fábrica como uma “penitenciária social”.

Rago (2000) destaca que, assim como Pagu, as anarquistas e socialistas já nas primeiras décadas da industrialização do século XX também discutiam e denunciavam na imprensa operária anarquista os problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras na fábrica, na vida social, como nos jornais *A Lanterna* (1901), *A Terra Livre* (1905), *A Voz do Trabalhador* (1908) e *A Plebe* (1917).

O modelo de industrialização implementado no Brasil no início do século XX refletiu o projeto de modernização conservadora no capitalismo periférico, elaborou e fixou códigos, valores sociais e morais, que foram incorporados na legislação do

trabalho e nas demais instituições sociais e utilizados na reprodução e manutenção das desigualdades de gênero, raça e classe que ainda organizam a realidade atual do mundo do trabalho no Brasil. Os argumentos criados pelas elites neste período, como “as classificações preconceituosas, converteram-se em códigos que passaram a reger as relações entre os sexos, bem como entre as diferentes classes e grupos étnicos” (RAGO, 2000, p. 603).

A ampliação da participação feminina no processo de industrialização experimentada entre o final do século XIX e início do século XX, no espaço fabril, foi diminuindo após a Primeira Guerra Mundial. Assim, “enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950 passaram a representar apenas 23%” (RAGO, 2000, p. 582). Para Matos e Borelli (2012), a redução da presença feminina nesse setor entre os anos de 1920 e 1940 ocorreu pela associação de alguns fatores, como: a resistência de vários grupos e instituições sociais ao desenvolvimento do trabalho feminino nos espaços públicos (como operária, costureira, lavadeira, doceira, florista, artista, vistas como profissões que corrompem e degeneram moralmente as mulheres); a ampliação de setores industriais metalúrgico, siderúrgico e mecânico tradicionalmente construídos como espaços de trabalho masculinos; incorporação de novos métodos de organização do trabalho; restrições impostas pela legislação do trabalho. Porém, mesmo com a redução da presença feminina nas fábricas, elas continuaram atuando no mundo do trabalho.

A redução da participação feminina no setor fabril é acompanhada pelo crescimento de sua inserção no serviço doméstico e no trabalho no domicílio. Houve nesse momento também um crescimento no comércio e na burocracia dos escritórios. A retração da presença das mulheres no setor fabril está associada ao momento de implementação do fordismo periférico no Brasil, conforme apontou Santos (2015).

O próprio sistema fordista desenvolvido nos Estados Unidos promoveu a segregação das mulheres. Em suas origens, o fordismo desenvolveu uma pedagogia do trabalho e do consumo, atingindo homens, mulheres e suas famílias. Para isso, já em 1916, Ford enviava à casa de seus/as trabalhadores/as (a maioria formada por imigrantes) um exército de assistentes sociais para controlar seus hábitos (a fim de evitar o alcoolismo, a vadiagem e a prostituição) e incentivar o consumo “racional”, ou seja, de acordo com os interesses corporativos. Foi Ford quem criou uma visão segundo a qual a produção de massa está relacionada ao consumo de massa, um novo sistema de reprodução do poder de trabalho, uma nova política de controle e

gerenciamento, uma nova estética e psicologia de uma sociedade racional e moderna voltada para a produção.

Em contraponto a essas mudanças, o fordismo nos EUA garantiu poder aos sindicatos de trabalhadores. De um lado, possibilitou negociações coletivas que levaram ao aumento real dos salários, por outro, conseguiu manter o compromisso do operariado com as novas formas de produção, garantindo que as técnicas fossem absorvidas e o trabalho submetido a um gerenciamento autoritário e a regimes disciplinares. No Brasil o fordismo periférico impôs disciplinamento autoritário para a classe trabalhadora e ampliou as desigualdades sociais.

Enquanto no fordismo central a aceitação do pacto social do desenvolvimento mediado pelo Estado se dava pela melhoria geral das condições de vida dos trabalhadores e políticas de welfare, em muitos países do fordismo periférico essa aceitação foi obtida pela repressão, autoritarismo e brutalidade, pois nesses países nunca houve a constituição de um estado de bem-estar social (SANTOS, 2015, p. 212).

A formação de uma cultura autoritária e disciplinadora, que impedia a participação democrática dos trabalhadores – e principalmente das trabalhadoras – no desenvolvimento de processos produtivos e na gestão está na origem da Revolução Industrial e foi se fortalecendo à medida que a produção se tornava mais complexa, como no sistema fordista, que requer um alto nível de divisão de trabalho, segmentação, hierarquização e falta de autonomia. O pesquisador Andrew Feenberg (1991) chama a atenção para o fato de que a tecnologia adquiriu uma importância tão grande nos estágios mais desenvolvidos do capitalismo que chega a obscurecer as demandas por democracia em diversos países. Sob o pretexto de falta de conhecimento técnico com a especialização da mão de obra no fordismo, os/as trabalhadores/as das fábricas ficaram alijados das decisões administrativas nas empresas modernas. Essa característica não se deve apenas às imposições de um modelo que surgiu, em grande parte, pela mão da iniciativa privada, mas foi reforçada pela ação do estado.

De fato, foi ocorrendo gradativamente um processo de integração dos/das trabalhadores/as à cultura capitalista, embora houvesse manifestações de resistência a ela. Thompson (1998), ao analisar a cultura da classe trabalhadora durante a Revolução Industrial, destaca os mecanismos ideológicos do capital para conseguir se manter. O autor aborda o século XVIII, considerado crucial na mudança do modelo

econômico da Inglaterra, apontando a eclosão das constantes transformações que culminaram com a Revolução Industrial e a ascensão do pensamento liberal clássico. Ele mostra que os costumes tradicionais de camponeses/as e trabalhadores/as urbanos/as mais pobres, abordados pelos/as historiadores/as até então como sendo conservadores/as e provincianos/as, desempenharam um importante papel de resistência às mudanças impostas pelo novo modelo produtivo, dando origem a uma série de motins contra as transformações sociais e econômicas na Inglaterra.

Thompson (1998) mostrou que a cultura foi um campo crucial de domínio sobre os/as trabalhadores/as britânicos/as durante a Revolução Industrial, fazendo uma crítica indireta ao pensamento sociológico tradicional, que via o controle como uma necessidade de garantir ordem e coesão à sociedade – como nos escritos de Émile Durkheim e Ortega y Gasset, entre outros. Ao interferir nos costumes e modos de vida, os capitalistas e agentes públicos promoveram a desarticulação política dos/as trabalhadores/as, que não teriam outra alternativa senão aceitar as condições severas e desumanas da exploração nas fábricas. O autor mostra, no entanto, que a tentativa de imposição de uma nova cultura aos/as trabalhadores/as – que migraram de regiões rurais para a cidade – acabou encontrando diversas formas de resistência, ainda que não tenham impedido totalmente determinadas formas de dominação.

A iniciativa privada encontrou no estado um importante aliado para a implantação da cultura do capitalismo. Neste caso, pode-se falar do keynesianismo, modelo econômico criado a partir do pensamento do economista inglês John Maynard Keynes e colocado em prática após a Depressão nos Estados Unidos, com a formação da WPA (Works Progress Administration), em 1935, e com o Plano Marshall, depois da Segunda Guerra Mundial, como forma de reconstruir a economia europeia arrasada pelo conflito mundial. A principal característica do keynesianismo é a interferência do estado na economia, com a criação de empregos em massa e incentivo ao consumo a partir da injeção de grandes quantidades de investimentos em obras públicas. Nos Estados Unidos, um dos símbolos do keynesianismo foi a construção, em 1936, da barragem Hoover, no rio Colorado, entre os estados de Nevada e Arizona, que empregou milhares de trabalhadores americanos afetados pela Depressão e contribuiu para o desenvolvimento econômico do meio-oeste americano. Esse modelo ajustou-se ao fordismo, pois beneficiou grandes empresas – com o consumo em massa – e ajudou a gerar crescimento econômico:

As formas de intervencionismo estatal sob o fordismo são orientadas pelo princípio da racionalidade burocrático-técnica e a configuração do poder político que dá coerência ao sistema. Apóia-se em noções de uma democracia econômica de massa que se mantém através de um equilíbrio de forças de interesse especial (HARVEY, 1992, p. 130-131).

Assim, de forma crescente, a legitimação do poder do estado passou a depender de sua habilidade em disseminar os benefícios do fordismo para todos/as e encontrar formas de promover serviços públicos de saúde, moradia e educação em uma escala massiva. Apesar de diversas manifestações contrárias, o sistema fordista foi hegemônico até o início da década de 1970, e nesse processo contribuiu para produzir desenvolvimento econômico no pós-guerra, favorecendo o trabalho sindicalizado e estendendo os benefícios da produção em massa para outros setores. Os padrões de vida aumentaram para a população dos países capitalistas desenvolvidos, criando um ambiente estável de lucros para as grandes empresas.

Mas o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta (HARVEY, 1992, p. 125).

Os primeiros sinais de crise do fordismo-keynesianismo apareceram já na década de 1960, com a total recuperação das economias europeia e japonesa da destruição ocasionada pela Segunda Guerra Mundial, levando a uma saturação do mercado de consumo, com um movimento em direção a novos mercados, por meio da exportação, para garantir a acumulação capitalista. De forma geral, no período de 1965 a 1973, o fordismo e o keynesianismo tiveram dificuldades em conter as contradições do capitalismo, pois os/as trabalhadores/as-consumidores/as, que haviam conquistado um padrão de vida melhor do que em outras décadas, começavam a estagnar ou a ter seu poder de compra reduzido. A solução encontrada veio do sistema financeiro, com a ampliação do crédito e o consequente endividamento da classe trabalhadora, além do aumento da impressão de dinheiro, o que levou ao aumento da inflação nos países capitalistas (HARVEY, 1992).

As vitórias da conservadora Margaret Thatcher (1979) no Reino Unido e do republicano Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos, embora vistas como uma ruptura com o keynesianismo e uma abertura ao neoliberalismo, mostram na verdade a consolidação de um modelo que já estava se formando em meados dos anos 1970. A crise de 1973-5 pode ser atribuída em partes ao confronto dos interesses privados com as políticas rígidas do governo quanto ao modelo produtivo e aos custos do estado de bem-estar social. Tendo em vista que o fordismo parte da premissa de que a redistribuição de benefícios deve ser feita como resultado de crescimento econômico, quando não há crescimento não há distribuição (HARVEY, 1992).

Os anos 1970 geraram então um novo modelo econômico, o neoliberalismo, baseado na acumulação flexível, ou seja, na flexibilização dos processos de trabalho, atingindo aos poucos a organização e os direitos dos/as trabalhadores/as, que passaram a receber salários mais baixos, a ter contratos flexíveis e a bancar serviços que eram anteriormente de responsabilidade do estado, como educação, segurança, saúde e previdência social. No cenário internacional, as medidas neoliberais ganharam força na década de 1990, com o avanço da globalização e do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Esse período foi caracterizado pela desregulamentação de vários setores do mercado e da privatização de áreas consideradas estratégicas, como indústrias de bases, energia, saneamento, telecomunicações e petróleo.

O neoliberalismo se traduziu também na ideia de flexibilização, conceito que atinge tanto o próprio modo de produção, quanto a cultura gerada sob esse sistema. Dessa forma, ocorreu

[...] uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala – ao mesmo tempo em que dependeram dela. Em condições recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para a sobrevivência. O tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de estoque “just-in-time”, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo) (HARVEY, 1992, p. 148, grifo do autor).

O avanço no neoliberalismo proporcionou uma produção baseada na diversificação de itens, e não mais na sua intensa massificação. Com isso, passou a exigir trabalhadores/as multitarefas, capazes de se adaptar às mudanças das demandas do mercado. Com vistas à expansão do capital, ocorreu um incremento de

setores da economia para além da indústria, como a área de serviços, bens culturais e a indústria do entretenimento, as chamadas indústrias culturais. Harvey (1992) afirma que o novo sistema de regulação, baseado na flexibilidade e na fluidez, em que muitas vezes contratos formais de trabalho inexistem, impôs também características culturais mais competitivas e individualistas, afetando a formação das identidades sociais, cada vez mais complexas. Isso abriu caminho para uma mentalidade mais individualista e empreendedora, avessa às entidades de classe, como os sindicatos, que tinham mais força política no período anterior.

O neoliberalismo promoveu o aprofundamento da mundialização do capital, por meio de sua internacionalização, com a criação de filiais de grandes empresas em países periféricos (com vantagens fiscais de governos e custos salariais mais baixos), exigindo o aperfeiçoamento da rede de telecomunicações. A quebra do monopólio dos estados nacionais sobre as negociações financeiras facilitou a entrada de empresas internacionais, que criaram um sistema de crédito que opera no mundo todo, permitindo a mobilidade de capitais e endividamento para compensar as diminuições salariais.

Com isso, a área de informação e de dados ganhou importância nas empresas, garantindo a centralização da gestão. Para o pesquisador François Chesnais (1996, p. 104), ocorreu uma convergência entre as telecomunicações, o audiovisual e a informática, já que a fusão da telecomunicação e da informática e o aparecimento da teleinformática “permitiram às grandes companhias gerenciar melhor as economias de custos das transações, obtidas pela integração, e reduzir os custos burocráticos associados à sua internacionalização.”

Outro ponto destacado pela era neoliberal foi a intensificação da ideia de progresso e evolução das tecnologias, trazida principalmente pelas áreas de informação e comunicação. Segundo esta visão, teria havido uma ruptura histórica de uma era industrial analógica para uma era pós-industrial das mídias digitais, com uma sociedade global unificada pela circulação de dados. Com isso, há uma exaltação da ideia de que se vive hoje um processo de evolução tecnológica sem precedentes, a ponto de criar um discurso segundo o qual a tecnologia do modelo anterior, fordista, não apresentou grandes mudanças, sendo quase fixa. Essa visão, no entanto, é equivocada.

No sistema capitalista, conforme Marx, sempre existiu, independentemente do sistema de acumulação, um processo de constante mudança, onde “tudo que é sólido

desmancha no ar”, como diria ele e Engels no *Manifesto comunista (2005)*. Os processos de desenvolvimento do século XIX até os dias atuais indicam uma transformação contínua das formas de produção, circulação e consumo da sociedade capitalista. Falar que a sociedade vive nos dias de hoje um processo de mudanças “sem precedentes” é uma “simulação contínua do novo”, nas palavras do sociólogo Jonathan Crary (2014, p. 47).

Para ele, cada época conquista avanços a partir de um modelo de desenvolvimento que envolve o impacto inicial dos novos artefatos e processos tecnológicos e uma posterior adaptação geracional a esses processos, o que torna corriqueiras as formas de produção naquele momento. Ele cita que, nos últimos 150 anos, ocorreram períodos de aparente estabilidade em áreas específicas da vida econômica e cultural, em que algumas estruturas institucionais pareciam sólidas. Uma vez estabelecido o novo paradigma, há espaço para inovação, mas ela vai se desenvolver dentro de parâmetros estáveis e duradouros (CRARY, 2014).

Apesar disso, a sensação de se adaptar totalmente aos processos tecnológicos nunca pode ser alcançada, porque eles estão em permanente mudança. A evolução registrada numa era acaba ocultando a que ocorreu na era anterior, dando a impressão de que a mudança mais importante está sempre no presente ou está por vir.

Diante de exigências tecnológicas em transformação constante, jamais haverá um momento em que finalmente as “alcançaremos”, seja enquanto sociedade, seja enquanto indivíduos. Para a imensa maioria das pessoas, a relação perceptiva e cognitiva com tecnologias de informação e comunicação continuará distante e impotente dada a velocidade com que surgem novos produtos e com que os sistemas são completamente reconfigurados. Esse ritmo intensificado impede que nos familiarizemos com qualquer ordem específica (CRARY, 2014, p. 46, grifo do autor).

Para ele, o que está sendo ocultado nas técnicas mais importantes inventadas nos últimos 150 anos do capitalismo são “[...] os diversos sistemas para a administração e controle dos seres humanos” (CRARY, 2014, p. 45). Com isso, há uma permanente sensação de ansiedade em relação ao desenvolvimento e aplicação da tecnologia nos ambientes de trabalho, em que as pessoas têm a impressão de que não são capazes de dar conta dos conhecimentos necessários para atuar em suas áreas profissionais. O sistema produtivo acaba sempre culpando as pessoas por não

conseguirem se adaptar aos processos, fazendo com que o fracasso seja sempre de responsabilidade dos indivíduos e nunca do próprio sistema.

As políticas neoliberais tiveram um revés na primeira década do século XXI, com a ascensão de governos de centro-esquerda ou progressistas nos Estados Unidos (Obama), na América Latina e na Europa. Nesse período, diversas estatais receberam investimentos, houve aumento real do salário-mínimo e desenvolvimento de políticas sociais que garantiram melhores condições de vida para a população mais pobre, com um programa de distribuição de renda e ampliação do acesso a todos os níveis de educação.

O projeto neoliberal foi retomado com a adoção de políticas de austeridade depois da crise financeira mundial de 2008, que afetou primeiramente as economias dos Estados Unidos e da Europa e, alguns anos mais tarde, a América Latina. A opção dos estados pelos cortes de gastos públicos e a redução de salários e benefícios acabaram gerando crises nos países mais fragilizados economicamente, que adotaram medidas de austeridade fiscal, com a efetivação de mais privatizações, flexibilização de leis trabalhistas e reformas que beneficiaram o grande capital e favoreceram o crescimento dos movimentos de extrema-direita no mundo todo, devido à descrença de uma parte da população quanto à capacidade de o estado promover melhorias de qualidade de vida.

Nesse contexto de economia neoliberal que vem se firmando de maneira mais evidente desde a década de 1990, a terceirização e a flexibilização do trabalho passaram a ganhar cada vez mais espaço, criando um cenário completamente diferente daquele do período fordista-keynesiano. Assim, a tendência atual nos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores/as ligados diretamente à empresa que desenvolve a atividade-fim e atribuir responsabilidade cada vez maior à força de trabalho, que pode ser controlada rapidamente e/ou demitida sem custos em tempos mais difíceis. A própria denominação utilizada pelas empresas evidencia essa tendência, pois os/as trabalhadores/as são denominados “colaboradores/as” em vez de “empregados/as”, o que indica que a sua relação com a empresa é efêmera, conforme o sociólogo Ricardo Antunes (2006).

Outro ponto a se destacar é que a acumulação flexível vem promovendo, na área da comunicação, uma concentração de controle de capitais. No Brasil, grandes corporações detêm a maior parte do mercado, estendendo seu domínio para negócios que vão além da comunicação. No mundo todo, existe uma tendência de concentração

de capitais, a partir de fusões de grandes empresas, praticamente inviabilizando a realização de pequenos negócios e garantindo o fortalecimento dos oligopólios. Citando dados relativos aos Estados Unidos do final da década de 1980, Harvey (1992, p. 152) informa que 2% dos editores de livros controlavam 75% do mercado.

A exploração do trabalho flexível atingiu principalmente os grupos minorizados, tais como migrantes, mulheres e negros no momento em que negócios terceirizados abastecem o grande capital com serviços e produtos realizados em condições precárias de trabalho e regulados por uma racionalidade arcaica, como as *sweatshops*, pequenas empresas que atuam na informalidade explorando o trabalho de mulheres e de crianças e fornecendo serviços na área de manufatura, geralmente de roupas e calçados, para grandes marcas internacionais, que não se responsabilizam pela exploração do trabalho terceirizado.

A historiadora Silvia Federici (2017, p. 36, grifo da autora) defende que o sistema capitalista, ao longo de seu desenvolvimento, foi criando e sedimentando estratégias de acumulação, que a cada crise “foram relançadas, de diferentes maneiras, com a finalidade de baratear o custo do trabalho e esconder a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais”. Essas estratégias são utilizadas na reestruturação produtiva com a “feminização da pobreza”, com ações ligadas ao racismo e ao sexismo, pois o sistema capitalista precisa

[...] justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais — a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada — difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização.

Complementando a visão de Federici, Hirata (2015) afirma que a globalização é fundamentada no neoliberalismo e na exploração do trabalho das mulheres, impactando significativamente a divisão sexual do trabalho, com quatro principais efeitos. Em primeiro lugar, a globalização criou mais oportunidades de emprego para as mulheres, mas oferecendo postos precários e vulneráveis. Em segundo, a abertura dos mercados e a política de desregulamentação têm levado a condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, com aumento de carga horária do trabalho remunerado e das atividades não remuneradas. Em terceiro, a globalização também tem levado a uma mudança na divisão do trabalho relacionada à reprodução social.

Onde antes o estado garantia parte desse trabalho, agora ele é realizado principalmente no âmbito familiar e no mercado de trabalho precário, incluindo ocupações pouco remuneradas realizadas por mulheres para garantir a reprodução social. Por último, a reorganização da divisão mundial do trabalho e do acesso aos recursos tem contribuído para o aumento das desigualdades de gênero, classe e raça em todo o mundo.

Por outro lado, a globalização também tem possibilitado o surgimento de movimentos sociais de mulheres que se opõem à globalização neoliberal. São exemplos de luta e resistência a Marcha Mundial de Mulheres, a Marcha das Mulheres Negras e Indígenas, Marcha das Mulheres Lésbicas e Bissexuais no Brasil. Esses movimentos têm lutado por mudança na divisão do trabalho, por melhores condições de trabalho, no combate ao racismo, ao sexismo, à violência, o respeito às identidades, o direito ao território e ao corpo. Com uma abordagem crítica e propositiva, representam uma resposta ativa às desigualdades geradas pela globalização.

Esse modelo produtivo que prejudica o trabalho feminino está relacionado com a acumulação flexível, que pode ser entendida como um modelo que se apoia na flexibilização do trabalho, dos mercados e dos padrões de consumo. Ele “envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual entre setores como entre regiões geográficas, criando [...] um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (HARVEY, 1992, p. 140, grifo do autor). O sistema de produção flexível tem permitido (e até certo ponto depende de) uma aceleração do ritmo da inovação dos produtos e da exploração de nichos de mercado cada vez mais especializados. Houve uma redução tanto no tempo de produção quanto no de consumo, com a implementação de linhas de produção, que se adaptam rapidamente, e também de novos sistemas gerenciais.

Outra característica apontada pelas pesquisas nessa área é o crescente individualismo entre os/as trabalhadores/as a partir dos anos 1970, além do elevado índice de desemprego. Dessa forma, a acumulação flexível promove “rápida destruição e construção de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista” (HARVEY, 1992, p. 141). Ademais, valores como competição e sucesso individual passam a ser mais evidenciados do que cooperação e organização da

classe. Outra particularidade apontada por Harvey é que a fragmentação e a insegurança econômica produzidas pelo novo sistema acabaram fortalecendo valores conservadores e estáveis baseados no autoritarismo, na família, na religião e no estado.

Em trabalhos recentes, o sociólogo Ricardo Antunes (2020) tem observado a intensificação ainda maior da precarização do trabalho sob o regime de acumulação flexível no século XXI, com a criação de plataformas digitais, que possibilitam a contratação de serviços por meio de dispositivos móveis. Com isso, foram intensificados aspectos como terceirização, informalidade, flexibilidade e intermitência. Nesta última, o/a trabalhador/a fica à disposição de uma plataforma ou aplicativo e só é remunerado/a pelo tempo que dedica efetivamente ao trabalho, não contando o período que passa esperando para a realização das tarefas. Isso foi facilitado pela ampliação do trabalho on-line e dos aplicativos.

Antunes (2020, p. 16) afirma que as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) representam um elemento central para o favorecimento da acumulação flexível, promovendo uma amplificação do trabalho precário. Com isso, a tendência é que os trabalhos manuais se tornem ainda mais precarizados, sem seguridade social, sem proteção contra acidentes, numa situação em que os/as próprios/as trabalhadores/as têm que fornecer equipamentos para a realização de seu trabalho para terceiros. Nessa etapa, os smartphones, tablets e computadores se converteram em instrumentos de controle. Nas palavras do pesquisador, a ampliação das horas trabalhadas e a intensificação das atividades vêm criando uma espécie de “escravidão digital”. Sob a ilusão da ideia de empreendedorismo, o/a trabalhador/a, enganosamente, “se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho”.

O pesquisador observa ainda que, durante o período mais agudo da pandemia de covid-19, ao longo dos anos de 2019 e 2020, ao mesmo tempo em que ocorreu uma combinação entre crise econômica mundial com o aprofundamento da precarização do trabalho e de desigualdade social, eclodiu um discurso empresarial de euforia que via oportunidade na pandemia por meio de novos arranjos produtivos e de financiamentos de projetos, como a economia de plataforma, *crowdsourcing*, home office e *on-demand economy*. Segundo Antunes (2020, p. 20), uma das tendências que se intensificaram na pandemia foi a redução do trabalho humano, que vem sendo

substituído, de forma crescente, pela automatização ou por soluções apresentadas pelas TICs. Para o autor, a uberização é uma dessas tendências, pois foi durante a pandemia que as plataformas digitais tiveram mais oportunidade de crescimento, com a realização de diversos serviços de forma remota, desde a entrega de alimentos, à realização de cursos.

Antunes (2020, p. 21) sustenta ainda como hipótese a ideia de que formas protocapitalistas de exploração do trabalho, presentes em períodos anteriores à Revolução Industrial, passaram a ser retomadas durante a pandemia como uma espécie de “ensaio” de novas formas de exploração do trabalho pelo capitalismo, com “jornadas diárias frequentemente superiores a oito, dez, doze, catorze horas; remuneração salarial rebaixada, em contraposição ao aumento e intensificação do trabalho”. Para Antunes, o experimento laboral isolado durante a pandemia beneficiou o capital, pois dificultou a mobilização coletiva e promoveu a redução de custos nas empresas, que deixaram de gastar com equipamentos e espaço físico.

4.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E JORNALISMO

Neste segmento, serão vistos os impactos das transformações na regulação dos sistemas produtivos na atividade do jornalismo no Brasil. Na primeira parte, serão apresentadas as principais mudanças que ocorreram no jornalismo sob influência do sistema fordista-keynesiano; na parte final, serão discutidos os impactos da acumulação flexível no jornalismo.

4.2.1 Jornalismo e sistema fordista-keynesiano

O período posterior à Segunda Guerra Mundial marcou uma época de mudanças no capitalismo. Essa foi considerada uma era que viu nascer uma ordem plenamente capitalista, urbana e industrial no Ocidente. Em 1950, os meios de comunicação no Brasil passaram por um amplo processo de modernização, envolvendo desde a forma de produção até o gerenciamento dos veículos, em meio a um país que entrava num período de desenvolvimentismo econômico com a consolidação da indústria e o fortalecimento das classes médias e do consumo, ainda que acompanhado da desigualdade social histórica que ainda perdura nos dias de hoje.

Impulsionadas pelo desenvolvimento econômico, novas publicações foram criadas no país, e as tradicionais passaram por melhoramentos, como o *Jornal do Brasil (JB)*, um dos mais importantes diários do país na época, cuja reforma gráfica e editorial ficou célebre na história da imprensa no país, conforme a socióloga Alzira Alves de Abreu (2008), por estabelecer tanto um padrão gráfico e editorial, quanto novas diretrizes de administração do fluxo do trabalho jornalístico.

No *JB* as mudanças começaram com a criação do *Suplemento Dominical*, em 1956, dedicado à literatura, às artes e ao entretenimento, com ênfase em ousadas gráficas que não eram comuns nas publicações diárias, como o uso de ilustrações, separação dos artigos por temas e especialização dos colaboradores. Como consequência dessa mudança, o *JB* foi adotando, aos poucos, uma organização de fluxo de trabalho baseada em editorias. Decorrente da boa experiência, uma das inovações foi o lançamento do *Caderno B*, voltado à cobertura diária da agenda cultural, com amplo espaço para a crítica de cinema, teatro e literatura. Do ponto de vista da produção, o novo *JB* caracterizou-se pela adoção de um manual de redação e por contar com o trabalho de copidesque, redator mais experiente responsável por padronizar o estilo de parte dos textos publicados.

Além disso, o *Jornal do Brasil*, a exemplo do *Diário Carioca*, assimilava técnicas de redação e organização da reportagem advindas do jornalismo norte-americano, como a adoção do *lead*¹⁸ e da pirâmide invertida¹⁹, e a divisão do trabalho em várias etapas da produção jornalística. Trata-se de um prenúncio de uma organização fordista da produção, que iria se tornar mais presente nas décadas seguintes nos mais diversos jornais do país (ABREU, 2008).

¹⁸ Primeiro parágrafo da notícia, sintetiza para o leitor as informações mais importantes da matéria. Em geral, responde às questões: o quê, quem, como, quando, onde, por quê (LAGE, 1993, p. 27). O *lead* começou a ser adotado pelo jornalismo norte-americano, marcadamente factual, ainda no século XIX. No Brasil, essa influência passou a ocorrer depois da Segunda Guerra Mundial, quando houve um maior intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos por causa da chamada “política da boa vizinhança”. A influência cultural era ocupada anteriormente pelo jornalismo francês, modelo voltado mais para questões políticas e de cunho opinativo (SILVA, 1990).

¹⁹ Está diretamente relacionada ao *lead*, pois indica que uma notícia é “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 1993, p. 16). Não se trata de narrar os fatos, mas de expô-los ao leitor. Esse modelo foi adotado nos Estados Unidos na época da criação das primeiras agências de notícias, em meados do século XIX. Como as matérias eram enviadas para diferentes publicações, que tinham que editá-las para adaptá-las aos espaços de que dispunham, bastava que se cortassem os últimos parágrafos do texto, sem prejuízo para o significado geral. Se fosse uma narrativa convencional, todo o texto teria de ser reescrito em caso de restrição de espaço para a publicação.

A imprensa paulista também assimilou essas mudanças. Em 1948, proprietário do grupo *Folha* no período de 1945 a 1962, José Nabantino Ramos lançou um programa de ações para os jornais editados pela empresa, envolvendo diretrizes relacionadas às formas de produção e à administração desses produtos, que passavam a ser tratados cada vez mais como mercadorias sob uma lógica de mercado, visando resultados e metas mais específicos. Além do programa, foi elaborado um manual com as normas de redação e edição. Ao se referir ao novo conceito que estava sendo implementado, a pesquisadora Gisela Taschner (1992, p. 67) afirma que “não se trata de um *jornal* cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma *empresa* que tem atividade jornalística. Ela é o *sujeito*, e não mais o jornal. Este é o produto da atividade da empresa.”

Essa afirmação é importante para entender a assimilação contínua do sistema fordista na imprensa brasileira. Até então, o jornalismo brasileiro tinha um perfil muito mais ideológico e político, ou seja, os jornais não eram vistos como empresas feitas apenas para dar lucro, mas instituições que tinham uma missão partidária e ideológica. Veículos como *O Estado de S. Paulo*, fundado em 1875 e defensor de ideias liberais, antes de ser um jornal comercial, era o órgão da classe dominante paulista, estando presente de maneira decisiva nas principais campanhas de defesa dos interesses dessa classe, como durante a Revolução Constitucionalista de 1932, que defendia uma nova constituição para o Brasil. Dessa forma, nessa época, os jornais eram um

[...] espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos se digladiavam em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, expressos nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir (LUCA, 2008, p. 158).

Inicialmente, o proprietário do jornal, Júlio de Mesquita Filho, havia apoiado Getúlio Vargas no movimento de 1930, mas acabou se opondo fortemente ao novo mandatário por este não ter cumprido suas promessas iniciais. O jornal teve o papel de mobilizar a população durante a guerra de 1932, que foi perdida pelos paulistas (CAPELATO; PRADO, 1980). Além do *Estadão*, outros jornais tinham perfil semelhante: quase sem produzir lucro, representavam muito mais instituições que defendiam determinadas ideologias do que propriamente empresas capitalistas, situação que começou a mudar na década de 1950.

Segundo Taschner (1992), a empresa *Folha* foi pioneira em São Paulo na implantação de medidas para profissionalizar os jornais. A pesquisadora conta que o

diretor José Nabantino Ramos criou formas de remunerar o incremento da produção sob inspiração de diretrizes da administração moderna. Naquele momento, a maneira mais evidente encontrada pelo empresário foi ter por base a quantidade de texto publicada nos jornais – e medida por um sistema de centimetragem –, sem levar em conta, entretanto, a qualidade e a repercussão gerada pelo material produzido, incorporando, aos poucos, a lógica adotada nas indústrias sob o sistema taylorista de gerenciamento, que media a produção em relação ao tempo de trabalho. “Em outras palavras, Nabantino começou a tratar os jornalistas como se fossem operários de uma fábrica”, resume Taschner (1992, p. 92). Até então, a profissão de jornalista era vista como uma atividade complementar a outros campos profissionais, como o de magistério, direito ou do funcionalismo público.

Aos poucos, o sistema fordista no jornalismo se consolidava na década de 1960, como resultado da modernização que havia se iniciado ainda nos anos 1950, com o fortalecimento das empresas jornalísticas em meio a uma conjuntura político-econômica favorável. Além da oferta de produtos jornalísticos organizados de uma maneira mais moderna, a própria organização do trabalho incorporou a lógica da administração taylorista-fordista, com a criação, nas empresas jornalísticas, de fluxos e divisão de trabalho semelhantes às linhas de montagem, com a especialização de funções.

Foi nesse período também que se desenvolveu no Brasil, como herança da tradição da imprensa norte-americana, a valorização da notícia como o produto por excelência do jornalismo, sendo caracterizada por sua “objetividade” e “neutralidade”, conforme defende o pesquisador Carlos Eduardo Lins da Silva (1991, p. 33), para quem essa influência “é consequência inevitável da evolução do capitalismo brasileiro e da maneira como ele se encaixa no sistema capitalista internacional.”

A profissionalização também passou a ser uma preocupação mais intensa no pós-guerra. O primeiro curso de jornalismo no Brasil foi fundado em 1947, criado pelo empresário Cásper Líbero na capital paulista²⁰. As primeiras faculdades eram

²⁰ No final de 2022, a Cásper Líbero anunciou o fechamento de seu programa de mestrado em comunicação, um dos mais tradicionais do país, alegando falta de sustentabilidade financeira. Foram demitidos diversos professores, e os acadêmicos tiveram de transferir suas matrículas para outras instituições, já que o programa não garantiu a formação das turmas iniciadas. Informação disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/casper-libero-fecha-mestrado-em-comunicacao-e-demite-professores/#:~:text=A%20Faculdade%20C%3%A1sper%20L%3%ADbero%20fechou,Rodrigo%20Ratier%2C%20colunista%20do%20UOL> Acessado em: 13/02/2023.

influenciadas pelos cursos de direito, que até então representavam a principal formação dos jovens jornalistas assumiam os cargos mais altos nos jornais. A exigência de diploma para o exercício da profissão passou a ser feita de maneira gradativa apenas após publicação de decreto em 1969, aprovada sob a ditadura militar. No final dos anos 1980, quando se esgotou o prazo de implementação da lei, jornalistas que atuavam na área sem formação tiveram que fazer o curso universitário por obrigação da lei, sob a fiscalização dos sindicatos estaduais que coíbiam o exercício da profissão sem registro no Ministério do Trabalho.

A legislação foi derrubada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, sob relatoria do ministro Gilmar Mendes, por 8 votos a 1, que acabou com a regulamentação da profissão por entender que a atividade de jornalismo está relacionada à liberdade de expressão e, por esse motivo, não deve ser limitada a uma regulamentação que afaste o acesso de qualquer cidadão aos meios de comunicação. Apesar desse argumento, entidades de classe de jornalistas entenderam que a regulamentação foi uma decisão que veio em contraposição às conquistas salariais e de carreira da categoria, daí a crítica à decisão do STF. As entidades patronais aplaudiram a decisão, que ocorreu num momento em que o mercado começava a ser impactado pela flexibilização das atividades em função de mudanças econômicas e tecnológicas.

O aumento dos cursos de graduação em jornalismo caminhou quase no mesmo ritmo do processo de regulamentação da profissão, mas não está condicionado apenas a esse fator. É preciso entender que essa expansão é uma resposta à necessidade de registro para o exercício da profissão, mas também como resultado do aumento de vagas em instituições privadas, que passaram por incremento no final dos anos 1990. Isso pode ser confirmado pelo Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021 (LIMA; MICK, 2022), pesquisa coletiva que indica um aumento gradativo dos cursos ao longo dos anos, mas um crescimento abrupto principalmente no começo do século XXI.

Até 1970 havia 18 cursos espalhados por todo o Brasil. Dessa época em diante, passou a haver uma expansão mais acentuada dos cursos universitários nessa área – atingindo seu auge na primeira década dos anos 2000. Exemplo disso é a cidade de Curitiba. Até meados dos anos 1990, a cidade contava com apenas três cursos de jornalismo. Nessa época, o curso era um dos mais concorridos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o mais antigo do Estado, que oferecia 21 vagas de entrada

com uma concorrência média de 30 candidatos por vaga. Já no início dos anos 2000, eram pelo menos 10 na cidade, oferecendo pelo menos 400 vagas todos os anos.

Em termos nacionais, segundo a pesquisa de Lima e Mick (2022), até 1980 eram 51 cursos; até 1990, havia 61. Nota-se que nessas duas últimas décadas, mesmo com a exigência do diploma, não houve uma expansão significativa. Ela começa a ocorrer entre os anos 1990 e 2000, quando passam a existir 137 cursos. Já no século XXI, ocorreu um salto maior, certamente ligado à expansão do ensino privado e do atendimento de uma demanda reprimida de formação em diversas áreas profissionais, dentre elas o jornalismo. Assim, existiam 317 cursos até 2010. Esse número teve um pequeno incremento na década seguinte, com 327 até 2020.

O aumento no número de vagas em diversos cursos universitários brasileiros é resultado da luta do movimento negro pelo desenvolvimento de políticas afirmativas de cotas que passou a ser adotada em vários espaços institucionais na década de 2000, em concursos públicos e nas instituições de ensino superior. Primeiramente, durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999 a 2003), com o incentivo, pelo Ministério da Educação, de ampliação do ensino universitário privado, resultando na abertura de diversos centros universitários espalhados pelo país no final dos anos 1990 e ampliação do número de vagas. A ação favoreceu o acesso aos cursos de jornalismo a uma parcela mais ampla da classe média, já que até o final da década de 1990 eram acessados mediante seleções bastante concorridas. Mesmo assim, a ampliação não favoreceu estudantes de baixa renda (aí incluídos/as negros/as e/ou indígenas), que não tiveram nenhuma forma específica de financiamento de seus estudos.

O acesso só seria ampliado durante as primeiras duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007 e 2007-2011) com três ações: o Prouni, o Reuni e a lei de cotas. O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado em janeiro de 2005, e concedeu bolsas de estudo integrais ou parciais para alunos/as de baixa renda no ensino privado; o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), de 2007, ampliou vagas em universidades públicas, e a lei de cotas (2010) incentivou a entrada de estudantes de escolas públicas, negros/as, indígenas e deficientes em cursos universitários.

A luta pelas políticas afirmativas de cotas desafiou o “pacto narcísico da branquitude”, pois uma parcela significativa da classe dominante branca se colocou contrária à adoção das cotas na educação. A aprovação da lei federal de cotas nº

12.711/12 representou uma conquista importante para o movimento negro e incorporou demais grupos excluídos, como indígenas, pessoas com deficiência e pessoas pobres oriundas da escola pública (SOUZA, 2022).

As políticas afirmativas possibilitaram a ampliação do debate e o reconhecimento do racismo brasileiro, ampliaram a participação da população negra na educação e demais instituições públicas e privadas, valorizando a diversidade e apontando a necessidade de ampliação de projetos nos demais segmentos da sociedade, como trabalho, moradia e saúde. No entanto, Souza (2022) afirma que existe a necessidade de melhorar os instrumentos de controle da aplicação da lei, pois há muitas fraudes e distorções feitas por pessoas brancas.

Apesar do avanço dos cursos universitários na área, tradicionalmente a formação profissional em jornalismo e em outras áreas da comunicação, mesmo com o crescimento acadêmico desse campo de estudos, vem sendo encarada como eminentemente prática, fato que tem encorajado as empresas a formarem seus próprios quadros e, ao mesmo tempo, enfraquecerem as conquistas dos/as trabalhadores/as dessa categoria. Empresas como *Folha*, *Estadão*, *Abril* e o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) mantiveram seus próprios programas de capacitação profissional até recentemente, geralmente voltados para os mais jovens.

Além disso, mesmo antes do fim da obrigatoriedade imposta pela lei, parte dessas empresas nunca exigiu diploma para o exercício da profissão, embora a maior parte de seus funcionários tenha passado por escolas de jornalismo. Ao defenderem a desregulamentação da profissão, os empresários do setor podem contratar qualquer profissional, promovendo assim a desagregação da categoria, fato que vem se acentuando desde a queda da exigência do diploma. Entre os problemas que advêm desse posicionamento estão a não obrigatoriedade de se respeitar as convenções firmadas entre os sindicatos de trabalhadores e as empresas quanto à jornada de trabalho, o pagamento do piso salarial da categoria ou de valores pré-determinados para a remuneração de serviços prestados por autônomos. De fato, conforme Lima e Mick (2022), a maioria dos/as profissionais que atuam na área (88%) têm diploma em jornalismo, o que demonstra que, na verdade, as empresas querem sim contratar profissionais com diploma na área; o que elas não querem é pagar o piso específico do setor, e por isso usam como subterfúgio a desregulamentação da profissão.

Ao estudar a consolidação da indústria cultural no Brasil a partir do grupo *Folha*, Taschner (1992) considera como ponto de virada a década de 1960, quando passou

a existir uma subordinação do jornalismo à lógica da produção industrial, visando a obtenção máxima de lucratividade. Esse novo sistema estaria funcionando dentro da indústria cultural, ou seja, “um conjunto de complexos empresariais, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista de capital, que produzem e distribuem em larga escala” (TASCHNER, 1992, p. 18), com o uso de divisão de trabalho, buscando alta rentabilidade das atividades.

Assim, os produtos dessa indústria são “integralmente mercadorias”, sendo elaborados dentro da mesma lógica em que são feitos os outros produtos do mercado capitalista. Aos poucos, perde-se a aura romântica do jornalismo como uma prática eminentemente intelectual, que estaria acima das vicissitudes do mercado, para tornar-se uma atividade econômica como outra qualquer, sujeita às leis do mercado. Segundo a autora, essa lógica foi implantada a partir de 1962, quando o grupo foi adquirido pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Para Taschner, o que caracteriza essa mudança é que os elementos essencialmente jornalísticos acabaram se tornando menos importantes do que o próprio funcionamento da empresa.

Ainda na década de 1950, quando o Brasil passava por um processo de modernização econômica e entrava na era de industrialização, com a formação de um mercado de bens simbólicos que permitiu a profissionalização da indústria cultural no país, o jornalismo ingressava num período de produção cada vez mais mediada por padrões empresariais, mas ainda não estava totalmente subordinado a eles. Exemplo de empresa jornalística tradicional que passou por um processo de modernização, mas que até a década de 1960 não havia se subordinado completamente ao mercado, foi *O Estado de S. Paulo*, que “ao mesmo tempo que pretendia construir uma organização sólida, nascia vinculado à luta política, aproximando-se, nesse sentido, do que se poderia chamar de jornal de causa”, explica Taschner (1992, p. 30, grifo da autora), que completa:

A organização empresarial era arcabouço material para se realizar o objetivo político. Não era um jornal para dar lucro independentemente do tipo de mensagem que fazia. Nesse sentido, nas relações entre o jornal propriamente dito e ‘sua empresa’, o *Estado de S. Paulo* não era um jornal dominado pela sua organização empresarial, embora já existisse e ele certamente não fosse um pasquim.

O jornalismo desse período corresponde ao que Ciro Marcondes chama de fase monopolista, ou seja, momento em que se formaram os grandes conglomerados de comunicação mundial, apontando para uma tendência de concentração das atividades nas mãos de um número reduzido de empresas, ainda que o objetivo não fosse meramente empresarial, mas muitas vezes ligados a arranjos políticos. No Paraná, um dos principais grupos de comunicação a surgir na segunda metade do século XX foi comandado pelo empresário e político Paulo da Cruz Pimentel, que a partir de 1962 administrou um conjunto de empresas envolvendo dois jornais (*O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*), emissoras de TV (dentre elas a *TV Iguazu*) e de rádio. Pimentel é um exemplo regional de grande empresário da comunicação que se desenvolveu sob a égide do processo geral de industrialização no Brasil, que ocorreu de maneira mais demorada do que nos países mais ricos. Pode-se dizer também que o período fordista no jornalismo brasileiro ocorreu em decorrência desse processo de desenvolvimento, também com certo atraso.

A consolidação da indústria cultural coincide com a fase monopolista do capitalismo no Brasil, superando a fase competitiva, conforme explica Paul Singer (1987, p. 75) numa análise sobre a formação do capitalismo no país:

O que distingue o capitalismo monopólico da fase anterior – denominado de competitivo ou liberal – é antes de tudo mudança nas regras da competição. Nos mercados competitivos, numerosas empresas disputam a preferência dos compradores mediante preços mais baixos ou vantagens análogas, tais como prazos mais longos de pagamentos, descontos etc. Nos mercados monopólicos, a preferência dos compradores é disputada por pequeno número de grandes firmas mediante diferenciação dos produtos, prestígio da marca e publicidade. O público consumidor é persuadido de que a marca e a aparência do produto representam qualidade superior e, portanto, justificam o pagamento de um preço mais alto.

Ainda nos anos 1950, o jornalismo brasileiro sofreu uma mudança considerável sob a influência do sistema de produção norte-americano, tido como o mais avançado no período. Uma das primeiras consequências foi a modificação dos fluxos de trabalho, a divisão das tarefas e remunerações e a própria formatação do principal produto da indústria jornalística: a notícia. Assim como uma indústria que conta com “linha de produção”, o jornalismo passou a ter mão de obra especializada, fragmentada e hierarquizada – cada profissional responde por uma parte do processo de produção.

Ao estudar a consolidação das indústrias culturais no Brasil nos anos 1960 e a sua subordinação do modelo fordista, Taschner (1992) afirma que esse processo

ocorreu envolvendo diversos elementos, tais como a centralização da produção, a hierarquização das funções, a criação de sistemas de controle da qualidade dos produtos e serviços, a integração entre os setores, maior subordinação ao setor comercial das empresas (anúncios) e a mudança da linguagem utilizada na produção do material jornalístico.

Uma das razões que levaram à centralização da produção foi a formação de conglomerados, que envolvem diversas empresas do setor da comunicação – tais como jornais, rádios, emissoras de televisão –, muitas vezes em estados e regiões diferentes do país. Com isso, a padronização de linguagem – em alguns casos imposta pelos manuais de produção – é um imperativo para fazer uma otimização da produção. Tomando como exemplo a cobertura de um evento internacional, o mesmo repórter produz matérias para todos os veículos da rede: jornal, rádio e TV. Esse sistema gera economia, pois o/a repórter é remunerado/a uma só vez para produzir para vários veículos. Ao mesmo tempo, a centralização possibilita também maior controle e burocratização sobre a produção, com o estabelecimento de metas para cada grupo de jornalistas.

Essa forma de organização diz respeito também à integração entre os vários setores da empresa jornalística, envolvendo a parte administrativa, editorial e industrial. Taschner (1992) relata que, já nos anos 1970, as decisões das empresas passaram a contar com a participação articulada de seus diversos setores. Outro fator que levou à integração foi a incorporação de uma tecnologia industrial cada vez mais sofisticada, demandando a ação conjunta de vários setores para seu funcionamento, conforme explica a pesquisadora Virginia Fonseca (2008, p. 115):

Para atender às necessidades de racionalização desses setores de organização, o horário de fechamento das edições, antes ditado pelas necessidades de cobertura dos fatos pelos jornalistas, passa a ser determinado pelo setor industrial e não mais pelos jornalistas. Esta, quando muito, negocia o horário de fechamento de uma ou outra página, dependendo da importância do assunto a ser atualizado (o resultado de uma partida de futebol, de uma votação importante no Congresso etc.), mas, no geral, precisa se submeter às determinações dos setores industrial e de circulação.

A nova organização do jornalismo que ocorreu a partir dos anos 1950 evidenciou a necessidade de haver divisão da produção, já que o jornal passou a ser feito em escala industrial. Assim, algumas atividades se consolidaram no fazer jornalístico a partir daquele momento – enumeradas aqui em ordem decrescente na

hierarquia: direção de redação, secretaria de redação, edição, pauta, fotografia, reportagem, copidesque (reescrita de textos). À exceção da função da lógica organizacional e da padronização assimilada pelas empresas jornalísticas, a divisão do trabalho teve por objetivo estabelecer filtros para o controle das informações veiculadas. Em muitos casos, os eventos noticiados têm que se adaptar aos formatos de cada meio. Além dessa limitação, cabe aos/as ocupantes de posições hierárquicas superiores dentro de uma organização jornalística – mas não apenas a eles/elas – a decisão sobre o que deve e não deve ser publicado, conforme o teórico Denis McQuail (2010, p. 277).

Pesquisadores/as da comunicação têm demonstrado, nas últimas décadas, que a divisão das funções em atividades favorece a manipulação e/ou a criação de filtros para a circulação das informações. Isso porque os/as produtores/as de um determinado conteúdo perdem o controle das etapas finais de edição. Da mesma forma, sentem-se pressionados/as a dar o enfoque estabelecido pela direção da empresa, numa ação clara de autocensura.

Aqueles/as que têm maior poder hierárquico desempenham o papel de “porteiros/as da informação” – os “gatekeepers”, termo já consagrado nas teorias da comunicação –, restringindo o volume de informações e decidindo quais os temas terão impacto sobre uma determinada comunidade. Esse fenômeno é conhecido como “agendamento” ou “agenda setting”, que estabelece que os veículos de comunicação têm o poder de organizar e “agendar” os temas que serão oferecidos à discussão da opinião pública. Assim, o pesquisador Michael Kunczik (2001, p. 237) explica que os gatekeepers têm o papel não só de aceitar ou rejeitar determinadas notícias, mas também de modificá-las de acordo com o fluxo de produção, os formatos do veículo e seu perfil ideológico.

A produção de conteúdos jornalísticos conta ainda com a interferência de fatores organizacionais, como as metas e métricas de produção, a rotina burocrática e as relações pessoais. Há também fatores externos, como a influência de instituições sociais exteriores à empresa jornalística – grupos políticos, anunciantes, instituições governamentais e movimentos sociais (MCQUAIL, 2010, p. 329).

Ao analisar a modernização do jornal gaúcho *Zero Hora* nos anos 1980, a pesquisadora Virgínia Fonseca (2006) estabelece um quadro com a divisão do trabalho de uma redação jornalística – envolvendo as principais etapas para a produção dentro de uma redação. Esse esquema, com pequenas variações, é o que

vinha sendo adotado no jornalismo desde a década de 1960 no sistema fordista. Embora elaborado com base no funcionamento de uma redação de jornal impresso, ele pode ser adaptado, com pequenas mudanças, para veículos como rádio e televisão.

Apenas a partir do final da década de 1990, com a ascensão da internet como instrumento de veiculação de notícias, esses papéis vêm sendo alterados, devido a um conjunto de fatores, de que a reestruturação produtiva parece ser o mais importante. A tendência, desde a década de 1990, é de que os profissionais desempenhem múltiplas funções. A seguir, um quadro com as principais funções e as tarefas desempenhadas pelos/as jornalistas na “linha de montagem” do jornal, com base na sistematização proposta por Fonseca (2006, p. 170) e pelo jornalista Roberto Seabra (2011, p. 83):

Função	Tarefa
Editor/a-chefe ou diretor/a de redação	Responsável pela coordenação executiva da redação do jornal, definindo sua orientação editorial e características da edição. Faz a “ponte” entre a redação e outros setores do jornal, como o comercial, o administrativo e o jurídico.
Editores/as	Atuam como gerentes de produção. Estabelecem metas de produção, respondem pela escolha das matérias que serão publicadas, fazem ajustes e cortes antes da edição.
Secretário/a de redação	Coordena o fluxo de produção dos trabalhos jornalísticos, verificando a produção das pautas e dando apoio aos/as repórteres com materiais e infraestrutura (equipamentos e transporte, por exemplo).
Pauteiro/a	É responsável por definir a relação de matérias que deverão ser produzidas no jornal. Estabelece quais conteúdos os/as repórteres devem produzir numa jornada de trabalho.
Repórter	Jornalista que produz a notícia a partir de coleta de informações em campo (reportagem).
Redator/a ou copidesque	Responsável por reescrever alguns textos da edição.
Repórter fotográfico/a	É responsável por fazer a cobertura fotográfica dos eventos.
Editorialista	Produz o editorial e artigos de opinião do jornal.

Outra novidade do período foi a criação de instrumentos de controle cada vez mais sofisticados. O primeiro passo para isso foram os manuais de redação, contendo não só a padronização do estilo em que as notícias devem ser produzidas, mas também alguns procedimentos básicos do funcionamento da profissão e da cultura organizacional. No caso dos jornais impressos, outra inovação foi a criação de cadernos para públicos específicos, sob a responsabilidade de alguns grupos de jornalistas, visando o aumento das receitas publicitárias. Conforme Fonseca (2008, p. 114):

Com esse tipo de controle, as notícias ficam cada vez menos diferentes das mercadorias em geral e os jornalistas mais semelhantes aos trabalhadores assalariados de uma fábrica qualquer, quando, na verdade, o jornal é um bem cultural, de consumo simbólico, e o jornalismo, atividade social, integrante da esfera pública, onde exerce função política.

Nesse contexto de valorização das características econômicas da imprensa, o setor comercial, responsável por angariar anúncios nos veículos de comunicação, ganha cada vez maior importância. Neste caso, o setor de publicidade acaba definindo o espaço destinado ao material jornalístico, e não o oposto, como ocorria na fase anterior.

Outro ponto importante a se considerar é a mudança na linguagem. As pesquisas históricas na área apontam a década de 1950 como um momento de mudança na linguagem jornalística, como consequência direta da transformação paulatina da atividade num fazer que antes dependia do brilho individual, para se transformar numa atividade ainda mais técnica/operacional, dependendo da capacidade de o/a jornalista entrevistar, obter informações e redigir com rapidez. Se a linguagem dos jornais e revistas até a década de 1950 dependia mais do domínio literário de seus/suas jornalistas, depois desse período ele passou a depender muito mais da produtividade e da padronização das notícias, tornando a velocidade uma espécie de fetiche da profissão, com a busca incessante do furo jornalístico, da publicação da notícia de maneira exclusiva antes dos concorrentes.

A partir desse período, há um processo de “desliteraturalização” do jornal: a linguagem rebuscada e criativa perdeu espaço no jornal, que se tornou mais restrita ao mundo da informação referencial, de acordo com o crítico literário Silviano Santiago (2004). Dessa forma, a maior parte das notícias passou a ser escrita de maneira impessoal, sem a opinião do/a redator/a. É uma mudança radical, levando a uma

tendência de simplificação. Visando públicos mais amplos, os veículos de comunicação passaram a adotar mensagens mais curtas e menos complexas, prescindindo do domínio de linguagem literária.

Segundo a classificação proposta por Ciro Marcondes Filho (2000, p. 30), a utilização mais intensa da tecnologia começou a ocorrer no jornalismo na década de 1970 no Ocidente, sendo incorporado de maneira diferente nos países periféricos. No Brasil, as primeiras mudanças ocorreram com a televisão, na década de 1970. Na mídia impressa, essas mudanças começaram a ocorrer apenas na década de 1980, com a chegada dos primeiros computadores às redações de jornais dos grandes centros. Mesmo assim, a adoção generalizada de computadores nas redações só ocorreu no início da década de 1990.

A primeira transformação radical ocorreu com a televisão. Inaugurada no Brasil em setembro de 1950 de forma experimental, a televisão só se tornou popular a partir da década de 1970 em decorrência de investimentos do governo federal num sistema de telecomunicações via satélite que permitiu a transmissão em rede nacional, além de políticas industriais para ampliar a fabricação de televisores. As telecomunicações se tornaram estratégicas para o regime, conforme a socióloga Esther Hamburger (1998, p. 454):

Os militares investiram na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas. Em 1968 foi inaugurado um sistema de transmissão de micro-ondas que estendeu o tráfego de ondas de televisão via terrestre para além dos estreitos limites anteriores. Logo depois o governo brasileiro passou a financiar a comunicação via satélite, centralizada na estação de Itaboraí.

Marcondes Filho (2000) apresenta duas características que marcaram as comunicações nesse período: a primeira é a intensificação da taylorização do trabalho jornalístico, com vistas a aumentar a produtividade e adequar as empresas às exigências do mercado. Com isso, o/a jornalista deixa de ser um crítico da sociedade, tendo seu trabalho de intelectual reduzido, para se tornar um comunicador e/ou um operário da notícia; e a segunda, o desenvolvimento de conteúdos superficiais como decorrência da busca por ampliação da audiência.

No Brasil, a substituição das velhas máquinas de escrever pelos primeiros terminais de computadores nas redações dos veículos impressos se iniciou na década de 1980 - primeiramente a adoção de terminais que nada mais eram do que “máquinas

de escrever sofisticadas”, pois ainda não havia sistemas integrados, nem internet, como ocorreria na década de 1990. Assim, o uso do computador era bastante limitado. Mesmo assim, a ideia foi tornar o fluxo de trabalho mais racional e condizente com a economia de mercado, já que o sistema de produção tradicional, praticamente o mesmo desde o início do século XX, era considerado obsoleto. Segundo a jornalista Luiza Villaméa (2008, p. 252):

[...] as matérias produzidas pelos repórteres eram preparadas por redatores e editores. Com títulos e complementos colados, eram copiadas por digitadores em máquinas que emitiam uma fita perfurada e liberavam uma cópia em papel fotográfico. Essa cópia era reproduzida para que os revisores comparassem a versão original com a dos digitadores. Só depois de corrigidos possíveis erros, a cópia em papel fotográfico era colada numa página de *paste-up* e liberada para a impressão.

Neste trecho, pode-se observar um processo de trabalho que conta com a participação de vários profissionais especializados: repórter, editor/a, digitador/a, revisor/a, diagramador/a e arte-finalista. Depois que a informatização foi sendo adotada nas redações, algumas atividades deixaram de existir ou foram absorvidas por outros/as trabalhadores/as. Os digitadores/as, revisores/as e arte-finalistas, por exemplo, tornaram-se obsoletos, assim como os/as próprios/as diagramadores/as, em alguns casos. Como veremos ao final deste capítulo, a informatização foi responsável, ao longo do tempo, pela transformação do perfil profissional do/a jornalista, antes voltado/a para uma tarefa específica e hoje multitarefas:

A adoção de computadores, sistemas em rede, acesso *on line* à Internet, fusão e mixagem de produtos na tela conduziram as empresas jornalísticas a uma reformulação completa de seu sistema de trabalho, adaptando seu interior à alta velocidade de circulação das informações, exigindo que o homem passasse a trabalhar na velocidade do sistema. Jornalismo tornou-se um disciplinamento técnico, antes que uma habilidade investigativa e linguística. Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou que melhor escreve. Ele deve ser uma peça que funciona bem, “universal”, ou seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações (MARCONDES FILHO, 2000, p. 36, grifo do autor).

A chegada dos computadores nas redações enfrentou diversas barreiras. Uma delas foi a própria política de informática do governo brasileiro sob o regime militar, que promovia reserva de mercado para esses equipamentos e sistemas, mantendo a área sob controle do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão ligado ao monitoramento da sociedade durante a repressão. A reserva de mercado só viria a

ser quebrada em 1992. Da mesma forma, além da desconfiança dos/as jornalistas, que sofriam com a censura, os primeiros experimentos nas redações apresentavam falhas técnicas e poucos ganhos, com terminais de videotexto com acesso a um banco de dados por linha telefônica que apresentava grande lentidão. Da mesma forma, havia um temor entre a categoria de jornalistas de que os computadores pudessem reduzir os postos de trabalho nas redações, o que de fato ocorreu no longo prazo.

De 1984 a 1987, a *Folha de S. Paulo* implementou o Projeto Folha, com o objetivo de ampliar os públicos do jornal e, para isso, promover a modernização do sistema de produção: foi realizada uma ampla reforma gráfica e editorial no jornal e uma mudança na forma gerencial e de produção, com o tratamento do produto jornalístico de uma maneira mercadológica, visando acelerar a produção do jornal e melhorar determinados indicadores de qualidade. A informatização estava no centro do projeto. Havia a “necessidade de se adotar uma postura de gerenciamento da Redação como uma empresa industrial moderna, atitude que está no cerne da crítica da corporação dos jornalistas aos métodos de administração implementados”, segundo o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva (2005, p. 57).

Além da informatização, a incorporação de uma metodologia empresarial se traduziu na criação de metas e formas constantes de controle da produção dos/as jornalistas, o que não era adotado anteriormente por nenhum veículo impresso no país. Por meio do plano de metas da *Folha*, cada editoria passou a ser responsável por estabelecer seus próprios objetivos, que eram redigidos para depois serem cobrados pela diretoria. Essas metas eram repassadas para a direção de redação, que estabelecia objetivos gerais para todos os setores do jornal. Além disso, o jornal passou a adotar reuniões periódicas de avaliação. Com algumas modificações, o Projeto Folha é adotado até os dias de hoje no jornal. Complementar a esse programa, visando criar um grupo de jornalistas adaptados a sua cultura corporativa e ao projeto, a *Folha* mantém desde 1988 uma ação de treinamento direcionada a jovens jornalistas recém-formados não necessariamente em jornalismo (*trainees*), mostrando as técnicas básicas da profissão e as regras de funcionamento da empresa.

Na avaliação de Silva (2005), que esteve à frente de sua implantação, o Projeto Folha ajudou a colocar a empresa na posição de principal jornal impresso brasileiro dos anos 1990 e 2000, além de criar um padrão de qualidade gerencial que foi adotado por diversas publicações no país. Por outro lado, a implantação do sistema foi imposta aos/às jornalistas, que não foram consultados/as em nenhum momento, o que reforça

a noção, defendida pelo sociólogo Andrew Feenberg (1991) para o capitalismo ocidental desde o século XIX, de que as formas gerenciais são autoritárias na maior parte das vezes:

Para colocar em prática as padronizações e métodos previstos pelo projeto, [o diretor de redação Otávio] Frias Filho e sua equipe direta tiveram que superar uma resistência sem precedentes no interior da empresa. Um reflexo disso foi a alta rotatividade do pessoal no período. De uma só tacada, 27 jornalistas foram demitidos em julho de 1984, logo depois que a redação passou a ser submetida a avaliações mensais. Os 27 demitidos representavam cerca de 10% do total de jornalistas lotados na sede (VILLAMÉA, 2008, p. 254).

A implantação da informática nas redações dos jornais, num primeiro momento, intensificou as características do regime de acumulação fordista que havia chegado em décadas anteriores à imprensa brasileira. Isso porque, num primeiro momento, os computadores ajudaram a aumentar a produtividade nas redações, mas não mudaram a divisão do trabalho e o fluxo de informações. Da mesma forma, o primeiro momento da informatização não gerou um modo de trabalho flexível – isso só viria acontecer a partir da primeira década do século XXI, com a convergência, a globalização e o aumento da mobilidade na produção midiática, bem como uma série de mudanças trabalhistas que ocorreram na esteira da implementação de políticas neoliberais no mundo todo, sobretudo a partir da década de 2010.

Levando em conta as formulações da pesquisadora Lucia Santaella (2011), pode-se dizer que o processo de informatização da imprensa brasileira na década de 1980 não alterou profundamente o modo de produção e consumo dos conteúdos jornalísticos. Na verdade, tratava-se ainda de produção em escala de “cultura de massa” ou “indústria cultural”, pelo fato de a pesquisadora considerar que se trata de uma produção feita em larga escala para um público amplo e genérico. A chamada cultura de massa é considerada um dos suportes do sistema fordista. Essa situação começou a mudar depois do início da implantação da internet comercial no país, de 1995 em diante, e a sua incorporação na produção, circulação e consumo de conteúdos jornalísticos.

Com isso, a utilização dos meios digitais possibilitou o surgimento de uma cultura de convergência dos meios e de maior participação das audiências a partir da interatividade. Formou-se o que a autora chama de “cultura das mídias”, cuja principal característica é o consumo mais personalizado e individualizado das mensagens.

Nesse caso, as audiências são levadas a interagir mais com os conteúdos que consomem, passando a exigir produtos personalizados e concebidos de uma maneira menos massiva e mais flexível. Trata-se de um processo que, na visão da pesquisadora, torna o receptor mais ativo. Santaella (2011) considera que a “cultura das mídias” é uma fase intermediária para a “cibercultura”, que envolve uma mudança ainda mais profunda nos modos de produção, circulação e consumo das informações, cada vez mais mediadas por máquinas e numa escala global.

4.2.2. O jornalismo na era da acumulação flexível

Os reflexos desses processos se deram de forma mais clara no jornalismo a partir do século atual. Na década de 1990, com a internet comercial ainda em estágio incipiente, as páginas dedicadas na rede ao jornalismo eram uma espécie de extensão dos veículos tradicionais. Nessa época, em agosto de 1995, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada uma emenda constitucional que quebrava o monopólio estatal das telecomunicações e autorizava a participação de empresas estrangeiras no capital social das empresas jornalísticas, com o limite de 30% do total.

A emenda abriu caminho para mudanças, que se efetivaram no início do século XXI, nos meios tradicionais do jornalismo, com várias empresas familiares encerrando suas atividades ou tendo dificuldades em se manter no mercado, como foi o caso de veículos tradicionais como *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Brasil* e o grupo Bloch (*Rede Manchete* e *Editora Bloch*). Controlado pela família Mesquita durante a maior parte de seu um século e meio de história, o grupo *O Estado de S. Paulo* passou a ser comandado por uma companhia do setor financeiro. Para se manter no mercado, as grandes empresas de comunicação brasileiras foram obrigadas a estabelecer parcerias com gigantes mundiais do setor, principalmente com as corporações de telecomunicações, o que contribuiu para aumentar cada vez mais a concentração de capital nesse setor.

O projeto desenvolvido com o lançamento em 1996 do portal Universo Online (UOL) do grupo *Folha*, a título de exemplo, representa bem as mudanças que estavam ocorrendo no período com o setor de comunicação, tanto do ponto de vista da convergência das mídias, quanto em relação às mudanças gerenciais e de investimentos. A princípio, o UOL era uma versão para a internet da *Folha de S. Paulo*

e de outros veículos conveniados. O portal tornou-se uma plataforma digital com conteúdo independente dos outros veículos, com a convergência de som, de imagem e de texto, e o consumo em diversas plataformas, como o computador, o tablet e o smartphone, cujo lançamento, em 2007, representaria uma mudança radical no setor.

Santaella (2011, p. 294) considera que as mudanças trazidas pelos dispositivos móveis de informação geraram um impacto profundo na produção, circulação e consumo das informações quanto à linguagem, uma vez que deram ao usuário poder de participação e produção praticamente inédito na história das comunicações. Segundo ela, na era da cibercultura, o computador teve a capacidade de conseguir incorporar todas as outras formas de linguagens midiáticas anteriores:

De fato, a linguagem digital realiza a proeza de transcodificar quaisquer códigos, linguagens e sinais, sejam estes textos imagens de todos os tipos, gráficos, sons e ruídos, processados computacionalmente e devolvendo-os aos nossos sentidos na sua forma original, o som como som, a escrita como escrita, a imagem como imagem. Entretanto, para ter a capacidade de colocar todas as linguagens dentro de uma raiz comum, a linguagem digital permite – sua proeza maior – que essas linguagens se misturam no ato mesmo de sua formação. Criam-se, assim, sintaxes híbridas, miscigenadas. Sons, palavras e imagens que, antes, só podiam coexistir passam a se congregam em estruturas fluidas para a navegação com as quais os usuários aprendem a interagir, por meio de ações participativas, como num jogo. Esse é o princípio da hipermídia, um princípio que se instala no âmago da linguagem.

As mudanças na linguagem ocorreram de maneira concomitante às transformações da estrutura empresarial da comunicação no mundo todo. Segundo Santaella, esse período é caracterizado pela “fluidez” da linguagem adotada pelos meios de comunicação, que passaram a se fundir em função das facilidades trazidas pelos artefatos digitais. Dialogando com o pensamento do sociólogo Zygmunt Bauman (2002), a pesquisadora defende que a realidade da produção, da circulação e do consumo de mensagens em meios comunicacionais tornou-se “líquida”, “convergente”, “móvel”, “adaptável” e “flexível”; tais características substituíram a solidez e rigidez, como ocorria sob o regime de acumulação fordista. Ao fazer sua análise, ela cita a noção de “modernidade líquida” apresentada por Zygmunt Bauman (2002), para quem a contemporaneidade perdeu a rigidez dos primeiros momentos da modernidade.

Assim como a linguagem, o mundo dos investimentos no setor e o âmbito do trabalho, sobretudo a partir do início do século XXI, tiveram que se adaptar a uma “modernidade líquida”, em que tudo é mais flexível e fluido. Esse processo interferiu

de forma decisiva no jornalismo tradicional, conforme análise de Costa (2005), que aponta algumas tendências do mercado de comunicação registradas no início do século XXI e que marcam bem essa transição. Embora não fale em regime de acumulação nos termos da Escola da Regulação, o jornalista mostra que o mercado passou a ser controlado por mudanças que passaram a ocorrer em função das regulações da economia, com impactos significativos no mundo do trabalho e no futuro das empresas.

A primeira constatação de Costa é que as companhias globais ganharam posições de domínio no mercado das comunicações, praticamente engolindo as empresas menores por meio de diversas fusões de grupos empresariais. Assim, o século XXI começou com apenas seis empresas do setor controlando 40% das receitas globais do setor – a metade delas ligadas a grupos familiares. Da mesma forma, ocorreu um processo de aumento da concentração regional. Segundo ele, 10 grupos controlavam as comunicações no Brasil nas últimas três décadas do século XX. O controle se concentrou ainda mais na virada do século XXI com a crise econômica: no começo do século atual, sobram apenas sete grupos – sendo que seis deles eram controlados por famílias. Hoje, restaram apenas cinco: Abravanel (SBT), Frias (Grupo Folha), Marinho (Globo), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (RBS). O grupo *Estadão* e o grupo *Abril*, antes controlados pelas famílias Mesquita e Civita respectivamente, passaram a ser comandados por grupos de acionistas ligados ao setor financeiro.

Um dos facilitadores desse processo foi o desenvolvimento da internet, que fez com que grupos estrangeiros atuassem na produção de portais de informação no Brasil, praticamente tornando inócua a legislação que limitava esse tipo de participação no país:

Novidade não prevista em lei foi o fato de empresas internacionais, com por cento de capital estrangeiro, praticarem jornalismo no país via comunicação eletrônica. Empresas como America Online, Terra, Reuters, Bloomberg e muitas outras que nasceram e cresceram (ou já morreram) durante o fenômeno de implantação da internet comercial apuram, editam e publicam notícias em solo nacional, via internet, como qualquer companhia brasileira, reforçando uma realidade segundo a qual as fronteiras na mídia não são mais geográficas e tornam-se cada vez menos culturais – fruto da paulatina concentração das empresas da comunicação (COSTA, 2005, p. 181).

Um fato novo é que essa indústria passou a ser dominada por outros setores da economia, com maior poder de investimento, que não eram ligados originalmente

à indústria cultural. Isso porque a comunicação se transformou em uma atividade integrada à internet e ao computador, dependendo de investimentos mais pesados em tecnologia e de conhecimentos técnicos que vão além da produção de conteúdo jornalístico. Ela pode integrar, num mesmo sistema, o computador ou um artefato digital, daí o interesse de empresas de telecomunicações em dominar esse setor. “A televisão digital instaura a famosa convergência na comunicação – todos os meios num único suporte de distribuição”, conforme indica Costa (2005, p. 183). Com a criação do smartphone, a convergência passou a ocorrer nos dispositivos móveis.

O pesquisador observa que, mesmo antes da ascensão das mídias digitais, o setor mais tradicional da comunicação – a produção de jornais e revistas –, já passava por uma crise na maior parte dos países do mundo. Na década de 1990, pesquisadores detectaram nos Estados Unidos a queda de circulação dos jornais, e isso fez com que as publicações tivessem que se adequar quanto à perspectiva dos negócios. Foi nesse período que ocorreu o processo de reengenharia nas publicações, com corte de despesas, racionalização administrativa, diminuição de salários. Os jornais e revistas, no entanto, se mostraram incapazes de recuperar os ganhos que tinham auferido em décadas anteriores.

Ainda na década de 1990, grupos da mídia tradicional brasileira investiram em TV por assinatura, uma área que começou a ser explorada no Brasil apenas naquela década. Esses grupos investiram em infraestrutura, na esperança de alcançar lucros altos com o aumento dos assinantes na virada do milênio, o que não veio a acontecer e aumentou ainda mais as dívidas de grupos como *Abril* e *Globo*. Isso fragilizou as empresas, que acabaram se endividando nos anos 1990 e tiveram dificuldades em negociar suas dívidas e voltar a investir no início do século XXI.

Costa (2005) informa que uma equipe de jornalistas norte-americanos realizou, no início do século XXI, um relatório sobre a situação do jornalismo nos Estados Unidos mostrando algumas tendências em função da reestruturação do setor. Apesar de focar nos EUA, o levantamento mostrou tendências que podiam ser aplicadas ao jornalismo em diversas partes do mundo na primeira década do século XXI. Na verdade, essas tendências ainda têm afetado o jornalismo nos dias atuais.

Eis algumas conclusões do estudo: 1) o jornalismo investigativo está sendo substituído pelo trabalho de colunistas opinativos, que não se dedicam ao trabalho de pesquisa de campo, mas apenas comentam os temas – isso tem ocorrido porque houve uma diminuição drástica em investimentos em reportagem em função da falta

de recursos nos jornais; 2) as empresas tradicionais de comunicação têm investido menos no setor, que passou a contar com a aposta de empresas de outros setores ou daquelas ligadas diretamente à internet, aproveitando a oportunidade de ocupar esses espaços; 3) o jornalismo americano produzido a partir dos anos 1960 teve forte impacto na sociedade, tendo culminado com as reportagens investigativas publicadas no *The Washington Post* que levaram à renúncia do presidente republicano Richard Nixon, em 1974, no caso Watergate. Essa geração de jornalistas investigativos e combativos se aposentou, e não houve substitutos à altura.

Em resumo, para tentar salvar o jornalismo tradicional, os especialistas norte-americanos analisam: o jornalismo está ficando cada vez mais rápido, inexato e barato; quanto mais partidário, mais desconfiado fica o público em relação às notícias; os jornalistas mais experientes estão se aposentando e tudo de bom trazido por essa geração está se pulverizando; as empresas precisam investir em novas audiências, mas não o fazem; para se adaptar aos novos tempos, o jornalismo tem que ser mais transparente, trazer mais *expertise* e alargar o seu campo e o seu farol (COSTA, 2005, p. 188).

Prosseguindo sua análise, o autor afirma ainda que o papel de mediador da esfera pública exercido pela mídia impressa deixou de estar concentrado nas publicações jornalísticas ou na figura do/a jornalista. Com o avanço da comunicação organizacional e da criação de novos canais de informação, viabilizados pelas mudanças tecnológicas, tem havido um crescente trabalho de lobistas, fontes especializadas, grupos políticos, assessores/as de comunicação, cientistas, entre outros, que disputam com os/as jornalistas a divulgação das informações. “Nos lances de tensão nos quais se dá formato às notícias e ao espetáculo que a envolve na mídia, cada jogador atua com o seu peso e sempre de forma assimétrica” (COSTA, 2005, p. 188).

Dessa forma, o papel do/a jornalista como um/a intermediário/a entre a informação e a opinião e seus públicos foi reduzido em função da manipulação da informação pelas fontes e por conta da própria assimetria da informação. Isso pelo fato de que, nos dias de hoje, muitas vezes, as fontes detêm informações com mais abrangência e profundidade, uma vez existem áreas técnicas que não são dominadas por jornalistas. Isso se deve também ao avanço das redes e publicações profissionais de informação – com a proliferação da área de comunicação organizacional numa grande variedade de instituições, que são responsáveis pela maior parte de postos de trabalho oferecidos a jornalistas nos dias de hoje. Costa (2005, p. 192) descreve o avanço dessa tendência:

[...] as redes de informação vão proliferar. Muitas já nasceram e cresceram em escala geométrica. Forma-se a partir de redes de instituições e de organizações não-governamentais, redes governamentais, redes comerciais, redes industriais, redes de serviços, sindicais, partidárias, universitárias, esportivas, fã-clubes... Cada uma delas terá sua própria produção de informação. A segmentação vista no mercado de revistas é infinitamente menor em relação à capacidade de segmentação e de aprofundamento de questões das redes independentes e interdependentes, com níveis e mais níveis de acesso à consulta das informações e dos dados.

Conforme indicado no estudo de Costa (2005), o desenvolvimento da tecnologia e a circulação de informações na internet em diversos formatos têm levado a uma concentração ainda maior do setor. Por um lado, os mercados de comunicação locais foram impactados com a ampliação da oferta de material produzido pelas grandes empresas de tecnologia. Isso levou ao fechamento de veículos jornalísticos e deslocamento da força de trabalho para outras áreas da comunicação, como a assessoria de imprensa, publicidade ou comunicação organizacional.

A emergência do regime de acumulação flexível está associada à convergência midiática no setor, que passou a envolver o audiovisual, as telecomunicações e a informática. Isso ocorreu porque houve, a partir dos anos 1980 (Chile e México) e 1990 (Brasil), uma grande expansão das empresas de telecomunicações internacionais que chegaram ao mercado depois dos processos de privatização de companhias telefônicas estatais nos países em desenvolvimento. Na América Latina, o processo de privatização contou com a pressão de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a adoção de reformas neoliberais nas economias. Assim, a telefonia e as telecomunicações passaram a ser controladas por grupos internacionais.

Esse processo está associado à globalização, que se tornou mais intensa a partir dos anos 1990, com uma série de mudanças tecnológicas, sobretudo das redes de comunicação digital. Para o geógrafo Milton Santos (2001, p. 27),

[...] há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia.

Segundo Santos, existe uma “perversidade sistêmica” na raiz desse processo de desenvolvimento que envolve a globalização, com uma “adesão desenfreada” a tipos de comportamento competitivos que dão forma, hoje, às ações hegemônicas. Na esteira da discussão sobre o papel das tecnologias no desenvolvimento da globalização, a pesquisadora Helena Martins Rêgo Barreto (2018, p. 49) afirma que a questão central é antes econômica do que tecnológica, pois se trata da mercantilização de vários setores, com o tratamento dos usuários como clientes, e não como cidadãos; criação de critérios mercadológicos de avaliação; precarização dos postos de trabalho; criação de uma cultura da “corporativização”.

No Paraná, o impacto da reestruturação produtiva atingiu grupos empresariais tradicionais controlados por famílias ligadas aos campos empresarial e político. A partir da década de 2010, as tecnologias móveis e as redes sociais, controladas por gigantes mundiais da tecnologia, passaram a interferir de maneira mais intensa no mercado, impactando as empresas de comunicação. O resultado foi o encolhimento e até mesmo o desaparecimento de grupos locais.

Um exemplo dessa transformação pode ser observado no Grupo Paulo Pimentel (GPP), um dos maiores do estado, que chegou a contar no seu auge em 1975 com três jornais impressos e sucursais no interior (*O Estado do Paraná*, *Tribuna do Paraná* e *Panorama*), duas rádios (*Iguaçu* e *Guairacá*), três emissoras de televisão, localizadas em Curitiba (*TV Iguaçu*), Apucarana (*TV Tibagi*) e Londrina (*TV Coroados*), detendo a maior fatia de publicidade graças à proximidade política com o governo do estado e a administração federal na época, já que o fundador era um aliado de primeira hora do golpe militar. Contudo, uma desavença política acabou levando a uma campanha do regime contra as empresas, com o corte de verbas publicitárias e a desfiliação da TV Globo em 1976. Esses fatos reduziram o poder das empresas do GPP, mas a maior crise ocorreu em meados dos anos 2000, quando o grupo não conseguiu fazer frente às mudanças estruturais do jornalismo, impactado pela tecnologia e pela reestruturação produtiva.

Assim, o grupo foi fatiado e vendido para outros empresários. As emissoras de TV e rádio foram adquiridas em 2007 por Carlos Ratinho Massa Junior, atual governador do Paraná; o jornal *Tribuna do Paraná* e *O Estado do Paraná* foram comprados pelo Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), em 2012. Em 2011, o *Estado* já havia deixado de ser publicado na versão impressa, sendo mantido apenas na edição *online*, incorporado ao site *Paraná Online*. O jornal deixou de ser

editado finalmente em 2013, já que o novo proprietário da marca detém a *Gazeta do Povo*, concorrente do jornal de Pimentel, e não faria sentido manter as duas publicações sob a mesma firma.

Principal concorrente do GPP, o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) é resultado das empresas fundadas a partir da sociedade firmada em 1962 pelos empresários Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009) e Edmundo Lemanski (1926-2010), que adquiriram inicialmente a *Gazeta do Povo* e, ao longo dos anos 1960 e 1970, expandiram os negócios para os setores de televisão e rádio. Atualmente, o GRPCOM é o maior grupo de mídia do Paraná, com 11 empresas, dentre elas os jornais *Gazeta do Povo*, *Tribuna do Paraná* e a *Rede Paranaense de Televisão* (RPC), que conta com emissoras que cobrem todo o estado, e as rádios 98 FM (DALPÍCOLO, 2010).

No caso do GRPCOM, parte das empresas foram atingidas pela reestruturação produtiva e mudanças tecnológicas. O maior efeito ocorreu sobre o jornal *Gazeta do Povo*, um dos principais veículos do grupo. O jornal havia passado por diversas reformas gráficas e editoriais desde os anos 1990, com a informatização da redação, ampliação da cobertura jornalística em vários setores, reforma gráfica e editorial, inclusive com investimentos para a ampliação de cadernos e a publicação de grandes reportagens investigativas, o que rendeu diversos prêmios nacionais e internacionais ao veículo na primeira década do século XXI.

A despeito da qualidade jornalística, com a popularização do uso da internet e, a partir de 2012, das redes sociais, a perda de leitores da versão impressa e a redução do volume de anúncios, com o fim dos “classificados imobiliários”, o jornal passou a trabalhar “no vermelho” por alguns anos. Para sair da crise, a *Gazeta* mudou radicalmente em 2017, quando deixou de circular na versão impressa. Na área administrativa, uma das mudanças foi a saída da redação do imóvel-símbolo localizado na Praça Carlos Gomes, no centro de Curitiba, reduzindo gastos com o espaço físico; outra foi a redução do número de repórteres. Essa medida foi acompanhada pela mudança de orientação do jornal, na esteira das transformações políticas do país. Com isso, adotou uma linha editorial no limite entre jornalismo e apologia extremista de direita. Para isso, refez a sua equipe redacional, privilegiando colunistas de extrema-direita em detrimento da cobertura factual cotidiana que havia sido a fórmula editorial desde a sua fundação em 1919. Dezenas de jornalistas foram demitidos/as.

A reestruturação produtiva acabou impactando outras empresas e atividades do GRPCOM, afetando e precarizando o trabalho de seus/suas jornalistas. Uma das medidas foi o fim de um projeto criado em 2011, que tinha por objetivo se tornar uma TV com conteúdo exclusivo da capital paranaense, a ÓTV. Com investimento inicial de R\$ 5 milhões, lançada em 2011 e com uma equipe própria de jornalistas, a emissora durou apenas três anos, sendo fechada em 2014. Além desse fechamento, com o objetivo de conter gastos, o GRPCOM reduziu equipes de jornalismo e fez cortes na programação em seus diferentes veículos (DALPÍCOLO, 2010).

A crise enfrentada pelos grupos regionais reflete a concentração cada vez maior do setor que foi facilitada pelas mudanças tecnológicas combinadas com as novas formas de acumulação de capital. Com o avanço da internet e dos dispositivos móveis, as grandes empresas de tecnologia (big techs) passaram a dominar um mercado que era ocupado por empresas locais. Dependente das novas plataformas e lentas quanto à adaptação às novas formas de produzir faturamento, boa parte das empresas locais perdeu muito espaço no mercado.

Isso se deve, em partes, ao avanço das big techs, como a Google, sobre o mercado publicitário, criando o que a pesquisadora Shoshana Zuboff (2019, p. 10) chama de “capitalismo de vigilância”, em que os sistemas de informática funcionam como um “espelho unidirecional” e são capazes de captar as informações deixadas pelos/as usuários/as e mudar seu próprio comportamento de consumo por meio de propaganda direcionada. Com isso, esses dados comportamentais vão se tornar a matéria-prima para a construção de um novo mercado de publicidade controlado apenas pelas big techs.

Dessa forma, as “[...] informações coletadas com vistas a outros usos, além de melhorar os serviços, constituem um valor excedente. E é sobre a base desse excedente comportamental que a jovem empresa tem acesso aos lucros regulares e exponenciais necessários à sua sobrevivência” (ZUBOFF, 2019, p. 10). Segundo a autora, o “capitalismo de vigilância” tem por base o princípio de que o usuário está numa relação assimétrica quanto às plataformas. Ele é o objeto de onde são extraídos os dados que vão alimentar a inteligência artificial da Google, que fabrica os produtos vendidos a clientes reais.

A autora afirma que o “capitalismo de vigilância” transformou as experiências humanas em mercadorias, assim como o capitalismo, em outras épocas, transformou a natureza em mercadoria. “Esta nova forma de mercadoria parte do princípio de que

atender as necessidades reais dos indivíduos é menos lucrativo e menos importante do que vender as previsões de seu comportamento. A Google descobriu que valemos menos do que os prognósticos que os outros fazem de nossas reações” (ZUBOFF, 2019, p. 10).

Operando ainda sob uma forma tradicional de remuneração publicitária, as empresas locais de comunicação não têm como concorrer com as gigantes da tecnologia, que não apenas controlam as inovações técnicas, com a convergência das mídias, mas também boa parte dos fluxos financeiros mundiais. Essas mudanças se aprofundaram com a popularização das tecnologias móveis.

Com isso, as empresas que participaram do processo de convergência ganharam o maior espaço do mercado para a produção de conteúdos, controle e distribuição desses produtos, o que causou concentração e centralização do capital. Em outras palavras, elas acabaram se associando a empresas jornalísticas tradicionais e, em alguns casos, ocuparam totalmente o lugar que era exclusivo dessas empresas, sem ter sequer a necessidade de manter parceria com elas.

A ação das grandes corporações mundiais da comunicação tornou-se tão importante e predatória a ponto de todas as cinco marcas mais valiosas do mundo estarem relacionadas à tecnologia e à produção de conteúdo informacional, que muitas vezes ocupa uma importante fatia do mercado antes dominado pelos veículos de comunicação nacionais: Apple, avaliada em US\$ 206 bilhões; Google (US\$ 167,7 bilhões); Microsoft (US\$ 123,5 bilhões); Amazon (US\$ 97 bilhões) e Facebook (US\$ 88,9 bilhões), conforme dados de 2019 divulgados pela revista Forbes e reproduzidos pela pesquisadora Helena Martins (2020). Ela destaca que “Há poucos anos, essa lista era liderada por petrolíferas e bancos. A nova composição é uma evidência de que o sistema está mudando e que as comunicações e as tecnologias ocupam espaços cada vez mais centrais nele” (MARTINS, 2020, p. 15).

A concentração tem gerado redução dos postos de trabalho, pois o mesmo conteúdo é utilizado em diferentes mídias sem que o/a trabalhador/a seja pago/a mais de uma vez pela veiculação. Muitas empresas de entretenimento locais têm fechado suas portas ou têm sido engolidas pelas empresas transnacionais.

Barreto (2018) atribui o surgimento da convergência midiática a uma necessidade de ampliar os ganhos de capital das grandes empresas, refutando os argumentos de Henry Jenkins sobre o tema, que dá destaque à autonomia do consumidor diante da produção, circulação e consumo de mensagens midiáticas. O

pesquisador norte-americano ligado ao prestigiado laboratório de mídia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) criou o termo “cultura da convergência”, no qual defende que não é a tecnologia e/ou o mercado que têm gerado a convergência midiática, mas a ação dos usuários, que se tornaram mais ativos e participativos do processo midiático. Nisso, operam dentro de uma “cultura participativa” e de uma “inteligência coletiva”, representada pelas redes colaborativas de informação. Segundo Jenkins,

A convergência não depende de qualquer mecanismo de distribuição específico. Em vez disso, a convergência representa uma mudança de paradigma – um deslocamento de conteúdo de mídia específico em direção a um conteúdo que flui por vários canais, em direção a múltiplos modos de acesso a conteúdos de mídia e em direção a relações cada vez mais complexas entre a mídia corporativa, de cima para baixo, e a cultura participativa, de baixo para cima (JENKINS, 2009, p. 325).

Para Barreto (2018), Jenkins mostra uma integração do público aos grandes produtores de conteúdo, por meio de uma ação colaborativa e não crítica. Ela lembra que os estudos de recepção em comunicação têm dado destaque, desde o final da década de 1950, às formas de resistência ao discurso hegemônico das mídias, numa tradição marxista renovada pelos estudos culturais. Com isso, a recepção das mensagens midiáticas, antes de ser passiva, é um exercício de resistência, que envolve uma leitura que vai se basear na posição de gênero, raça, classe, nacionalidade, grupo etário, entre outras. A recepção não é monolítica, nem totalmente colaborativa. Dessa forma, Barreto (2018) vê a “cultura participativa” proposta por Jenkins como uma forma de integração com o mercado. Para ela, é “necessário considerar a existência de limites muito fortes ao poder do receptor e também a economia da produção e da forma como ela é organizada e programada”.

Barreto (2018, p. 56) tece críticas aos teóricos latino-americanos que deram ênfase às relações de micropoder e ignoraram as determinantes macroeconômicas que estabelecem a centralidade da comunicação na sociedade do consumo: “[...] distanciando-se das grandes narrativas e, particularmente, do olhar sobre o sistema mais geral de comunicação, mitigaram o debate sobre a questão do poder na comunicação”, optando por uma perspectiva populista quanto às culturas populares, amortecendo a crítica direta à indústria cultural. Para a autora, o que existe na verdade é o aprofundamento da mercantilização da cultura, a liberalização dos mercados e a superexploração do trabalho intelectual dos produtores de conteúdo.

Segundo Barreto (2018, p. 59), as mudanças das tecnologias da informação e da comunicação estão diretamente relacionadas ao processo de crise e reestruturação do sistema capitalista. Ela cita como exemplo a internet, cuja utilização, em seus primórdios, privilegiava um público que não era contemplado pelos grandes meios de comunicação. Apesar disso, “esse viés democratizante [...] mostra-se fragilizado diante da concentração em suas diversas camadas, da concentração de poder em torno de corporações que atuam na rede e do uso da internet para a ampliação do controle”. Conforme a autora,

Efetivamente, o desenvolvimento tecnológico e a ampliação dos mercados permitiram o barateamento e a popularização dos equipamentos. Conectar-se ao mundo através da rede ou produzir um filme tornaram-se ações cada vez mais comuns, proporcionando a diversos sujeitos novas possibilidades de intervenção, que hoje se expressam especialmente na internet. Todavia, tendo em vista que as novas tecnologias resultam de escolhas efetivadas no contexto da reestruturação e foram desenvolvidas em sintonia com a afirmação do pensamento neoliberal, essas possibilidades democratizantes não se apresentam como tendências hegemônicas. Se, nos anos 1990, o novo cenário das comunicações gerava discursos entusiasmados, hoje, sua vinculação com a dinâmica capitalista é mais evidente (BARRETO, 2018, p. 60).

O avanço da internet abriu novas possibilidades para a comunicação. No entanto, a necessidade de grandes investimentos para assegurar o domínio tecnológico levou à superconcentração do setor e a uma maior exploração do trabalho dos/as jornalistas. Isso ocasionou transformações estruturais no jornalismo – oriundas, em partes, das mudanças tecnológicas que alteraram os padrões de consumo de produtos midiáticos. Uma das pesquisas que podem ser utilizadas para apontar tendências nesse setor é o Perfil do Jornalismo Brasileiro (MICK; LIMA, 2013 e LIMA; MICK, 2022), desenvolvido pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os próprios pesquisadores atestam que, devido à desregulamentação crescente do setor, os dados são parciais, ainda que apontem as principais tendências da reestruturação do trabalho nesse setor. Mesmo assim, sinalizam as principais tendências. Ademais, eles afirmam que existe uma dificuldade em se precisar o perfil das atividades no campo do jornalismo, porque não existe uma organização de classe que centralize essas informações e porque, nos últimos anos, a profissão tem se tornado mais diversificada, devido às demandas não previstas nas atividades

clássicas da profissão que foram surgindo com o crescimento da circulação da informação no meio digital.

O levantamento realizado no final de 2012, com uma amostragem de 4.183 respondentes, indica que o conjunto de profissionais que atuam nessa área é formado em sua maioria por mulheres (64%) e em sua minoria por homens (36%). Dentre as mulheres, a maioria era branca (72%), solteiras com até 30 anos (59%). Em se tratando da questão racial, a porção relativa a jornalistas negros(as) é de 23%, ou seja, menos da metade da porcentagem da população preta ou parda indicada pelo IBGE para o período (50,7%). Além disso, 89% dos integrantes da amostra tem formação em jornalismo e a maioria por faculdades privadas; 40% tinha curso de pós-graduação e 98% curso superior. De uma maneira geral, se fosse feito um “retrato falado” da profissão, esse perfil teria o seguinte rosto: o jornalista médio seria representado por uma mulher branca, solteira, na faixa de 30 anos de idade, com formação universitária em jornalismo e pós-graduação (MICK; LIMA, 2013).

Um levantamento comparativo coordenado pela mesma equipe foi feito em 2021 (LIMA; MICK, 2022) envolvendo 7.029 respondentes de todo o Brasil, apresentando poucas mudanças quanto à ocupação dos cargos em jornalismo, mas mostrando a diminuição das vagas no jornalismo tradicional. A pesquisa mostra novamente que os/as jornalistas brasileiros/as são em sua maioria brancos/as (67,8%), ainda que as outras categorias tenham aumentado em relação à pesquisa de 2012: negros (29,9%), amarelos (1,3%) e indígenas (0,4%). A pesquisa mostra ainda que a maioria dos jornalistas declarou não ter filhos (61,6%).

Esta e outras pesquisas atestam que a profissão tem passado por um processo de feminização e juvenilização, ao passo que apresenta um percentual pequeno de inclusão de pessoas negras. Apesar disso, essa realidade tem se alterado aos poucos em função de diversos fatores, dentre eles, a adoção de cotas raciais nas universidades brasileiras desde o início do século XXI²¹, resultado da luta dos movimentos negros. Além disso, a ampliação do número de vagas já no final da

²¹ A lei de cotas, sancionada em 2012 pela presidenta Dilma Rousseff para ser aplicada em âmbito nacional, previa a reserva de 50% das vagas em universidades públicas a estudantes do ensino público – incluindo os de baixa renda, indígenas, negros/as e pessoas com deficiência. Assim, os/as cotistas disputam essas vagas entre eles/as. No entanto, muitas vezes a concorrência chega a ser maior do que ocorre com as vagas destinadas à ampla concorrência, tendo em vista que a maior parte dos/as estudantes é oriunda do ensino médio público, que concentra a maior parte dos/as estudantes do país. Antes da lei nacional, outras iniciativas haviam sido adotadas nos estados, como a ação que foi instituída pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), aprovada no ano 2000, e pela Universidade Federal da Bahia, que adotou o sistema em 2005.

década de 1990, sobretudo no setor privado, com a proliferação dos cursos de comunicação no Brasil, contribui para aumentar a quantidade de mulheres que passaram a trabalhar nessa área historicamente dominada pelos homens.

A pesquisa mostra ainda que o/a jornalista profissional vem atuando de forma crescente em outras áreas além de veículos de comunicação, como assessoria de imprensa, comunicação organizacional, magistério ou em outros arranjos profissionais. Em 2012, a área predominante de empregos era representada por veículos de comunicação, com 55% da amostra, além de 40% em áreas como assessoria de imprensa e produção de conteúdo; e 5% no magistério superior na área de comunicação (MICK; LIMA, 2013). Com o avanço das mudanças tecnológicas, essa área vem mudando, sendo que a assessoria de imprensa e a produção de conteúdo, sobretudo para redes sociais, vêm ganhando mais força. O levantamento mostra, já nesse período, a dificuldade de se conseguir um trabalho na área, pois cerca 25% dos/as pesquisados/as alegaram não estar trabalhando ou estarem desenvolvendo atividades em outras áreas além do jornalismo (MICK; LIMA, 2013).

A flexibilização está ligada à “pejotização” do setor, ou seja, uma situação em que o/a profissional, embora desempenhe um trabalho sob o comando de uma chefia, nos moldes de uma relação de empregado-empregador, atua sob um regime de pessoa jurídica (PJ) de forma precária, na condição de prestador de serviços sem ter, de fato, uma empresa, e sem um contrato de trabalho que lhe possibilitasse as garantias previstas em lei. Trata-se do chamado “empreendedorismo”, expressão que vem sendo utilizada com frequência de forma positiva no universo da administração, mas que, em muitos casos, acaba sendo um eufemismo para a precarização das relações de trabalho em diversas áreas.

Levantamento feito pelo pesquisador Jacques Mick e pela pesquisadora Andressa Kikuti (2020) mostra que diversos arranjos econômicos alternativos às corporações da mídia emergiram no mundo do trabalho jornalístico, sobretudo com a reestruturação produtiva: cooperação entre jornalistas e profissionais de outras áreas envolvendo comunidades periféricas; formação de cooperativas. Para os autores, esses novos arranjos foram possibilitados pelo desenvolvimento dos meios digitais e representam “o compromisso com valores sociais amplos e dissociados de interesses econômicos hegemônicos [...]” (MICK, KIKUTI, 2020, p. 215), ou seja, na impossibilidade de atuarem como empregados de veículos jornalísticos que têm como papel a defesa do interesse público, os/as jornalistas exercem esse papel atuando em

iniciativas alternativas, ainda que obtenham resultados financeiros menos atraentes ou trabalhem de forma voluntária. Quem melhor resume essa situação é a pesquisadora Roseli Figaro (2018, p. 128): “[...] o ser jornalista aqui é um ser dividido que sofre porque vislumbra e faz acontecer o jornalismo em que acredita, mas é impedido de dedicar-se integralmente a essa atividade porque não sobrevive dela”.

Sob o sistema de acumulação flexível, em meio à convergência midiática, as atividades desenvolvidas pelos jornalistas passaram a se misturar com outras áreas que, a rigor, nada têm a ver com a noção clássica do jornalismo. Como bem resumem Mick e Kikuti (2020, p. 216), baseados em outros estudos, esse tipo de atividade ocorre sob o respaldo das novas mídias, nas redes sociais e nos canais para além da mídia corporativa, ainda que tenham “vários tipos de conexões com mídias tradicionais, que veiculam as informações protojornalísticas produzidas sob a forma de *releases*, conteúdo patrocinado, *branded content*, infotenimento, opinião, análise e outros formatos que exploram a fluidez das linguagens midiáticas”.

Somando-se às questões trazidas pelo sistema de acumulação flexível, o contexto político do Brasil – com a queda, por meio de um golpe parlamentar em 2016, de um governo favorável aos trabalhadores – e a realização de uma série de ações de flexibilização no mundo do trabalho trazidas por mudanças na legislação, impulsionaram a precarização de diversas atividades, com a deterioração dos contratos de trabalho, a ampliação das jornadas e a superexploração da mão de obra, bem como a atribuição de um número maior de funções ao/a profissional de jornalismo (MICK; KIKUTI, 2020).

A reforma trabalhista realizada durante o mandato de Michel Temer (2016-2018) consolidou uma tendência que já estava em curso na profissão desde o início do século XXI: a contratação dos jornalistas para atividades pontuais, o chamado “frila”, mas também a contratação de autônomos, a “pejotização”. A reforma trabalhista tornou rotineira a contratação de trabalhadores/as em jornadas intermitentes ou parciais, precarizando ainda as condições de trabalho.

Resultado do impacto dos avanços tecnológicos, a multifuncionalidade e a multimídia – com a convergência de mídias que funcionavam de maneira isolada – tornaram-se praticamente uma obrigação para os profissionais, promovendo uma “reversão na divisão do trabalho, com a eliminação de diversas funções antes desenvolvidas por especialistas” (MICK; KIKUTI, 2020, p. 217). Dessa forma, algumas funções deixaram de ser realizadas por profissionais especializados e foram

absorvidas por jornalistas em virtude da simplificação desses processos ocorrida por meio da informática. Isso fez com que atividades como revisão de textos, diagramação, funções administrativas, edição de imagens, produção fotográfica ou cinematográfica fossem acumuladas por jornalistas de outros setores.

Segundo o estudo de Mick e Kikuti (2020, p. 218), o próprio mercado passou a cobrar um domínio multifuncional dos/as profissionais, de modo que “muitos jornalistas foram convidados (ou pressionados) a produzir para diferentes mídias em um mesmo grupo empresarial (ou de grupos associados), acumulando numa mesma pessoa só funções que eram realizadas por várias, geralmente sem acréscimo salarial”. De acordo com esse levantamento, as novas tecnologias, impostas ao ambiente de trabalho, representam ao mesmo tempo a possibilidade de melhorar os processos produtivos do jornalismo, mas também acabam por gerar acúmulo de funções.

A convergência das mídias e a necessidade de uma ação multifuncional dos/as jornalistas acabou gerando, também, uma transformação na organização do trabalho e dos processos, impondo novos desafios e diluindo as fronteiras do que seja ou não a especificidade do trabalho jornalístico. Dessa forma, o/a jornalista tem-se voltado para atividades que podem ser genericamente abrigadas sob a categoria de “produção de conteúdo”, ou seja, um conjunto de ações que vão além do domínio do jornalismo e que, na verdade, dependem de habilidades técnicas desenvolvidas nas faculdades de comunicação, como o domínio de linguagens audiovisuais, sem que elas estejam ancoradas numa pragmática jornalística real.

Em um contexto de redução no número de empregos em veículos de informação e de flexibilização da profissão, uma das consequências, em períodos recentes, é a evasão da profissão, que atinge principalmente as mulheres e em especial as mulheres negras – devido à própria dificuldade de inserção destas últimas no mundo do trabalho por causa do racismo estrutural. O levantamento de Mick e Kikuti (2020) identifica uma divisão quanto à permanência na profissão. Há um grupo majoritário numericamente que tem dificuldade de se manter, desligando-se do jornalismo depois de uma década em média, migrando para atividades em áreas correlatas ou para o magistério, e há um grupo minoritário, que se mantém com remuneração mais alta em relação à média da profissão (MICK; KIKUTI, 2020, p. 220).

O estudo de Mick e Kikuti (2020, p. 223) aponta ainda a replicação, no campo do jornalismo, das desigualdades estruturais do mundo do trabalho brasileiro quanto

às questões envolvendo gênero, raça, classe e território, temas que passaram a ser pesquisados com mais frequência na comunicação nas últimas duas décadas. No levantamento, constata-se que, embora representem a maioria da mão de obra no jornalismo, as mulheres encontram dificuldades em obter salários iguais aos seus pares masculinos e enfrentam preconceito em relação à ascensão aos cargos de chefia e direção nas empresas jornalísticas. Portanto, há uma “relação entre a crescente precariedade laboral e a feminização” que vem ocorrendo no jornalismo. Dentre as saídas para esse impasse, muitas jornalistas acabam procurando arranjos alternativos de trabalho, alguns deles envolvendo atividades relacionadas à militância em direitos humanos, relações de gênero e movimentos feministas.

A ascensão de políticas de ampliação do acesso à universidade durante os dois mandatos do governo Lula e Dilma, de 2003 a 2016 – seja por meio da ampliação do número de vagas nas universidades públicas, seja pela criação de bolsas integrais ou parciais para financiar os estudos da população mais pobre em instituições privadas (Prouni e Fies) ou pela implementação em todo o país das chamadas cotas raciais e sociais –, possibilitou um aumento significativo no número de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior. Apesar disso, não houve uma mudança semelhante no mundo do trabalho, que tem reproduzido as barreiras estruturais e mantido a discriminação. Assim, muitos/as dos/das jornalistas negros e negras que se formaram durante a expansão do acesso ao ensino superior acabaram abandonando a profissão precocemente por falta de oportunidades:

Sem vislumbrar a possibilidade de trabalhar em empresas tradicionais de mídia, muitos acabam atuando nas próprias periferias onde moram, produzindo um jornalismo voltado às suas comunidades. E a afirmação do vínculo com os territórios periféricos é parte constitutiva da identidade profissional desses jornalistas, que marcadamente se afastam do jornalismo tradicional, característico das áreas centrais (MICK; KIKUTI, 2020, p. 223).

Apesar da existência de estudos sobre as intersecções de gênero, raça e classe, Mick e Kikuti (2020) afirmam que é preciso aprofundar as pesquisas quanto a esses aspectos, já que não se sabe, com mais precisão, o quanto o racismo afeta, por exemplo, na ascensão e permanência desses profissionais na área de jornalismo.

5 VOZES INSUBMISSAS: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS ENTREVISTAS

Esta pesquisa foi realizada em duas fases distintas, cada uma empregando instrumentos específicos de coleta e de produção de dados. Na primeira fase, utilizou-se um questionário fechado de múltipla escolha, contendo 25 questões. Foi aplicado por meio da plataforma *Google Forms* (Apêndice A) e foi destinado a mulheres jornalistas brancas e negras de Curitiba e Região Metropolitana. Com isso, buscou-se avaliar suas percepções sobre o mundo do trabalho do jornalismo nessa região. Os questionários foram respondidos de 30 de junho de 2021 a 14 de setembro de 2022, contando com 69 participantes. A técnica utilizada para a divulgação do questionário foi a “bola de neve”, que permitiu a coleta de dados utilizando as redes sociais como ponto de partida. Esse sistema justifica o longo período de aplicação do questionário.

Já a segunda etapa (Apêndice B) consistiu na realização – de 26 de junho de 2022 a 15 de setembro de 2022 – de entrevistas em profundidade com 10 jornalistas selecionadas a partir das respostas fornecidas no questionário da primeira fase. Tanto na primeira quanto na segunda fase os critérios de inclusão foram: a) ser mulher; b) ter formação universitária em jornalismo; c) ser nascida entre 1950 e 2000; d) ter atuado a maior parte de sua vida profissional em jornalismo; e) trabalhar em Curitiba ou Região Metropolitana; f) estar atuando há pelo menos cinco anos na área.

Esses instrumentos têm objetivos complementares. A meta dos questionários foi fazer um levantamento socioeconômico sobre as jornalistas pesquisadas e sua trajetória profissional. A partir deles, foram escolhidas as jornalistas que participariam das entrevistas. Estas foram realizadas com a finalidade de aprofundar as informações coletadas na primeira fase. Foram consideradas as percepções individuais das entrevistadas sobre as transformações ocorridas em seu trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva e das mudanças tecnológicas.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS

A primeira fase da pesquisa conta com um segmento inicial em que as respondentes puderam colocar suas informações de identificação pessoal (ano de nascimento, identidade de gênero, cor/raça, estado civil, se têm filhos, escolaridade, faixa salarial); e um segundo segmento com informações sobre suas trajetórias como

jornalistas (tempo de trabalho na área, setores em que vêm atuando, tipo de vínculo empregatício, se estão trabalhando hoje com vínculo contratual ou não, o tipo de vínculo, média diária de horas de trabalho, média de horas dedicadas a atividades domésticas, horas dedicadas ao aperfeiçoamento profissional e cultural, se atuaram em mais de uma empresa ao mesmo tempo durante a carreira, quais ocupações desenvolveram e por quanto tempo, se já ocuparam cargos de chefia, em quais cargos, se tiveram avanço profissional em comparação aos colegas homens, que fatores interferiram negativamente na progressão da carreira, se o trabalho em jornalismo durante a carreira profissional melhorou ou piorou, se concordavam em participar da segunda fase da pesquisa).

A realização da pesquisa com um universo de 69 respondentes não pretendeu estabelecer um perfil estatístico das jornalistas que atuam em Curitiba e Região Metropolitana. Para se chegar a tal resultado, seria necessário um universo estatístico mais amplo e com uma divisão socioeconômica mais precisa para o jornalismo. Como essa área não conta com uma organização que agregue todos os dados ocupacionais, esse tipo de levantamento apresenta uma série de dificuldades. Dessa forma, o levantamento ora realizado serve como referência ao perfil pesquisado na tese, que são as jornalistas mulheres brancas e negras que atuam em Curitiba e Região Metropolitana.

Como contraponto a esta pesquisa, e já expostos em outros segmentos desta tese, apresentamos os resultados de levantamentos mais amplos realizados sobre jornalistas, entre os quais aqueles desenvolvidos por equipes coordenadas pela pesquisadora Roseli Figaro, da Universidade de São Paulo (2013), e pelo pesquisador Jacques Mick, da Universidade Federal de Santa Catarina (2013 e 2022). Em ambos é possível confirmar a tendência verificada nos questionários respondidos para a presente tese que serão expostos a seguir.

5.1.1 Identificação

O questionário foi respondido por 69 pessoas do sexo feminino. A primeira questão pede o e-mail da respondente. A segunda é sobre a disponibilidade de participar da pesquisa. A terceira está relacionada à data de nascimento das participantes. Como esta tese discute três gerações de jornalistas, cabe aqui quantificar a participação das profissionais por geração. Dessa forma, entre as

respondentes da primeira fase 7,3% pertencem à geração 1 (nascidas entre 1950 e 1970), 72,4% pertencem à geração 2 (1971-1990) e 20,3% estão na geração 3 (nascidas a partir de 1991).

Essa concentração na geração 2 pode ser explicada pelo fato de que havia um número menor de jornalistas atuando no mercado pertencentes às outras gerações. De fato, o mercado tem privilegiado, ao mesmo tempo, profissionais jovens e com experiência. Da mesma forma, o percentual de 20,3% da terceira geração se deve possivelmente à dificuldade de as jornalistas mais jovens entrarem no mundo do trabalho do jornalismo, pois elas pertencem a uma geração que foi afetada diretamente pelas transformações mais fortes da reestruturação produtiva.

Em Curitiba e região há um número reduzido de mulheres da primeira geração trabalhando no jornalismo, e essa quantidade diminui ainda mais se for considerado o recorte de raça. Encontrar mulheres negras nessa faixa etária foi um desafio para a seleção das entrevistadas na segunda fase da pesquisa, que tinha por objetivo escolher duas mulheres brancas e duas mulheres negras. Foi identificada apenas uma jornalista que se declarou negra dessa geração e que concordou em conceder entrevista. Esse dado é relevante para o próprio resultado da tese, pois revela a dificuldade de inserção e permanência das mulheres negras no mercado de jornalismo em Curitiba e RMC.

Observou-se também que, apesar de haver um número reduzido de jornalistas negras nessa geração, algumas profissionais optaram por não responder ao questionário, mostrando receio em falar sobre a profissão. Esse fato evidencia a intersecção entre a discriminação, a opressão do racismo, de gênero, de classe, idade, realidade que foi pontuada pelas jornalistas entrevistadas, mostrando as contradições de uma profissão que foi se tornando feminina, mas que manteve as estruturas desiguais da divisão sexual do trabalho.

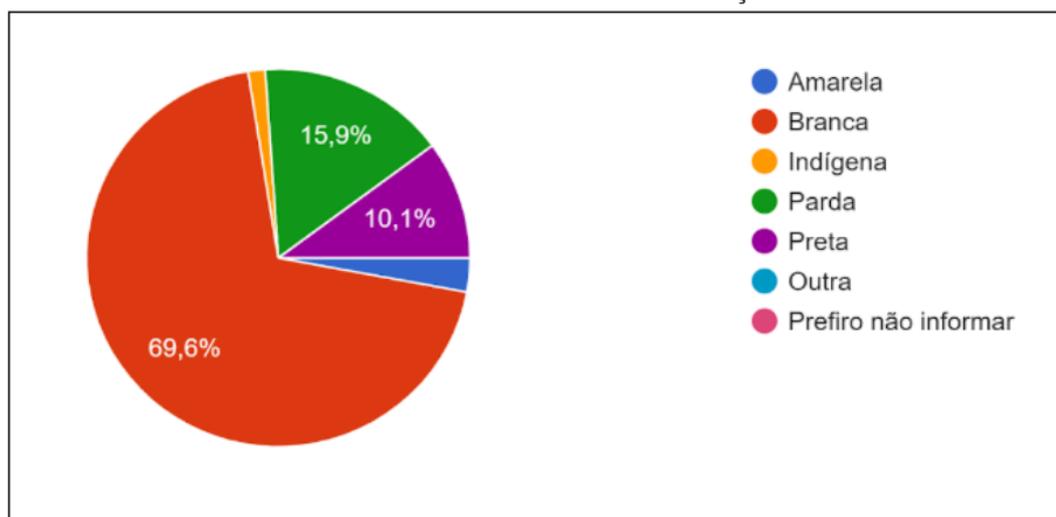
O contingente de 72,4% da amostragem da pesquisa, relativo às respondentes da segunda geração, mulheres jornalistas entre 32 e 51 anos, indica possivelmente a preferência do mercado de trabalho por profissionais que já passaram por uma trajetória de qualificação, mas ainda se encaixam na fase considerada de grande produtividade para o sistema capitalista, que discrimina as profissionais mais velhas e também restringe o espaço àquelas que estão iniciando na profissão, consideradas muito inexperientes. O resultado do questionário corrobora o que foi constatado em outras pesquisas (FIGARO, 2013; LIMA; MICK, 2022), que constatam que o perfil

médio do jornalismo hoje é de mulher solteira, branca, na faixa de 30 anos de idade, formada em jornalismo por universidade privada e com curso de pós-graduação.

A quarta pergunta é: “qual é a sua identidade de gênero”. Ela foi feita levando em consideração que a identidade de gênero é uma categoria que vem sendo utilizada para a determinação de políticas pública no Brasil de maneira recente; também representa a luta contra a invisibilidade no ambiente de trabalho e a discriminação. Nesse quesito, no entanto, 100% das respondentes se identificaram com a identidade de gênero feminina. O trabalho não vai levar em conta a questão LGBTI+ porque ela não aparece de forma recorrente, ao longo da pesquisa, como um fator que tenha influenciado negativamente na ascensão profissional, pelo menos no universo estudado.

A quinta questão é: “como você define sua cor/ raça”? Neste caso, as respostas obtidas foram as seguintes: 69,6% brancas; 15,9% pardas; 10,1% pretas; 2,9% amarelas; 1,4% indígena. De uma maneira geral, o resultado reproduz o que outras pesquisas já mostram. O levantamento coordenado por Lima e Mick (2022) expõe percentuais parecidos para todo o Brasil: 67,8% de jornalistas brancos/as, 20,6% de pardos/as, 9,3% de pretos/as; 1,3% de amarelos/as.

Gráfico 1 - Como você define sua cor/raça?



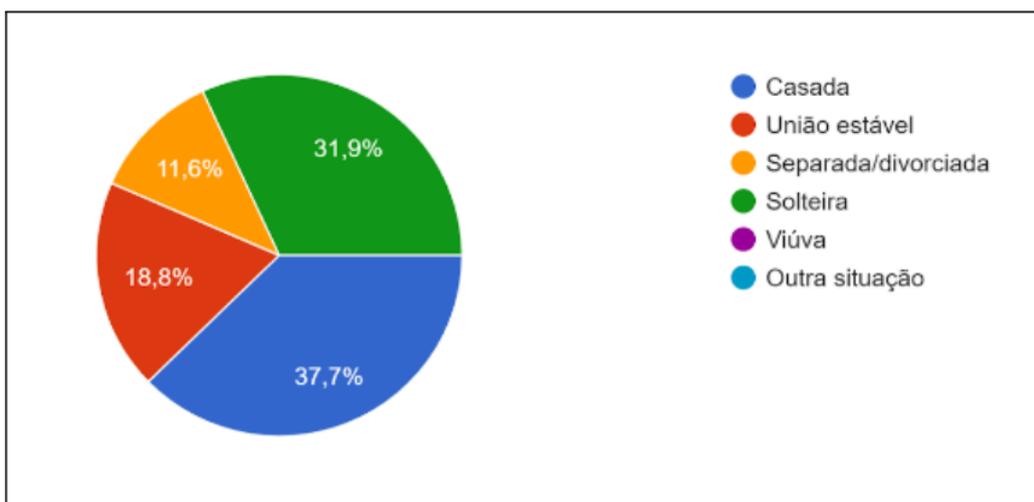
Fonte: Questionário online elaborado pela autora

Tomar como referência apenas esses dados poderia levar a uma conclusão enganosa: a de que as jornalistas pretas e pardas conseguem se inserir no mundo do trabalho de Curitiba e RMC já que os percentuais são semelhantes aos apontados pelo IBGE para a participação dessa população na formação demográfica da região (24%). Na verdade, essa inserção de fato acontece, mas de uma forma muito mais

precária do que com as jornalistas brancas, como é confirmado nas entrevistas. Quando as mulheres falam sobre suas condições, é possível verificar as contradições dos números, revelando um mercado precarizado e estruturado no racismo, que oprime as mulheres.

A sexta questão é sobre o “estado civil”. A maior parte das jornalistas respondentes declaram que vivem ou viveram algum tipo de união: 68,1%, percentual que resulta da soma de “casada” (37,7%), “união estável” (18,8%) e “separada/divorciada” (11,6%). Corresponde à categoria solteira 31,9% das jornalistas. Nenhuma respondente se declarou viúva.

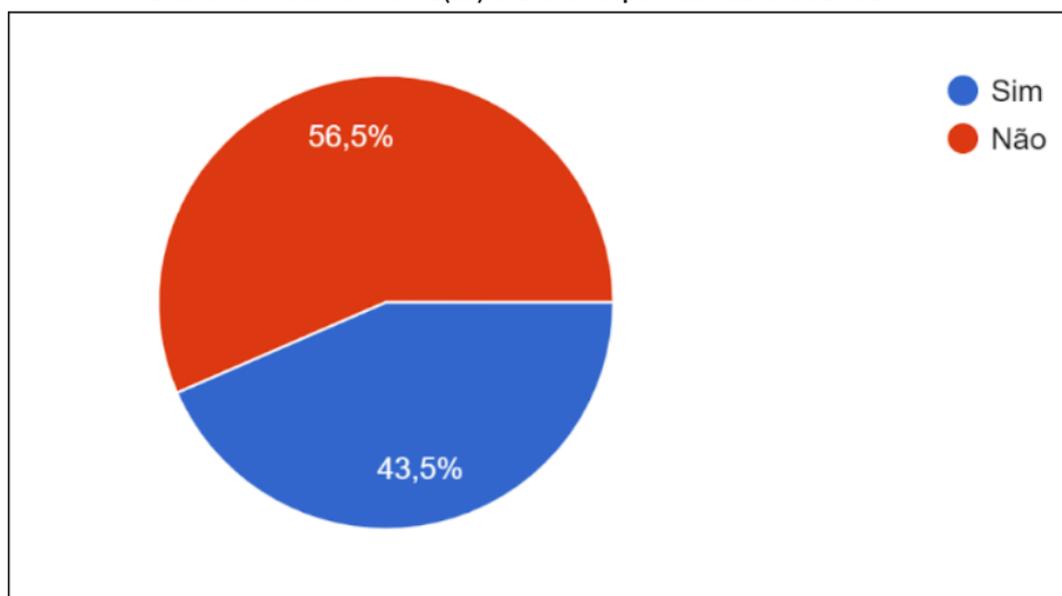
Gráfico 2 - Estado civil



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

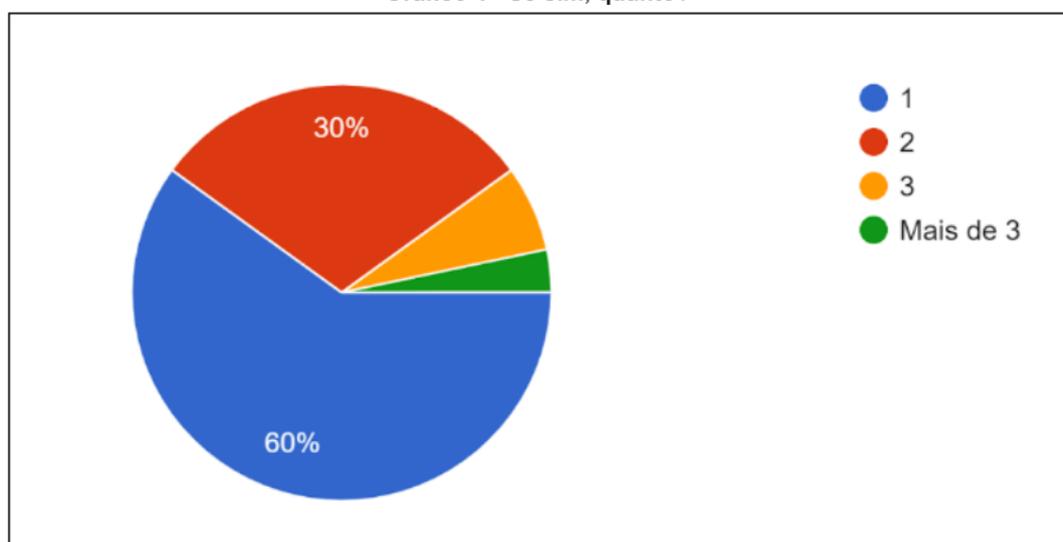
A sétima (“você tem filho/as ou criança sob sua responsabilidade e cuidados”) e a oitava questão (“se sim, quantos”) podem ser analisadas em conjunto. O questionário mostra que a maioria não tem filhos (56,5%). A maioria daquelas que têm filhos (que corresponde a 43,5% do total) tem filho único (60%) ou dois filhos (30%). A comparação com os dados do IBGE, que registra uma taxa de fecundidade de 1,94 filho por mulher, mostra um índice um pouco superior ao que é declarado pelas jornalistas na pesquisa.

Gráfico 3 - Você tem filhos(as) sob sua responsabilidade e cuidados?



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

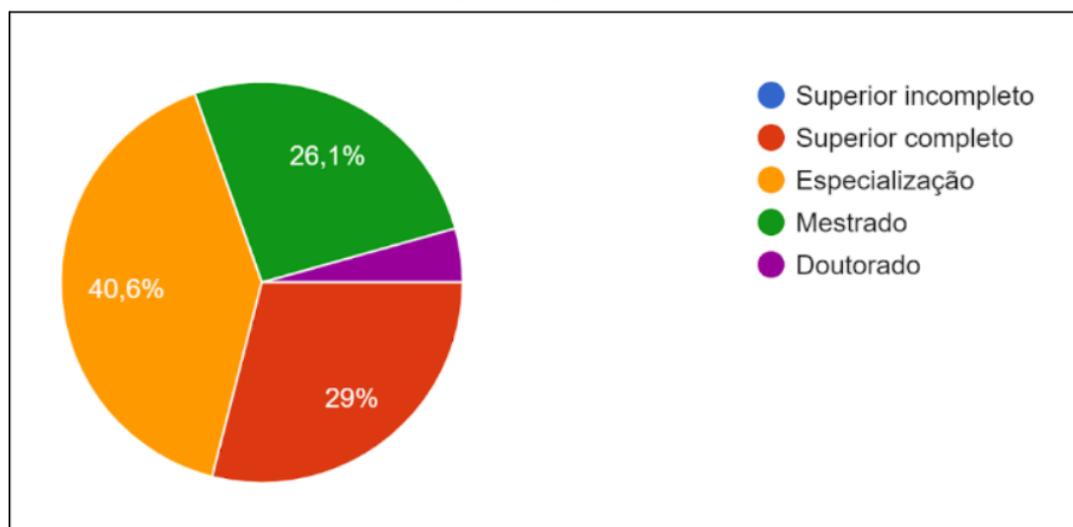
Gráfico 4 - Se sim, quanto?



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

A nona pergunta ("qual é a sua escolaridade?") revela que as jornalistas respondentes têm um nível alto de qualificação: 100% delas têm curso superior, envolvendo as seguintes categorias: doutorado (4,3%), mestrado (26,1%), especialização (40,6%) e graduação (29%). Além da preocupação com a formação profissional e cultural, esse levantamento demonstra que o próprio mercado de jornalismo é bastante exigente quanto à qualificação, ainda que ofereça condições de trabalho precárias em muitos casos.

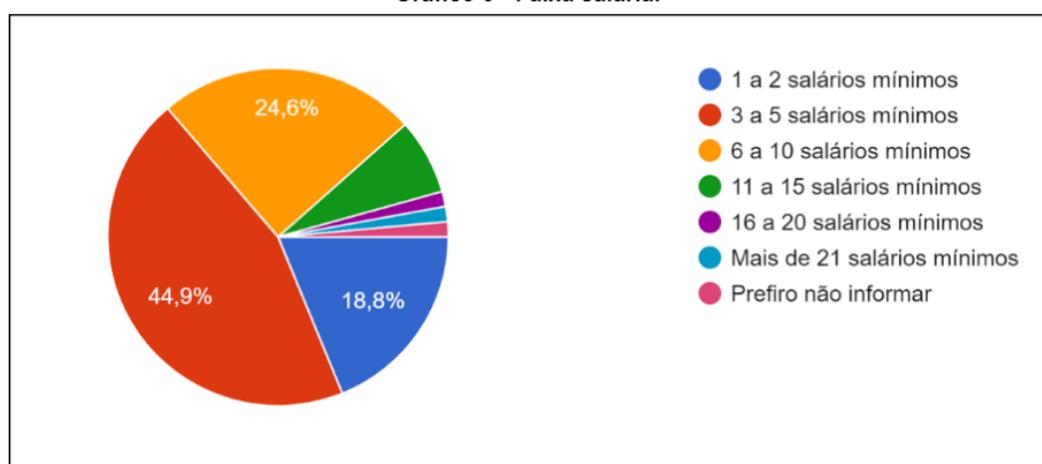
Gráfico 5 - Qual é a sua escolaridade?



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

A décima questão (“faixa salarial”) mostra que a maior parte das jornalistas respondentes se concentra numa faixa média de renda, de 3 a 5 salários-mínimos, correspondendo a 44,9% do universo pesquisado. A faixa de 1 a 2 salários-mínimos é de 18,8% e a faixa de 6 a 10 salários-mínimos corresponde a 24,6%. Com isso, pode-se dizer que as jornalistas pesquisadas estão em sua maioria dentro da média de remuneração do país. Há, no entanto, um percentual significativo de pessoas que recebem de 1 a 2 salários-mínimos (18,8%), neste caso estão geralmente relacionadas a profissionais em início de carreira.

Gráfico 6 - Faixa salarial

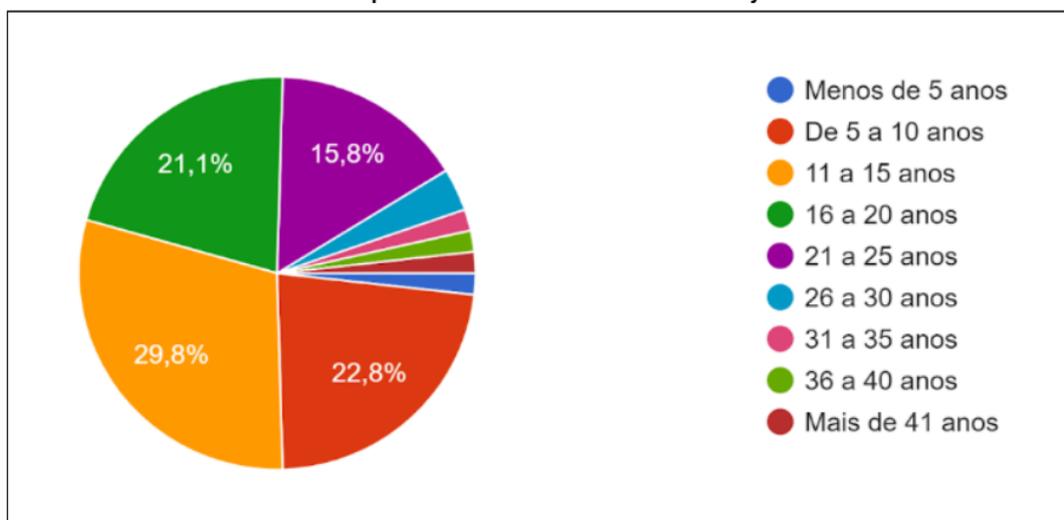


Fonte: Questionário online elaborado pela autora

5.1.2 Trajetória como jornalista

Esta parte da pesquisa tem por objetivo apresentar dados relacionados ao exercício da profissão. A primeira pergunta é: “Há quantos anos você trabalha como jornalista?” Levando em consideração que a maior parte das respondentes têm de 32 a 51 anos de idade, pode-se dizer que as mulheres entrevistadas têm uma longa permanência na profissão. A maior faixa de respostas envolve de 5 a 10 anos (22,8%), 11 a 15 anos (29,8%), 16 a 20 anos (21,1%) e de 21 a 25 anos (15,8%), o que indica resistência das pesquisadas em relação à permanência na profissão, já que diversas pesquisas têm mostrado que o nível de evasão da profissão tem aumentado nas últimas duas décadas. Como a presente pesquisa contempla apenas as mulheres que estão no mercado, o levantamento não capta a evasão no setor.

Gráfico 7 - Há quantos anos você trabalha como jornalista?



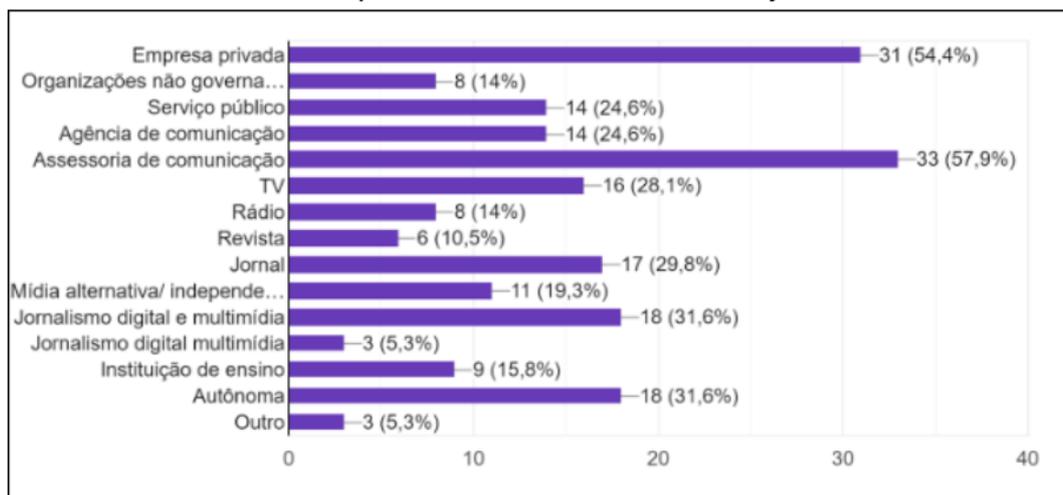
Fonte: Questionário online elaborado pela autora

A segunda questão (“em quais setores você vem atuando como jornalista?”) indica tanto a modalidade de trabalho desenvolvido (se numa empresa privada, no setor público ou autônoma), quanto o tipo de atividade jornalística desenvolvida (televisão, rádio, jornal, assessoria de imprensa etc.). O primeiro dado que chama a atenção é que a maior parte das jornalistas respondentes atuam em assessorias de imprensa (57,9%), área que gera a maior quantidade de postos de trabalho, e 24,6% em agência de comunicação, ou seja, ocupações que não são as atividades clássicas do jornalismo.

O levantamento mostra também que, entre as atividades ligadas ao jornalismo, a modalidade jornalismo digital e multimídia é a que mais emprega (37,1%). Isso

demonstra o avanço dos meios digitais e da internet. As áreas tradicionais apresentam menos postos de trabalho, com jornal (29,8%) e TV (28,1%), rádio com 14% e revista com apenas 10,5%. Um percentual de 19,3% corresponde à mídia alternativa. A área referente a instituição de ensino aparece com 15,8%. Outro ponto a se destacar é a natureza do trabalho: 54,4% das respondentes declaram trabalhar em empresas privadas; 24,6% no serviço público; 31,6% são autônomas.

Gráfico 8 - Em que setores você vem atuando como jornalista?



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

A terceira pergunta é sobre o vínculo empregatício mantido pelas jornalistas. Esta questão permitiu que cada respondente colocasse uma ou mais respostas. O vínculo que mais aparece é o de microempreendedor individual (MEI) no período de 1 a 5 anos, com 37,5%, seguido de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por prazo indeterminado de 1 a 5 anos (35,7%). Em terceiro lugar aparece contrato por pessoa jurídica de 1 a 5 anos, conhecido popularmente como PJ, ou Pessoa Jurídica (30,3%). Em seguida, aparece freelancer de 1 a 5 anos (26,7%).

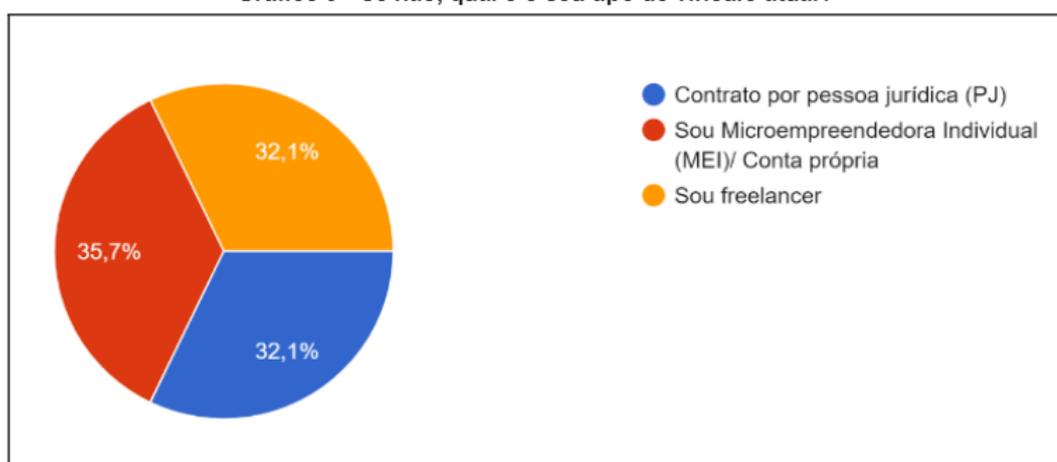
Levando em consideração que MEI, PJ e freelancer são modalidades que estão fora da CLT, pode-se dizer que há uma preponderância do trabalho autônomo. Isso reforça a ideia, destacada nos depoimentos das jornalistas, de que há uma tendência de diminuição das vagas regidas por contratos de CLT e aumento de contratos flexíveis e precários, por meio do que genericamente é chamado de “pejotização”, em que os/as jornalistas são obrigados/as a trabalhar como prestadores/as de serviços apenas para reduzir os gastos das empresas contratantes com encargos trabalhistas.

As respostas para a quarta e a quinta pergunta reforçam essa ideia. A quarta pergunta é: “Atualmente você está trabalhando com vínculo contratual de emprego?” Para esta questão, 51,8% responderam que sim e 48,2% responderam que não.

Trata-se de uma pequena diferença entre as duas opções, o que sinaliza que quase a metade das entrevistadas trabalham sem vínculo contratual CLT. As diferenças em relação ao gráfico anterior se devem ao fato de muitas jornalistas trabalharem em duas atividades ao mesmo tempo; em alguns casos, uma delas pela CLT e outra como autônoma.

A quinta pergunta é um complemento da quarta: “Se não, qual é o tipo de vínculo atual?” Neste caso, as formas de relacionamento com os/as empregadores/as apresentam percentuais muito próximos: MEI (35,7%), PJ (32,1%) e freelancer (32,1%). Esse resultado indica, mais uma vez, que os trabalhos jornalísticos têm sido realizados de maneira alternativa à forma tradicional de contratação (CLT). Como será visto na análise das entrevistas mais adiante, até mesmo empresas tradicionais, como um grande jornal de São Paulo de circulação nacional, mantém uma correspondente em Curitiba não como funcionária registrada pela CLT, mas como prestadora de serviço sob contrato de pessoa jurídica.

Gráfico 9 - Se não, qual é o seu tipo de vínculo atual?



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

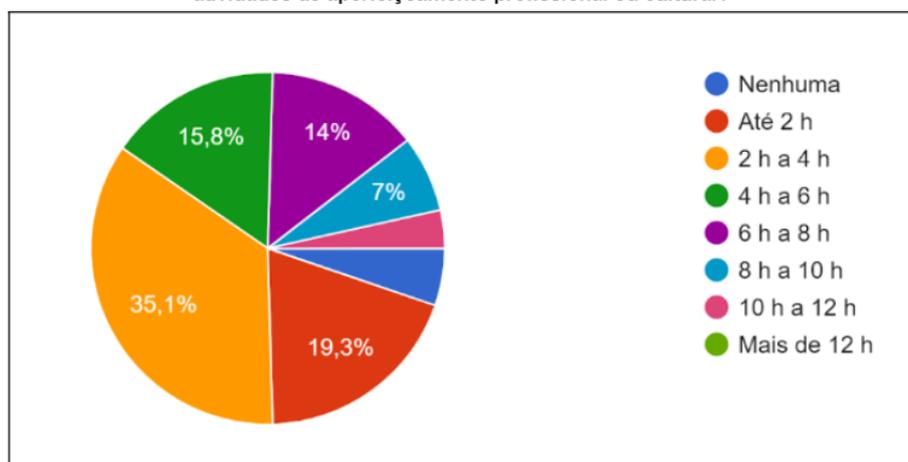
As perguntas seis e sete referem-se às jornadas de trabalho em jornalismo e em atividades domésticas. A maior parte das respondentes afirmam que dedicam de 6 a 8 horas de atividades diárias ao trabalho jornalístico. De 4 a 6 horas são 21,4% das respondentes e de 8 a 10 horas correspondem a 19,6%. A questão sete pergunta sobre a média de horas semanais dedicadas ao desenvolvimento de atividades domésticas. Mais da metade das entrevistadas (54,4%) afirmam dedicar pelo menos seis horas a esse tipo de atividade. Conforme o levantamento, 45,6% dedicam menos de seis horas semanais a essas atividades. Uma das explicações para essa divisão,

confirmada nas entrevistas, é que as jornalistas com menor remuneração, principalmente as mais jovens, acabam respondendo pelos trabalhos domésticos, enquanto as jornalistas mais bem remuneradas e com mais tempo de profissão contam com ajuda de trabalhadoras domésticas.

Os percentuais acima mostram a permanência da desigualdade na divisão do trabalho doméstico que recai sobre as mulheres. Analisando a situação da divisão sexual do trabalho no país, Hirata (2015) afirma que ainda predominam os modelos em que as mulheres buscam conciliar a atividade profissional com a do lar ou “delegar” a outras mulheres o cuidado com a casa e com a família. As jornalistas vivenciam essa mesma realidade. A persistência dessas desigualdades é relatada pelas entrevistadas na tese.

A oitava pergunta está relacionada à média de horas semanais dedicadas ao aperfeiçoamento profissional e cultural. Pouco mais da metade das respondentes declararam que dedicam até 4 horas a essas atividades (54,4%), o que pode ser considerado um índice baixo tendo em vista o próprio perfil da profissão, que exige preparação e consumo frequente de bens simbólicos em diversas áreas das artes e do entretenimento.

Gráfico 10] - Qual a média de horas semanais você dedica para o desenvolvimento de suas atividades de aperfeiçoamento profissional ou cultural?



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

A questão nove busca saber se as respondentes trabalharam em mais de uma empresa simultaneamente. O dado é bastante expressivo: 87,7% responderam afirmativamente, contra 12,3% que disseram que não. Isso mostra uma característica usual da carreira, que é atuar em mais de uma empresa ou atividade simultaneamente. No geral, elas mantêm um trabalho principal e um ou mais “frilas”

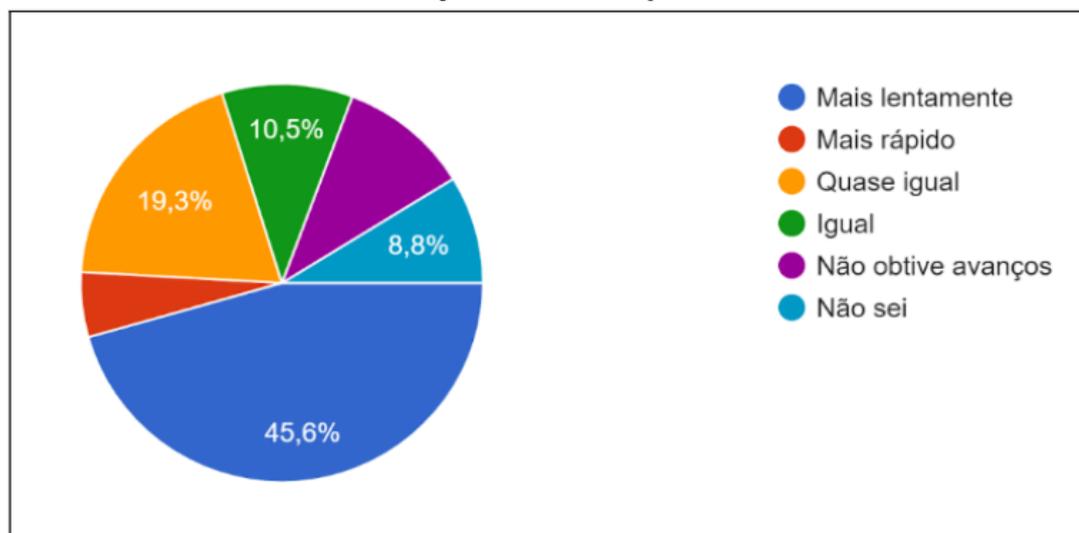
para complementar o salário, o que pode ser confirmado com o cruzamento deste índice com o apontado nas questões anteriores que tratam dos vínculos empregatícios.

A décima questão indaga às respondentes quais ocupações profissionais elas já exerceram e por quanto tempo. As mais citadas foram as seguintes: assessora de imprensa (41,1%), repórter (37,5%), editora (35,7%), redatora e revisora (28,57%) e jornalista de mídias sociais (28,57%), comunicadora organizacional (21,42%) e pauteira (14,3%). O período mais frequente para o exercício dessas atividades foi de 1 a 5 anos. Como na segunda questão deste segmento, que apontou a assessoria de imprensa como o principal setor de atuação das jornalistas, a questão atual mostra a área de assessoria e de comunicação organizacional prevalecendo sobre os domínios mais tradicionais do jornalismo, como o trabalho em redações de veículos noticiosos.

A questão onze mostra que mais da metade das entrevistadas já ocupou cargos de chefia (55,4%). Isso não quer dizer, no entanto, que essa ascensão representa uma mudança positiva em suas carreiras. Conforme é relatado nas entrevistas, a ascensão se dá principalmente para os cargos de chefia de menor importância e com grande desvantagem em relação aos colegas do sexo masculino. As áreas envolvendo direção e gerência acabam sendo ocupadas por homens. A questão doze mostra que o cargo de chefia preenchido com mais frequência pelas mulheres é o de supervisora ou de coordenadora, num período de 1 a 5 anos (30,3% delas declararam exercer esse cargo).

A questão doze indaga se, em comparação aos colegas de profissão do sexo masculino, com que velocidade as respondentes avançaram na carreira. Para 45,6% delas a progressão se deu de maneira mais lenta; 10,6% afirmaram que não obtiveram nenhum tipo de avanço na carreira; 10% disseram que a ascensão se deu na mesma velocidade e 19,3% quase igual. Apenas 5,3% afirmaram que o avanço ocorreu de maneira mais rápida. Isso aponta para a permanência das desigualdades de gênero no avanço da carreira.

Gráfico 11 - Em comparação aos colegas e profissão do sexo masculino, com que velocidade você avançou na carreira de jornalista?



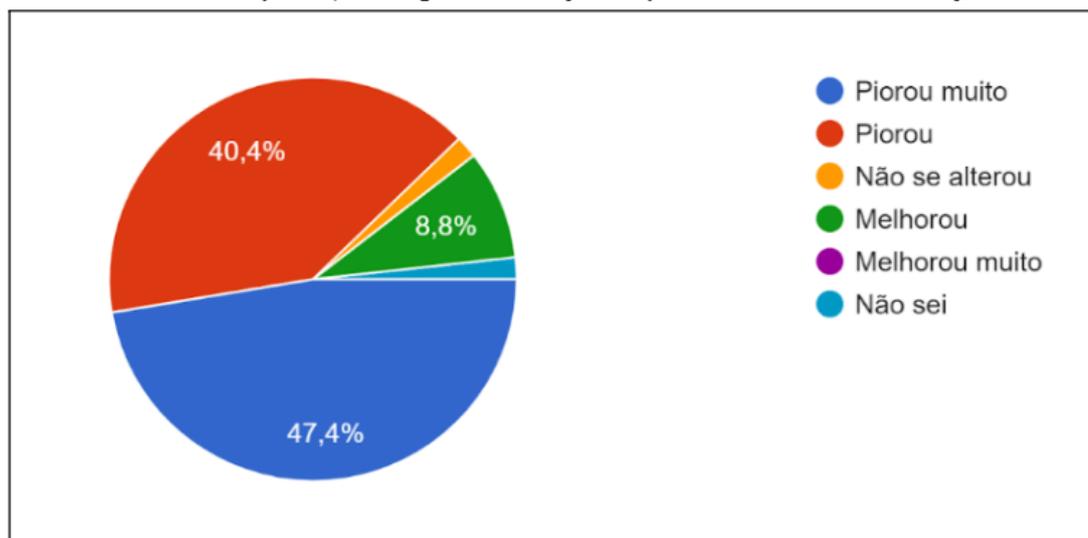
Fonte: Questionário online elaborado pela autora

A questão treze pergunta sobre os fatores que interferiram negativamente na progressão da carreira. Os fatores mais citados foram a dificuldade de encontrar emprego e o assédio moral. De fato, como será exposto na sequência, um dos elementos recorrentes na fala das entrevistadas é a frequência dos assédios cometidos sobretudo por chefes do sexo masculino. Esse tipo de relato é comum principalmente nas fases iniciais da carreira das jornalistas. Somando-se ao assédio moral, vêm o assédio sexual e a importunação, presentes nos depoimentos de algumas jornalistas.

Os dados acima indicam a permanência das desigualdades de gênero no avanço das carreiras em jornalismo, realidade que persiste no mundo do trabalho. Segundo Hirata (2015), houve uma ampliação da participação feminina no mundo do trabalho, com as mulheres apresentando mais qualificação do que os homens. No entanto, apesar de possuírem melhor formação, o avanço na carreira ainda não é igualitário. Os cargos gerenciais e as chefias com salários mais altos permanecem ocupados, em sua maioria, por homens brancos. O machismo, o assédio, o racismo, a maternidade e os baixos salários são apontados pelas entrevistadas como obstáculos para a ascensão e permanência na profissão.

A última questão foi sobre a melhora ou a piora do trabalho em jornalismo ao longo da carreira da respondente. Para 47,4%, piorou muito, e para 40,4% piorou. Apenas 8,8% das entrevistadas afirmaram que as condições melhoraram.

Gráfico 12 - Na sua opinião, ao longo de sua trajetória profissional o trabalho em jornalismo:



Fonte: Questionário online elaborado pela autora

De acordo com os dados deste último gráfico, é possível perceber um declínio nas condições de trabalho em jornalismo em relação a períodos anteriores. Essa realidade está associada aos processos de flexibilização produtiva, que têm precarizado a profissão desde os anos de 1990, diminuindo a oferta de empregos estáveis e dando lugar ao trabalho terceirizado e “pejotizado”, com direitos flexibilizados, conforme enfatizado pelas jornalistas entrevistadas para esta tese. Esses dados confirmam uma das hipóteses desta tese, que indica que as jornalistas mulheres são as mais afetadas pela reestruturação produtiva.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

As entrevistas para esta pesquisa foram realizadas de 26/05/2022 a 15/09/2022 com 10 jornalistas. Elas foram escolhidas com base no questionário de questões fechadas e separadas em três gerações: nascidas entre 1950 e 1970 (geração 1), de 1971 a 1990 (geração 2) e a partir de 1991 (geração 3). Embora a proposta inicial fosse realizar 12 entrevistas, só foi possível produzir 10, devido à dificuldade de localização de mulheres que se enquadrassem na faixa 1. Como se trata de uma análise qualitativa, pequenas alterações na amostra não afetam os resultados obtidos. Mesmo assim, o equilíbrio no número de mulheres que se declararam brancas e negras foi mantido: foram ouvidas 5 jornalistas negras e 5 jornalistas brancas.

Realizadas no final do período mais intenso da pandemia de Covid 19, quando a maior parte das pessoas já havia sido vacinada com uma dose, as entrevistas

ocorreram em diversos lugares: na casa das entrevistadas, em locais comerciais públicos, por meio de videochamada e na residência da pesquisadora. Os espaços foram sugeridos pelas entrevistadas, o que garantiu respeito, segurança, autonomia e conforto para a realização dos depoimentos. As entrevistas tiveram duração entre uma e três horas e meia, dependendo da disposição e interesse das entrevistadas. No geral, as jornalistas da geração 1 e da geração 2 concederam entrevistas mais longas, numa média de duas horas, enquanto que as da geração 3 foram mais breves, de uma hora em média. As entrevistas foram transcritas em um único arquivo de texto. Com entrelinha simples, fonte Arial tamanho 12, totalizou 152 páginas, contendo a transcrição de 20 horas de áudio.

As entrevistadas, ao responderem o questionário, já tinham o contato com os objetivos da pesquisa e das regras do Comitê de Ética. Esses objetivos foram novamente apresentados no momento do agendamento, realizado por *e-mail* ou *whatsapp*; nessa ocasião, novamente foram esclarecidos os objetivos e os critérios estabelecidos e aprovados pelo Comitê de Ética para sua realização: manter o anonimato das entrevistadas, das empresas e pessoas citadas nos relatos. No caso das entrevistadas, foram utilizados nomes alternativos. Foram adotados, como uma forma de *femenagem*, nomes de jornalistas mulheres brancas e negras que contribuíram para o desenvolvimento da profissão no Brasil. O objetivo, no entanto, não foi estabelecer um paralelo entre as entrevistadas e as jornalistas *femenageadas*.

Algumas informações, como a identificação de instituições em que as entrevistadas obtiveram seus graus acadêmicos, foram divulgadas. Optou-se por trazer essas referências para evidenciar seu papel na formação das participantes e a própria responsabilidade pelo desenvolvimento social e econômico da região onde as jornalistas atuam. A divulgação foi feita porque não há nenhum tipo de prejuízo ou constrangimento para as instituições citadas. Além disso, foi informada a possibilidade de desistência da entrevista caso as jornalistas não se sentissem confortáveis por alguma situação. Ao final dessa etapa do trabalho, nenhuma desistência foi registrada. Ao aceitarem participar, as jornalistas concordaram com os objetivos do trabalho.

As entrevistas semiestruturadas são ferramentas fundamentais para o levantamento das informações e o desenvolvimento das reflexões e análises desta pesquisa. De uma maneira geral, são utilizadas com frequência em pesquisas qualitativas em ciências sociais e humanas, mas também são a principal ferramenta no cotidiano de jornalistas. Na área acadêmica, representam um procedimento técnico

estabelecido *a priori* pelos objetivos prévios da pesquisa; em jornalismo, são o desdobramento de uma pauta que nasce, geralmente, dentro da redação, no momento de se estabelecer o que é ou não objeto do escrutínio da imprensa.

Segundo o pesquisador Jorge Duarte (2005), a técnica de entrevista em profundidade consiste em explorar um assunto levando em conta informações, percepções de entrevistados/as para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Dinâmica e flexível, esta técnica suscita o entendimento de uma realidade “tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido” (DUARTE, 2005, p. 64). Dessa forma, essa modalidade representa uma forma privilegiada de interlocução na pesquisa social, permitindo explorar tanto a história pessoal da/o entrevistada/o, quanto sua percepção particular do universo social amplo.

As pesquisas foram conduzidas por meio de um método que busca rigor científico e objetividade e revelam as marcas de cada sujeito/a. Elas mostram, ao mesmo tempo, uma perspectiva social de um fato e também a forma como cada pessoa foi afetada em sua subjetividade por ele, exigindo da/o pesquisador/a uma grande responsabilidade e sensibilidade ao colher e divulgar essas impressões. Ele/a deve ser capaz de ouvir, saber contar e analisar as histórias de cada pessoa com suas complexidades. Essa percepção dialoga com as observações de Minayo (2009; 2012), Haraway (1995) e Gonzalez (2020a; 2020b) segundo as quais os saberes são localizados, situados social e historicamente; eles são resultado da experiência, da vivência e da interação dialética com o mundo social, mostrando que a ciência não é neutra.

A complexidade das entrevistas trouxe, no momento de sua realização, muitas expectativas e angústias envolvendo tanto a expectativa dos encontros com as jornalistas, quanto a própria utilização dos instrumentos para o registro dos depoimentos. Apesar das inquietações, os equipamentos funcionaram e as conversas fluíram com muita interação e respeito. Foram marcadas por lembranças, fragmentos, silêncios, esquecimentos, dores, alegrias, lutas, resistências, que fizeram parte da composição dos relatos. No dizer da pesquisadora Ecléa Bosi (2003), nesses relatos as jornalistas trouxeram a “substância de suas memórias”, fazendo uma interpretação ao mesmo tempo social e pessoal do mundo do trabalho do jornalismo.

Além de analisar o tempo presente, as percepções das 10 jornalistas percorreram os caminhos da memória. Para Bosi (2003, p. 55), a memória é resultado

do movimento dialético entre a vivência individual e a experiência coletiva; elas estão relacionadas com a condição de classe social, de gênero, raça e são permeadas pelas diferentes instituições sociais, como a família, a igreja, a escola e o trabalho. Todos esses elementos inserem cada pessoa num mundo social, cultural e histórico. “A memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”. Assim, as entrevistas são marcadas pelo contexto histórico, pelas ciências e pelas existências individuais e coletivas de cada pessoa que participou de sua produção.

Para Bosi (2003), o movimento dialético da memória é atravessado pelas contradições do passado e do presente, de lembranças e esquecimentos, pois a matéria lembrada e as maneiras de lembrar são, ao mesmo tempo, um movimento individual e coletivo, formando uma relação complementar e oposta construída por emoções, afetos e significados diferenciados, que vão tecendo e individualizando as vivências sociais das experiências e as trajetórias de cada pessoa.

O processo de desenvolvimento das entrevistas foi realizado a partir dessa complexidade dialética que forma a memória, por meio do diálogo, da interação relacional entre a pesquisadora e as entrevistadas, e com seus saberes situados e localizados social e historicamente. Durante os encontros, as jornalistas foram lembrando, revivendo e compartilhando suas experiências e percepções sobre as transformações do mundo do trabalho do jornalismo. Com isso, revelaram suas marcas interseccionais de gênero, raça e classe, que foram sendo forjadas na caminhada contraditória, sinuosa e histórica da sociedade capitalista das três gerações de mulheres.

Esse processo relacional e dialético, além de permitir o acesso às percepções sobre temas e objetivos propostos na pesquisa, trouxe significados inesperados e impactantes da realidade concreta vivida, provocando muitos questionamentos sobre as formas de objetivação e subjetivação. Isso se traduziu em ouvir dores, violências e opressões sofridas pelas mulheres, bem como suas estratégias de resistência, que foram (re)vividas durante esses encontros. Algumas entrevistas chegaram a se estender muito além do previsto, porque as entrevistadas sentiram necessidade de falar sobre as dificuldades pessoais que encontraram no jornalismo. Para a pesquisadora, foi impossível não ficar impactada. Ao mesmo tempo, as entrevistadas

mostraram uma perspectiva de resiliência e resistência quanto à própria trajetória e quanto ao papel de transformação do jornalismo na sociedade.

Para a realização da análise dos dados das entrevistas, foi utilizada como fundamentação a metodologia de análise de conteúdo, descrita pela pesquisadora Laurence Bardin (1977, p. 9) como um conjunto de instrumentos metodológicos múltiplos e diversificados que estão em constante aperfeiçoamento e que se aplicam aos discursos e que tem por objetivo a descrição, interpretação e análise de material de pesquisa proveniente de comunicação verbal ou não-verbal, entre eles livros, textos, vídeos, fotografias, relatos e entrevistas. Bardin (1977, p. 9) destaca que a análise de conteúdo é um esforço de interpretação que “oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade”, instigando a busca do “escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem”.

De acordo com a perspectiva de Bardin, as técnicas proporcionadas pela análise de conteúdo para interpretação dos dados permitem captar as informações da mensagem e ir além dos aspectos formais, buscando os inúmeros sentidos e significados simbólicos, ideológicos, históricos, políticos da mensagem e seu contexto. Por consequência, permite uma análise comprometida com o processo, uma interpretação profunda dos dados pesquisados, dialogando com as propostas da pesquisa qualitativa, que busca a compreensão e a explicação minuciosa e profunda da dinâmica da lógica dos grupos, das instituições, das relações sociais, priorizando as percepções, as aspirações, os valores e as crenças dos seres sociais em relação aos valores culturais e às representações sobre sua história, proporcionando uma imersão na complexidade dos dados do fenômeno estudado (MINAYO, 2006).

Bardin aponta três critérios para a organização da análise dos dados:

1) A pré-análise, que corresponde à leitura e organização das informações coletadas e analisadas de acordo com os objetivos da pesquisa.

2) A exploração do material ou descrição analítica, que é o momento em que a/o pesquisador/a irá iniciar o processo de decodificação dos dados coletados, estabelecendo uma “unidade de registro”, construindo categorias que serão úteis para criar classificações e observar o material de forma mais objetiva e ordenada. Bardin (1977, p. 116-117) destaca que as categorias funcionam como grandes enunciados, ao formarem temas que possibilitam a separação da análise a partir do conteúdo. Elas são “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de

registro [...] sob um título genérico”. Com isso, é possível criar interpretações múltiplas e individualizadas, objetivando novas ideias.

O critério para a categorização pode “ser semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido) [...] e expressivo [, que] classificam as diversas perturbações da linguagem)” (BARDIN, 1977, p. 117). A categorização busca sintetizar e agrupar os elementos comuns dos dados brutos para facilitar as análises das informações e deve estar articulada aos objetivos da pesquisa, bem como superar as fragmentações, buscando a compreensão da relação com o todo.

3) O tratamento dos resultados é o momento da interpretação dos dados brutos obtidos, fundamentado no referencial teórico da pesquisa, na inferência, para compreender os sentidos implícitos, o não-dito, ou seja, o que está ocultado nos significados das palavras dos discursos, buscando a complexidade da análise. Dessa forma, a análise de conteúdo põe à disposição uma gama de técnicas, procedimentos e metas, que são subsídios para a sistematização e análise qualitativa das mensagens, sendo adequada para a análise das entrevistas desta pesquisa.

Assim, depois da pré-análise (leitura das entrevistas transcritas) foi realizada a exploração do material, com a criação de categorias temáticas, que apontam os elementos constitutivos para a compreensão das principais questões apresentadas pelas jornalistas. É a seleção desse material, sob a rubrica das categorias, que constitui o objeto de análise. Conforme Bardin (1977), as categorias podem ser definidas *a priori*, ou seja, antes da leitura do material bruto, ou *a posteriori*, a partir dessa leitura. No caso desta tese, as categorias foram definidas depois de diversas leituras das entrevistas, com a observação da recorrência dos temas e de palavras-chaves.

Num primeiro momento, foi feita a coleta dos principais temas e subtemas, que foram agrupados e consolidados sob categorias mais gerais e amplas. A análise é organizada a partir das categorias mais recorrentes nas entrevistas, conforme o quadro a seguir:

Categorias	Subcategorias
------------	---------------

Mudanças tecnológicas e reestruturação produtiva.	<p>Da máquina de escrever às redes sociais.</p> <p>Precarização da profissão.</p> <p>Contratos e salários flexibilizados.</p> <p>A dialética da tecnologia: positivities e contradições.</p>
Divisão sexual do trabalho e as interseções entre gênero, raça e classe.	<p>Desafios para o ingresso e a permanência das mulheres na profissão.</p> <p>Maternidade e trabalho doméstico.</p> <p>Progressão na carreira: entre o chão de fábrica e a hierarquia de privilégios.</p> <p>Impactos da falta de diversidade nas empresas e no trabalho jornalístico.</p>
Imagens de controle.	<p>Controle da padronização estética dos corpos.</p> <p>Cortando a própria pele: objetificação, assédio e violência.</p> <p>Corpos fora do lugar: desconfiança quanto às competências técnicas.</p>
Pandemia.	Cansaço permanente: o trabalho sob a pandemia
Resistência.	Não me calo: estratégias de resistência

5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS A PARTIR DAS CATEGORIAS

A partir desta seção, foi realizada análise dos conteúdos presentes nas entrevistas tendo como critério de organização as categorias elencadas no quadro

acima. Antes da análise, no entanto, é preciso apresentar as jornalistas escolhidas para as entrevistas a partir das três gerações. Como foi dito anteriormente, as mulheres selecionadas vão ser nomeadas com pseudônimos de mulheres jornalistas que tiveram um papel importante no pioneirismo no desenvolvimento da profissão, na discussão do feminismo e do racismo. Com isso, pretende-se dar visibilidade a jornalistas que foram silenciadas na história da comunicação. É importante dizer que a nomeação foi aleatória: não há nenhuma ligação entre as entrevistadas e as jornalistas feminizadas (Apêndice C). O perfil das jornalistas entrevistadas é o seguinte:

Grupo etário	Jornalistas
<p>Geração 1 (1950-1970)</p>	<p>RUTH, 58 anos, nascida em 04/05/1964, declara-se negra, é solteira, está na faixa de 1 a 2 salários-mínimos. Formada em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná em 1988, começou a trabalhar como repórter, ainda estudante, em um jornal impresso voltado para futebol e cobertura policial em Curitiba. Trabalhou depois em uma agência de comunicação especializada em produzir jornais empresariais. Em seguida, trabalhou por 12 anos como assessora de imprensa no setor público. Desde 2003, depois de passar por um processo depressivo, diminuiu seu ritmo e faz trabalhos esporádicos como freelancer. A entrevista foi concedida em Curitiba no dia 15/09/2022, das 15h às 17h, na residência da pesquisadora.</p> <p>ENEIDA, 70 anos, nascida no Rio de Janeiro no dia 18/08/1952, declara-se branca, separada, tem uma filha, está na faixa de 6 a 10 salários mínimos. Depois de deixar os cursos de psicologia e economia, que iniciou ainda no Rio, começou sua carreira como apresentadora de programas jornalísticos em uma das maiores redes de televisão do Paraná. Nos anos 1980, migrou para o jornal impresso da mesma rede, tendo trabalhado também em outras emissoras de televisão e rádio. Há duas décadas tem atuado como assessora de comunicação, além de trabalhar em campanhas políticas. Formou-se em jornalismo em 1992 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). A entrevista foi concedida em Curitiba, no dia 10/06/2022, das 20h às 23h, por videochamada.</p> <p>EUGÊNIA, 67 anos, nascida em 11/07/1955, declara-se branca, casada, tem três filhas, está na faixa de 11 a 15 salários-mínimos. Formada em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná em 1976, obteve seu título de doutora em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em 2006. Atuou em diversos jornais do Paraná no final dos anos 1970, mas dedicou a maior parte de sua carreira a um grande jornal impresso carioca, onde atuou de 1978 a 1998 como repórter, editora e chefe da sucursal em Curitiba. Em 1999 passou a atuar exclusivamente como professora universitária na área da comunicação. Já trabalhou em diversas instituições públicas e privadas. Atualmente é professora de uma instituição pública na área de comunicação. A entrevista foi concedida em Curitiba, no dia 09/06/2022, das 18h às 20h, na residência da entrevistada.</p>
<p>Geração 2 (1971-1990)</p>	<p>JOSEPHINA, 49 anos, declara-se branca, nascida em 22/02/1974, atua como jornalista e professora em cursos de jornalismo, tornando-se também pesquisadora na área, tem dois filhos, está na faixa de 11 a 15 salários-mínimos. Formou-se em</p>

	<p>jornalismo em 1996 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tem mestrado pela Universidade Tuiuti e doutorado pela Universidade Fernando Pessoa, de Portugal. Assim que terminou a graduação, foi trabalhar como repórter em Curitiba, em rádio e televisão. Desde 2003, trabalha também como professora universitária em jornalismo. Sempre tentou se manter tanto no jornalismo como na docência. Durante o período da pandemia, no entanto, foi demitida da universidade em que trabalhou por quase uma década, e hoje atua em projetos específicos de jornalismo e em pós-graduação. A entrevista foi concedida em Curitiba, no dia 26/05/2022, das 11h às 13h, na residência da entrevistada.</p> <p>ALMERINDA, 47 anos, nascida em 17/07/1975, declara-se negra, solteira, está na faixa de 1 a 2 salários-mínimos. Trabalha como assessora de imprensa. Formada em jornalismo pela Universidade Positivo (2002) e em geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é mestre em Comunicação pela UFPR (2016) e faz doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Ainda como estudante, trabalhou em redações de diversos jornais em Curitiba e em assessorias de imprensa. Nos últimos anos, tem se dedicado ao trabalho em assessorias sindicais, à pesquisa acadêmica e a movimentos sociais. A entrevista foi concedida em São Paulo no dia 22/06/2022, das 20h às 22h30, em um espaço comercial público.</p> <p>CARMEN, 43 anos, nascida em 18/06/1979, declara-se branca, casada, com duas filhas, atua como correspondente para um grande jornal de São Paulo, está na faixa de 3 a 5 salários-mínimos. Formada em jornalismo pela Universidade Positivo (UP) em 2002, tem pós-graduação em educação e foi aprovada em um mestrado em 2022. Fez praticamente toda sua carreira em veículos impressos e em assessorias de comunicação. Mais recentemente, teve algumas experiência com a produção de reportagens para veículos na internet. No início da carreira, foi repórter em diversas áreas em um grande jornal impresso de Curitiba e como correspondente, ainda na capital paranaense, para um jornal do interior. Escreveu ainda para revistas especializadas como freelancer. A entrevista foi concedida em São José dos Pinhais, no dia 18/06/2022, das 21h à 0h30, por videochamada.</p> <p>EUNICE, 34 anos, nascida em 05/03/1989, declara-se negra, casada, tem um filho, está na faixa de 3 a 5 salários-mínimos. É formada em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná em 2011, tem especialização em planejamento de comunicação integrada pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). A maior parte de sua trajetória profissional foi feita no meio televisivo. Primeiro, numa rede pública de TV, depois numa grande rede privada de Curitiba, onde trabalha há dez anos. Tem atuado como repórter, apresentadora e editora. A entrevista foi concedida em Curitiba, no dia 12/08/2022, das 15h30 às 17h, por videochamada.</p>
Geração 3 (1991)	<p>MARIA NICOLAS, 31 anos, nascida em 09/10/1991, declara-se parda, casada, está na faixa de 3 a 5 salários-mínimos. Atua como assessora de imprensa de uma grande empresa em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba. É formada em jornalismo pela Universidade Positivo em 2012. Trabalhou como repórter apenas durante os estágios no período de estudante, em redação de jornal e em canais de televisão. Sua atuação como jornalista formada, no entanto, foi exclusivamente em assessorias de imprensa de instituições públicas e privadas e na área de marketing. A entrevista foi concedida em Curitiba, no dia 08/07/2022, das 19h às 21h, por videochamada.</p> <p>LAURA, 30 anos, nascida em 28/08/1992, declara-se parda, solteira, trabalha como assessora de imprensa em um sindicato patronal de Curitiba, está na faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos. É formada em jornalismo pela Universidade Positivo em 2014. Ela começou a carreira como jornalista como trainee no jornal impresso de uma rede de comunicação do Paraná, onde permaneceu por um ano. Em 2015, se afastou do jornalismo, tendo se dedicado a atividades em agência de publicidade, e depois em redes sociais de uma grande operadora telefônica. Desde 2016 trabalha como assessora de imprensa num sindicato patronal. É mestre em cinema e artes</p>

	<p>do vídeo pela Unespar (2021) e especialista em negócios digitais pela Universidade Positivo (2017). A entrevista foi concedida em Curitiba, no dia 02/06/2022, das 10h às 12h, num espaço comercial público.</p> <p>SÔNIA, 27 anos, nascida em 14/07/1995, declara-se branca, solteira. Formada em jornalismo pela Universidade Positivo em 2017, está na faixa de 3 a 5 salários mínimos. Começou sua carreira como jornalista trabalhando em jornal de bairro, sem contrato formal de trabalho. Em seguida, trabalhou como assessora de imprensa em uma autarquia municipal. Depois disso, passou a trabalhar com comunicação organizacional, desenvolvendo atividades de redação, gerenciamento de mídias sociais e comunicação interna. A entrevista foi concedida em Curitiba, no dia 05/08/2022, das 19h às 20h30, por videochamada.</p>
--	---

5.3.1 Percepções sobre mudanças tecnológicas, reestruturação produtiva e precarização da profissão de jornalista

Reunidos a partir das 10 entrevistas desta pesquisa, os relatos e percepções que afloraram da “substância da memória” das jornalistas mostram o desenvolvimento dos artefatos tecnológicos determinados pelas mudanças do sistema capitalista global e local. Essas transformações tiveram impactos sobre as condições de trabalho no jornalismo, em suas funções, rotinas, no seu modo de produção. Em consequência disso, novas e velhas estratégias interseccionais da divisão sexual do trabalho foram produzidas, articuladas com os movimentos dialéticos da história dos anos 1970 aos dias atuais.

Já no início das entrevistas, foi solicitado que as jornalistas fizessem um relato sobre suas trajetórias profissionais. Nas respostas, vieram lembranças atravessadas por vivências, contradições e desafios impostos pelo tempo histórico do desenvolvimento do jornalismo em Curitiba; algumas respostas se estenderam por quase a metade do tempo de toda a entrevista, evidenciando os anseios das entrevistadas em relatarem suas experiências de vida e de trabalho, que apareceram muitas vezes profundamente interligadas, despertando afetos como dor, alegria, tristeza e orgulho.

As jornalistas da geração 1 vivenciaram, em quatro décadas de atividades, mudanças substanciais em suas trajetórias, marcadas pela transição do fordismo periférico (SANTOS, 2015) para o regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992; TASCHNER, 1992; ANTUNES, 2020). Testemunharam também mudanças políticas no Brasil: de um regime ditatorial que impactou diretamente o exercício do jornalismo, para a abertura da Nova República e, mais recentemente, a ascensão da extrema-

direita, de 2016 a 2022, com o golpe sobre o mandato da presidenta Dilma Rousseff²² e a eleição do primeiro presidente de extrema-direita do país. Trata-se de um período de mudanças profundas no jornalismo:

Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se reconfiguraram por inteiro as possibilidades de atuação dos jornalistas. Como resultados, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente, diversificaram-se as áreas de atuação desses profissionais e alteraram-se competências e habilidades demandadas (MICK; LIMA, 2013, p. 15).

A geração 1 começou a trabalhar nos anos 1970 e 1980, período caracterizado pela presença de grandes empresas de comunicação, cujo desenvolvimento e concentração econômica foram incentivados pelo governo militar da década de 1960 em diante. Essa tendência foi seguida pelas empresas no Paraná, tendo sua capital como sede de diversos veículos de comunicação locais e sucursais de veículos nacionais (ORTIZ, 1988; OLIVEIRA FILHA, 2007; BARBOSA, 2013).

Dos anos 1970 em diante, ocorreu também o início da expansão das assessorias de imprensa, primeiro nos órgãos governamentais e depois no setor privado, o que ajudou a expandir a inserção de profissionais em áreas ainda pouco exploradas da comunicação, como o setor governamental e o empresarial. Ao longo desse período, novas tecnologias foram inseridas no jornalismo: nas décadas de 1970 e 1980, as redações eram repletas de máquinas de escrever barulhentas; as revistas e os jornais impressos, a TV e o rádio analógico eram veículos mais importantes; nos anos 1990, as redações passaram por informatização, e surgiram as primeiras publicações jornalísticas na internet (SILVA, 1992; COSTA, 2005).

A partir do ano 2000, os veículos e a imprensa tradicional perdem espaço para o jornalismo na internet, a veiculação de informações pelas redes sociais e para a expansão da comunicação organizacional. Além disso, o exercício da profissão sofreu mudanças radicais: primeiro, com a regulamentação, que passou a exigir diploma para o exercício da profissão a partir dos anos 1980, e depois com o fim dessa obrigação, de 2009 em diante (LIMA; MICK, 2022). Outro ponto vivenciado pela geração 1 foi a feminização da profissão, crescente desde a década de 1990 (FIGARO, 2013). Essas

²² Objeto de impedimento por supostas “pedaladas fiscais”, a ex-presidenta Dilma Rousseff foi absolvida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) em março de 2022, o que confirma a tese de que o processo de impeachment sobre seu mandato foi um golpe político contra o voto democrático que a elegeu em 2014.

profissionais são marcadas pelos processos de desregulamentação e precarização da profissão e pela persistência das desigualdades de gênero, raça e classe.

5.3.1.1 *Da máquina de escrever às redes sociais*

Ao rememorar suas experiências, as jornalistas da geração 1 traçam as mudanças tecnológicas dos instrumentos de trabalho, que começa com a máquina de escrever e chega às redes sociais. A jornalista ENEIDA, de 70 anos, que iniciou sua carreira no jornalismo nos anos 1970, enumera os artefatos: *“Comecei na máquina de escrever [e depois passei] para a máquina elétrica. Para falar a verdade, comecei no Telex quando eu era novinha [...]. Então assim, em um determinado momento, veio o Orkut, [...] o Twitter, o Facebook, o Instagram, [...] o TikTok”*.

Não se trata apenas de evolução tecnológica. Os novos artefatos representam ao mesmo tempo a melhoria dos processos da profissão, mas também um maior nível de exigência sobre as jornalistas, acarretando um trabalho intenso.

EUGÊNIA, de 67 anos, começou a trabalhar em 1974, em jornais impressos locais, onde ainda havia uma atmosfera romântica do jornalismo, com bastante sociabilidade. *“Eu vivenciei uma coisa que era clássica: a gente sair da redação e ir para o boteco e ficar até não sei que horas da noite, bebendo cerveja e conversando, trocando informações sobre as próprias pautas que tinha desenvolvido”*, conta. Esse ritmo mudaria logo quando ela começou a trabalhar na sucursal de um grande jornal e se intensificaram nos anos seguintes. Mesmo assim, reforça a ideia de que *“trabalhava muito”*, mas ao mesmo tempo o período foi *“muito rico”* para sua formação:

[...] acho que tive uma trajetória que foi muito prazerosa. Eu sempre trabalhei com os grandes assuntos. Sempre trabalhei com as coisas que eram mais importantes. Nunca fiquei muito restrita a fazer aquele trabalhinho muito rame-rame, que muitas vezes o jornalismo local tem que fazer. Tive muitas oportunidades de viajar bastante. Teve períodos em que eu trabalhei mais ainda porque eu cobria todo o sul do Brasil.

Em meio ao processo de modernização dos veículos sob o fordismo periférico, a implantação de novas tecnologias foi ocorrendo de forma precária e autoritária pela direção dos veículos de comunicação, sem o tempo necessário para a adaptação das trabalhadoras. Isso já era sentido por EUGÊNIA nos primeiros anos de sua carreira. Em 1978 teve que trabalhar em casa porque a sucursal do jornal, apesar de pertencer a um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, não dispunha de redação própria.

Ela relata ainda que dificilmente os horários de trabalho eram respeitados, havendo com frequência sobrecarga. Na época, um dos equipamentos modernos utilizados na produção de notícias era a máquina de Telex, que havia sido instalada na sala de sua casa:

De repente, às 5 horas da manhã o Telex começava a funcionar sozinho, quando estavam chegando as pautas e tal. Um barulhão do cão, e eu fiquei acho que um ano e meio nessas circunstâncias até que o jornal alugou uma salinha, depois foi ao longo do tempo ampliando, e eu fiquei durante quase 20 anos. Fui demitida em outubro de 1998 [...]. Ia fazer 20 anos em janeiro e fui demitida em outubro do ano anterior.

A situação vivenciada por EUGÊNIA é o prenúncio das transformações que o avanço das TICs impôs sobre o fazer jornalístico. Essas tecnologias invadiram o espaço da casa, rompendo com a fronteira entre o lugar do trabalho e o da vida privada, conforme análise de Antunes (2020). Os relatos de EUGÊNIA indicam que seus horários de descanso e de convivência familiar não foram respeitados, e a liberdade do mundo privado passou a ser cerceada pelas tecnologias e seus “barulhos do cão”.

Nos anos 1990, EUGÊNIA testemunhou a chegada dos processos de reengenharia e redução de pessoal nas redações dos jornais brasileiros. Esse processo era distinto das pressões empresariais do período em que ela começou a trabalhar como jornalista. Nas décadas anteriores, havia uma expansão do número de profissionais, enquanto nos anos 1990 começava um movimento para se obter equipes menos numerosas, com metas de produtividade mais intensas, já que os veículos de comunicação não tinham mais uma abundância de recursos que provinham da publicidade. Neste caso, começou a haver maior pressão para a demissão de profissionais, o que não era tão intenso nos períodos anteriores.

Os modelos adotados para os processos de reengenharia foram importados da Europa e dos Estados Unidos com procedimentos marcadamente conservadores. EUGÊNIA relata que a reengenharia foi implantada em seu jornal por intermédio de uma consultoria espanhola, que propôs “*um corte imenso de pessoal*”, resultando na demissão de diversos funcionários e o fechamento de uma sucursal inteira. Com isso, ela passou a cobrir sozinha os três estados da região Sul por cerca de um ano, “*num período superstressante*”. A partir do depoimento de EUGÊNIA, pode-se observar

que a passagem do fordismo periférico para os processos de reengenharia do trabalho reflete as imposições dos interesses de exploração do capitalismo internacional.

A reengenharia foi implantada numa época de transformação tecnológica no jornalismo. A informatização das redações começou de forma embrionária no Brasil em meados da década de 1980, mas ganhou força nas principais capitais do país nos anos 1990. EUGÊNIA conta que teve dificuldade em se adaptar às primeiras mudanças. Lembra que foi uma das primeiras jornalistas em Curitiba a trabalhar com um terminal informatizado, um “*computador bem pequenininho*”. Para operar a máquina, cujo funcionamento quase sempre era interrompido por algum tipo de problema técnico, teve de fazer um curso na matriz do jornal, no Rio de Janeiro. A reengenharia acabou causando estresse e sobrecarga.

Outra novidade da época apontada por EUGÊNIA foi o uso de telefone celular, que na sua opinião contribuiu para aumentar o ritmo da produção das notícias. Segundo ela, o uso desse artefato foi “*um prenúncio*” das grandes transformações que iriam ocorrer na profissão. Conforme EUGÊNIA, a produção e a atualização ininterrupta das informações deixaram de se limitar aos horários de fechamento. Com o celular, era possível atualizar a redação diretamente do local da cobertura de uma pauta praticamente em tempo real. Essa pressão “*era muito maior do que a do fechamento, do deadline, do jornal impresso*”, relata. EUGÊNIA descreve como era sua rotina e como ela foi afetada pelas mudanças tecnológicas do final dos anos 1990:

O meu horário de envio de matérias para o Rio de Janeiro era até as 19 horas. Em situações muito específicas, eu podia mandar até 10 da noite, e em situações absolutamente esdrúxulas até meia-noite, porque o jornal tinha três edições no Rio de Janeiro e ia atualizando as páginas. Fechava a primeira edição às 19h30, que era a edição que ia para os estados do Nordeste, que ia para os lugares mais longínquos, e depois até meia-noite fechava a edição que circulava no próprio Rio de Janeiro. Mas em 95% dos dias eu fechava antes das 7 e pronto. Aí essa pressão do tempo real eu enfrentei durante pouco tempo, e em situações específicas também. Não era toda cobertura para a qual o jornal queria que eu ficasse mandando alguma coisa por telefone, na hora e tal, porque estava já com o processo da agência estar online o tempo inteiro atualizando as informações.

O depoimento de EUGÊNIA confirma algumas afirmações sobre a fase mais recente do jornalismo quanto a sua forma de produção. Ciro Marcondes (2000) afirma que uma das características mais importantes do jornalista destacadas nesse período é a sua capacidade de produzir de maneira rápida e eficiente para não afetar o sistema de produção. Dessa maneira, o/a jornalista é apenas uma engrenagem que deve

funcionar bem na máquina produtiva do capitalismo, que tem que produzir de forma rápida para satisfazer o giro do mercado. Dentro dessa lógica, David Harvey (1992) afirma que uma das marcas da passagem do fordismo para a acumulação flexível foi a compressão da relação entre o tempo e o espaço, que foi favorecida com o desenvolvimento das novas tecnologias. Assim, com o uso desses equipamentos, foi possível produzir mais num espaço de tempo cada vez menor, possibilitando acelerar a circulação das mercadorias e gerar mais lucro para o sistema com o mínimo possível de desperdício, mesmo que para isso houvesse diminuição na qualidade do produto final.

Embora tenha vivenciado apenas o começo desse processo, EUGÊNIA notou que a otimização do tempo tornou-se ainda mais o “*eixo para a profissão jornalística*”, fato que seria vivenciado de maneira mais intensa pelas jornalistas da geração 2, nascidas entre 1971 e 1990, que começaram a trabalhar nos anos 1990 e nos anos 2000, num momento em que a transição do fordismo periférico para o sistema de acumulação flexível já estava bastante avançada e as redações já estavam informatizadas. O crescimento da internet após os anos 2000 possibilitou a ampliação da inserção das TICs nas redações jornalísticas, aprofundando as mudanças nas formas de produção e atuação profissional, atendendo aos interesses da reestruturação do capital.

Essas tecnologias permitiram a execução de tarefas de forma mais rápida, reduzindo contratações de mão de obra e exigindo mais pessoal com habilidades para realizar várias ações com agilidade, com capacidade de adaptação e adequação às mudanças impostas pelos equipamentos tecnológicos, sempre ajustados às necessidades voláteis do mercado. Conforme já discutido nesta tese a partir de Bauman (2012), o capitalismo contemporâneo é “fluído, móvel e volátil”, necessitando apenas de instrumentos móveis, como o computador – e hoje principalmente o smartphone – , para realizar sua viagem pelo mundo globalizado, tendo por finalidade explorar, gerenciar e ampliar seus lucros.

Além de transformações de base tecnológica, a geração 2 vivenciou as consequências da reestruturação produtiva, que por um lado possibilitou uma ascensão intensa das mulheres e de jovens nesse mercado, mas também abriu caminho para a precarização das condições de trabalho, com a flexibilização dos contratos.

Essas mudanças mantêm a divisão sexual do trabalho, que é sustentada pelas desigualdades de gênero, raça e classe, que são utilizadas pelo capital como mecanismos de elevação dos lucros e de domínio social. As mulheres, principalmente as mulheres negras, ocuparam historicamente espaços específicos no mundo do trabalho, caracterizados por postos de menor prestígio técnico, com salários mais baixos (GONZALEZ, 2020c). Com a crise de esgotamento do sistema taylorista-fordista, a organização do capital baseada na reestruturação neoliberal, visando recuperar os lucros do capital, proporcionou uma ampliação da empregabilidade para as mulheres, mas em condições desregulamentadas, precárias e vulneráveis (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As inovações tecnológicas proporcionaram mudanças na forma de fazer, gestar e organizar a produção do jornalismo. Porém, segundo o sociólogo Jonathan Crary (2014, p. 49), “a forma que a inovação assume no capitalismo é a simulação contínua do novo, enquanto as relações de poder e de controle existentes permanecem, na prática, as mesmas”. Essas mudanças carregam as contradições do capital: a tecnologia parece inovadora, facilitadora para a classe trabalhadora, permitindo a inserção das mulheres e ampliando sua participação no mundo do trabalho, mas sempre ocultando que esses resultados são obtidos por suas lutas históricas em busca da expansão de seus direitos na sociedade. Portanto, o sistema realiza uma inclusão superficial, ideológica, parecendo atender aos interesses por igualdade de gênero e raça, que é participar de todos os espaços produtivos. No entanto, para obter lucro, o sistema capitalista se apropria da sua aparente inovação, mantendo e aprofundando as opressões sobre o trabalho e sobre as mulheres.

Esse processo é apontado por CARMEN, de 43 anos, da geração 2, que iniciou sua carreira no jornalismo em 2002 em redações com poucas pessoas, mais “enxutas” do que aquela em que EUGÊNIA iniciou sua carreira. Um dos primeiros empregos de CARMEN foi como repórter em Curitiba, por dois anos, na sucursal de um jornal do interior do Estado. Apesar de se tratar de um grande veículo em sua sede no interior, dividia seu ambiente de trabalho na sucursal com uma pessoa apenas, seu chefe, com quem tinha que dar conta de todas as demandas.

Começando suas atividades também na mesma época, ALMERINDA, de 47 anos, indica igualmente a redução progressiva do tamanho das equipes de jornalismo, acrescentando outro aspecto da reestruturação produtiva: a necessidade de domínio de múltiplas funções no ambiente de trabalho. Quando entrou na profissão, essa

competência ainda não era tão cobrada, mas se tornou cada vez mais um imperativo à medida que avançaram as funcionalidades da internet:

Quando eu entrei, escrevia para a redação, digitava o texto, alguém ia diagramar e alguém ia colocar no jornal. Depois de um tempo, fui fazer conteúdo para sites, fazendo uma notícia no jornalismo digital, escrevia, eles definiam como jornalismo digital, alimentavam o site. [...] Depois começaram as redes sociais. Aí nas redes sociais [...] já não faziam mais jornalismo para um site estático. Você entra nas redes, você cria a rede daquela organização. Você cria o Facebook, você cria o Twitter, você cria o Instagram, você cria YouTube. Aí você vai alimentar [essas plataformas com conteúdo]. Até a lógica muda, enquanto você produzia um conteúdo, agora você alimenta essa sede da informação, essa sede de aparecer. Você tem sempre que alimentar essas redes desses espaços. A gente está sempre alimentando.

Por outro lado, as jornalistas da geração 2 também destacam a positividade das mudanças tecnológicas, como é possível observar no depoimento de EUNICE, de 34 anos, que trabalha no meio televisivo desde 2011 quando iniciou sua carreira. Ela conta que as tecnologias ajudaram a reduzir os custos das empresas e facilitaram o trabalho das equipes. Isso ocorreu

[...] principalmente com a chegada da [tecnologia de comunicação móvel sem fio] 3G, da 4G, da internet, [com o aumento da] velocidade da internet, porque antes as transmissões eram analógicas e isso demandava, principalmente para a televisão, um suporte técnico muito maior. Com o avanço da internet e dessas tecnologias, você tem a migração da TV para o digital e isso muda na prática. Um exemplo: antigamente para você fazer uma entrada ao vivo nos jornais demandava um caminhão, que era uma unidade móvel. Hoje você precisa de um equipamento, que é um celular, que carrega um link.

Essa visão é reforçada por JOSEPHINA, de 49 anos, que apesar de pertencer à mesma geração, começou sua carreira em 1996, testemunhando o final do jornalismo estruturado no sistema fordista. Ela destaca que as mudanças tecnológicas ajudaram as empresas de comunicação a diminuir custos com equipamentos e mão de obra:

Eu acompanhei esse desenvolvimento todo, e agora mais recentemente trabalhei [como freelancer] para [um canal de TV nacional], onde a gente usa as redes para tudo, não precisa enviar nada fisicamente. A gente bota toda a produção no link e esse lugar recebe o link e pronto. [...] Então, antes, para fazer um link para uma transmissão ao vivo de qualquer coisa, eu precisava comprar um horário na Embratel, ter equipamento e profissionais que sabiam fazer aquela transmissão ao vivo e era muito dispendioso.

A impressão de que houve uma grande mudança tecnológica não é relatada da mesma forma pela geração 3, cujas jornalistas nasceram depois de 1991. Elas

começaram a trabalhar no jornalismo no momento da consolidação da reestruturação produtiva, mediada pelas TICs. Elas vivenciam um jornalismo transformado, distante do “jornalismo clássico”, romântico, que foi vivido pela geração 1. Apesar de não destacarem as mudanças tecnológicas, ressaltam o descompasso da universidade em acompanhar as transformações do mercado, pois reclamam que, na academia, aprenderam a fazer um tipo de jornalismo que não existe mais na prática.

A jornalista LAURA, de 30 anos, afirma que em sua graduação muito pouco foi ensinado sobre como trabalhar com novas tecnologias no jornalismo e teve que se adaptar às exigências do mercado que já estavam presentes quando iniciou sua carreira:

Quando eu me formei, a gente tinha uma introdução dessas tecnologias usadas pelo mercado de trabalho. Era mais uma questão de divisão do trabalho, do que de utilização da tecnologia. Agora, já era esperado que houvesse um domínio em relação a coisas que antes seriam feitas por outros profissionais. Por exemplo, as redes sociais. Elas são de extrema importância para qualquer organização hoje, mesmo que essa organização não entenda como vai estar inserida nas redes sociais. Isso difere um pouco do trabalho do jornalista, que era aquele de fazer a reportagem, a investigação, a apuração etc. Isso se tornou mais uma questão de marketing do que de jornalismo.

A reestruturação do jornalismo afetou os métodos de apuração e investigação praticados nas redações, assim como criou ocupações diversas das atividades clássicas, ou seja, relacionadas à produção de reportagens, notícias e edição nas salas de redação de veículos de comunicação (FIGARO, 2013; LIMA; MICK, 2022). As jornalistas da geração 3 aprenderam em sua formação as regras para trabalhar no jornalismo clássico, mas não o vivenciaram em suas experiências profissionais no mercado, que hoje está voltado, em grande parte, à comunicação corporativa, à assessoria de imprensa, às redes sociais, ao marketing e à publicidade. SÔNIA, de 27 anos, jornalista mais jovem desta pesquisa, que começou a trabalhar em 2017, descreve esse processo de transformação da atividade e o descompasso com a ideia de jornalismo que construiu enquanto estudante de graduação:

Imaginei trabalhar com jornalismo de notícia ou estar em uma redação mesmo em trabalhos de apuração e informação, mas não foi assim. Já de início não foi assim. [...] Meu primeiro emprego foi em um jornal de bairro [...] E eu fiquei lá por anos fazendo o jornal do bairro. Só que não tinha nenhum trabalho de apuração, de escrever, criar matéria, nem nada assim. A gente só replicava os portais, mudava uma coisa ou outra. [Mais tarde] eu trabalhei com projetos culturais, mas também não tinha nada a ver com o que eu esperava que fosse. Era mais uma coisa de um curso de história. Então já foi

diferente do que eu esperava e sem contar a questão salarial, que sempre foi muito baixa, no primeiro emprego, no segundo. E daí em diante, a minha trajetória foi toda em empresa privada, sempre trabalhando com social media, redação, comunicação interna.

Esse processo de desconfiguração da profissão também é apontado por MARIA NICOLAS, de 31 anos, que começou sua carreira em 2012 trabalhando diretamente com assessoria de imprensa:

Este ano completo de formada 10 anos em jornalismo. [...] mas já naquela época [do curso] a gente tinha tendências do mercado voltadas para a comunicação corporativa. Desde a graduação, sempre fui para a área corporativa, pois era onde surgia vaga, queria fazer estágio, queria ganhar meu dinheiro, enfim, as coisas iam acontecendo desta forma. E desde então continuo trabalhando com comunicação corporativa. De lá para cá, não desenvolvi trabalhos em redação. Ou você trabalha com produção de conteúdo, mais voltada para marketing, ou com assessoria de imprensa e comunicação interna como eu, ou vai desenvolver trabalhos na área de marketing. Trabalho de produção jornalística especificamente, hoje em dia... a gente não tem espaço para isso.

O descompasso entre a formação realizada pela universidade e as exigências do mundo do trabalho, na percepção das jornalistas, destaca as marcas das estruturas desiguais e contraditórias da sociedade capitalista, que se refletem na formação fragmentada da classe trabalhadora. Apesar de não ser o tema central na obra de Marx e Engels (1992), a reflexão sobre a importância de uma educação emancipadora já estava presente nas discussões dos autores no século XIX. Eles indicam que o avanço industrial e tecnológico se reproduz no campo da educação, que passa a exigir da classe trabalhadora o domínio de várias aptidões e a melhoria de sua qualificação para que possa atuar em diferentes funções na produção capitalista.

Para atender as necessidades do próprio capital de ampliar, valorizar e aumentar a produtividade, é necessária a formação de trabalhadores/as ajustados/as aos interesses do mercado. Assim, a educação é reduzida a mera formação técnica diversificada que mantém a separação entre teoria e prática, reproduzindo a divisão entre o trabalho manual e intelectual e a divisão de classe. Para o pesquisador José Marques de Melo (1997), é fundamental a construção de uma formação que seja capaz de romper com conteúdos estruturados em tecnologias anacrônicas, inserindo recursos oferecidos pelas novas tecnologias da informação e comunicação para que os/as jornalistas sejam capazes de produzir conteúdos de interesse social, a partir de uma formação que articule a teoria e a prática, a fim de se opor aos interesses da elite dominante e promover transformações sociais.

No entanto, o modelo de educação mercantilizada proporcionada à classe trabalhadora busca o domínio das bases tecnológicas da informação e da comunicação e a capacidade de incorporar inovações para que sejam capazes de se adaptar num mundo do trabalho pouco previsível, altamente instável, flexível e precarizado.

5.3.1.2 Precarização da profissão

Com o uso cada vez mais frequente da internet no jornalismo, ocorreu um impacto significativo no setor, afetando os veículos tradicionais. Embora se possa falar em reestruturação produtiva já nos anos 1990, a grande consequência disso ocorreu de fato no início do século XXI, com a concentração do capital sob o comando das grandes empresas de tecnologia, as chamadas *big techs*. A principal repercussão foi sentida nas empresas de comunicação locais, que foram obrigadas a reduzir os postos de trabalho ou fechar suas portas.

LAURA pontua essas mudanças nas empresas de comunicação em Curitiba, ao citar suas impressões sobre a trajetória do principal jornal do estado, que na década de 1990 e até o início dos anos 2000 foi responsável por oferecer o maior número de vagas da imprensa paranaense. No início de sua carreira, LAURA trabalhou na redação do veículo, que em 2017 deixou de publicar sua edição impressa, tornando-se exclusivamente um portal de notícias, funcionando com um número reduzido de jornalistas e tendo que deixar a sede histórica que ocupava no centro de Curitiba e que era um de seus símbolos mais vistosos:

[...] hoje é um jornal minúsculo – em termos editoriais e em termos de pessoal. As outras empresas acabam não conseguindo encontrar um modelo de negócio que seja viável para estarem no mercado. Eu tenho colegas que chegaram a trabalhar em outros lugares, mas ficaram por pouco tempo e foram demitidas, porque a empresa não tinha condições de bancar o salário de jornalista por muito tempo.

Na entrevista, as jornalistas foram questionadas sobre quais foram as mudanças mais importantes que ocorreram no desenvolvimento da profissão quanto às funções profissionais, comparando o passado e o presente. Elas destacaram a multifuncionalidade e o esvaziamento da profissão como resultados precários do avanço das tecnologias digitais. Conforme conta CARMEN:

A gente hoje é muito mais multifunção. Antes, era um pouco mais limitado, ou você só escrevia, ou você só falava, ou você só filmava. Tinha fotógrafo, principalmente nos grandes veículos: tinha um fotógrafo, tinha um motorista, tinha um repórter, tinha um editor, tinha um subeditor, tinha uma pessoa para cada função. Hoje, o jornalista é multifunção, aí você realmente se supera a cada dia. Você tem que fazer tudo, não tem quem dirija para você, não tem quem tire foto.

EUNICE destaca que o jornalismo televisivo se tornou precário com o surgimento das “*equipes de um*” só jornalista, em contraposição a equipes de reportagem formadas por motorista, repórter e repórter cinematográfico em outras épocas:

[...] na prática precarizou o trabalho porque hoje a gente vê, em equipes de televisão, “equipes de um”, conforme a gente fala, que é a pessoa sozinha [fazendo todo o trabalho de reportagem]. Ela bota um tripezinho ali na frente e ela vai para frente da câmera e acaba fazendo. Com essa precarização, saem o cinegrafista e o auxiliar, que a gente tinha.

A multifunção, que é uma tendência nas demais áreas produtivas, não se restringe aos espaços tradicionais que restaram do jornalismo nas redações e nas emissoras de TV e rádio. Ela está presente nas diferentes esferas de atuação das jornalistas, em comunicação organizacional, nos setores corporativos e sindicais – presenciais e online.

Para readequar suas rotinas produtivas, com força de trabalho reduzida para alcançar maiores índices de produtividade, as empresas vão atribuindo novas funções aos/às jornalistas para atender às variações do mercado de informação e comunicação. Conforme discussão de Antunes (2008, p. 45, grifos do autor), o “[...] ‘trabalho polivalente’, ‘multifuncional’, ‘qualificado’, combinado com uma estrutura horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho”. Essa ideia é reforçada por LAURA, para quem as empresas querem contratar “*tudo num só pacote*”, ou seja, alguém que faça o trabalho de jornalista, mas também de designer e gerente de redes sociais.

MARIA NICOLAS afirma que a multifuncionalidade acarretou aumento de tarefas e a exigência de ficar conectada em tempo integral. Ela conta que, para desenvolver seu trabalho como assessora de comunicação numa grande empresa em Campo Largo, na Região Metropolitana, tem que ficar conectada ao smartphone o tempo todo para acompanhar as redes sociais, verificar compartilhamentos de

informações e aferir audiência: “*O meu trabalho ficou muito instantâneo. Eu dependo 100% de ficar com o celular na mão. Eu nem uso mais computador. Uso só o celular. Preciso ficar atenta o tempo todo*”, explica.

Conforme pesquisa de Lima e Mick (2022) com mais de 7 mil jornalistas de todo o Brasil, a convergência midiática representou acúmulo de funções nas atividades tradicionais do jornalismo, pois o mercado passou a cobrar o domínio multifuncional sem que houvesse qualquer compensação salarial pelas funções desempenhadas. Embora as novas soluções para o trabalho trazidas pelas TICs tenham encurtado os processos de produção, permitindo maior agilidade para a realização de entrevistas, produção e reprodução de textos, vídeos, áudios, troca de arquivos e localização geográfica, essas tecnologias acabaram intensificando o ritmo do trabalho e pressionaram para um aumento de produtividade. A partir da conexão com a internet, permitem a realização de múltiplas funções e o compartilhamento de informações dentro e fora das empresas, tornando-se fundamentais nas rotinas da comunicação.

A convergência também tem incentivado a realização de projetos amadorísticos, como a produção de *blogs* e de canais de comunicação em *streaming*, em especial na plataforma *Youtube*, em alguns casos abrindo caminho para um tipo de produção de conteúdo sem qualquer compromisso com as regras básicas do jornalismo tradicional. Visto a princípio como uma maneira de ampliar a liberdade de expressão, esse movimento ganhou força, passando a competir com o jornalismo tradicional, pois tem conseguido absorver parte de sua audiência. Sob a categoria de “produção de conteúdo”, feita muitas vezes por pessoas sem formação em jornalismo ou performando situações de amadorismo e entretenimento, essa produção tem impactado negativamente o mercado, pois contribui para reduzir salários, a audiência de veículos profissionais e a qualidade de programação.

É, portanto, ilusória a promessa capitalista de que a informatização e a automação de vários processos operacionais traria mudanças qualitativas para o mundo do trabalho, criando muitos postos altamente qualificados, diminuindo as atividades penosas, ampliando o tempo de ócio para a classe trabalhadora. Neste contexto de flexibilização, as tecnologias digitais estão sendo utilizadas pelo capital para degradar e precarizar as condições de trabalho, sobrecarregando e desviando as funções, mantendo baixos salários e diminuindo os direitos trabalhistas. Essa percepção é compartilhada pelas jornalistas das três gerações.

Para elas, os artefatos multimídias impõem e exigem o domínio de multifunções, sobrecarregando e precarizando o trabalho. EUNICE mostra que os avanços da tecnologia cobraram dela uma produção de tarefas muito mais intensa:

Eu vejo que na minha rotina elas demandam uma agilidade que, às vezes, é surreal. Como você tem essa sensação de que você tem que estar em todos os lugares, pra gente tem muito mais trabalho, porque as empresas cortaram as equipes por questões econômicas que o Brasil viveu, mas a demanda aumentou. Então, antes se eu só editava um VT [videoteipe], hoje eu edito dois, três VTs, tenho que coordenar os links, que são essas entradas ao vivo que a tecnologia permitiu, e a gente ainda tem que publicar na internet, porque precisa, tudo o que foi gravado: “Veja na internet!” Tudo isso é o mesmo jornalista que faz. Precarizou muito. [...] Então é como se a gente fosse onipresente. E aí o jornalista acabou tendo muito mais coisas pra fazer. Com certeza nossa rotina ficou muito mais pesada, mais puxada, porque ao invés de contratar alguém para publicar na internet, não! Você [que] dê conta do que for surgindo! Eles acham que a gente tem a velocidade da luz, do 5G, como se o ser humano tivesse a capacidade de absorver tudo isso. E aí é estressante.

A imposição de um ritmo frenético de trabalho e a exigência de profissionais que desempenham diversas funções estão presentes também nas assessorias de imprensa. Para CARMEN, que atuou também como assessora nos setores público e privado, há uma cobrança maior sobre esse tipo de profissional, que muitas vezes trabalha sem o apoio de uma equipe. De acordo com ela, é necessário que o jornalista seja versátil e capaz de desempenhar várias funções, incluindo a cobertura de eventos, a criação de conteúdo exclusivo para a imprensa, a organização e a cobertura. Isso pode envolver a produção de podcasts, transmissões ao vivo em dispositivos móveis, escrita, gravação de áudio e edição de conteúdo posteriormente. *O jornalista é multiuso e a assessoria também*”, explica.

Sobre essa questão, SÔNIA aponta ainda que existe necessidade de adaptação das jornalistas quanto às novas funções, o que muitas vezes chega a se configurar em desvio de função. *“Aprendi a fazer campanhas publicitárias para empresas gigantescas”*, exemplifica ela, que trabalha para uma companhia de turismo para a qual foi contratada para atuar como redatora, embora hoje desempenhe outras funções, criando campanhas e estratégias comerciais, conversando com clientes. *“Hoje em dia meu foco é o texto comercial. Eu aprendi uma nova linguagem [para] comunicar com outros públicos que não o do jornalismo”*.

A possibilidade de não se desligar do trabalho trazida pelo avanço da internet também levou as jornalistas a uma série de desafios: *“É como se a gente fosse onipresente”*, resume EUNICE. Os dispositivos redefiniram a noção de tempo e

espaço dentro das empresas, obrigando as pessoas a ficarem o tempo todo em alerta e disponíveis para o trabalho em qualquer lugar, até mesmo em casa, condição ampliada com o *home office* durante a pandemia. A conexão determinada pela internet exerce o poder de dominação e controle a distância sobre a produtividade.

Essas percepções das entrevistadas refletem o capitalismo neoliberal contemporâneo, que utiliza as tecnologias da informação e da comunicação como ferramenta de mediação entre trabalho, lazer e consumo, impondo uma lógica social marcada pelo compasso do desempenho da máquina capitalista. Como aponta Crary (2014, p. 19), esta lógica de produção está construindo “um mundo 24/7, iluminado e sem sombras”²³, em que produção e consumo não podem parar. O autor enfatiza que o planeta está sendo repensado como um local “de trabalho ininterrupto ou em shopping center de escolhas, tarefas, seleções e digressões infinitas, aberto o tempo todo” (CRARY, 2014, p. 27).

Dessa forma, a ideia de trabalhar sem pausa, sem limites, vai sendo imposta aos/às trabalhadores/as. Portanto, dentro dessa perspectiva de mercado, as tecnologias vão sendo utilizadas para moldar a classe trabalhadora a fim de adaptá-la “[...] à operação ininterrupta dos mercados, redes de informações e outros sistemas” (CRARY, 2014, p. 19). As pessoas vão sendo valorizadas por estarem constantemente conectadas e interagindo em alguma rede digital, rompendo as fronteiras entre o tempo privado (da casa), do trabalho e do consumo.

Na visão das entrevistadas, além de impor um ritmo estressante e a exigência de domínio de múltiplas funções, as TICs provocaram esvaziamento da produção jornalística: ela foi se descaracterizando e se distanciando do “jornalismo clássico”, baseado em investigação e apuração. Mesmo sem ter vivenciado esse tipo de jornalismo nas redações, pois as oportunidades de trabalho foram surgindo nas áreas de comunicação organizacional e assessoria de imprensa, as jornalistas da geração 3 percebem uma aceleração nas formas de produção do jornalismo; apesar de notarem fatores positivos no acesso à informação, têm uma visão crítica sobre essa questão.

Considerando seus depoimentos, depreende-se que a utilização das TICs está relacionada primordialmente à necessidade de aumento da produtividade e que isso acabou transformando o jornalismo numa prática mais imprecisa e superficial. SÔNIA

²³ O autor refere-se ao fato de o capitalismo atual exigir que a produção e o consumo funcionem o tempo todo: 7 dias por semana, 24 horas por dia, sem que haja tempo vago.

mostra que o avanço tecnológico tornou seu trabalho mais *“imediatista”*. Ela tem que finalizar seus trabalhos mais rapidamente e de maneira superficial. *“Tem que ser postado o texto no minuto tal, então tem que ser postado sem muita apuração, sem muita pesquisa”*, exemplifica.

Para MARIA NICOLAS, a rapidez e a superficialidade na produção das matérias, além de desqualificar a informação, geraram desinformação e “sucateamento” da profissão. Ela afirma que é difícil encontrar veículos de comunicação cujo conteúdo apresente abordagem aprofundada. *“Acho que o jornalismo no Brasil é uma profissão que caiu muito”*, afirma, por causa do avanço das *fake news*, do compartilhamento de informações pelas redes sociais, que contribuíram para a desinformação. Assim, há cada vez menos espaço para investigação e apuração. Com isso, jornalistas mais experientes têm dificuldade de se colocar no mercado. *“Perdemos muito esse espaço da apuração, o trabalho do jornalista de olhar mesmo para as causas, para as necessidades do país, de pessoas [...]. Hoje a gente tá muito baseado no movimento da internet. É uma coisa muito rasa”*.

MARIA NICOLAS argumenta que o foco do mercado atual é *“caçar cliques e ter retorno rápido”*. Segundo ela, para obter audiência e ter resultados imediatos, as matérias precisam ser produzidas na velocidade do mundo digital e adequadas ao perfil do consumidor, que busca respostas ágeis. Ela relata que tem que trabalhar com materiais simplificados porque o leitor vive uma *“infoxicação”*, ou seja, é bombardeado o dia todo com informações e tem dificuldade de reter o que consumiu. *“Eu escrevo menos, tenho que ser cada vez mais objetiva e cada vez mais utilizar outros tipos de ferramentas. Cada vez mais eu tento produzir vídeos, usar infográficos, imagens, outras formas de atingir o público de uma maneira mais rápida”*, relata.

Para MARIA NICOLAS, o avanço das tecnologias beneficiou especificamente o campo da produção de conteúdo para redes sociais, mais voltada para objetivos mercadológicos. Em sua opinião, isso ocasionou a redução de postos de trabalho nos veículos de comunicação tradicionais. *“Agora, um trabalho voltado para produção de conteúdo, voltado para o marketing, não jornalístico na sua essência, ganhou bastante espaço”*.

EUGÊNIA destaca que as tecnologias contribuíram para o enfraquecimento da apuração, que foi substituída pelo que chama de *“curadoria da informação”*, ou seja, uma seleção de materiais disponibilizados ao leitor a partir de buscas na internet, nas redes sociais, com *“uma ou outra entrevista, uma ou outra aproximação da realidade”*.

efetiva”. A esse quadro, ela contrapõe o que sua geração viveu: “*A gente tinha muito mais compromisso com a apuração: a gente ia realmente para os locais fazer as matérias, entrevistava as pessoas, coletava informações, ia atrás de documentos*”. Ela reconhece que existe hoje um grande potencial para o desenvolvimento de “*novos formatos jornalísticos*”, mas as pressões empresariais têm dificultado a preservação de compromissos básicos do jornalismo com a verdade factual e com a ética.

Na percepção das jornalistas, o lado negativo das TICs está relacionado principalmente à sobreposição de funções e à imposição de ritmos frenéticos de trabalho. Além disso, elas apontam o esvaziamento da produção e a crise de credibilidade no jornalismo. Como discutido por autores/as nesta pesquisa (COSTA, 2005; JENKINS, 2009; SANTAELLA, 2011; BARRETO, 2018; MARTINS, 2020), a lógica de produção imposta pelo avanço da internet permitiu a multiplicação e a divulgação de dados individualizados nas redes sociais intensificou as transmissões de fluxos, de imagens e de vídeos em tempo real, instituindo novas formas de comunicação, intercâmbios e sociabilidades. Essas mudanças trouxeram dinâmicas complexas e contraditórias, pois permitiram a ampliação da participação na produção e no acesso de informações para milhões de pessoas, novas possibilidades de ativismos e participação política.

Por outro lado, esse sistema tecnológico de multimídias explora fluxos hipervelozes constituídos de uma diversidade de negócios, empreendimentos e serviços imensuráveis, que realizam produções e atualizações e afetam a produção jornalística, colocando a necessidade das atualizações em tempo real. Para o sociólogo Ignacio Ramonet (2016, p. 53),

[...] essa rapidez atingiu uma espécie de limite intransponível (é como a velocidade da luz, não se pode ir mais rápido do que ela). A ideia de prazo desapareceu na informação contemporânea: não há prazo, a informação é imediata. A velocidade máxima – e, portanto, o limite – é o imediatismo.

Para competir no mercado imediatista da produção digital, caracterizado por formas diversas de entretenimento e espetáculos, que seduzem a audiência, conectada em convergências midiáticas, o jornalismo vai se moldando aos interesses dos públicos consumidores e dos mercados de notícias, perdendo seu valor e sua credibilidade, enfraquecendo seus critérios de verificação dos fatos para a construção da notícia, dando espaço para o aparecimento das *fake news*. O jornalismo “clássico”,

que busca na sua apuração e investigação a construção de informações voltadas para a formação da consciência crítica, para o desenvolvimento da cidadania e que precisa de tempo e investimentos, vai se moldando às necessidades de consumo veloz, instantâneo, impostas pelo desenvolvimento do sistema capitalista em crise, que busca a ampliação de seus lucros.

Essas mudanças operadas no mundo do trabalho do jornalismo, apontadas pelas pesquisas e vivenciadas pelas entrevistadas, mostram novas formas de produção jornalística marcadas pelo aumento da velocidade, superficialidade e descarte do mercado de consumidor, novos modos de trabalhar impostos pela multifuncionalidade e sobreposição de funções que foram sendo efetivadas pela desregulamentação dos direitos e dos vínculos empregatícios, tornando as atividades laborais no jornalismo mais precarizadas para atender aos interesses do mercado capitalista.

5.3.1.3 Contratos e salários flexibilizados

Nas entrevistas, as jornalistas foram questionadas sobre as suas atuais condições de trabalho comparadas com o passado, envolvendo contratos, carreiras, salários, infraestrutura e diferenças de tratamento para mulheres brancas e negras. A precarização aparece na fala de todas elas. ENEIDA resume a situação com bom humor: *“Acho que pioraram demais as condições de trabalho. Eu estou pejotizada há 500 anos”*, referindo-se ao fato de trabalhar sem vínculo pela CLT há muito tempo e ter sido obrigada a abrir uma empresa para atuar no mercado. O termo pejotização envolve jornalistas que não são empregadas das empresas e atuam por meio de contratos para trabalhos ocasionais (*freelancer*) ou para contratos com prazo maior. Neste último caso, geralmente como pessoas jurídicas (PJ) ou como microempreendedores individuais (MEI).

Pertencente à mesma geração de ENEIDA, a jornalista EUGÊNIA acredita que os contratos se tornaram mais precários como consequência da flexibilização das leis trabalhistas, que no jornalismo *“se mostra de uma maneira muito acentuada”*. Ela lembra que, para a sua geração, *“os vínculos eram efetivos”*, com *“carteira assinada”* e *“plano de saúde”*, referindo-se a um dos benefícios que eram concedidos pelas empresas. Ela conta que essa *“é uma realidade que muita gente já não tem. Muita gente na profissão é obrigada a ser MEI ou ser PJ, ter sua própria empresa”*. Essa

precarização, segundo ela, acaba dificultando a maternidade, pois as mulheres não têm o benefício da licença.

Além da ausência de licença-maternidade, há outras desvantagens apontadas pelas entrevistadas. CARMEN afirma que as jornalistas acabam ganhando nominalmente o mesmo como autônomas, mas sem as garantias e benefícios estabelecidos pela lei. Além disso, têm que arcar com a burocracia e a despesa de manter uma empresa funcionando. *“Se você ainda ganhasse mais, pelos descontos na sua folha de pagamento, OK, mas não ganha mais, ganha a mesma coisa, só que tem que prestar serviço de apoio”*, reclama. Para ela, a única parte que sai ganhando é a da empresa contratante, que não precisa recolher os impostos relacionados ao pagamento de funcionários/as.

Quando as jornalistas da geração 3 entraram no mercado, os contratos já eram precarizados. Exemplo disso é que as empresas encontravam brechas para pagar menos do que o valor acordado com o sindicato. LAURA aponta que o acordo coletivo da categoria, que garante piso salarial, jornada de cinco horas diárias e alguns benefícios, acaba sendo falho, pois não se estende a empresas para além da comunicação, ainda que contratem jornalistas. Mesmo contrariando a legislação, alguns veículos de comunicação se beneficiam disso, pois, conforme a entrevistada, contratam jornalistas por intermédio de outras empresas. LAURA passou por essa situação no começo da carreira: *“Eu trabalhei em [um jornal] mas na minha carteira de trabalho não [aparecia o nome dessa empresa]”*. Com isso, em vez de ser admitida como jornalista e receber pelo menos o piso salarial, foi contratada para outro cargo com menor remuneração, ainda que atuasse como jornalista. A rigor havia sido empregada por uma empresa e trabalhava em outra, o que representa a precarização das leis do trabalho.

Situação semelhante foi vivida por MARIA NICOLAS, que logo depois de formada foi trabalhar numa agência de comunicação onde editava uma revista jornalística. Apesar de sempre trabalhar diretamente com jornalismo, uma década depois de ter iniciado a carreira nunca foi registrada como jornalista. *“[No primeiro emprego], eu era registrada como analista de mídias sociais”*, conta. Com isso, a empresa não precisava pagar o piso salarial e não respeitava a limitação de cinco horas diárias de trabalho. *“Eu sempre trabalhei muito mais que isso”*, relata. MARIA NICOLAS destaca que depois de sete anos atuando na mesma empresa, passou a receber o que considera ser um bom salário em comparação à média do mercado,

mas quando começou ganhava abaixo do piso. *“Hoje sou analista em função sênior. Esse é meu cargo. Nunca fui registrada como jornalista”*, conta.

SÔNIA afirma que nunca teve a experiência de trabalhar sob um contrato regido pela CLT, pois sua entrada no mercado coincide com a mudança da lei trabalhista e a flexibilização. Seu contrato com a atual empresa é bastante precário: *“Eu posso ser mandada embora a qualquer momento”*, afirma. Atualmente, não tem direito a férias remuneradas, ao décimo-terceiro, não tem carteira assinada e não recebe o piso. *“Mas eu trabalho das 9h às 18h, faço o horário certinho e se eu não faço o horário certinho alguém vai me cobrar”*, reclama. Conforme relata, a maior parte dos/as jornalistas que ela conhece trabalham de maneira precarizada. Ainda assim, segundo ela, seu salário é maior do que o da maioria de suas colegas.

A precarização dos contratos de trabalho também está presente nos veículos alternativos, que muitas vezes defendem, em suas linhas editoriais, a proteção dos direitos dos/as trabalhadores/as e pautas democráticas. CARMEN conta que trabalhou de forma precária em um jornal online progressista porque a empresa não tinha dinheiro para pagar seu salário. Segundo ela, devido ao grande envolvimento, por causa de suas preferências pessoais, com as causas sociais defendidas pelo veículo, chegou a trabalhar seis meses sem receber, *“esperando que as coisas fossem melhorar”* um dia. *“Trabalhava 18 horas por dia”*, diz ela. No entanto, não conseguiu regularizar sua situação e acabou sendo demitida.

CARMEN conta que vem trabalhando exclusivamente como prestadora de serviços desde 2013. Ao referir-se ao trabalho no jornal progressista, relata: *“Além de receber um salário muito abaixo do piso, trabalhava o dobro do que eu deveria ou até mais: sábado, domingo e feriado”*. Para CARMEN, mesmo sendo alternativo, o jornal online acaba reproduzindo a lógica do mercado capitalista, com a busca incessante de lucros para permanecer no mercado e as demissões, quando elas são convenientes.

Além dos contratos, outra reclamação das entrevistadas é o salário, que foi sendo defasado nos últimos anos. JOSEPHINA lembra-se de que, quando começou no jornalismo em 1996, o piso era de R\$ 900. Conforme relata, a maioria dos/as jornalistas de seu círculo de amizades tinha dois empregos, já que esses/as profissionais podem ter no máximo uma jornada de cinco horas em cada empresa, conforme o acordo coletivo da categoria. Ela mesma trabalhava em rádio pela manhã e em televisão à tarde. *“Embora o piso não fosse alto, a gente conseguia construir*

uma vida com isso”, explica. Ela afirma que hoje em dia muitos colegas têm dificuldade em pagar suas contas. “Isso para quem ainda recebe o piso, pois com as novas regras e com a flexibilização da CLT, tem jornalista contratado para ganhar R\$ 1 mil, R\$ 1,5 mil, R\$ 2 mil. Como é que você vive com isso?”

EUNICE aponta outro problema na carreira das jornalistas, que é a falta de perspectiva de crescimento profissional e de planos de carreira, mesmo nos contratos pela CLT. Ela aponta ainda a estagnação do piso salarial, cujos reajustes não acompanham a inflação. Segundo ela, cada vez que há oportunidade de aumento, as empresas impõem mudanças de regras para esse tipo de concessão: “[...] toda vez que você atinge uma linha, eles dizem que essa linha aumentou, que você precisa fazer mais. É o mesmo salário, que antigamente era bom, acima do mercado, mas que hoje estagnou”. Segundo EUNICE, nos últimos anos tem havido aumento de demanda das atividades na empresa onde trabalha, mas sem contrapartida salarial. “Então eu vejo que tem precarização, mas no geral, não somente para mulheres negras. E como acaba precarizando, esses grupos que são minorias acabam ficando para escanteio”.

Mesmo oferecendo baixa remuneração, as empresas jornalísticas acabam exigindo um perfil bastante qualificado, conforme MARIA NICOLAS. Segundo ela, nos processos seletivos as empresas pedem profissionais com domínio de uma ampla lista de competências que vão além da área da comunicação, envolvendo planejamento, produção de conteúdo e conhecimento de ferramentas de edição.

A partir das percepções das entrevistadas, pode-se afirmar que as transformações tecnológicas provocadas pela reestruturação produtiva neoliberal em busca de mais lucros resultaram em esvaziamento da profissão, abrindo caminho para os processos de flexibilização dos regimes de trabalho, como a multifuncionalidade dos cargos, contratos e salários precarizados. Essas práticas foram legitimadas pela desregulamentação do ordenamento jurídico de proteção ao trabalho da CLT, com a aprovação da reforma trabalhista em 2017, possibilitando a desregulamentação dos direitos e vínculos empregatícios e o surgimento e/ou aumento de modalidades de trabalho precarizadas, como pessoas jurídicas (PJ), microempreendedores individuais (MEI), freelancer, com jornadas intermitentes ou parciais (HARVEY, 1992; ANTUNES, 2006, 2020; MICK; KIKUTI, 2020).

Como foi apontado pelas jornalistas, a flexibilização da lei reduziu salários e benefícios; dificultou o acesso à licença-maternidade, às férias, ao décimo-terceiro e

à aposentadoria. Com isso, diminuiu os gastos dos empresários e os repassou para a classe trabalhadora, sem nenhuma compensação salarial. As mudanças na legislação não incorporaram as discussões de gênero, raça e classe, ampliando os processos de desigualdades de acesso, participação e permanência das mulheres, impactando principalmente as mulheres negras que, historicamente, são as mais exploradas e as mais precarizadas no mundo do trabalho.

De acordo com Gonzalez (2020d), a divisão sexual do trabalho no Brasil estruturada historicamente pelas relações desiguais e hierarquizadas entre gênero, raça e classe persiste e continua sendo utilizada por diversas formações socioeconômicas capitalistas contemporâneas. Ela é um dos critérios mais importantes na seleção de pessoas para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social, contribuindo para a manutenção do equilíbrio do sistema como um todo.

Essa lógica de funcionamento também se reflete nas empresas de jornalismo progressistas, pois elas são pressionadas pelos processos capitalistas hegemônicos, impostos pela globalização, que segundo Milton Santos (2001, p. 35), está estruturada sobre os pilares da tirania financeira e da informação, que permitiram amarrar os pontos da comunicação global em diferentes espaços geográficos e acelerar as formas de produção, gerenciamento, controle e consumo. De acordo com Santos, as pequenas empresas locais, diante do poder do grande capital, têm dificuldade de se manter no mercado ou tendem a desaparecer.

Em outras palavras, os processos não hegemônicos tendem, seja a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. Mas tal situação é sempre precária, seja porque os resultados localmente obtidos são menores, seja porque os respectivos agentes são permanentemente ameaçados pela concorrência das atividades mais poderosas.

Essa lógica das políticas neoliberais afetou também os sindicatos, responsáveis pelas lutas coletivas por salários e benefícios de trabalhadores/as, que vêm perdendo espaço desde o começo da implantação do regime de acumulação flexível, sendo afetados de maneira mais intensa a partir da década de 1990. A principal ideia defendida pelos neoliberais é de que as negociações salariais devem

ser feitas diretamente entre trabalhadores/as e empregadores/as, sem a mediação de entidades coletivas, como o sindicato.

Essa proposta, que ganhou força em diversos países, acabou enfraquecendo os sindicatos e promoveu uma atitude individualista de várias categorias, impactando inclusive o nível de sindicalização. A pesquisa de Lima e Mick (2022), por exemplo, indica que apenas 25% dos/as jornalistas entrevistados/as são filiados/as ao sindicato da categoria. Com a redução dos postos qualificados, o aumento do desemprego e o enfraquecimento da atuação do poder dos sindicatos, a classe que vive do trabalho é obrigada a se inserir em contratos flexibilizados e precarizados para sobreviver no mundo do trabalho.

Conforme relatado na pesquisa de Lima e Mick (2022) e também pelas entrevistadas desta tese, as empresas de tecnologia têm se beneficiado com o surgimento de novas plataformas e artefatos tecnológicos que permitem a produção e circulação de conteúdo a baixo custo, sem a necessidade da utilização de meios tradicionais como o jornal, o rádio ou a televisão. Com isso, essas empresas conseguem driblar as exigências trabalhistas e éticas ligadas ao fazer jornalístico, como o pagamento de piso salarial e o compromisso com a verdade factual.

Ainda segundo os autores, a categoria “produção de conteúdo” é uma das que mais cresceram nos últimos anos como oportunidade de trabalho para a área de jornalismo. É possível depreender que, nascida do amadorismo, essa área tem se profissionalizado e por isso tem demandado o trabalho especializado de jornalistas, que têm o domínio técnico para a produção de conteúdo e de forma, com textos, áudios e imagens. Apesar disso, as empresas valem-se do aspecto “amador” e “não jornalístico” para pagar salários abaixo do piso salarial da categoria e não se responsabilizar pelo teor de algumas publicações.

Essa realidade acaba impactando mais as mulheres negras, que vêm de um processo histórico de opressão, exploração e exclusão. A jornalista ALMERINDA, que começou sua carreira há 20 anos, acabou testemunhando o aprofundamento dessas mudanças, que contrastam com um momento de conquista de grupos minorizados no Brasil. Nessa época ocorreu a implantação de uma série de ações afirmativas que ajudaram a ampliar o acesso desses grupos ao ensino superior, sobretudo de homens negros e mulheres negras. ALMERINDA faz uma breve cronologia dessas transformações:

O ano 2000 é o marco de muita coisa. A gente está pensando em uma conferência de vida, pensando em uma conferência que vai fazer as ações afirmativas no Brasil. Com isso, você tem tudo na década de 2000. Isso começou em 1994, mas eu vou estender, Fernando Henrique Cardoso, os debates dele, o comitê interministerial para discutir as ações afirmativas no Brasil, mas é em 2001, depois da conferência de Durban, que vão pensar nas políticas de ações afirmativas. O que que você tem? Ações afirmativas: em 2003, o governo Lula entra, e em 2004 começam a acontecer as ações afirmativas na universidade e, então, você tem a primeira turma de jornalistas que vão se formar na política de cotas.

Resultado das lutas do movimento negro, este período de ampliação das políticas afirmativas apontadas por ALMERINDA é marcado pelo crescimento da oferta de vagas nos cursos de jornalismo em todo o Brasil, em virtude, em parte, da própria expansão do ensino superior privado de uma forma geral depois da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que abriu caminho para a criação dos centros universitários e a exploração comercial de cursos em diversas áreas, sob influência do neoliberalismo. É nesse período também que foram criados programas de ampliação de acesso ao ensino superior, como o Prouni, do governo Lula, e o Reuni, de incremento na oferta de vagas em universidades federais. Como havia na época uma demanda reprimida em diversas áreas, houve um salto significativo de formandos/as. Dados reunidos pelo Ministério do Trabalho mostram que no ano 2000 apenas 550 jornalistas fizeram seu registro profissional, contra 8.481 dez anos depois. O número de registrados alcançaria a maior marca em 2011, com 13.230, tendo uma pequena queda nos anos subsequentes (LIMA; MICK, 2022).

As políticas afirmativas foram e continuam sendo importantes para dar acesso às mulheres negras e periféricas aos cursos de jornalismo, ampliando suas possibilidades de participação profissional no mercado, o reconhecimento dos seus talentos profissionais, ampliando a inclusão da diversidade nas instituições, a valorização da identidade e da cultura negra e o combate ao racismo (SOUZA, 2022). Não se pode ignorar também que a expansão dos cursos privados teve um papel significativo na entrada de mais estudantes nessas áreas, por meio da abertura de vagas no período noturno, facilitando o trabalho no contraturno, e com a possibilidade de bolsas e financiamento estudantil, que praticamente não existiam em décadas anteriores.

Apesar disso, o mercado de jornalismo não foi igualmente preparado para receber essa nova e numerosa mão de obra que estava sendo formada nos cursos

superiores, que muitas vezes tinham objetivos imediatistas, sem levar em conta a própria sobrevivência no longo prazo. Além disso, a expansão do número de diplomados/as coincidiu com as políticas de superexploração e de redução de pessoal em alguns setores do jornalismo mais afetados pela reestruturação produtiva. Essa realidade acabou prejudicando (e frustrando) boa parte das mulheres negras jornalistas recém-formadas, que muitas vezes eram as primeiras de suas famílias a conquistarem um diploma universitário. Ainda assim, por questões ligadas ao racismo estrutural somado ao impacto negativo da reestruturação do setor, tiveram (e ainda têm) mais dificuldades de conseguir colocação e de se manter trabalhando na área. Esse problema é apontado por ALMERINDA:

O que acontece com isso [a ampliação do número de mulheres negras formadas devido à política de cotas] no mercado de trabalho? Até então, era uma ou outra jornalista preta. As cotas favorecem isso, porque elas aumentam o número de jornalistas pretas, que estão ingressando nas universidades por conta dessa política afirmativa. O que muda então? O que muda são as oportunidades: mesmo estando formadas, tendo mais profissionais pretas formadas, você não tem certeza se o mercado de trabalho vai incorporar essas mulheres que estão sendo formadas por essa política.

Apesar de as políticas afirmativas terem ampliado o acesso das mulheres negras à universidade, JOSEPHINA observa como jornalista e professora que as dificuldades para ingressar nos cursos de formação ainda permanecem:

[...] com o Prouni e esses projetos, a gente percebeu a entrada de mais pessoas pretas na universidade, mas ainda muito pouco. Sempre alunas e alunos negros que eu tive eram exceção na sala. [...] a primeira questão que dificultou sempre as mulheres pretas foi a questão de não conseguir entrar na universidade [...]. Há poucas vagas no jornalismo, uma vez que a maioria dos veículos de comunicação tradicionais que contratavam – e os cursos de jornalismo formavam muito para trabalhar em redação – como há menos vagas nas redações, as pessoas não conseguem trabalhar. As pessoas vão trabalhar com outras coisas.

A jornalista EUNICE conseguiu entrar nesse mercado restrito apesar de sofrer com o racismo estrutural. Ela ingressou no curso de jornalismo da Universidade Federal do Paraná em 2008 pelo sistema de cotas raciais. Em 2011, já formada, conquistou seu primeiro emprego em um canal público de televisão. Conforme relata, começou a trabalhar em TV num período em que as empresas de comunicação abriam espaço para a diversidade de padrões estéticos. Ela relata:

Nessa época que entrei, 2011, eu acho que o Brasil estava vivendo uma questão de muito mais discussão sobre a questão do negro. Você tinha mais discussões de políticas públicas voltadas para as minorias e justamente uma das vagas que eu preenchi, [...] eles queriam colocar mais pessoas negras na televisão. Então, nesse momento tivemos um ponto positivo, a questão da raça [...].

Logo em seguida, foi contratada como repórter e apresentadora de um dos mais importantes telejornais de Curitiba. No entanto, EUNICE aponta que após 2014, com a crise política e econômica que culminou com o processo de golpe parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016, o desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão de grupos minorizados foi perdendo espaço na agenda política nacional:

[...] o Brasil teve uma reviravolta, acho que desde 2014, que teve aquela questão econômica, política, você perde muito dessas minorias e eu tive a impressão de que essa questão da raça começou a se tornar, como geralmente foi, uma questão negativa, porque você tem um processo inverso. Você não tem mais as TVs se preocupando, pelo menos no jornalismo.

As jornalistas pontuaram os resultados positivos das políticas afirmativas na educação e no mundo do trabalho, que abriu espaço para a participação das mulheres negras, como vivenciado por EUNICE numa profissão ainda dominada pelo pacto da branquitude. Na percepção das jornalistas, as políticas afirmativas representam conquistas importantes para o avanço democrático da sociedade brasileira, ampliando a participação da população negra e demais grupos minorizados nas instituições e nos espaços de poder. Porém, elas também destacam que essas ações precisam avançar, principalmente porque desde 2016 elas vêm sendo combatidas e enfraquecidas pela extrema-direita.

Resultado de uma política de ódio incentivada pelo extremismo político desde 2016, as próprias jornalistas negras têm sido afetadas em seus espaços de trabalho, tendo menos visibilidade do público. EUNICE relata que, nos últimos anos, tem trabalhado como editora de reportagens atrás das câmeras: *“Não foi por uma decisão minha. A empresa não me chamou mais [para trabalhar na apresentação ou na reportagem]”*. Ela atribui isso ao fato de que *“a pluralidade dentro da TV, no jornalismo aqui no Paraná”* deixou de ser *“uma obrigação da sociedade”* atualmente. *“Eu não voltei mais para o vídeo”*, lamenta ela. Em seu discurso, pode-se perceber a identificação das interseções entre o racismo estrutural, as desigualdades de gênero e classe:

Então, eu vejo que a questão negativa da raça, ela acaba sendo impeditivo e mesmo quando você consegue alcançar algum lugar, a sensação, não só pela raça, entra aqui também na questão de gênero, por ser mulher. Você fica com aquela sensação de que você precisa provar 10 vezes [mais], do que um homem ou uma pessoa branca.

O racismo estrutural cria condições para que haja privilégio às jornalistas brancas, conforme EUNICE:

Eu vejo que elas têm mais espaço, principalmente na televisão, porque o rosto branco, o cabelo liso, os olhos claros... é muito difícil você ver uma pessoa barrada [nos espaços de trabalho]. E eu vejo que a mulher negra sempre precisa estar provando cada vez mais que também é capaz. É como se não fosse ouvida no ambiente de trabalho [...]. E se você olhar em termos do que a gente faz, é igual. Eu já me peguei comparando [o trabalho que desenvolvo] e conversando com outros colegas.

Conforme o relato das jornalistas, os processos de precarização do trabalho impactam com mais força as atividades das profissionais negras, que vivenciam o racismo em todas as estruturas da sociedade – desde o processo de educação, permanência dentro dos cursos, acesso à profissão, oferecendo postos qualificados reduzidos e privilegiando pessoas brancas. Essa posição é reforçada por SÔNIA. Segundo sua percepção, as condições precarizadas de trabalho são piores entre as mulheres negras, sobre as quais existe o mito de que são naturalmente mais fortes do que as brancas: *“As pessoas têm um filtro de achar que a mulher negra, por todo seu histórico, com o sofrimento da população, pode aguentar qualquer coisa”*.

Para superar as desigualdades históricas, é necessário investir em projetos públicos que atuem em diversos setores sociais, incluindo educação, saúde, habitação, iniciativas antirracismo, direitos humanos e ações de inclusão e combate à discriminação no mundo do trabalho. Além disso, é essencial levar em conta as intersecções entre gênero, raça e classe. Essas medidas precisam ser estendidas às relações de trabalho, em que persiste o racismo estrutural, perpetuando práticas discriminatórias que degradam e desumanizam a imagem da mulher negra, conforme demonstrado por Gonzalez (2020b) e Davis (2016).

5.3.1.4 A dialética da tecnologia: positivities e contradições

Apesar de predominar uma visão negativa sobre as mudanças, as jornalistas mostram uma perspectiva dialética sobre a inserção das tecnologias na profissão. Ao

serem questionadas sobre quais as oportunidades e contribuições trazidas pelas novas tecnologias digitais para mulheres (brancas e negras), destacam pontos positivos, ainda que vistos com um distanciamento crítico. Entre eles, a possibilidade de desenvolver tarefas de maneira mais rápida, a abertura de espaços alternativos de trabalho, o acesso a informações e debates que promovem empoderamento ligado às questões de gênero e raça.

EUGÊNIA afirma que o trabalho jornalístico ficou mais fácil graças à agilidade para localizar informações e fontes devido à *“enormidade de dados de contatos que são disponibilizados hoje no mundo digital”*. Antes, tinha que buscar as informações em listas telefônicas e depender de telefonistas e da disponibilidade de linhas. ENEIDA lembra da época em que tinha que escrever suas matérias em laudas de papel na máquina e usar corretivo para alterar alguma informação. *“Eu acho extremamente positiva”*, diz ela, referindo-se às melhorias da tecnologia.

CARMEN destaca outro aspecto do uso das informações. Ela afirma que a pandemia do coronavírus gerou maior adesão às TICs na área de jornalismo. Conta que elas facilitaram o trabalho, principalmente para as mulheres que têm filhos, que puderam fazer suas atividades em casa; além disso, favoreceram o surgimento de uma nova cultura de relacionamento com as fontes, que em outras situações relutavam em conceder entrevistas remotas. *“Antes era muito difícil entrevistar alguém por telefone. A prioridade era sempre [conversar] pessoalmente. Tinha que ter tempo para ir até a pessoa, para ouvi-la, para voltar [para a redação], para decupar, para escrever. Hoje é no computador, é no laptop, no gravador do celular”*.

Para RUTH, a mudança mais importante que ocorreu no jornalismo de hoje em relação ao passado está relacionada à sensação de empoderamento das mulheres negras proporcionada pela tecnologia. *“Hoje eu não ia passar por metade do que eu passei porque eu iria reagir”*, diz ela, referindo-se às violências de gênero e de raça que sofreu em seus empregos. *“Hoje eu entendo porque sei o que está acontecendo. E na época eu não tinha respaldo, porque ninguém se incomodava com isso. Era mimimi”*, diz ela com voz embargada ao rememorar episódios de violência racista e de gênero que sofreu e que deixou traumas, impedindo seu desenvolvimento profissional.

RUTH atribui aos avanços tecnológicos parte da mudança de mentalidade entre as mulheres. Em sua visão, além disso, os equipamentos ficaram mais baratos e os processos da produção do jornalismo descomplicados, propiciando a abertura de

pequenos negócios. *“Hoje você tem alternativas múltiplas. Se você não concorda [com a política de uma empresa], não é obrigado [a ficar no emprego]. [Pode sair], montar a sua coisa, fazer do jeito que você quer e ser feliz”*. Outro aspecto apontado por RUTH é que a tecnologia facilitou a busca de informações em fontes mais diversificadas, abrindo espaço para *“quem realmente está a fim de fazer jornalismo, para quem realmente tem interesse na informação”*.

Na opinião de CARMEN, as TICs têm um grande potencial de transformação em favor das mulheres negras e de outros grupos minorizados, ainda que considere que a inclusão pudesse ser maior. Para ela, o crescimento das redes sociais tem ajudado a fazer pressão na sociedade e nos meios de comunicação, por meio de respostas instantâneas proporcionadas pelos mecanismos de interação. *“Cobra-se muito dos veículos esse espaço para as mulheres negras e trans[gênero]. A sociedade quer ver mais mulheres negras, quer ver mais mulheres trans e valoriza as empresas que dão esse espaço”*, diz. Mesmo atuando em um mercado que sofre com a precarização, pessoas relacionadas a grupos minorizados têm tido um pouco mais de espaço na visão de CARMEN:

Você já vê mais editoras negras, já vê mais repórteres trans e vê realmente alguns veículos, principalmente esses mais independentes, mesmo que esteja só no discurso ou só para cumprir tabela, mas eles vêm abrindo mais espaço para essas mulheres, existem cotas até em alguns lugares. [...] Vemos elas, inclusive, na mídia televisiva. Hoje elas apresentam jornais, são mulheres de destaque. Há vinte anos você não tinha [essa possibilidade].

JOSEPHINA defende que a tecnologia trouxe possibilidades de reflexão sobre as questões de gênero. Ela afirma que, apesar de existir hoje uma onda reacionária na sociedade, as mulheres que integram a nova geração de jornalistas estão mais informadas e dispostas a lutar por seus direitos. *“Por ser [também] professora e por conviver com estudantes mais jovens, percebo que elas têm uma compreensão do lugar das mulheres no mundo que é um pouco melhor”* e conseguem identificar e denunciar situações de machismo e racismo com mais frequência.

JOSEPHINA destaca que a tecnologia trouxe protagonismo para as mulheres negras, que conseguiram desenvolver projetos alternativos relacionados aos direitos humanos, com a divulgação de material sobre grupos minorizados. *“São grupos de mulheres que vão militar [contra] cada fatiazinha das violências que a gente sofre, das*

vulnerabilidades que a gente tem. E como é que você consegue remuneração para jornalistas que vão trabalhar nesses setores? É bem difícil”, afirma.

Seu discurso acaba sendo reforçado pelas constatações de ALMERINDA, que conta que sua entrada em alguns espaços pode ser atribuída, em partes, ao fato de trabalhar como ativista pelos direitos das mulheres. Assim, ocupou o cargo de assessora no Ministério da Saúde e na Secretaria de Política para as Mulheres, produzindo material formativo, como revistas, blogs e cartilhas. *“Isso foi muito legal porque mostra que me rendeu mais dinheiro, por ter construído mais produtos junto com elas e também mais visibilidade, que nem sempre você tem quando está vinculado a uma empresa”*, conta. ALMERINDA destaca que esses trabalhos foram realizados por meio de contratos MEI.

ALMERINDA acredita que a tecnologia facilitou a produção jornalística. Ela lembra que quando começou a trabalhar nos anos 2000 havia uma separação clara das atividades desempenhadas pela reportagem e pela edição. Essa divisão foi perdendo força com o avanço da tecnologia, porque muitas vezes o papel do editor é eliminado. Segundo ela, as mudanças ajudaram a *“deixar a comunicação mais ágil, mais facilitada, mais instantânea, mais pontual e objetiva”*. Por outro lado, exigem que a profissional esteja sempre disponível, já que pode fazer praticamente tudo remotamente. Ela explica:

Em 2007, a Apple cria o smartphone e isso vai mudar a rotina de todo mundo, porque você não tem que entrar no computador para ver o seu e-mail, para ver suas redes sociais. Você tem tudo dentro de um celular. A partir do momento que você tem tudo isso, ele faz parte, ele começa a ser a célula da sua vida. Você já está integrada a uma outra lógica de organização do trabalho, fica muito mais dentro dessa lógica de não parar, essa lógica – de que a gente ouve falar – de se tornar uma empresa, de estar 24 horas disponível, não fechar nunca.

ALMERINDA acredita também que as tecnologias acabaram interferindo positivamente na rotina das mulheres negras porque abriram espaço para o desenvolvimento de uma visão empreendedora, com a criação de canais voltados para a luta por igualdade e revelando novos talentos. Ela cita o caso da filósofa e escritora Djamila Ribeiro, que ganhou visibilidade em especial em canais de comunicação progressistas da internet. Sem esses canais, o alcance seria menor. ALMERINDA chama a atenção para experiências alternativas de jornalistas de comunidades, aldeias e quilombos, como o portal Maré de Notícias, ligado à comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. São iniciativas fora da mídia hegemônica

que ajudam a questionar e a tensionar a própria ideia de jornalismo, defende ALMERINDA.

Por outro lado, EUNICE reconhece que existe a ampliação desses canais na internet, mas afirma que, por serem alternativos e não terem uma regulamentação específica, acabam sendo vistos como amadores e, por isso mesmo, oferecem remunerações e condições de trabalho mais precarizadas.

A tecnologia acaba beneficiando as mulheres de maneira desigual, segundo ALMERINDA. Para as mulheres brancas de classe média, desde cedo as condições sociais são vantajosas. Elas são favorecidas no processo de educação, na entrada e permanência no mercado de trabalho. Em compensação, as mulheres negras, sob condições desfavoráveis, têm acesso à tecnologia de forma precária, o que reflete em sua entrada e permanência nesse mercado, defende.

Isso repercutiu em sua própria trajetória. Quando entrou no curso de jornalismo em 1999, ALMERINDA só acessava computadores e internet nos laboratórios da universidade, tendo, por falta de equipamento próprio, menos possibilidades de exercitar habilidades do que algumas colegas. Apesar da popularização da informática nos anos mais recentes, o acesso é desigual ainda: *“Imagine uma pessoa que sonha em ser jornalista hoje e está escrevendo desde a primeira série com seus tablets. Estou falando de uma realidade de uma criança mediana. Criança pobre não tem acesso à internet”*. Essa situação reflete principalmente a desigualdade de classe.

A percepção de ALMERINDA se reflete nos dados do Mapa da Conectividade na Educação²⁴, plataforma que reúne informações sobre o uso da internet nas escolas. Segundo esse levantamento, das 138.803 escolas públicas brasileiras pesquisadas, 30.024 não têm acesso à rede. Essa restrição acabou acentuando as desigualdades sociais durante a pandemia, afastando estudantes do país de uma educação de qualidade e conectada a informações e serviços essenciais.

EUNICE, que declara ter tido acesso ao computador desde cedo, reforça a ideia de que é importante ter à mão esses equipamentos. Neste caso, a inserção mais ampla de sua geração no cotidiano da tecnologia relativiza o peso das desigualdades

²⁴O Mapa da Conectividade na Educação é uma iniciativa conjunta do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) e do Grupo Interinstitucional de Conectividade na Educação (GICE), que busca reunir distintas bases de dados para apoiar políticas de conectividade para a educação pública brasileira. **Diagnóstico da Conectividade na Educação**. Disponível em: <<https://conectividadenaeducacao.nic.br>> Acesso em: 15/02/2023.

de classe e de raça, ainda que não tenha criado condições de igualdade para mulheres negras e brancas quanto ao acesso a esses artefatos. Ela conta que sua geração “não nasceu com o computador”, mas é muito mais familiarizada com seu uso cotidiano do que as gerações 1 e 2. Quando houve a necessidade de usar o computador no trabalho, ela já estava “*mais familiarizada*”. “*Porque quando muda, principalmente o programa de edição, eu tenho bastante facilidade de compreender*”, afirma.

Ao falar sobre as mudanças ocorridas no trabalho jornalístico sob a influência das TICs, EUNICE aponta que o avanço da circulação de informações na internet acabou afetando o agendamento dos meios tradicionais, interferindo na definição das pautas dos noticiários. Em alguns casos, a internet consegue promover o agendamento dos principais debates da sociedade, o que era feito pelos meios tradicionais. “*Hoje a gente tem muitas discussões, principalmente quando envolvem minorias, que nascem na internet e acabam alimentando a agenda da TV*”, afirma. Segundo ela, os meios tradicionais estão mais abertos para discutir assuntos ligados aos grupos minorizados. “*Aí a TV precisa correr atrás, porque a gente não pode mais ficar na nossa bolha e determinar aquilo que a gente acha que é agenda*”, explica.

Como relatado pelas jornalistas, as TICs não são neutras e seus avanços são marcados pelas contradições do sistema capitalista, estruturado na exploração do trabalho e nas desigualdades de gênero, raça e classe. O desenvolvimento das tecnologias é fundamental para aumentar a competitividade, a produtividade e conquistar um novo padrão de acumulação de lucros (HARVEY, 1992; FIGARO, 2013; ANTUNES, 2020; HIRATA; KERGOAT, 2020; GONZALEZ, 2020c). A resistência a esse processo de exploração e opressão está na luta da classe trabalhadora pelo acesso, produção e consumo das TICs para ampliar a democratização dos meios de comunicação e das informações, buscando dar visibilidade a suas pautas reivindicatórias de direitos e participação na sociedade.

Essa luta tem raízes históricas profundas. Já no século XIX, as formas alternativas de jornalismo têm sido utilizadas pela classe trabalhadora, por feministas e pelo movimento negro para criar estratégias de luta e de resistência social em diversas regiões do Brasil (WOITOWICZ, 2008, 2012; CÔRTEZ, 2012; POPADIUK; CAMARGO; WOITOWICZ, 2017; REIS, 2019). Esse movimento continua na atualidade. O avanço das TICs, principalmente na década de 2000, tem proporcionado o desenvolvimento de uma pluralidade de ações de comunicação, como o uso de

blogs, sites, páginas e perfis nas redes sociais. Como apontado pelas jornalistas, as novas tecnologias reduziram a distância entre as pessoas e os grupos. Isso possibilitou combater representações e discursos hegemônicos estereotipados, dando visibilidade à reivindicação de direitos e à produção de conteúdos capazes de interferir no debate público.

Essas ações foram desenvolvidas principalmente pelas mulheres negras, que passaram a realizar o ativismo digital como forma de luta e resistência contra o racismo, o machismo, o sexismo e as violências, buscando a superação das desigualdades e preconceitos e a valorização de sua cultura e identidade. As pautas e lutas alcançaram um maior número de pessoas, possibilitando a troca de experiências, conhecimentos e apoio, fortalecendo o protagonismo e a identidade das mulheres negras (YAMAMOTO, 2021; DUTRA, 2020).

Com o uso de recursos proporcionados pelas TICs, as vozes silenciadas e esquecidas pela sociedade puderam se fazer presentes. Conforme defende Borges (2019), esse tipo de manifestação possibilitou a criação de “novas estéticas e poéticas” que indicam diferentes formas de tornar visível a arte e o ativismo das mulheres negras, usando o corpo para criar modos diversos de existência e comunicação.

No entanto, a comunicação continua sendo um espaço em que a democracia avança lentamente na sociedade brasileira, pois os direitos digitais de acesso, produção e uso continuam desiguais, como constatam as jornalistas. As TICs são ferramentas essenciais para o capitalismo de vigilância, e estão estruturadas nas hierarquias de gênero, raça e classe, mantendo as opressões aos grupos que historicamente vêm sendo excluídos e marginalizados, como as mulheres negras. Elas são as mais atacadas com discursos de ódio e ameaças nas redes sociais. Ao longo da história brasileira, a imprensa alternativa negra vem tendo enormes desafios para seguir suas atividades, exigindo dos movimentos sociais novos jeitos de fazer e construir tecnologias para democratizar a informação e a comunicação.

A ascensão de um sistema de funcionamento da internet baseado no consumo, em que a visualização dos conteúdos e o número de “likes” se tornaram ativos valiosos para as grandes empresas, impõe limitações ao desenvolvimento da democracia e à visibilidade de determinados grupos na rede. Em meio a um “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2019), em que os movimentos dos usuários são vistos como produtos à venda pelos operadores da internet, a ação dos grupos que lutam por direitos

humanos encontra obstáculos na própria maneira como a internet é direcionada. A rede está focada na geração de lucros e na transformação de todas as facetas da vida em produtos à venda, inclusive o ativismo social.

5.3.2 Visões interseccionais da divisão sexual do trabalho na profissão de jornalista

Uma das questões propostas às entrevistadas foi quais foram os principais obstáculos para a inserção de jornalistas mulheres brancas e negras no jornalismo que facilitam sua evasão da profissão. As respostas apontaram desde barreiras estruturais, como a dificuldade de acesso à universidade e a limitação do alcance de políticas afirmativas, passando por questões culturais da sociedade, como o racismo, o sexismo, além do estabelecimento de uma rede de favorecimento de determinados grupos sociais quanto ao acesso aos melhores postos de trabalho. Além desses obstáculos, as jornalistas apontaram o elevado grau de desistência na profissão causado por baixos salários, alta rotatividade e poucas perspectivas de crescimento profissional. Elas destacam ainda a discriminação no ambiente de trabalho, o trabalho doméstico e a maternidade.

5.3.2.1 Desafios para o ingresso e a permanência na profissão

Com base na experiência da geração 2, JOSEPHINA relata que o primeiro desafio para o ingresso na profissão foi o acesso a cursos de jornalismo, pois havia apenas dois na região de Curitiba e um em Ponta Grossa na década de 1990. Na capital, o único curso público, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), oferecia 22 vagas. *“Dificilmente quem estudou em escola pública tinha condições de ser uma das selecionadas. Então imagine como é que as mulheres pretas podiam entrar no curso de jornalismo”*. A partir dos anos 2000, houve um salto na oferta de vagas, explorada em especial pela rede particular com o avanço das políticas neoliberais.

Embora a oferta tenha aumentado, persistiram dificuldades de acesso devido a questões estruturais e culturais. EUNICE atribui a existência de obstáculos ao retrocesso das políticas públicas para a inclusão social de grupos minorizados, provocando a manutenção do racismo e a exclusão da população negra. Fazendo uma reflexão sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, ela defende que

houve um avanço no combate ao racismo, mas esse processo foi interrompido com a ascensão da extrema-direita no país.

EUNICE acredita que esse fator provocou uma “reação em cadeia”, prejudicando os grupos minorizados. Ela recorda que quando entrou na universidade em 2008 havia programas de inclusão, que foram drasticamente reduzidos a partir de 2016 com a política neoliberal de cortes em programas sociais e com o fortalecimento do preconceito incentivado pela extrema-direita. A principal consequência disso é que menos negros/as entraram no ensino superior e nas empresas, cujas melhores vagas são ocupadas por profissionais brancos/as. Embora o diploma em jornalismo tenha deixado de ser obrigatório para a contratação, as empresas continuam a exigí-lo, cobrando das candidatas até mesmo cursos de pós-graduação. Esta exigência se mostra ainda mais rigorosa para as mulheres, como evidenciado nos questionários aplicados nesta e em outras pesquisas, como a realizada por Figaro (2013).

Além das barreiras impostas pela cultura racista nacional, EUNICE relata a existência de uma peculiaridade em Curitiba ainda mais forte do que em outras capitais, que é a de tentar “*esconder que tem negros*” e exaltar grupos descendentes de imigrantes europeus. Por trabalhar numa emissora afiliada a uma rede nacional, ela identifica claramente a diferença de abordagem racial nos programas televisivos em Curitiba e na programação voltada para todo o país. “*Você vê beijo gay e negros [na transmissão nacional], mas se você traz para o Paraná*” há uma dificuldade de se fazer essa inclusão. Segundo EUNICE, o discurso da TV acaba reforçando a representação dos grupos sociais brancos, como os “imigrantes ucranianos e poloneses”.

A exaltação da branquitude curitibana, sob o pacto da branquitude, conceito discutido por Bento (2022), rejeita as presenças negra e indígena na cidade, contribuindo para a manutenção do racismo e da exclusão desses grupos no ensino superior e em postos de trabalho qualificados. O pacto é reproduzido pelas estratégias de manutenção do poder das famílias tradicionais brancas da elite paranaense, baseadas no parentesco e no “familismo”, que segundo o sociólogo Ricardo Oliveira (2001, 2012), são decisivos para sua manutenção nos espaços de poder. Segundo ele, as redes de parentesco, formadas há três séculos, seguem controlando o poder institucional, exercendo influência sobre o legislativo, o judiciário, os tribunais de contas, a mídia e a profissão de jornalista.

Esse modelo se desenvolveu nacionalmente e se reproduziu regionalmente, perpetuando privilégios herdados da exploração colonial e da branquitude e excluindo aqueles/as que não fazem parte dessa rede, mantendo as desigualdades institucionais. Com isso, impõe obstáculos para a entrada de profissionais negras/os e indígenas no jornalismo curitibano, gerando uma mídia formada por brancos/as e conteúdos que exaltam a suposta hegemonia branca.

Essa rede de influências e proteção de privilégios foi citada por boa parte das entrevistadas ao participarem dos processos de contratação de jornalistas. JOSEPHINA destaca que a inserção de profissionais nas empresas e instituições em Curitiba e região ocorre *“por amizade”*. Segundo ela, é raro que haja concurso ou teste seletivo, prejudicando as pessoas que estão fora das redes de influência. *“A contratação é por indicação. Então é claro que, se a pessoa tem um parente que é jornalista ou se tem um parente que é político”,* é mais fácil conseguir emprego. Essa ideia é reforçada por LAURA, para quem é preciso ter *“QI para conseguir vagas boas”*, ou seja, um *“padrinho”* influente para conseguir o emprego.

Segundo ALMERINDA, existe em Curitiba *“uma cultura muito grande dos pares em se proteger”*. Ela afirma que o desafio da mulher negra é *“quebrar esse círculo e mostrar sua competência”*. Por esse motivo é que devem ser criadas mais oportunidades. Em sua percepção, isso permitiria à mulher negra mostrar qualidade e competência em seu trabalho, pois ela *“consegue dar conta dessa emergência, dessa instantaneidade do jornalismo contemporâneo: de rede, tecnológico, [fazendo um trabalho] dinâmico”*, para desmistificar os estereótipos racistas que a desqualificam *“como trabalhadora e como ser humano”*.

Essas ações reforçam a manutenção do racismo no mundo do trabalho. Conforme JOSEPHINA, geralmente quem coordena uma entrevista de contratação prefere, sob a influência do racismo, selecionar pessoas que não tenham passado por discriminação, em vez de recrutar as que enfrentaram essas situações. Isso porque, *“provavelmente, a pessoa que estiver entrevistando já tenha esse olhar de preconceito e possa achar que vai ser mais fácil ter mais uma pessoa branca do que ter um preta que vá trazer a diversidade e que vá ser a diferente”*, explica. Segundo JOSEPHINA, além da questão de cor da pele, as pessoas brancas não querem ouvir as dores de quem já vivenciou o racismo.

Essa atitude está associada ao racismo estrutural e ao pacto da branquitude. Como explica Bento (2003), historicamente a articulação dessas práticas racistas

carrega um olhar cheio de preconceitos em relação às pessoas negras. Com isso, propicia a ocupação de ambientes e instituições apenas por pessoas brancas, que se identificam como iguais e pertencentes aos mesmos grupos. Quando diante da presença negra, sentem-se ameaçadas, principalmente porque ela pode expor as dores da violência causada pela branquitude, podendo assim causar culpa e vergonha ao identificar privilégios. Por isso, Bento (2022) destaca que essas práticas mostram que não há neutralidade nem objetividade nos processos de seleção.

No depoimento de EUGÊNIA, é possível perceber a identificação do sexismo como mais um obstáculo importante na carreira das jornalistas. Segundo ela, os postos de trabalho em jornalismo são reduzidos em nome de uma *“lógica empresarial que pressupõe uma concorrência muito acirrada”*. Com isso, os homens sempre saem em vantagem porque as mulheres são preteridas em função da maternidade, correndo o *“risco de engravidar e ficar três ou quatro meses fora [em licença-maternidade]”*. Além disso, *“a mulher tem muito mais cobrança social para que opte por cuidar do filho”*. Segundo ela, esse tipo de constrangimento se tornou ainda mais evidente na gestão do governo federal que terminou em 2022. *“O nosso [ex]presidente inclusive incentiva para que as empresas façam essas escolhas”*, disse ela, referindo-se às declarações abertamente fascistas do ex-presidente.

Da mesma forma que por EUGÊNIA, o sexismo como barreira para o acesso à profissão é destacado por RUTH:

Nas entrevistas, às vezes você era até melhor do que as [outras] pessoas, mas eles eram contratados e você não. E, na época, era a alegação de que as mulheres engravidam, não têm tanta disponibilidade para viajar, ficar até tarde na rua é perigoso, coisas do gênero. E eu acho que nessas questões não mudou muito de lá para cá. Talvez as mulheres estejam mais atuantes, porque tem mais mulheres no mercado, não que a mentalidade tenha mudado.

LAURA afirma que já passou pelo constrangimento de, num processo seletivo, ter sido questionada se pretendia ter filhos, se era casada ou se tinha namorado. Esse tipo de pergunta, segundo ela, geralmente é feita *“de uma forma mais descontraída, como se fosse uma conversa entre conhecidos”*, numa clara estratégia de arrancar a resposta da entrevistada sem que haja questionamentos quanto à ilegalidade da pergunta. Além da seleção, *“nos lugares onde fazem exame médico admissional, sempre o médico pergunta se [a funcionária] pretende ter filhos e se usa anticoncepcional e pergunta como é o seu ciclo menstrual. Esse tipo de coisa”*.

Na fala de LAURA é possível observar que ela teve seus direitos sexuais e reprodutivos desrespeitados pelo profissional de saúde e pelo entrevistador da empresa. Os direitos sexuais e reprodutivos são considerados direitos humanos desde 1994, conforme a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, e incluem a liberdade de decidir quando e se deseja reproduzir-se. “Trata-se de direito de autodeterminação, privacidade, intimidade, liberdade e autonomia individual, em que se clama pela não interferência do Estado, pela não discriminação, pela não coerção e pela não violência”, explica a pesquisadora Flávia Piovesan (2009, s/p). O desenvolvimento desses direitos requer políticas públicas que respeitem a autonomia das pessoas. Segundo o Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva (CRIOLA, 2021), as mulheres negras são as que mais sofrem violações e discriminações em sua vida reprodutiva devido à intersecção de gênero, raça e classe, o que aumenta os obstáculos de acesso e permanência no mundo do trabalho.

De acordo com a pesquisa, pode-se observar que o desrespeito dos direitos sexuais e reprodutivos de LAURA é marcado por sua condição racial de mulher negra.

SÔNIA afirma que viveu uma situação de discriminação clara quando procurava emprego. Ao participar de um processo seletivo, recebeu a ligação da empresa na qual foi informada de que não seria contratada pelo fato de ser mulher. A empresa justificou a não contratação alegando que ela poderia sofrer assédio na organização. *“Eu senti na pele [a discriminação]. Eu pensei: ‘Meu conhecimento, o que eu estudo, o que eu penso não valem de nada’. Sou mulher e não consigo conquistar os empregos que eu quero”*, lamenta. Em seu depoimento pode-se observar que houve discriminação por ela pertencer à categoria “mulher”.

Pode-se dizer que as entrevistadas percorrem um “labirinto de cristal”, termo usado pela pesquisadora Betina Stefanello Lima (2013) para designar as barreiras que parecem invisíveis nos processos de seleção e inserção na profissão das mulheres. Pode-se acrescentar também a intersecção entre gênero, raça e classe, que impõe desafios e obstáculos para a inserção, permanência e ascensão das mulheres no mundo do trabalho. Essas barreiras nem sempre são visíveis, pois são causadas por múltiplos fatores relacionados a papéis e posições atribuídos a homens e mulheres na sociedade e à divisão sexual e racial do trabalho, que separa e hierarquiza suas atividades.

Para Lima (2013), esses papéis associam as mulheres ao trabalho doméstico, visto como um não-trabalho por não ser assalariado, e ao desempenho da

maternidade, que ainda carrega o estigma construído pela ciência do século XIX como destino biológico e natural, evidenciando as marcas de sua feminilidade de cuidar dos filhos, da família e da casa, tornando um impedimento o fato de pertencerem à categoria “mulher”. Quando realizado pelas mulheres negras, o trabalho doméstico ainda carrega no Brasil o estigma da escravização. Os obstáculos do labirinto são transparentes como um cristal e podem passar despercebidos, pois os impedimentos enfrentados pelas mulheres na carreira muitas vezes não estão nas estruturas legais, mas incorporados e naturalizados na cultura, nas práticas e imaginários sociais.

Os depoimentos das jornalistas mostram que as barreiras para a entrada na profissão estão articuladas com as desigualdades e os estereótipos de gênero, raça e classe. Elas se expressam nas práticas sexistas, racistas, no pacto da branquitude, na violência e nas redes de proteção do mundo masculino, impondo mais desafios ainda para as mulheres negras. Ao mesmo tempo, essas barreiras se estendem ao longo da carreira, gerando evasão, ascensão lenta ou estagnação profissional.

As entrevistadas relatam que, além das dificuldades de inserção na profissão, existem obstáculos para a permanência nos empregos, que registram elevado grau de desistência. Segundo elas, um dos principais fatores é a precarização do setor, que oferece salários baixos, tem alta rotatividade e apresenta poucas perspectivas de crescimento profissional.

Mesmo trabalhando numa das maiores empresas de comunicação do estado, EUNICE afirma que o jornalismo não oferece uma perspectiva satisfatória de crescimento profissional, pois tem encontrado dificuldades de ascensão. Segundo ela, as carreiras mais afetadas nas empresas são as das mulheres, que permanecem nos mesmos níveis salariais por mais tempo. Na oportunidade de uma promoção para cargo de chefia, sempre são prejudicadas. *“Quando chega essa hora de subir de cargo, parece que ela sempre fica ali. [Na possibilidade de subir do cargo de] repórter 1 para ir para 2, 3 ou para o cargo de chefia, parece que ela tem que provar 10 vezes mais que um homem”,* relata.

Outra questão apresentada com frequência pelas entrevistadas é a desilusão quanto ao papel da profissão na sociedade. Elas afirmam que geralmente começam a trabalhar com a expectativa de encontrar um tipo de jornalismo mais combativo, que defenda direitos e que seja independente de pressões externas, mas acabam se deparando com uma prática muito mais voltada a interesses mercadológicos,

privilegiando velhas estruturas de dominação da sociedade, sob forte influência dos poderes econômico e político.

CARMEN percebe que há uma grande quantidade de jornalistas que estão “vendendo roupa”, “abrindo negócio”, “trabalhando em outra área” porque acabaram encontrando, nas redações dos veículos, uma realidade muito diferente daquela que haviam conhecido no curso superior:

A evasão no jornalismo é muito maior do que antes. Hoje há muita desilusão quanto à profissão. Eu vejo que é uma desilusão mesmo. E as mulheres se desiludem por perceberem que a realidade não é aquela que elas aprenderam na faculdade e acabam desistindo por várias razões. Além disso, tem a questão de como o jornalismo consegue ser inescrupuloso, preconceituoso, partidário. Então isso leva muitas mulheres de princípios a desistir e pegar nojo, muitas vezes, da profissão.

Essa visão é reforçada por ALMERINDA. Segundo ela, isso ocorre quando a mulher jornalista, com um pouco mais de experiência na área, percebe os desvios éticos do jornalismo e não se dispõe mais a compactuar com isso. “*Há um momento em que a gente pede uma passagem para não compactuar mais com esse jogo*”, afirma. Já SÔNIA afirma que, em muitos casos, as jornalistas só conseguem se manter no emprego se deixarem de lado “*seus ideais políticos*”. “*Se você ficar quietinha, até que consegue uma coisa ou outra. Então eu acho que isso é muito difícil para todas as mulheres: ficar quieta, se calar, aceitar certas atitudes para poder estar no emprego*”, enfatiza.

EUGÊNIA afirma que existe uma desilusão quanto à profissão que está relacionada a questões empresariais e às próprias aspirações das jornalistas quanto às funções do jornalismo na sociedade, “*fomentadas por um sonho que muitas vezes as mulheres têm que na prática raramente consegue se realizar*”. Por essa razão, acabam buscando outros caminhos: tentam abrir negócio próprio na área da comunicação, mudam completamente de área de atuação ou vão se dedicar aos cuidados com a família. A realização do próprio negócio, para que a mulher seja “*dona do seu próprio nariz*”, como afirma EUGÊNIA, nem sempre dá certo: “*Eu conheço muitas colegas que empreenderam e que tiveram muitas dificuldades*”.

De acordo com pesquisa de 2020 realizada pelo Monitoramento Global do Empreendedorismo (GEM) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Brasil é o sétimo país com o maior número de mulheres empreendedoras, representando 48% dos 52 milhões de empreendedores no país.

Mais da metade delas empreendem por necessidade de gerar renda; as atividades mais comuns incluem confecção de vestuário e comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal e serviços de cuidado. No entanto, a pandemia ampliou a crise econômica, levando mais mulheres, especialmente mães, a empreenderem para sustentar suas famílias.

A maioria das mulheres empreendedoras possui nível superior incompleto ou um nível de escolaridade superior ao dos homens. Apesar disso, elas enfrentam desafios maiores, como dificuldades para formalizar seus negócios e estabelecer redes de relacionamento, jornada múltipla, preconceito, falta de incentivo e taxas de juros mais altas.

Segundo o levantamento Empreendedorismo por Raça-cor (e sexo) (SEBRAE, 2022) para a população negra, empreender é ainda mais difícil, pois foi a mais atingida pela pandemia, principalmente as mulheres negras, que possuem o menor rendimento médio, trabalham mais sozinhas, possuem negócios menores e estão no mercado por menos tempo. As pesquisas mostram que as desigualdades de gênero, raça e classe colocam muitos obstáculos para as mulheres acessarem e se manterem empreendedoras no mercado.

Como apontado pelas pesquisas, as mudanças contemporâneas do jornalismo são resultado da crise econômica do capitalismo, do avanço tecnológico e da globalização da informação, que impactaram o jornalismo, provocando esvaziamento de sua função democrática, afetando sua credibilidade e legitimidade (MARCONDES FILHO, 2000; COSTA, 2005; FIGARO, 2013).

As mudanças diminuíram as oportunidades de trabalho, provocando redução de empregos nas redações e interferindo na perspectiva de progressão na carreira. Elas também afetaram os ideais de representações e expectativas que levaram as jornalistas a escolher a profissão. Os ideais não são apenas escolhas individuais, mas resultam de construções sociais desenvolvidas a partir de articulações entre profissionais, empresas, públicos e instituições que estabeleceram códigos deontológicos, manuais de estilo e leis na institucionalização da profissão.

Os processos de reestruturação do trabalho têm levado à mercantilização da profissão, esvaziando a função social do jornalismo, precarizando e desqualificando suas funções e gerando frustração, desilusão, insegurança e pouca confiança na ideia de progressão na carreira para as jornalistas. O papel do jornalismo numa sociedade democrática é exigir que as autoridades cumpram as leis e, com isso, possam fazer

um governo justo para a população. Nas palavras da ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, a jornalista filipina Maria Ressa, o jornalismo deve fazer perguntas difíceis e exigir a responsabilização das autoridades, conforme declarou em entrevista ao Correio Braziliense (CRAVEIRO, 2021).

A essas dificuldades se somam ainda outras questões culturais da divisão sexual e racial do trabalho. Dentre elas estão os problemas oriundos da reestruturação produtiva, que resultam na falta de perspectiva de carreira profissional e na discriminação no ambiente de trabalho. Um dos pontos mais destacados nas entrevistas como causador da evasão na profissão é a necessidade de “conciliar” trabalho doméstico e maternidade, tema que será discutido no tópico a seguir.

5.3.2.2 Maternidade e trabalho doméstico

Foi perguntado às entrevistadas se ser mãe impacta na carreira profissional e como elas conciliam o trabalho no jornalismo com as atividades domésticas. A maior parte relata a grande dificuldade em ser mãe e jornalista ao mesmo tempo, devido às exigências de tempo e dedicação da profissão, além da falta de uma cultura dentro das empresas que respeite o direito à maternidade. Trata-se de um espaço de trabalho que dificulta a entrada e a permanência das mulheres que têm filhos, reproduzindo a ideia de que a maternidade e o cuidado dos filhos é responsabilidade das mulheres. Apesar de o jornalismo ser uma profissão que vem se feminizando desde a década de 1990, predomina nas empresas uma estrutura fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho que vê a mulher ainda limitada às atividades do espaço da casa.

Quanto aos trabalhos domésticos, as entrevistadas afirmam que ainda têm que responder praticamente sozinhas pelos cuidados da casa e dos filhos, pois não existe uma divisão de trabalho com seus companheiros. Isso faz com que elas tenham que precarizar ainda mais suas vidas profissionais: a sobrecarga de múltiplas tarefas que têm que executar no jornalismo se soma à que enfrentam em suas casas no dia a dia no desempenho do papel de mães e de donas de casa. Muitas das jornalistas que conseguiram construir uma carreira relatam que tiveram ou o apoio da família ou de trabalhadoras domésticas.

Casada e mãe de três filhas, EUGÊNIA afirma que a profissão de jornalista tem um alto grau de imprevisibilidade, com a realização de coberturas que acabam se prolongando mais do que o previsto. Para deixar a redação não basta “*bater o cartão*

e sair naquela hora”. É preciso concluir o trabalho que será publicado no jornal. “As minhas filhas são todas traumatizadas com o fato de que a gente nunca chegava na hora para pegá-las na saída da escola. E daí o que você faz? Não tem muito jeito. Para uma mulher jornalista isto é particularmente complicado”, explica EUGÊNIA, cujo marido também é jornalista e sempre se dedicou integralmente às coberturas nos grandes jornais do país.

Ela conta alguns fatos imprevistos que podem impactar na vida de quem é jornalista. Um deles aconteceu em um domingo de Carnaval. EUGÊNIA preparava as filhas para a matinê. *“Botei todas as fantasias que tinha preparado. Veio uma amiga que também ia levar as filhas. Estávamos lá saindo para o baile”,* relata. Naquele mesmo momento, recebeu uma ligação da chefia do jornal informando que teria que cobrir a chegada do ditador Alfredo Stroessner, deposto da presidência do Paraguai. Ele faria uma escala em Curitiba antes de se exilar em sua casa em Guaratuba. *“E daí pronto: acabou o baile de Carnaval para as criancinhas. Lá fui eu para o aeroporto esperar a chegada e daí fui seguindo o carro do Stroessner até Guaratuba. Cheguei em casa às 4 horas da manhã”.*

EUGÊNIA conta ainda outro incidente envolvendo uma de suas filhas. Era véspera do aniversário de sua filha do meio. No mesmo dia, havia ocorrido um assalto ao Banco do Brasil em Fênix, a 428 quilômetros de Curitiba. Os assaltantes estavam com reféns dentro da agência. *“Eu fiz a matéria por telefone naquele primeiro dia”,* relata. Mas foi escalada pelo jornal a fazer a cobertura no local. Como no dia seguinte era aniversário da filha, resolveu levá-la, até porque o pai também estava na cidade para fazer a cobertura para outro jornal. Passaram a noite em um hotel. Na manhã seguinte, foi até a praça da cidade, bateu numa casa, se apresentou e pediu para que a proprietária tomasse conta da filha. A dona da casa *“foi ótima”.* *“Fez bolo de aniversário para ela. Durante muitos anos ela ligava para dar os parabéns no aniversário, a gente mandava cartão de Natal pra ela. Ficamos amigas”,* conta.

Para conciliar trabalho e atividades domésticas, EUGÊNIA relata que sempre teve o apoio de trabalhadoras domésticas, que atuaram em sua casa por um longo tempo. Uma delas era branca e outra negra. Além delas, os parentes *“seguravam as pontas com as crianças”* quando havia viagens inesperadas de trabalho. *“A conciliação das questões domésticas com as questões profissionais é sempre bem complexa mesmo. E acho que muitas vezes a casa é penalizada. Sempre*

desenvolvemos um esforço muito grande pra que as filhas não fossem penalizadas”, relata.

Mãe de uma filha, divorciada, ENEIDA relata que na época da adoção foi demitida de um de seus empregos em uma rede de televisão, mas continuou em outros trabalhos. Conta que teve muito apoio da sogra, que ficava com sua filha enquanto ela dedicava longas horas em coberturas, às vezes *“passava as madrugadas”* acompanhando ocupações feitas por movimentos sociais no plenarinho da Assembleia Legislativa. *“Eu estava em todas as passeatas, mas a minha sogra ficava com minha filha. Então, não tinha muito problema”*. Ela conta ainda que sempre teve trabalhadoras domésticas para realizar as atividades da casa. *“Mulheres brancas e poucas negras. Sempre ficaram comigo até se aposentar”*, diz.

As ações extremas descritas pelas jornalistas para conciliar suas atividades profissionais com o trabalho doméstico e o cuidado da família evidenciam a persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho, que é mantida pelo estado e pelas empresas. Não há políticas públicas adequadas para garantir os direitos fundamentais de educação e cuidado dos/as filhos/as, tampouco o direito humano à reprodução. Sem acesso a políticas públicas, as responsabilidades impostas são repassadas para outras mulheres da família ou da comunidade, com a busca de apoio no cuidado com a casa e a família. As mulheres brancas de classe média frequentemente contratam mulheres mais pobres, geralmente negras, para as atividades domésticas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE entre 2019 e 2021 (DIEESE, 2022), nesse período, 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico eram mulheres, dentre elas 65% de mulheres negras.

De acordo com Hirata (2015), a ampliação da participação das mulheres em espaços mais qualificados tem ocorrido com a exploração de outras mulheres, que são mantidas em trabalhos precarizados de reprodução social. Essa lógica está ancorada na globalização neoliberal, que diminuiu os investimentos públicos do estado, transferindo a responsabilidade para as famílias e para as mulheres pobres, que estão inseridas no mercado de trabalho em condições precarizadas.

Casada e mãe de dois filhos, JOSEPHINA conta que as empresas jornalísticas não abrem espaço para o cuidado com os filhos. O fato de uma jornalista ter que sair mais cedo para levar o filho ao médico é considerado *“um absurdo total”*. Quanto ao trabalho doméstico, ela afirma que *“em tese ele é dividido em casa”* com o seu marido.

“Mas é muito engraçado porque na teoria é lindo”. Ela afirma que seu marido tem horários menos flexíveis no trabalho, o que dificulta algumas divisões de tarefas. *“O peso é sempre da mulher”*, diz.

Com a ascensão das TICs, JOSEPHINA passou a fazer atividades profissionais em casa, o que se acentuou durante o período mais crítico da pandemia da covid-19. Com isso, a fronteira entre o espaço da casa e do trabalho se desfez, sobrecarregando ainda mais seu dia a dia. Ela conta que, mesmo em horário de trabalho, está realizando funções domésticas, como preparar almoço ou levar os filhos à escola. *“Eu cheguei a surtar em um determinado momento da minha vida: ‘não vou mais levar pro inglês’. Não conseguia ter tempo para trabalhar. O peso é muito diferente, é muito difícil, inclusive o peso das cobranças”*, explica.

CARMEN, mãe de duas filhas, afirma que é muito difícil ter uma rotina de dona de casa e mãe sendo jornalista, pois a profissão exige estar em alerta o tempo todo, não há como *“fechar o computador e não trabalhar mais”* só porque o horário regular já acabou. Isso porque *“se aconteceu alguma coisa que rende uma pauta, você já vai passar para o seu chefe, você vai pensar em uma fonte até de madrugada. É uma vida louca. Não tem como você ter uma rotina”*, explica.

CARMEN defende que a maternidade é um dos fatores mais importantes para a evasão na profissão. Isso porque a maior parte dos empregos em jornalismo exige muita dedicação e não oferece horários flexíveis. Ela afirma que muitas jornalistas que entram em licença-maternidade acabam não voltando mais para seus empregos pela dificuldade de conjugar o trabalho de cuidado dos filhos com a trajetória profissional. *“Depois que você fica seis meses, oito fora do mercado de trabalho, voltar não é fácil”*, diz.

Ela conta que as extensas jornadas trazem problemas para sua convivência familiar, especialmente com a filha mais nova, que não dorme antes de a mãe terminar as atividades. Às vezes, a filha vai dormir muito tarde. *“E isso acaba gerando muita culpa. ‘Puxa, minha filha tá indo dormir meia-noite, onde já se viu uma coisa dessa?’ Tem a cobrança”* que vem principalmente da mãe de CARMEN. *“Mas é o jeito que eu estou conseguindo dar conta”*, revela. Ela afirma que as mulheres são criticadas ora por optarem por se dedicar ao trabalho, ora por cuidar da família, deixando o trabalho em segundo plano. E por isso existe *“aquele sentimento de frustração para o resto da vida”*, salienta.

A reestruturação produtiva e o avanço das TICs intensificaram a competição capitalista e a exploração do trabalho, que não se restringe mais ao espaço público, invadindo o ambiente doméstico. Essa lógica de exploração é contraditória com o tempo do cuidado que a maternidade exige. Ficar fora do espaço produtivo é “deixar de competir”, é ficar “desqualificada” para a competição. A licença-maternidade torna-se uma barreira para se manter atualizada no mercado competitivo. Ao mesmo tempo, as mulheres vivem o conflito entre a escolha da maternidade e da carreira, que não é vivenciado pelos homens. Esse dilema está estruturado na divisão entre trabalho reprodutivo para as mulheres e produtivo para os homens (HIRATA, KERGOAT, 2007).

As mulheres ainda vivem a “ruminação da culpa”, a articulação entre a culpabilização e a maternidade, por não conseguirem desempenhar os papéis idealizados de mãe, segundo a pesquisadora Ana Luiza de Figueiredo Souza (2018). As imagens idealizadas sobre a maternidade construídas no século XIX pela moral positivista atribuem à mulher branca e burguesa o *status* de “rainha do lar”, cuja função biológica é ser a “mãe cívica”, que tem o dever de “preparação física, intelectualmente e moralmente do futuro cidadão da pátria” (RAGO, 2000, p. 592). Portanto, a grande vocação feminina seria a maternidade e o cuidado com a família. Apesar dessa idealização representar a família branca burguesa, esses valores foram impostos para as demais mulheres, trazendo mais angústias e cobranças por não poderem desempenhar esse modelo de maternidade, já que precisavam e precisam estar, ao mesmo tempo, no mundo do trabalho público para garantir a sobrevivência da família e muitas vezes desempenhando essa função sozinhas em seus lares.

Ainda hoje esses valores estão presentes na expectativa do desempenho da maternidade pelas mulheres. Há uma grande cobrança quanto à dedicação aos cuidados dos/as filhos/as, gerando julgamentos e culpa quando não conseguem se enquadrar nessas idealizações. Isso impacta suas carreiras, pois muitas vezes deixam o trabalho ou se dedicam a atividades mais precarizadas para poderem cuidar da família, ou fazem a opção de adiar a maternidade, ou ainda escolhem não ter filhos.

Segundo CARMEN, algumas jornalistas acabam optando por não ter filhos para não serem prejudicadas na carreira profissional. Ela conta que perguntou a uma editora do jornal como ela conseguia dar conta do trabalho, sendo responsável por coordenar 30 repórteres em todo o Brasil. Quis saber se tinha filhos. A editora respondeu: “*Não. De jeito nenhum*”. CARMEN explica: “*Ou ela é editora ou ela é mãe*.”

Não tem como fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Então ela foi bem clara: não tem como ter filho. É muito difícil conciliar os dois". CARMEN cita algumas dificuldades que enfrentou no atual emprego, como o fato de ter de fazer coberturas inesperadas e, nessas ocasiões, estar sozinha em casa com uma das filhas. Aí teve que levá-la junto nessas ocasiões.

CARMEN afirma que suas filhas são prioridade, mas argumenta que *"tudo é planejado com base no trabalho"*. O cuidado com a casa acaba ficando em segundo plano, pois não consegue conciliar todas as tarefas. Como não dispõe dos serviços de uma trabalhadora doméstica, quando tem alguma atividade que pode ser adiada, prioriza o trabalho no jornal. Por exemplo, nos dias em que tem dificuldade em fazer almoço, opta por comprar marmita. Há períodos em que compra marmita *"duas, três, quatro vezes por semana"*. *"Deu para varrer o chão de manhã, eu varro. Não deu, vou varrer agora. À uma hora da manhã estou colocando roupa para lavar. Não tem horário para nada. Não tem rotina"*.

EUNICE, casada, mãe de um filho, que também não conta com trabalhadora doméstica, tem uma dificuldade adicional em casa pois seu filho é portador de uma condição que requer uma série de cuidados e terapias. Por causa de seu filho, optou por trabalhar de manhã, tendo as tardes livres. Quando não está no trabalho, acaba *"vivendo em função do filho"* em casa. Reconhece que consegue dividir determinadas atividades com o marido, mas muitas vezes precisa cobrar dele algumas atitudes:

É ele que dá banho, dá comida, mas às vezes, não sei a hora que muda, que eu já estou dando banho de novo, dando a comida, aí eu falo: "Opa, pera lá, voltou para mim por quê?" Uma facilidade de voltar para a gente... Não tem como! Mas ele participa. [...] Mas eles [os homens] não entendem, é como se para nós fosse natural e para eles sempre estar lembrando. Ele participa, mas muitas vezes é aquela famosa: "Vou te ajudar". Vamos dizer que você não está me ajudando você está... os dois são pais, mas ele se esforça.

Conforme Hirata (2015) e os dados coletados nesta tese, os modelos predominantes na divisão das tarefas domésticas e de cuidados envolvem as mulheres que tentam conciliar suas atividades profissionais com as da casa, ou então "delegam" essas responsabilidades para outras mulheres. As jornalistas também enfrentam essa realidade. Hirata (2015) argumenta que o modelo de parceria, em que homens e mulheres dividem igualmente as tarefas domésticas e os cuidados com a família só será viável com a igualdade das condições sociais entre os gêneros na sociedade.

EUNICE reconhece que há cobranças diferentes, nos ambientes de trabalho, para as mulheres que são mães. Ela conta que seu marido ocupa um cargo de chefia em uma empresa e que sempre tem que viajar. Ela conta que o próprio marido levou certo tempo para saber que ele também tem a obrigação de cuidar do filho e que, por isso, precisa negociar as viagens com a empresa. EUNICE dizia: *“Pode avisar seu chefe que você tem filho. Não pode sair viajando”*. *“No começo foi um tempo para ele entender que não é deixar comigo, porque eu tenho minha vida também. Aí ele entendeu. Mas os homens são muito assim, a gente vai e faz e as empresas partem desse princípio”*, reclama.

Para EUNICE, além dessas dificuldades, as mulheres têm seus direitos formais desrespeitados pelas empresas, que, contrariando a legislação trabalhista, acabam muitas vezes demitindo as funcionárias que voltam da licença-maternidade por acreditarem que as jornalistas mães produzem menos e geram *“mais problemas”*:

Já tive colegas que voltaram da licença e já foram demitidas. Não é só no jornalismo, mas em outras empresas. Depois que você se torna mãe, fica mais difícil. Eu nem falo muito do meu filho porque morro de medo de falar e eles acharem que é um problema, porque eles já olham para você: “Será que essa daí vai dar problema?” Então, a questão da maternidade acaba sendo impeditivo para muitas mulheres, e você vê muitas indo para o empreendedorismo, trabalhando em outras coisas que dão mais flexibilidade horário... Porque o mercado de trabalho, não só no jornalismo, não facilita.

O desrespeito ao exercício da maternidade reportado pelas jornalistas é uma violação dos direitos conquistados pelas mulheres incorporados na Constituição, cuja aprovação foi influenciada pela luta dos movimentos das mulheres e feministas visando igualdade de gênero, raça e classe no mundo do trabalho. A luta confirmou o direito à licença-maternidade com a duração de 120 dias. Em 2008, a lei 11.770 por meio do Programa Empresa Cidadã, permitiu a ampliação facultativa da licença para 180 dias.

A licença-maternidade é uma medida essencial para garantir os direitos de proteção à gestante, à manutenção de um ambiente de trabalho saudável, à preservação do emprego e à renda da mulher, e se estende ao direito do nascituro de ter nascimento e vida saudáveis. Além disso, o direito à maternidade incorporou a filiação afetiva após a conclusão dos processos de adoção. A lei 10.421/2002 estendeu a licença-maternidade aos/as adotantes e aqueles/as em situação de guarda para fins de adoção.

As demais jornalistas entrevistadas nesta pesquisa não têm filhos. Apesar disso, convivem em ambientes que possibilitam a interação com profissionais que são mães, o que permite um olhar comparativo sobre essa questão. LAURA, que é solteira e mora com os pais, observa que teve colegas demitidas após a licença-maternidade porque considerou-se que elas *“perderam o foco da profissão”*. *“O que não é verdade. A mulher que tem criança para cuidar é muito mais motivada do que aquela que talvez esteja sozinha em casa, porque não vai deixar ninguém passando fome”*, relata, partindo da informação de que, no Brasil, uma parte considerável dos lares é chefiada por mulheres. *“Então é uma percepção dos patrões e das pessoas que não estão familiarizados com essas realidades que acabam exacerbando a precarização”*, conclui.

MARIA NICOLAS, casada e também sem filhos, conta que a maior parte do trabalho doméstico fica sob sua responsabilidade, apesar de o marido *“ser uma pessoa que dá apoio”*. Além disso, alega que o cuidado com a manutenção da casa *“dá muito trabalho”*. *“Isso sobrecarregou na pandemia bastante, porque a gente fica no mesmo ambiente de home office. É difícil separar o trabalho da atividade doméstica. Você fica muito conectado o tempo todo, mas eu acho que, como mulher, a gente tem essa sobrecarga muito grande”*, relata. O mesmo problema é relatado por SÔNIA, que é solteira e mora com os pais. Ela acaba fazendo *“tudo meio junto”*: os trabalhos domésticos e as atividades profissionais.

Para MARIA NICOLAS, a grande carga de trabalhos domésticos pelas quais as mulheres respondem afeta sua permanência no jornalismo e na maior parte das profissões:

A jornada de trabalho da mulher não é uma jornada que se encerra quando ela bateu o cartão e foi para casa. Ela tem uma jornada muito além disso: com filho, com casa, com as coisas domésticas de uma maneira geral. Principalmente durante a pandemia, isso foi extremamente reforçado. Ficou muito aparente essa sobrecarga do papel da mulher dentro de casa. Assim, vi pessoas deixarem o trabalho porque não conseguiram dar conta dessas questões. [Trata-se de] uma posição da sociedade que carrega a obrigação [da mulher] de lidar com essas questões sozinha, enquanto o homem sai e volta e está tudo certo.

Solteira e sem filhos, RUTH teve que conjugar o trabalho de jornalista com o de cuidadora dos pais, na época em que eles ficaram doentes por causa da idade. Ela fazia esse trabalho em horário de almoço ou depois de sair do emprego, conta ela, que cuidou do pai na época em que ele tinha que fazer diversas sessões de radioterapia.

De acordo com Hirata (2020), assim como o trabalho doméstico, as atividades de cuidado de idosos, crianças, doentes e pessoas com deficiência realizadas por mulheres no espaço privado exigem muito tempo, esforço físico e emocional. Apesar disso, não são reconhecidas como trabalho, principalmente no espaço da casa. Isso porque são ainda associadas à “natureza biológica” feminina. São tarefas vistas como atividades individuais, que recaem sobre as mulheres, são feitas por “amor”, e por isso não precisam de remuneração. As marcas históricas dos processos de exploração de gênero, raça e classe se refletem na insatisfatória institucionalização das profissões do cuidado, realizadas geralmente em condições precarizadas.

Hirata destaca ainda a importância ética dessa atividade, pois todos os seres humanos, para sobreviver, precisam de cuidados, e esse trabalho deve ser realizado como responsabilidade coletiva de todas as pessoas da família, da comunidade e do estado por meio do desenvolvimento de políticas públicas.

Pesquisa realizada pelo OXFAM (Comitê de Oxford para o Alívio da Fome) em 2020, denuncia a invisibilidade e a exploração do trabalho do cuidado e alerta para a sua importância na economia global. O estudo constatou que mulheres e meninas pertencentes a grupos marginalizados no mundo, situadas na base da pirâmide econômica, dedicam 12,5 bilhões de horas diárias a trabalhos não remunerados de cuidado. Esse valor, que não é pago para essas mulheres, agrega US\$ 10,8 trilhões à economia global, montante três vezes maior do que o produzido pelo setor de tecnologia. Esse sistema exerce exploração sobre as mulheres mais vulneráveis e aumenta a riqueza e o poder das elites masculinas brancas e a manutenção da reprodução da força de trabalho.

ALMERINDA, solteira e sem filhos, acompanha a dificuldade das colegas em conciliar o trabalho e o papel de mãe. Segundo ela, é como se houvesse uma incompatibilidade entre o sistema produtivo e o fato de ser mãe. *“Porque é como se essa mulher que é mãe tivesse que parar o trabalho para engravidar, é como se essa mulher que é mãe tivesse que faltar ao trabalho porque o filho ficou doente, como se fosse alguma coisa proibida cuidar do seu filho”*. Para ALMERINDA, o grande problema é que a esfera do trabalho acabou invadindo os espaços privados e o lazer, como ocorria nas relações entre escravistas e escravizados na época colonial:

Acho que o trabalho do jornalismo é cada vez mais extensivo e o trabalho da casa é uma coisa só. E isso remonta ao tempo da escravidão, a matriz colonial do poder, onde você tinha uma casa-grande e uma senzala, mas estava dentro de uma propriedade. Em um período mais contemporâneo, a

gente pode fazer uma analogia com o quartinho da empregada: você estava no trabalho e o dormitório era na mesma propriedade. E hoje tem uma espécie de organização do trabalho nesse sentido, sem a propriedade do patrão. No entanto, o trabalho vai para a casa do funcionário. Então, ele acaba levando mais tarefas para casa ou ele tem menos tempo para se desligar, não tem mais o espaço do lazer, porque o trabalho vira quase que uma coisa única.

A persistência da estrutura desigual na divisão sexual do trabalho relatada nas entrevistas mantém as mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo, impactando seu cotidiano, pois são responsabilizadas pelas atividades domésticas e os cuidados familiares. Dessa forma, são reproduzidos os vínculos entre o trabalho remunerado e o doméstico, a produção e a reprodução, emprego e família, conforme Hirata e Kergoat (2007).

As desigualdades na divisão do trabalho da casa transformam a maternidade e as atividades domésticas em fatores limitadores na participação, permanência e ascensão das mulheres no mundo do trabalho e reduzem suas oportunidades de ocupar os cargos ofertados. Essa lógica sobrecarrega as atividades das mulheres, tornando-se barreiras diárias tanto no ambiente privado como no público, empurrando-as para as atividades precárias flexibilizadas, como o empreendedorismo.

De acordo com o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (IBGE, 2019), as mulheres de 25 a 49 anos responsáveis por crianças de até 3 anos em casa possuem uma taxa de ocupação de 54,6%, enquanto aquelas sem filhos possuem 67,2%. Os homens têm níveis de ocupação mais altos do que as mulheres em ambas as situações. As mulheres pretas ou pardas com filhos nesta faixa etária têm as taxas mais baixas de ocupação (menos de 50% em 2019).

O estudo também destaca que em 2019 as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo que os homens aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (21,4 horas versus 11 horas). As mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas nessas atividades do que as mulheres brancas. A média de horas trabalhadas nas atividades de cuidado e afazeres domésticos é maior entre as mulheres com os menores rendimentos. Isso indica que a renda é um fator que influencia a desigualdade entre as mulheres na execução do trabalho doméstico não remunerado, pois permite acesso diferenciado a serviços de creches e à contratação de trabalho doméstico remunerado.

Como destacado pelas jornalistas, o desenvolvimento da reestruturação produtiva e o avanço das tecnologias digitais ampliaram a exploração do trabalho,

exigindo conexão contínua, pressionando o uso do tempo na realização das atividades do jornalismo. A busca das jornalistas para conciliar o trabalho doméstico, o cuidado com a família e as atividades profissionais colocou as mulheres brancas e negras em condições desiguais na disputa pelo controle do tempo e também entre os seus pares masculinos. Elas são pressionadas pelo ritmo do trabalho no jornalismo e pelas atividades domésticas e do cuidado.

A socióloga Maíra Saruê Machado (2014) argumenta que essa pressão para conciliar as atividades do trabalho da casa e da profissão leva às mulheres a sensação de “falta de tempo”. O estudo realizado pela socióloga mostra que as mulheres relatam primeiramente falta de tempo para cuidar de si, em seguida dos filhos. Elas afirmam ainda que falta tempo para o lazer, para o descanso e para cuidar da casa.

As atividades reprodutivas realizadas no espaço privado representam a extensão da lógica de exploração capitalista sobre as mulheres, que são submetidas às atividades produtivas mal remuneradas e precarizadas, como indicado nas pesquisas e nas entrevistas desta tese. Essa lógica fere direitos de descanso e lazer. As mulheres não têm tempo para cuidar de si, pois seus corpos devem funcionar na lógica dos artefatos digitais: ligados, em constante conexão e em produção. O capitalismo busca transformar o corpo numa máquina produtiva rentável, cuja eficiência vai se intensificando a partir das intersecções de gênero, raça e classe. Conforme aponta Federici (2017, p. 34),

[...] o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno original de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.

Para Federici (2021, p. 29), a invisibilização e a não remuneração do trabalho doméstico, realizado por milhões de mulheres na cadeia produtiva que consome seus corpos reproduzindo a vida e a disciplina da força de trabalho daqueles/as que vão ocupar os diferentes lugares no mundo do trabalho, é fundamental para a produção capitalista. Para ela, “[...] o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista”. Ela destaca ainda que o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico só pode ser mecanizado parcialmente, pois como automatizar os afetos necessários para desenvolver tarefas como “[...] banhar, acariciar, consolar, vestir e

alimentar uma criança, prestar serviços sexuais ou ajudar aquelas pessoas enfermas ou idosas que não são autossuficientes?”

A reprodução desse padrão social desigual é realizada pelo estado, que busca controlar o corpo das mulheres, ora reprimindo, ora estimulando a reprodução para reposição de mão de obra pelo mundo. A criminalização do aborto é uma das práticas adotadas pelo estado para realizar esse controle.

De acordo com Federici (2021), as ações de controle do estado, opressoras e violentas, buscam naturalizar o corpo feminino como um instrumento de acumulação e produção do trabalho. Como o corpo também é fonte de resistência, as mulheres historicamente vêm se opondo a essas práticas. Na década de 1970, as mulheres periféricas e os movimentos feministas pautaram a discussão sobre o trabalho doméstico e a violência, denunciando e impactando o desenvolvimento de direitos, que se refletiram na aprovação da Constituição em 1988 no Brasil.

As percepções das jornalistas confirmam as informações divulgadas nos estudos e pelas pesquisadoras (HIRATA; KERGOAT, 2007; FEDERICI, 2017; 2021). A desigualdade na distribuição do trabalho doméstico não remunerado entre gênero, raça e classe separa e naturaliza a visão de “trabalho de mulher” e “trabalho de homem”. Com isso, hierarquiza as atividades, reforçando os estereótipos de gênero e raça, perpetuando as desigualdades de poder e de participação das mulheres em todos os espaços institucionais.

Apesar das lutas, ainda faltam políticas públicas e de infraestrutura para o desenvolvimento de uma rede de apoio, de cuidado e de proteção à família, com projetos para a igualdade e equidade de gênero e raça. Além disso, não há educação para o incentivo à responsabilidade compartilhada dentro da casa e da família. Isso evitaria sobrecarga sobre o trabalho das mulheres, que é realizado quase que exclusivamente por elas, sem a participação significativa dos homens e a responsabilidade do estado ou do setor privado, reproduzindo as estruturas desiguais da divisão sexual e racial do trabalho.

5.3.2.3 Progressão na carreira: entre o chão de fábrica e a hierarquia de privilégios

As jornalistas foram indagadas sobre as dificuldades no processo de ascensão na carreira, tendo como referência a trajetória de seus pares do sexo masculino. Além disso, foram questionadas se já sofreram algum tipo de discriminação e preconceito

no espaço de trabalho. Elas relatam uma pequena mudança positiva quanto à ocupação dos cargos de gestão. Mais do que em outras épocas, elas estão deixando de atuar apenas em áreas operacionais para entrarem na administração. Essa conquista, no entanto, é insuficiente: os cargos conquistados são, na maioria das vezes, intermediários; as diretorias, responsáveis pela definição das diretrizes das empresas, continuam sendo controladas majoritariamente por homens. Além dessa barreira, as jornalistas relatam que a mobilidade na profissão é afetada pelas discriminações que sofrem por pertencerem à categoria mulher e que essa dificuldade é ainda maior entre as mulheres negras, afetadas diretamente pelo racismo estrutural.

EUGÊNIA, que começou sua carreira em 1974, lembra que nos primeiros anos as editorias dos veículos eram chefiadas apenas por homens nos jornais em que trabalhou. As mulheres passaram a conquistar esse espaço aos poucos. Ela relata também que, gradualmente, começavam a surgir as primeiras colunistas com destaque nacional. Ela conta que o fato de ter chefiado a sucursal de Curitiba do jornal para o qual trabalhava só reforça essa regra, pois era “*uma estrutura minúscula*”, com no máximo quatro profissionais na área de redação, e portanto não representava uma posição com *status* de poder. Para ela, o avanço hierárquico das mulheres foi pequeno:

[...] é um processo de mudança, mas é um processo muito lento se a gente comparar o número de mulheres que integra as redações. São muito mais mulheres, mas estamos no chão da fábrica. Estamos lá nos cargos de reportagem, mas muito menos nos cargos de chefia, pelo menos nas redações que eu conheço. Na academia é a mesma coisa. A academia é extremamente machista. [...] Penso que praticamente todas as profissões têm esse traço porque é um traço estrutural da nossa sociedade, que tem que ser mudada, que tem que ser batalhada pelas gerações atuais e futuras.

Na percepção de EUGÊNIA, as dificuldades de ascensão ocorrem porque “*as mulheres não têm os mesmos caminhos pavimentados que muitas vezes os homens têm*”. Ela afirma que para eles existe uma “*naturalização da ascensão da carreira*” e que as mulheres em postos elevados ainda geram “*espanto*” na sociedade. Por causa disso, a mulher tem “*a obrigação de trabalhar muito mais*”, e “*a mulher negra um tanto mais*”. Ela lembra que uma mulher assumiu pela primeira vez o cargo de diretora de redação no final dos anos 1990 em um jornal de Curitiba e foi motivo de chacota entre os colegas do sexo masculino. “*Dias atrás eu vi ela comemorando o fato de estar no cargo há 25 anos. Tenho certeza de que dela foi cobrada muito mais do que de um homem*”, afirma.

ALMERINDA aponta o racismo estrutural nos locais onde trabalhou, que sempre contaram com uma maioria de homens – e homens brancos – ocupando os melhores cargos. A exceção se deu quando ela foi trabalhar no jornalismo sindical. Mesmo assim, com certa limitação. Ela relata o fato de ter trabalhado com um colega com quem se formou em jornalismo e que, apesar de ser mais jovem do que ela e executar as mesmas tarefas, ganhava mais e ocupava o cargo de chefe de redação no sindicato. *“Então, a gente não era igual – era igual, mas não era igual”*. Ela afirma que essa forma de diferenciação que privilegia os homens faz parte de uma *“estrutura de dominação patriarcal”* que vê o homem como provedor e que, por esse motivo, é responsável pela criação de *“estratégias para que ele tenha oportunidades e salários maiores”*.

Para ALMERINDA, os privilégios de raça, gênero e classe impactam mais as possibilidades de mobilidade da mulher negra na profissão do que da mulher branca. Ela reconhece que existe uma hierarquia da redação, que vai do homem branco, que é sempre o diretor, passando pela mulher branca, que ocupa cargos intermediários mas tem maior mobilidade, até chegar à mulher negra, *“que é a operária”*. A jornalista negra *“vai ser redatora, ela vai ser fotojornalista, vai ser pauteira, ela vai estar dentro de muito pouca mobilidade dentro dessa hierarquia”* nas organizações de atividades do jornalismo profissional, em televisão, jornal, revista ou em ambientes institucionais.

RUTH, a exemplo de ALMERINDA, enfatiza o papel negativo desempenhado pelo racismo estrutural, mostrando que sua trajetória foi impactada por diversos tipos de preconceitos, discriminações e violências relacionados a gênero, raça e classe. Ela enfrentou essas barreiras desde o período em que foi estagiária até quando assumiu uma chefia na assessoria de comunicação onde atuou. Esses obstáculos acabaram causando problemas de saúde e impediram a ascensão na carreira: *“[...] no meu caso foi a idade, problemas de saúde, enfim, mas eu acho que no fundo é porque é muito complicado ficar matando um leão por dia”*.

JOSEPHINA relata que no início de sua carreira as condições de ascensão eram muito limitadas, predominando uma cultura de proteção aos grupos masculinos e um forte preconceito e discriminação de gênero, que mantinham as mulheres nos cargos com menor poder de decisão, sempre subordinadas aos homens, *“que eram os caras que decidiam o que era notícia”*. Assim como ALMERINDA e EUGÊNIA, JOSEPHINA acredita que existe uma estrutura organizacional que abre caminhos

para que os homens se tornem diretores e que as mulheres permaneçam na reportagem por muitos anos.

Ela afirma que a visão que se tem da mulher no ambiente de trabalho no jornalismo é mediada por estereótipos de gênero, pois ela é vista como *“uma pessoa que tem mais emoção”* e que *“falta ao trabalho porque tem que cuidar dos filhos”*. JOSEPHINA nota também que o sexismo interfere até mesmo na decisão de quais reportagens devem ser produzidas por homens e quais por mulheres. *“Se tem uma matéria de moda, eu vou dar para mulher fazer; se é uma matéria de política, eu vou dar para homem fazer. Se é uma matéria de beleza, eu vou dar para a mulher fazer. Isso acontece em muitas redações”*.

JOSEPHINA destaca que a ascensão na carreira para mulheres negras é ainda mais difícil, pois elas enfrentam diversos obstáculos no acesso à profissão como o racismo estrutural. Ela destaca que nas redações as pessoas negras estavam sempre em cargos operacionais e nunca nas chefias. Lembra-se de ter trabalhado com apenas dois jornalistas negros e duas jornalistas negras ao longo de sua carreira: um apresentador de telejornal, duas repórteres e um cinegrafista. Era *“um cinegrafista negro maravilhoso. Acho que ele ficou quase 40 anos trabalhando lá. Era uma pessoa com pele preta retinta, que trabalhava na técnica, com salários menores do que os jornalistas”*, conta. Ela relata que era muito comum encontrar pessoas em cargos subalternos nas empresas, como uma mulher negra que conheceu na rádio em que atuou.

CARMEN afirma que persistem as dificuldades salariais no processo de ascensão. Ela conta que, em um de seus empregos, havia uma vaga para chefia. Apesar de ter mais tempo de empresa, a vaga foi para um profissional recém-contratado de Brasília, que não conseguiu se manter no cargo porque achou o trabalho muito pesado. Já LAURA conta que a partir do momento em que passou a ocupar uma chefia, o salário referente ao cargo teve uma redução em relação ao último ocupante. *“Eu sei disso porque a pessoa que saiu me falou, e inclusive me recomendou não tentar negociar aumento de salário naquele momento, se eu estivesse precisando do emprego, porque eu poderia criar uma situação que talvez fosse me deixar desempregada”*.

EUNICE revela que está há oito anos na televisão sem ter aumento salarial, mesmo depois de ter passado por um curso de pós-graduação e de ter mudado de função algumas vezes, enquanto colegas que fizeram os mesmos movimentos

receberam aumento. Ela acredita que a empresa não vê a ascensão dos profissionais negros/as como prioridade. É como se ela estivesse fazendo um favor: *“Nós já estamos dando espaço e visibilidade para vocês, então a gente não precisa dar essa progressão de carreira.”*

EUNICE afirma que raramente, na empresa em que trabalha, as mulheres são selecionadas para as chefias. E quando isso ocorre, são escolhidas aquelas que não incentivam a ascensão de outras mulheres para os demais cargos, pois pensam *“estruturalmente como machistas”*. Ela conta um fato que ilustra essa impressão. Na estrutura da empresa, havia um executivo homem e uma subexecutiva mulher. O homem se desligou da empresa. *“O correto seria promover quem estava [hierarquicamente] abaixo”*, defende EUNICE. Mas não foi o que aconteceu. *“Ela continuou sendo subexecutiva e colocaram outro homem para ser o executivo”*. Quanto às mulheres negras, ela afirma que elas estão *“sumindo aos poucos”* da empresa ou são *“escanteadas”*.

LAURA diz que, dentro da cultura organizacional, há uma estrutura que *“protege os iguais”*. Essa cultura é marcada pelo racismo estrutural, pela classe e pelo gênero. Com isso, acaba barrando determinadas pessoas nos processos de seleção. LAURA observa que a área da comunicação é vista como *“progressista”* quanto à inclusão, mas na verdade *“é muito atrasada”*. *“Os iguais se protegem. Quando você tem pessoas brancas em lugares de poder, elas vão ajudar pessoas brancas a seguir em frente. Se tem homens em lugares de poder, eles vão se ajudar a seguir em frente”*. Ela conta que houve a abertura de uma vaga de gerência em sua empresa tempos atrás e ela não foi considerada. A vaga foi ocupada por um homem branco contratado especificamente para ocupar aquele cargo, sem que outras pessoas que já trabalhavam na empresa fossem levadas em conta.

Para LAURA, a existência de chefias ocupadas por mulheres altera positivamente a cultura organizacional, pois cria outras formas de sociabilidade e de colaboração. Ela conta que teve a experiência de ser chefiada por uma mulher branca, que *“era uma pessoa que se importava com as relações de poder”* e que *“tinha cuidado com a linguagem que usava”* para não atingir as pessoas da equipe. Afirma que a profissional tinha o cuidado de demonstrar se ela estava satisfeita ou não com o trabalho. *“Ela compartilhava o conhecimento dela, a experiência dela. É uma coisa que não acontecia com os homens. Eles estão sempre dispostos a ensinar em alguns momentos, mas é sempre num papel paternal: ensinando a mulher bobinha”*, explica.

MARIA NICOLAS afirma que o mercado de comunicação acaba mantendo uma grande disparidade na distribuição dos cargos de chefia, que está concentrado entre homens brancos e mulheres brancas. Já SÔNIA relata que em todas as empresas onde trabalhou os cargos principais sempre foram ocupados por homens brancos. A exceção se deu somente quanto a uma mulher *“de uma família rica, de uma família que foi escravocrata. Era por isso que ela estava naquela posição e não pelo conhecimento dela”*, explica. Quanto à presença de mulheres negras nesses espaços, revela que a situação é ainda pior. *“Não só no cargo de chefia. Eu não vejo mulheres negras ao meu redor. Eu não convivo com mulheres negras trabalhando comigo e nunca convivi”*, lamenta.

Conforme manifestado pelas pesquisas (FIGARO, 2013; LIMA, MICK, 2022), o mundo do trabalho do jornalismo foi se feminizando após os anos de 1990. Essa mudança vem sendo desenhada pelas contradições da reestruturação produtiva, do avanço da TICs e da globalização neoliberal, que foram precarizando a profissão, ampliando os mecanismos de exploração e controle do trabalho, que permitiram a sobreposição de funções e a diminuição de cargos mais qualificados nas empresas de comunicação.

Segundo Hirata e Kergoat (2007) e Federici (2017; 2021), a divisão sexual e racial do trabalho capitalista estruturada entre os vínculos hierarquizados das atividades remuneradas e do doméstico, da produção e da reprodução, emprego e família, é mantida no processo de feminização do trabalho. A reestruturação neoliberal do capital fez aumentar “a feminização da pobreza” com a incorporação cada vez maior das mulheres em postos precarizados. Conforme as pesquisas e o depoimento das jornalistas, essa lógica de manutenção das desigualdades de gênero, raça e classe é utilizada pelas empresas para explorar e baratear o trabalho, maximizando o lucro do capital.

A feminização do mundo do trabalho ocorre num processo dialético marcado por múltiplas determinações que envolvem avanços e retrocessos. As mulheres vêm conquistando espaço em profissões que eram tradicionalmente masculinas, como a de jornalista. Com isso, vêm “pavimentando os caminhos”, mudando, transformando, democratizando o mundo do trabalho por meio de sua atuação, competência e resistência, conseguindo desconstruir os estereótipos de gênero e raça.

Essas ações foram realizadas principalmente pelas mulheres das gerações anteriores que ousaram entrar em lugares em que só homens eram vistos como

“adequados” para ocupar. Exemplo disso é o depoimento da jornalista Dulcinéia Novaes, que está há mais de 40 anos atuando no telejornalismo em Curitiba. Ao falar sobre sua carreira, ela conta que sofreu discriminação de gênero ainda quando cursava jornalismo. Um professor chegou a lhe dizer um dia que ela era “muito sensível” para trabalhar na imprensa, e por isso não conseguiria ter sucesso na profissão. Anos mais tarde, era Dulcinéia a repórter que o entrevistaria para o lançamento de seu livro. “Ele ficou surpreso. Lembro que muitos anos depois ele fez um pedido público se desculpando do pré-julgamento de que aquela aluna inexperiente não se daria bem no jornalismo”, afirmou (REDE GLOBO, 2022).

Da mesma forma que Dulcinéia, as jornalistas entrevistadas vivenciaram e ainda vivenciam esses processos. É crucial o papel que desempenharam para tornar o jornalismo mais democrático, trabalhando para “pavimentar os caminhos” e abrir possibilidades para que as novas gerações possam alcançar posições de destaque, como cargos nas chefias, nas editorias e na direção das empresas.

As entrevistadas constatam que os cargos de chefia passaram a ser ocupados por um número maior de mulheres nos últimos anos. Em decorrência disso, elas percebem que a presença feminina na gestão impacta positivamente a cultura organizacional. Apesar desse avanço, as empresas ainda se mantêm estruturadas em valores masculinos e racistas, haja vista que o número de mulheres nas chefias é muito pequeno e o de mulheres negras é ainda menor.

Embora as jornalistas percebam mudanças e conquistas positivas das mulheres na profissão, os caminhos estão longe de estarem totalmente pavimentados. Elas afirmam que a feminização da profissão não mudou sua cultura organizacional, que continua estruturada em hierarquias de gênero, raça e classe. As barreiras impostas ao acesso e à permanência se refletem nas desigualdades salariais e nas oportunidades de ascensão na carreira. As mulheres continuam a ocupar o “chão de fábrica” do jornalismo, trabalhando preferencialmente como repórteres, pauteiras ou editoras. As mulheres negras conquistaram os espaços menos remunerados ainda, sendo as “operárias” da produção jornalística, com mais dificuldade de sair de funções básicas de repórter ou de pauteira. Os homens brancos, por sua vez, ocupam cargos mais bem remunerados e têm ascensão mais rápida.

Uma das bases da dominação masculina é o fato de as empresas de comunicação pertencerem historicamente ao mesmo perfil de proprietários: homens brancos herdeiros de famílias tradicionais, que reproduzem o pacto da branquitude. A

manutenção dessa estrutura conserva os estereótipos de gênero e raça, que associam as mulheres a tarefas domésticas e ao cuidado como extensão de sua feminilidade. Com isso, elas teriam competências consideradas subalternas e que não se encaixam nos “padrões masculinos” reconhecidos como adequados para o exercício de cargos de liderança da profissão.

Segundo Federici (2021, p. 34, grifos da autora):

[...] o fato é que o trabalho doméstico não assalariado deu a esse esforço socialmente imposto um aspecto natural (“feminilidade”) que nos afeta em todos os lugares para onde vamos e em tudo o que fazemos. Como o trabalho doméstico e feminilidade se mesclam, carregamos para qualquer emprego que ocupamos essa identidade e as “habilidades domésticas” adquiridas desde o nascimento.

Este olhar machista, sexista e racista vai construindo uma rede de proteção entre os grupos masculinos, privilegiando pessoas do mesmo gênero, raça e classe, em que contatos, informações, indicações são reproduzidas entre si e vão “pavimentando” seus caminhos. Desta forma, as experiências e o trabalho realizados pelas mulheres não são reconhecidos, em especial quando são mulheres negras. E quando ascendem a cargos de chefia, recebem salários inferiores.

Segundo as jornalistas, elas precisam provar o tempo todo sua capacidade profissional, postura que não é cobrada dos homens, que muitas vezes são escolhidos para o cargo de liderança mesmo sem ter o convívio com a dinâmica da empresa, enquanto que as mulheres que têm experiência são preteridas, principalmente se forem mulheres negras.

Essa estrutura impacta os processos de seleção, a divisão das atividades profissionais em que muitas vezes as mulheres são destinadas para as pautas consideradas menos importantes, ligadas a temas considerados femininos e na ascensão para cargos de liderança na profissão, mantendo as desigualdades salariais até mesmo quando ocupam o mesmo cargo, como relatado por LAURA. Essas práticas mostram que a área de comunicação feminizou a profissão, mas manteve as estruturas machistas, perpetuando as assimetrias de gênero, raça e classe.

ALMERINDA afirma que, para as mulheres obterem as mesmas oportunidades de ascensão na profissão, é necessário romper com a hierarquia que mantém os privilégios das estruturas patriarcais. Para ela, a sociedade “*não quer alterar as organizações que já estão presentes secularmente nessa estrutura social*”. “*Não dá*

para falar em reorganização dessas hierarquias se eu não for pensar em acabar com os privilégios. Então, é muito difícil mudar essas estruturas”, diz. Segundo ALMERINDA, a mobilidade das mulheres nos cargos de chefia só vai ocorrer quando a sociedade aprender a fazer a mobilidade nas hierarquias, nos espaços de representação, na democracia representativa e passar a considerar os grupos minorizados.

Na visão das entrevistadas, essa é uma área conservadora e que precisa desenvolver projetos de inclusão que contemplem a diversidade e a promoção da equidade de gênero e raça para romper com os privilégios e democratizar as estruturas da comunicação e das empresas.

5.3.2.4 Impactos da falta de diversidade nas empresas e no trabalho jornalístico

Foi indagado às entrevistadas se elas observaram, nos locais de trabalho, ações de inclusão para incentivar a diversidade étnico-racial e se essas ações influenciaram suas carreiras. O que se nota nas respostas é que as ações são citadas com mais frequência em relação à realidade do mercado nos últimos anos, mas sem que haja um envolvimento efetivo das empresas para promover a inclusão.

Para as jornalistas da geração 1, as ações de inclusão representam algo recente no mundo do jornalismo, pois quando entraram na profissão não havia qualquer preocupação com esse tipo de política. Para as jornalistas, a falta de engajamento das empresas em prol da diversidade prejudica o desenvolvimento da prática jornalística comprometida com a democratização social, pois mantém a exclusão das pessoas do mundo do trabalho e da possibilidade de trazer suas experiências na construção das pautas, na construção da notícia e na valorização da identidade e da cultura negra na comunicação.

EUGÊNIA, por exemplo, afirma que nas redações onde trabalhou nunca viu nenhum tipo de ação de inclusão. Ela só foi ter contato com esse tipo de política quando se tornou professora universitária. EUGÊNIA conta que, no início dos anos 2000, convidou um diretor de jornalismo de uma empresa de comunicação de Curitiba para conversar com alunos/as na universidade. Ele teria afirmado que gostaria de contratar jornalistas que *“andassem de ônibus”*, ou seja, que pertencessem a uma classe social menos favorecida. *“Ele considerava que as pessoas, vindo de realidades diversificadas, teriam condições de garantir um pluralismo maior na cobertura*

jornalística e que deveria ser uma preocupação sempre presente nas redações”, afirma. Esta foi a primeira vez que ouviu uma pessoa de importância hierárquica em um veículo de comunicação propor alguma forma de inclusão.

Aqui novamente a luta pelas políticas afirmativas na década de 2000 se mostra essencial para a construção do debate e do desenvolvimento de ações para a inclusão da diversidade e da equidade de gênero e raça na sociedade brasileira. Como destaca Souza (2022, p. 248), as “estratégias de luta do movimento negro por cotas raciais na educação protagonizaram uma grande revolução na história da educação da história brasileira”, pois além de ter incluído um grande número de pessoas negras nas universidades, beneficiaram outros grupos, na graduação e na pós-graduação, como os indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQI+.

Essa política permitiu questionar a falta de diversidade nas demais instituições, entre elas as empresas, e ao mesmo tempo fez com que esses grupos ocupassem espaços que antes eram restritos a profissionais brancos/as. Um exemplo bem-sucedido das políticas afirmativas é Carol Dartora. Eleita primeira vereadora negra de Curitiba em 2020, ela ganhou a eleição para deputada federal em 2022, sendo a primeira mulher negra a representar o Paraná no Congresso Nacional. Segundo o jornalista Edson Sardinha (2023), com a ajuda das cotas e de sua família, ela se formou em história e é atualmente doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR. Sempre foi aluna de escola pública. Eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para as duas legislaturas, em suas campanhas ela contou com o apoio de várias organizações, como a Coalizão Negra por Direitos e o Projeto Quilombo nos Parlamentos. Como vereadora, desenvolveu projeto que estabelece cotas para concurso no serviço público em Curitiba.

De acordo com Gonzalez (2020b), Carneiro (2003) e Bento (2022), essa luta pela igualdade e equidade de gênero, raça e classe vem de longe. No mundo do trabalho, as pautas por inclusão e promoção da diversidade vêm ganhando destaque nas agendas mundiais e no Brasil desde os anos 1980. As lutas feministas e dos movimentos negros pautaram as discussões sobre a interseccionalidade das desigualdades e opressões entre gênero, raça e classe no mundo do trabalho nos anos 1980. O movimento das mulheres negras teve como lideranças importantes Benedita da Silva e Lélia Gonzalez, que integravam o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher nos anos 1980 (BENTO, 2022).

Essas mobilizações possibilitaram a construção e organização de várias frentes coletivas que buscam o desenvolvimento de políticas de diversidade nas instituições públicas, privadas e na sociedade civil, com o objetivo de combater as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe e promover a inclusão, a diversidade e a equidade em todos espaços, em busca da garantia dos direitos humanos para todas as pessoas.

A partir desse debate nos anos 2000, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabeleceu padrões internacionais para promover a diversidade nos espaços midiáticos, por meio da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005, em Paris, que destaca a importância da representação de uma ampla gama de grupos sociais, incluindo mulheres, diferentes etnias e religiões, imigrantes, pessoas com deficiência, maiores de 50 anos e indivíduos LGBTQI+ na mídia, de acordo com a jornalista Luciana Gurgel (2022). No entanto, mesmo diante das exigências mundiais por políticas e ações em prol da diversidade, as empresas de comunicação ainda mantêm estruturas pouco diversas e democráticas na contratação de profissionais, na construção dos conteúdos jornalísticos, conforme evidenciam as jornalistas entrevistadas.

EUGÊNIA afirma que ainda não há nas redações de Curitiba e no Paraná uma valorização da diversidade com as equipes de trabalho. Ela conta que isso se deve, inclusive, à rede de proteção que é criada em torno das famílias tradicionais da cidade. Ela cita, por exemplo, um dos jornais onde trabalhou, em que havia uma distinção clara dos lugares destinados às pessoas segundo seus sobrenomes, conforme sua percepção:

Havia um grupo de profissionais que tinha os sobrenomes Melo, Braga, Pimentel, que tinham muito mais facilidade do que nós, os Oliveiras e Silvas da vida, que vínhamos de outros estratos, de outras trajetórias de vida, de outras vivências universitárias, de quem passou pela universidade pública, ou de quem passou pela universidade privada.

ENEIDA viveu uma experiência semelhante à de EUGÊNIA nas redações de veículos de Curitiba, onde nunca testemunhou qualquer política de inclusão de pessoas minorizadas. Segundo ela, só foi ter contato com esse tipo de discussão nos sindicatos onde trabalhou. Mesmo assim, essas ações não se aplicavam à contratação de jornalistas. JOSEPHINA relata que observou exatamente o contrário de uma política de inclusão nos lugares em que trabalhou. Ela fala, por exemplo, da

repressão sobre os jornalistas LGBTI+, que jamais podiam “sair do armário”. Os jornalistas gays, por exemplo, “tinham que se manter tentando ser másculos” o tempo todo para não sofrerem preconceito.

CARMEN percebe que existem projetos visando a diversidade em espaços de jornalismo alternativo, mas mais voltados para construir uma imagem positiva das empresas. “Você vai contratar uma mulher negra, trans, uma editora, mas aí você vai fazer com ela a mesma coisa que você fez comigo?”, ironiza. Segundo CARMEN, de nada adianta aderir a um discurso de inclusão se na prática as/os jornalistas têm que enfrentar condições de trabalho bastante desfavoráveis nessas empresas.

Pesquisas mostram que as pressões realizadas pelos movimentos sociais no mundo do trabalho têm se refletido nas empresas que passaram a incorporar pautas da diversidade em suas ações. Porém há muitas divergências entre os dados desses estudos. Pesquisa realizada pelo Instituto Ethos/Época (2022) envolvendo 169 empresas mostra que 46% delas já adotam metas de diversidade na avaliação dos/as executivos/as. A maioria das empresas da amostra (82%) discute a pauta de equidade de gênero, sendo que 58% têm metas para aumentar a representatividade feminina em cargos de liderança. Em segundo lugar, aparece o questão da equidade racial, com 76% tendo grupos dedicados a esse tema e 39% estabelecendo metas de recrutamento para profissionais negros. As ações para os demais grupos representam 75% para LGBTQI+, 70% para pessoas com deficiência, 37% para geracional, 26% para grupos interseccionais e 13% para indígenas. Apesar das pesquisas mostrarem ações em prol da inclusão da diversidade e equidade nas empresas, Bento (2022, p. 127) alerta que o “cenário ainda é de iniciativas pontuais”.

Para ALMERINDA, as empresas estão atentas com as pautas de reivindicações dos movimentos sociais em relação à diversidade, já que “é impossível hoje o mercado corporativo não entender as narrativas que estão na sociedade”. Apesar disso, não têm promovido mudanças em suas estruturas hierárquicas para que isso ocorra. Ela acredita, no entanto, que essas discussões “ficam num espaço macro” e se limitam ao cumprimento de cotas. Com isso, “os resquícios do racismo no interior do trabalho permanecem”. Como exemplo, ela cita assessorias de sindicatos onde há incorporação de pessoas minorizadas mas não ocorreram mudanças hierárquicas.

Bento (2022) destaca que o termo “diversidade” pode se transformar em uma armadilha, pois seu uso muitas vezes relativiza alguns tipos de discriminação,

incorporando diferentes visões de mundo, de ideias, de aparências, sem questionar as estruturas desiguais. Dessa forma, quando a ideia de diversidade está desvinculada do combate das desigualdades sociais nas estruturas hierárquicas da sociedade, torna-se meramente ferramenta mercadológica e de marketing para empresas, como é ressaltado por ALMERINDA.

ALMERINDA afirma que, nos lugares em que trabalhou, nunca houve discussão sobre a relação entre jornalismo e raça. Apesar disso, ela se propôs a criar, junto com sua chefia, um jornal voltado para professores/as com pautas relacionadas a gênero e raça. Ela reclama que, embora tenha feito todo o trabalho sozinha, o mérito acabou sendo *“da equipe toda”* e não dela, o que evidenciou em sua opinião, contraditoriamente, um ato de discriminação. *“O jornalista preto nunca está sozinho”*, reclama. *“É como se ele fosse um infante. Alguém tem que falar por ele”*, diz ela, referindo-se ao processo de discriminação apontado por Lélia Gonzalez. Esse mecanismo coloca as pessoas negras sempre numa posição de dependência, inclusive quando se trata da linguagem.

LAURA identifica algumas ações de integração de pessoas minorizadas principalmente em grandes empresas de tecnologia na região de Curitiba. Apesar de buscarem um *“marketing fácil que é essa abertura para pessoas pretas, para mulheres”*, a jornalista vê positividade em suas ações, porque acredita que se essas iniciativas tivessem sido tomadas nos lugares onde atuou, teria trabalhado em ambientes mais diversos e com mais possibilidades. *“Mas realmente onde eu trabalhei muitas vezes eu era a única pessoa que não era branca. Acho que a falta de oportunidades tem certa influência”*, diz ela.

MARIA NICOLAS afirma que o mercado da comunicação em Curitiba e região não tem diversidade racial, apesar de esta ser uma preocupação crescente nos setores de recursos humanos das grandes empresas. Ela identifica que a própria forma como os processos seletivos são montados cria barreiras para inviabilizar o ingresso desses/as profissionais. *“Hoje a gente vê muito de ‘vagas afirmativas para talentos negros’. E você vê a descrição da vaga, tem uma exigência, que a gente vê que não tem como [ser satisfeita], não faz sentido. Então, você está abrindo uma vaga para quê?”*. Isso contribui para afastar as pessoas pretas, enfatiza ela.

Em seus relatos, as jornalistas reconhecem que as ações em prol de projetos pela diversidade estão ocorrendo na sociedade, porém continuam distantes dos espaços onde atuam na comunicação em Curitiba e Região Metropolitana.

Reconhecem a importância dessas políticas na democratização dos quadros profissionais, que continuam reproduzindo estratégias sexistas e racistas, e nas possibilidades de conquistar visibilidade e respeito na atuação profissional quando estão dentro das empresas, principalmente quando são mulheres negras.

Uma pesquisa realizada em parceria com o Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA e I'MAX sobre o Perfil Racial da Imprensa Brasileira em 2021 com a participação de 1.952 profissionais, constatou que há poucas iniciativas em andamento para promover a diversidade e o combate ao racismo nas empresas de comunicação no Brasil. Jornalistas negros/as enfrentam dificuldades em suas carreiras em uma proporção muito maior do que seus colegas brancos. 98% dos jornalistas negros/as relatam enfrentar mais obstáculos em suas carreiras do que os/as jornalistas brancos. Apesar de serem maioria em cargos operacionais, os jornalistas negros/as são minoria em cargos de gerência. As mulheres negras sofrem ainda mais, com 52,3% relatando terem sido vítimas de misoginia e racismo. Essas desigualdades resultam em salários menores para os profissionais negros/as no jornalismo.

MARIA NICOLAS se identifica como uma mulher parda. Ela reclama do fato de não haver espaço na empresa para discutir a questão da negritude. Por viver “*num ambiente branco*”, numa empresa e “*numa cidade que é Campo Largo, pequena e conservadora*”, diz que nunca presenciou racismo. No entanto, ela atribui isso ao fato de não ser considerada negra no seu ambiente de trabalho, mas também não se reconhece como branca: “*A gente fala que o azul claro e o azul escuro são sempre azul. Então eu não sou branca. Então parece que esse problema não é meu, e quando eu falo, escrevo sobre isso, as pessoas acham que não é meu lugar de fala*”. Ela considera que seu local de trabalho não é propício para discutir racismo: “*De uma certa forma sou um pouco alheia a essa discussão porque a gente não tem espaço para isso. É triste, mas a gente não levanta bandeira porque não dá e eles não enxergam nosso lugar de fala*”.

O fato de MARIA NICOLAS não ser reconhecida como mulher negra na empresa em que trabalha revela uma artimanha do racismo que se expressa pela ideologia do colorismo²⁵, baseando-se na tonalidade da pele para discriminar as pessoas. De acordo com a pesquisadora Alessandra Devulsky (2021, p. 30):

²⁵ O termo foi usado pela primeira vez pela escritora Alice Walker no ensaio *If the present looks like the past, what does the future look like?* em 1982.

Enquanto projeto social complexo ligado à formação de uma hierarquia racial baseada primordialmente na ideia de superioridade branca, sua razão de fundo atende aos processos econômicos que se desenvolvem no curso da história. De um polo a outro, seja ao preterir os traços fenótipicos e a cultura associada à africanidade, ou privilegiar a ordem imagética da europeidade, sua constituição está ligada ao colonialismo e, indelevelmente, ao capitalismo.

O colorismo faz parte do racismo instituído nos processos de exploração e escravização pela colonização europeia, criando um “racismo de marca”²⁶. As pessoas são mais discriminadas à medida que suas características físicas se aproximam de sua ancestralidade africana em seu corpo, como a cor, tipo de cabelo, traços do nariz e boca. Por outro lado, elas serão mais “aceitas” se tiverem mais traços europeus brancos. Portanto, esse “benefício” é um desdobramento do racismo. Essa estratégia é utilizada para gerar estranhamento, hierarquia e competição entre o povo negro, produzindo fragmentação em sua identidade e luta.

O colorismo é utilizado no espaço de trabalho de MARIA NICOLAS para silenciar sua ancestralidade negra e desautorizar a inserção das pautas raciais, a discussão sobre o racismo estrutural, mantendo os privilégios da branquitude nas estruturas da empresa. A falta de políticas de diversidade na empresa dificulta o seu reconhecimento como mulher negra e também torna solitária a sua luta, pois ela não pode contar com outras mulheres negras no espaço de trabalho.

MARIA NICOLAS reconhece que a falta de diversidade acaba afetando a qualidade do trabalho em comunicação, em especial as pautas do dia a dia. *“Quando você não trabalha em um ambiente diverso continua reproduzindo os mesmos estereótipos, os mesmos padrões, às vezes inconscientemente”*, explica. Para ela, a diversidade é importante para as empresas terem *“múltiplas vozes, visões de mundo diferentes”*, contando com *“pessoas que podem acrescentar e ter um trabalho que abrace as diversidades e diferenças”*. Segundo ela, o jornalismo repete os padrões sociais de quem o produz e, pela limitação desses padrões, *“acaba reproduzindo muitos erros”* com suas generalizações.

²⁶ Estudo realizado por Oracy Nogueira (1998) destaca que o preconceito racial está ligado diretamente à aparência, e se manifesta por meio de traços físicos, pelos gestos e pelo sotaque, o que se caracteriza como “preconceito de marca”. O estudo pioneiro foi publicado originalmente em 1955.

SÔNIA concorda com essa ideia. Ela afirma que as empresas que trabalham sem diversidade em seus quadros não conseguem “sair da bolha” e contribuem para estreitar a visão de mundo de suas equipes de trabalho:

Mesmo quando eu vou fazer as entrevistas, os clientes são brancos, os chefes são brancos e geralmente são homens brancos, então eu vivo nesse meio, eu não tenho troca com ninguém, eu não tenho conhecimento com ninguém. E eu acho que isso empobrece o meu discurso. Seria melhor eu conviver com mais pessoas, assim como eu convivo na minha vida. Como profissional não: eu convivo com homens brancos. Então eu sempre estou perto desse discurso.

Para romper com essa estrutura antidemocrática de trabalho e de comunicação, segundo Bento (2022, p. 108), é fundamental implementar políticas de equidade, que estejam baseadas na “[...] gestão democrática, com mecanismos e tecnologias modernas de comunicação e participação, para a mudança desse cenário”. A diversidade nas empresas de comunicação é essencial para garantir uma cobertura inclusiva e sensível a grupos diversos. Isso se deve à influência das experiências pessoais dos/as profissionais que ocupam os diferentes cargos na estrutura empresarial, principalmente aqueles/as que estão em cargos de liderança. A seleção das pautas, das fontes, das imagens carrega sua visão de mundo, podendo assim incluir e excluir públicos e apresentá-los de formas negativas ou positivas. Portanto, os projetos de diversidade e equidade que buscam a inclusão e a participação democrática ampla de vários grupos sociais na estruturação dos cargos nas empresas são fundamentais para garantir a produção de conteúdos que contemplem os interesses sociais de todas as pessoas.

EUNICE afirma que percebeu um movimento de inclusão mais significativo quando começou a trabalhar no jornalismo em 2011. Ela conta que entrou em uma vaga na televisão onde trabalha atualmente porque havia demanda por pessoas negras. “A gente vinha de uma ideia de tentar vários rostos dentro do jornalismo”, conta. No entanto, hoje ela vê que a “sociedade está mais intolerante” e, com isso, “parece que as TVs não querem se comprometer” e preferem apostar num padrão de profissional que “já está normalizado” em vez de contratar uma pessoa negra ou de outra etnia, pois pode “ter um ruído”. “Mas geralmente a empresa está tirando o pé, porque não quer ter ruído e não quer perder audiência”, lamenta ela, que considera que a inclusão é sempre postergada: “E aí a gente está ficando para depois”.

EUNICE conta que não há nenhum projeto de diversidade na empresa em que trabalha. Ela afirma que a empresa apenas cumpre cotas que são determinadas pela

lei. Ela cita, como exemplo, pessoas com deficiência que trabalham na TV, mas que “*estão em cargos bem menores*”, sem qualquer visibilidade. Segundo ela, a falta de diversidade traz impacto negativo nas expectativas da equipe. “*A gente fica desestimulada, porque você vê que desempenha um trabalho que não é ruim, você se esforça, mas você não vê possibilidade de crescimento*”, reclama EUNICE, que tem pensado em abandonar o jornalismo por não ver perspectivas na profissão.

RUTH conta que a inexistência de ações que promovessem a diversidade nos locais onde trabalhou contribuiu para dificultar o desenvolvimento de uma consciência sobre o racismo e sobre os assédios que enfrentou. Isso também impôs obstáculos para a criação de formas de resistência, pois ela não teve apoio de ninguém quando foi assediada ou foi vítima de racismo – fato que é bastante comum entre as mulheres negras. “*Eu acho que é isso mesmo, não tinha respaldo de ninguém, não tinha para onde correr, sabe, vai levando... Na verdade, eu não tinha muito apoio de ninguém*”, relata.

RUTH e MARIA NICOLAS relatam que vivenciam racismo e sexismo nos locais de trabalho. A falta de representatividade das mulheres negras nesses espaços fragiliza ainda mais suas formas de luta e resistência, pois a solidão de não ter mais pessoas com as mesmas características e vivências ao redor aumenta o estresse causado pelo racismo, silenciando suas vozes por não ter apoio institucional e nem de seus pares profissionais.

Pesquisa realizada pela plataforma de empregos Indeed e o Instituto Guetto em 2021 mostrou que 47% dos profissionais negros da amostragem não se sentem pertencentes ao ambiente de trabalho, 60% sentiram discriminação racial no ambiente de trabalho e quase 47% afirmaram ter presenciado cenas de discriminação. A pesquisa também destaca que 40% dos respondentes acreditam que um programa de letramento racial seria uma ferramenta eficaz.

A importância da diversidade na comunicação é destacada pela jornalista Flávia de Oliveira (2023) ao prestar uma homenagem à jornalista Glória Maria, falecida em 2 de fevereiro de 2023. Segundo Flávia, com sua coragem e ousadia, tratando de assuntos sérios e também lúdicos, Glória Maria inspirou outras jornalistas negras a seguirem carreira como jornalistas. Segundo Flávia, ela foi uma pioneira em várias ações, como a luta antirracista. Além disso, assumiu a criação de suas filhas sem um companheiro, uma escolha que muitas mulheres negras brasileiras fazem pelo compromisso com a vida.

Exceção no ambiente racista brasileiro, a trajetória de sucesso de Glória Maria poderia ter chegado a um número maior de mulheres se tivesse havido uma política de promoção da diversidade no país. Isso é o que defende Bento (2022), para quem é necessária a criação de mecanismos institucionais de inclusão e equidade no trabalho envolvendo identificação de discriminação nas normas, processos e ferramentas usadas na seleção, inserção e ascensão das pessoas. Para ela, é essencial analisar e comparar trajetórias ocupacionais com base na diferença de cargos e salários. Além disso, é necessário estabelecer indicadores, definir metas e monitoramento das informações dos/as trabalhadores/as em relação a gênero, cor, raça, orientação sexual e deficiência. Para Bento (2022), a diversidade também deve ser observada entre os fornecedores e na relação com clientes e comunidade²⁷.

De acordo com Bento (2022), a política de diversidade nas empresas apresenta resultados positivos. As empresas que adotam essas medidas conseguem alcançar resultados financeiros superiores aos das que não adotam. No entanto, apesar dos retornos positivos das políticas afirmativas e da diversidade dentro das empresas, há uma grande resistência para a viabilização dessas ações na sociedade. Isso pode ser observado na criminalização da discussão de gênero na educação pelo governo de extrema-direita.

Três estados e duas capitais no Brasil têm leis que proíbem o uso de linguagem neutra no setor público. Além disso, oito estados e seis capitais têm projetos de lei para restringir seu uso. A linguagem neutra não usa gênero masculino ou feminino em suas palavras, e é importante para a representação da comunidade LGBTQI+. No Paraná, uma lei estadual sancionada em janeiro (21.362/2023) proíbe o seu uso na administração estadual; em Curitiba, um projeto de lei está em tramitação visando essa proibição, que se aplicaria a materiais didáticos e à grade curricular de escolas públicas e privadas.

A negação de políticas inclusivas é um desrespeito aos direitos constitucionais que responsabilizam o estado pela promoção de igualdade e equidade aos grupos minorizados. A falta de desenvolvimento de políticas de combate às desigualdades mantém as estruturas racistas e sexistas. Exemplo disso é a perseguição sofrida pela deputada federal Carol Dartora (PT), que recebeu xingamentos racistas e foi

²⁷ Cida Bento com outros/as ativistas negros/as fundaram em 1992, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos de pesquisa, defesa e promoção dos direitos e equidade racial e de gênero no mundo do trabalho.

ameaçada de morte na época em que estava ocupando o cargo de vereadora em Curitiba (BRASIL DE FATO, 2020).

Outro político negro de Curitiba que sofreu racismo foi o então vereador Renato Freitas (PT), cassado pela Câmara Municipal em 2022 por ter supostamente feito uma manifestação dentro de uma igreja da capital. Na verdade, Renato entrou na Igreja do Rosário, tradicionalmente ligada à comunidade negra, ao final de um protesto contra a morte de um imigrante congolês no Rio de Janeiro. Sua cassação foi invalidada pelo Supremo Tribunal Federal (CUT-PR, 2022). Vítima da expressão do racismo institucionalizado na elite política paranaense, Renato acabou ganhando visibilidade e foi eleito deputado estadual com votação expressiva em 2022.

Da mesma forma que Carol Dartora, a eleição de Renato representa resistência à tradição política que olha a presença de pessoas negras como “invasoras” nos espaços de decisão e poder na capital e no estado. Essas situações evidenciam a importância das políticas afirmativas de inclusão e equidade nas instituições sociais, principalmente na educação e na comunicação, que desempenham grande impacto na formação e na representação dos indivíduos na sociedade. Trata-se de um marco civilizatório para o desenvolvimento dos direitos humanos.

5.3.3 Imagens de controle: violência e luta pela posse de si

Ao serem questionadas sobre como é ser jornalista (negra e branca) no Brasil hoje em comparação com o início de suas trajetórias – o que mudou e quais são as dificuldades e os obstáculos que permanecem –, as entrevistadas mostram que, além de ter que enfrentar todos os preconceitos e discriminações de gênero e raça vivenciados no cotidiano da profissão, persistem imagens de controle sobre seus corpos, seus comportamentos, que as violentam e as desqualificam como mulheres, como profissionais do jornalismo e como donas de si.

As imagens de controle variam entre as diferentes culturas (COLLINS, 2019; HOOKS, 2019). No Brasil, segundo Gonzalez (2020b), as mulheres negras são associadas negativamente à imagem sexualizada da mulata, da doméstica e da mãe preta. Essas imagens idealizam os comportamentos e limitam os lugares sociais destinados a elas no mundo do trabalho, naturalizando sua opressão e exclusão. Conforme mostram as pesquisas utilizadas nesta tese, as mulheres brancas carregam

o privilégio da branquitude na sociedade brasileira, ocupando lugares de mais prestígio no mundo do trabalho, com mais possibilidades de ascensão do que as mulheres negras. Apesar de ocupar socialmente posições de privilégio em relação às mulheres negras que sofrem com o racismo estrutural, todas as jornalistas entrevistadas relatam uma dinâmica de imagens controladoras de uma feminilidade conservadora idealizada, vivenciada no cotidiano da atuação profissional.

A pesquisadora Winnie Bueno (2020) destaca que as ideologias sexuais criam diferentes definições de feminilidade, gerando hierarquias entre mulheres. Essas definições são moldadas pela dominação masculina branca para controlar o comportamento das mulheres, independentemente da raça. Os elementos de controle serão acionados de acordo com suas matrizes de dominação, colocando a mulher branca como símbolo de “pureza sexual”, em oposição à mulher negra, vista como “sexualmente lasciva”, com imagens estruturadas pelo machismo, pelo sexismo, pelo racismo, pela classe, reproduzindo as desigualdades da divisão sexual e racial do trabalho.

A discussão sobre as imagens de controle apareceu nas entrevistas de maneira transversal às questões direcionadas para aspectos mais amplos da atuação profissional das jornalistas. O tema surgiu logo no início da sessão de entrevistas a partir do histórico da trajetória profissional, com o destaque para os desafios que as jornalistas tiveram que enfrentar ao longo de suas carreiras. As imagens de controle aparecem também na resposta à pergunta sobre o relato de preconceitos no ambiente de trabalho.

5.3.3.1 Controle da padronização estética dos corpos

As jornalistas relatam as exigências da aparência corporal e de comportamento ligadas ao ideal feminino e aos padrões estéticos impostos pela sociedade capitalista de consumo, que vêm intensificando a universalização de um modelo vendido pela indústria da beleza e pelos meios de comunicação. Esses critérios ressaltam como ideal de beleza feminina a mulher cis, branca, jovem, magra, marginalizando as demais que não cabem neste padrão, como as mulheres negras, as pessoas com deficiência, com obesidade, as mulheres trans, mulheres mais velhas e pobres.

JOSEPHINA relata que no início de sua carreira a televisão “queria ter mulheres belas”, “magras”, “de cabelo liso e curto” e que se vestissem dentro dos padrões da

emissora. Ela conta que logo no início de sua trajetória como jornalista foi levada ao maquiador da televisão para que recebesse as instruções de como deveria ser seu cabelo. *“Essa pessoa fez uma trança no meu cabelo”* para esconder que era crespo e longo, já que a *“televisão só tinha o cabelo liso e curto”*. JOSEPHINA destaca que a imposição de padrão estético no trabalho impactou a vida de diversas colegas. Ela conta que elas foram obrigadas a se manter magras. Algumas com a ajuda de medicamentos. *“As meninas usavam uma injeção para emagrecer, e era uma determinada médica em Curitiba que dava”*, conta.

ENEIDA argumenta que sua beleza de mulher jovem foi um critério muito importante para ser contratada como apresentadora de telejornal, antes mesmo de estar formada em jornalismo. Nessa época, ela foi alertada por um colega homem de que, se não investisse em outras áreas de atuação além da apresentação do telejornal, poderia perder o emprego quando envelhecesse. *“Quando eu comecei, eu era muito bonita. Então a beleza era o que contava para ser jornalista. Um absurdo isso”*, relata. ENEIDA acredita que o critério de contratação para as jornalistas na televisão permanece o mesmo do que acontecia quando ela começou, na década de 1970. Pertencente à geração 3, MARIA NICOLAS reforça os argumentos de JOSEPHINA, da geração 2, e ENEIDA, da geração 1, afirmando que o padrão de beleza continua sendo utilizado para a seleção das jornalistas e impacta negativamente sobre a atuação das mulheres negras.

CARMEN afirma que o jornalismo exclui *“aquelas que a sociedade dita como feias”*, ou seja, *“as mais gordinhas, as que não são loirinhas”*, *“as que não são classe média alta, as que não se vestem tão bem”*. Segundo ela, as pessoas responsáveis por contratar as jornalistas, geralmente homens, levam em consideração o padrão de beleza.

As jornalistas mostram que a exigência de um padrão estético está associada aos ideais de beleza dos valores da branquitude do século XIX que instituíram como modelo de beleza e feminilidade as mulheres burguesas, brancas, heterossexuais, cis, de cabelo liso, recatadas e do lar. As mulheres negras e pobres eram associadas à feiura, desprovidas de humanidade, que tinham como finalidade a exploração sexual, o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos/as da casa-grande (GONZALEZ, 2020b; RAGO, 2000). Essas representações mostram as mulheres como seres inferiores e submissos.

Os valores marcados pelo gênero, raça e classe continuam sendo usados para impor os lugares sociais que as mulheres devem ocupar. Os ideais estéticos da branquitude do século XIX foram atualizados pela indústria da beleza, que exalta que as mulheres, além de ser brancas, precisam ser jovens e magras para serem “lindas e adequadas” socialmente. Em uma sociedade neoliberal que enfatiza a meritocracia e possui indústrias altamente lucrativas dedicadas ao mercado da aparência e autoaperfeiçoamento, a beleza é transformada em uma ética que caracteriza a “feitura” como tudo aquilo que não faz parte das imagens hegemônicas, como falta de esforço, descuido e uma questão de caráter, pois a pessoa não estaria alcançando sua melhor versão, como defendido pela pesquisadora Naomi Wolf (1992).

RUTH, jornalista da geração 1, relata que não apenas foi discriminada numa seleção de emprego, mas também sofreu violência no ambiente de trabalho diversas vezes por ser uma mulher negra. Ela relata que, numa entrevista de emprego para trabalhar como repórter de televisão, foi eliminada logo de início pelo fato de ser negra. O profissional que estava fazendo a entrevista a descartou, afirmando que ela não tinha “perfil para isso”. *“E na verdade eu sabia que o perfil a que ele se referia era a minha aparência”*, constata.

RUTH relata também a experiência de três anos como editora de revista numa agência de comunicação em que era responsável por todos os repórteres e por todos os veículos, sendo a segunda na hierarquia. A saída do emprego está associada a um episódio de racismo envolvendo preconceito em relação a seu corpo:

[...] o chefe começou a ser muito cruel comigo, a falar coisas bizarras para mim. Ele chegou a dizer que eu tinha inveja da gerente da agência porque ela era branca e não tinha cabelo crespo igual ao meu. Aí foi horrível, sabe. Aquele tempo todo que tinha sido uma experiência bem legal acabou quando ele começou a agir assim comigo. Então, não tenho boas recordações disso também.

EUNICE relata a persistência das imagens de controle racistas que discriminam e que buscam ocultar a existência de seu corpo de mulher negra nas relações de trabalho. Ela afirma que a maquiagem é uma forma de expressar o preconceito, pois as profissionais dessa área são orientadas a esconder características da beleza negra. *“O nariz do negro é um nariz maior. E o padrão de beleza é o nariz mais afinado”*, explica. *“Então geralmente as maquiadoras ‘sugerem’ – num tom de sugestão, mas que você sabe que não tem nada de errado com o meu nariz. É o meu nariz! – elas sugerem que se faça um contorno para ver se fica mais fino”*.

Ela fala ainda do padrão imposto por meio das roupas, *“sempre tentando esconder as curvas, como se fosse um corpo que tem aquela referência, o ‘corpo do pecado’. ‘Mas se fosse fora da TV ficaria bonito...mas aqui...só para não chamar a atenção’*”, diz ela, fazendo referência aos comentários que geralmente escuta das chefias quanto ao padrão de vestimenta que deve ser adotado na TV. *“Então a gente tem sempre a discussão da roupa que a mulher veste. Em televisão, isso é diário. Você sempre tem que estar se escondendo, porque as pessoas não conseguem evoluir nisso”*.

Embora a TV adote padrões mais rígidos quanto às vestimentas, as jornalistas que trabalham em outros meios também são obrigadas a usar determinados tipos de roupa para a cobertura de eventos mais formais, ainda que isso ocorra com menos frequência do que em décadas anteriores. EUGÊNIA recorda que chegou a ser repreendida por usar o traje do dia a dia em certas coberturas. *“Por exemplo, chegar de calça jeans e de tênis, de camiseta, que era a roupa que eu usava e que tinha dinheiro para usar, no Palácio Iguazu. Levava uma descompostura da figura do cerimonial”*, explica. Ela lembra também que, na época da ditadura, para cobrir a visita dos generais-presidentes, exigia-se que as jornalistas trajassem saias em vez de calças. *“Aí vinha lá [a exigência] na credencial da Presidência da República, em 1974, 1975, e até pra frente. Eram coisas desse tipo que eram típicas da realidade da época”*.

MARIA NICOLAS enfatiza a permanência das exigências nas formas de se vestir para estar com a aparência adequada aos interesses dos públicos com os quais trabalha. Ela conta que, numa assessoria de imprensa, foi repreendida por sua chefe, que exigia dela uma aparência de *“mulher mais poderosa”*, que se *“veste melhor”*. A chefe chegou a reclamar de que ela era *“muito pequeninha”* e que precisava se adequar para trabalhar com o público da agência, formado por clientes da área de arquitetura e gastronomia, um *“mercado de luxo”*, com poder aquisitivo elevado, *“um monte de gente que ‘viaja na maionese’, no mundo maravilhoso, cor-de-rosa”*, define.

As empresas de jornalismo estabelecem uma padronização do uso de roupas e maquiagem que está associada à imagem corporativa masculina, com paletó e gravata para os homens; blazers com cores sóbrias para as mulheres. Conforme as pesquisadoras Ana Tereza Pereira e Sandra Nodari (2018, p. 2), os cabelos devem ser curtos para as mulheres; a barba dos homens tem que estar sempre aparada.

“Acessórios, somente pequenos e que não chamem a atenção. Esmaltes, somente claros”.

Essa padronização é vista como necessária para transmitir credibilidade da informação ao público, associada a uma suposta racionalidade e objetividade masculina empresarial. Os apresentadores/as na TV devem reproduzir um padrão estético do mundo corporativo com roupas formais e sapatos elegantes, que se relaciona com uma redação organizada como os escritórios das grandes empresas, de acordo com o jornalista Wilson Ferreira (2016).

A padronização segue os ideais da “boa aparência” da branquitude europeia dentro das empresas. Isso favorece as mulheres brancas e exclui as mulheres negras dos espaços de trabalho no jornalismo, já que cabelos volumosos, assimétricos, “indisciplinados” e roupas coloridas são vistos como perfis menos responsáveis, que se opõem ao ideal de “boa aparência” da branquitude. Como frisa Bento (2022, p. 107), a inclusão das mulheres negras no mundo do trabalho provoca questionamentos sobre esse perfil, mostrando que há formas plurais de ser e existir no mundo. Somente recentemente as jornalistas aparecem com cabelos mais longos na TV. O jornalismo padroniza as notícias e a estética visual dos/as profissionais, reproduzindo a lógica das grandes corporações.

Ao abordar o tema, ALMERINDA faz uma leitura histórica e sociológica em relação ao controle do corpo da mulher negra nos espaços de trabalho no Brasil. Segundo ela, a diferenciação sobre a mulher negra é feita para controlá-la, assim como ocorria no sistema de *plantation* na época da escravização, “*onde você sempre estava sob a vigia de um feitor. Era o nosso Big Brother, nessa vigilância de nossos corpos e tudo o mais*”. Segundo ela, existem algumas profissões que têm “*menos status*” e que aceitam a mulher negra, e outras em que a presença dela provoca “*espanto*”, como é o caso das diversas ocupações do jornalismo, que proporcionam mais exposição. ALMERINDA afirma que os estereótipos são tão fortes que algumas vezes não foi vista como jornalista por não ter a “*cara da profissão*”. “*Eu fazia muita cobertura na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e quando eu chegava lá, é impressionante, toda vez eu ia tinha que passar com o crachá. Mas eu percebia que muitos jornalistas não passavam com o crachá. Isso é fato*”.

Conforme o relato das jornalistas, as imagens de controle funcionam como processos de dominação e exclusão em relação aos corpos femininos; quando os marcadores de gênero, raça e classe são ativados, percebe-se que eles incidem de

forma ainda mais opressora sobre as mulheres negras. Os estereótipos sexistas que oprimem as mulheres brancas – como delicadeza, fragilidade, beleza e maternidade como destino biológico – não se aplicam às mulheres negras, que são associadas ao trabalho bruto e desqualificado. Com isso, são vistas muitas vezes como incapazes intelectualmente. Essa imagem está ligada ao processo de exploração da escravidão colonial.

Os corpos das mulheres negras materializam e tornam visíveis a exclusão e a segregação impostas pelas relações hierarquizadas de dominação de gênero, raça e classe. A reprodução do racismo e do sexismo faz com que as mulheres negras sejam vistas como menos adequadas em profissões de prestígio. As imagens de controle apagam os direitos de participação democrática das mulheres no mundo do trabalho. Seus corpos são vistos como inferiores, submissos e objetificados, podendo ser excluídos, violados e violentados.

5.3.3.2 Cortando a própria pele: objetificação, assédio e violência

A objetificação do corpo feminino é um fenômeno recorrente nas relações de trabalho; a redução da mulher a um objeto sexual é uma forma de desumanização que pode levar à violência e à opressão masculina, ressalta a pesquisadora Caroline Heldman (2012). Trata-se de uma cultura que normaliza a violência e o assédio, perpetuando a discriminação e a desigualdade de gênero, raça e classe na sociedade capitalista, por meio de imagens de controle (COLLINS, 2019; HOOKS, 2019; GONZALEZ, 2020b; BUENO, 2020). No jornalismo, o assédio moral²⁸ e o assédio sexual²⁹ são uma realidade enfrentada pelas mulheres em todas as etapas da carreira. Essa violência afeta a autoestima, a saúde física e emocional e a capacidade de autonomia financeira, prejudicando sua qualidade de vida e de trabalho.

²⁸ Está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado o projeto de lei 4742/2001, que tipifica o assédio moral como crime no Código Penal. O assédio moral é definido pelo projeto de lei como “ofensa reiterada da dignidade de alguém que cause danos ou sofrimento físico ou mental no exercício do emprego, cargo ou função”. A pena prevista é detenção de 1 a 2 anos e multa (SENADO FEDERAL, 2023).

²⁹ O artigo 216-A do Código Penal define o crime de assédio sexual como: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. A pena prevista é de 1 a 2 anos de detenção.

De acordo com a Controladoria-Geral da União (2023), o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, que ocorre por meio de condutas abusivas, trazem danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica, pondo em perigo o emprego ou degradando o ambiente de trabalho. As consequências podem incluir diminuição da autoestima, falta de motivação, redução da produtividade, alta rotatividade de pessoal, aumento de erros e acidentes, elevado absenteísmo e licenças médicas frequentes. Em casos mais graves, pode ocorrer tentativa de suicídio. O assédio sexual e o assédio moral no ambiente de trabalho são considerados crimes pela lei. No entanto, continua sendo praticado no mundo do trabalho. Em seus relatos, as jornalistas mostram uma caminhada profissional marcada por um conjunto de violências sobre seus corpos.

JOSEPHINA afirma que as mulheres jornalistas são objetificadas com frequência, pois têm contato com um grande número de pessoas do sexo masculino, tais como chefes e entrevistados. Isso ocorre em especial quando elas são jovens e inexperientes. JOSEPHINA lembra que, assim que começou a trabalhar como repórter em rádio, sofria com a objetificação, exercida predominantemente por fontes masculinas que ela entrevistava. A jornalista conta que ela e uma colega da mesma idade eram vistas como “*as duas meninas*”, as “*duas novinhas*” da rádio e nunca como “*jornalistas profissionais*”.

Eu me lembro de uma pessoa que ficava segurando na minha mão. Era assustador aquilo. E você não sabe como agir. Era a coisa da vergonha: agora puxo a minha mão ou não puxo? Não falo mais com essa pessoa? O que eu faço? Quando a gente sofre qualquer tipo de assédio, a gente fica meio congelada.

Devido à falta de experiência, não sabia como lidar com o assédio. “*Parece que tudo o que eu fazia era errado. Então você fica meio congelada nas ações porque você pensa: se eu fizer isso é errado, se eu fizer aquilo é errado*”, relata. Aos poucos, foi criando mecanismos de defesa. “*Às vezes eu chegava para as pessoas com a mão esticada [faz o gesto]: para deputado, vereador [...]. Porque alguns vinham te abraçar e pegavam na tua cintura*”, diz. JOSEPHINA conta também que pesava sobre ela a “*marca da pobreza*”, por ser filha de caminhoneiro e ter ficado órfã de pai aos sete anos, enquanto boa parte das colegas vinha de famílias de classe média e seus pais “*eram médicos ou advogados*”. “*Assim, eu não tinha amadurecimento suficiente para*

saber como agir com aquelas pessoas em posição de poder que se aproveitavam de mim”, explica.

Ela reconhece que agora consegue identificar que viveu muitas situações de assédio nas relações de trabalho que na época passaram despercebidas. Afirma que, se tivesse a consciência de hoje sobre as imagens de controle, teria feito muito mais reportagens sobre as situações de assédio que pesavam sobre as mulheres e que ela não conseguia perceber, *“porque vinha com a educação e com a cultura que a gente tem aqui no Brasil, que é machista”*.

JOSEPHINA diz que, apesar dos avanços, ainda são comuns as piadas de cunho sexista nas redações e o olhar ostensivo dos colegas para o corpo das jornalistas, identificadas com facilidade pelas mulheres: *“Nós sabemos o que é isso – um cara olhando para o teu peito, a tua bunda ou para a tua roupa e ficar abaixando e subindo o olho”*. Segundo JOSEPHINA, esse tipo de comportamento ainda faz parte do cotidiano do jornalismo e ocorre com frequência na relação entre os homens que ocupam cargos de chefia e suas subordinadas. As mulheres que tentam denunciar são descredibilizadas pelas outras, relata.

JOSEPHINA afirma que as situações de constrangimento e de violência também ocorrem na relação com as fontes de informação. Ela relata que foi interpelada por um entrevistado que havia questionado se seu marido tinha ciúmes do fato de ela ser jornalista. Ela relata que ficou com vontade de dar uma resposta incisiva ao entrevistado, mas optou apenas por responder negativamente para encerrar o assunto e poder prosseguir seu trabalho. *“É muita agressão, é muito ataque à figura da mulher, como se ser jornalista não fosse uma profissão séria, [como se] não fosse para uma pessoa direita”*, diz.

Ela conta também a história de uma colega que foi assediada sexualmente. Tentando criar provas contra o assediador, essa jornalista conseguiu gravar e divulgar um vídeo em que o rapaz a ameaçava. Ao tomar conhecimento do caso, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR) pediu a demissão do profissional, que *“infelizmente conseguiu desvirtuar a situação inteira”*, conforme JOSEPHINA, ao alegar que havia sido vítima de uma armação. Com isso, sua versão acabou sendo aceita pela emissora, pois não chegou sequer a ser constrangido: não só continuou a apresentar um programa na TV, como também foi candidato a vereador, relata JOSEPHINA. Chegou a ter, inclusive, o apoio de algumas mulheres que trabalhavam na emissora que apostavam em sua inocência. *“Esse é o ambiente*

que a gente tem. E muita gente acaba não denunciando assédios porque tem medo de não conseguir emprego de volta. Isso ainda existe”, explica.

JOSEPHINA recorda diversos casos de assédio exercidos por colegas homens sobre as jornalistas. Ela lembra de ter trabalhado com um profissional que importunava com frequência as jornalistas. Dez anos mais tarde ela o reencontrou, paradoxalmente trabalhando em um veículo cuja linha editorial tinha por objetivo combater desigualdades sociais. Diante dessa contradição, ela questiona se fazia sentido encontrá-lo num veículo com esse perfil. *“Qual é a lógica de um chefe ficar dizendo sobre a cor do meu olho, do meu nariz, da minha boca, me convidando para sair depois do expediente?”*, questiona. JOSEPHINA lamenta que as empresas tenham feito muito pouco para evitar situações de assédio. *“Esses caras ainda estão no mesmo lugar: abraçando, pegando na cintura, convidando para sair. Exatamente do mesmo jeito, assediando igual. O que muda é que algumas pessoas agora têm coragem, têm condições de revidar”*.

LAURA viveu uma situação envolvendo esse tipo de violência e fez uma denúncia formal contra o gerente que a assediava sexualmente. Teve a coragem de fazer a queixa, embora nada tenha acontecido na empresa contra o assediador e ela tenha sido demitida um mês depois. *“Não sei se [ele] ainda está lá. Mas [logo depois] continuou sem nenhuma consequência em relação a isso”*, lamenta. Além desse episódio, LAURA viveu outras situações envolvendo piadas sexistas e importunações que, em muitos casos, eram aceitas pelos superiores hierárquicos como *“brincadeiras”* sem maiores consequências dentro da lógica da cultura machista corporativa. *“Eu me lembro de ter sido chamada de ‘querida’, ‘florzinha’, [de ter uma] pessoa colocando a mão na minha perna”* quando trabalhava na redação de um dos maiores jornais de Curitiba.

A hierarquização de gênero, raça e classe está estruturada em estereótipos de gênero, numa moral sexual que espera comportamentos moldados pelo ideal de uma mulher recatada, mãe de família ou hipersexualizada como objeto sexual. Esses estereótipos são acionados para desqualificar as mulheres que serão representadas como “denonestas”, podendo ser tratadas com violência dentro dessa lógica. Elas serão culpabilizadas, e a violência masculina praticada sobre seus corpos é justificada e naturalizada. Com isso, são impostas barreiras para que elas possam relatar e provar o ato, mostrar que seus direitos foram violados e punir seus agressores. Quando não desenvolvem políticas de inclusão e equidade, as instituições públicas e

privadas reproduzem e ampliam esses obstáculos, contribuindo para o silenciamento das mulheres em sua busca por justiça social.

No momento em que falava das situações de assédio para esta pesquisa, LAURA ficou com a voz embargada e com tristeza no olhar. Ao analisar o tipo de violência a que foi submetida, não vê, no entanto, os atos de assédio relacionados diretamente à questão racial. Ela diz que, pelo fato de ser parda, não é tida como negra nos locais onde trabalha ou já trabalhou, diferentemente de sua irmã, que tem a pele mais escura e teve menos oportunidades de ascensão profissional. LAURA percebe a ideologia do colorismo utilizada no espaço de trabalho como estratégia para hierarquizar as pessoas negras e justificar as exclusões dos espaços sociais:

Eu questiono se, por exemplo, a minha inclusão veio porque eu tenho pele mais clara do que outras pessoas. A minha pele é muito mais clara do que a da minha irmã. E ela não terminou o ensino médio e trabalha como diarista. Eu consegui terminar a faculdade, consegui entrar no mestrado. E a minha condição financeira é muito melhor do que a dela. Mas são situações diferentes também. Entra também a experiência de vida, o que torna difícil esta análise. Como a questão da raça influenciou? A gente consegue perceber o espaço negativo, o que não está ali, você consegue ver com clareza. E normalmente na comunicação a gente vê muitas pessoas brancas majoritariamente ocupando esses espaços.

CARMEN, da geração 2, trabalhou por dois anos no mesmo jornal em que LAURA, da geração 3, vinha sofrendo assédio. A única diferença entre as duas é que CARMEN frequentou a mesma redação uma década antes. Os casos de violência foram muito semelhantes: um editor assediava moral e sexualmente *“praticamente todas as jornalistas”*. Ele *“fazia piadas de cunho sexual”* e, nas festas da empresa, *“cochichava com os caras na hora em que as meninas passavam”*. Indignada com a situação, CARMEN reclamou do comportamento do editor para uma colega utilizando, para falar de seu descontentamento, o sistema interno de comunicação da redação. Por engano, acabou mandando uma mensagem para o assediador. *“Ele não me chamou. Não veio me perguntar o porquê que eu estava falando aquilo. Não. Ele simplesmente me colocou na ronda policial. Me enfiou na ronda policial e não me tirou mais de lá”*, relata. A partir daí, foi obrigada a fazer somente coberturas de crimes e de casos violentos, que fizeram mal para sua saúde mental. Pediu para mudar de editoria, mas não foi atendida pelo chefe.

Um dos casos mais perturbadores que cobriu foi o assassinato de uma menina cujo corpo foi encontrado num terreno baldio. A criança havia sido estuprada e

esquartejada. As partes de seu corpo foram enfiadas em um saco de lixo e jogadas no lote vazio. O editor enfatizou que CARMEN deveria fazer uma entrevista com os pais, tendo que perguntar o que *“estavam sentindo”* em relação ao assassinato. *“Ele mandou eu ir ao enterro primeiro”*, diz ela, que se negou a entrevistar os pais por respeito à situação de dor, mas acabou conversando com duas vizinhas. CARMEN conta que o editor reclamou e que, no outro dia, falou para ela ir até a casa para conseguir a entrevista de qualquer jeito. Ela ligou então para o pai, que não quis conceder entrevista. Mesmo assim, o editor foi extremamente agressivo com ela. CARMEN conta: *“Ele respondeu: ‘Não quero saber. Repórter tem que ir pra rua. Onde já se viu?’ O editor me esculachou. Eu não fui e ele ficou puto”*.

Em outro caso violento, a pauta era a cobertura da morte de um adolescente que havia perdido a vida *“brincando de roleta-russa”*. Mais uma vez, o editor pediu uma entrevista com os familiares. *“Quando eu cheguei, já tinham levado o corpo, mas tava aquela poça de sangue”*, conta ela, que tentou falar com algumas pessoas, mas foi recebida com xingamentos e agredida pela tia da vítima. *“Foi um caos. Saímos de lá fugidos”*, explica. Ao retornar ao jornal sem as entrevistas, foi repreendida pelo editor.

CARMEN conta que ficou seis meses na ronda policial, sendo demitida logo depois sob alegação de corte de gastos da empresa. Segundo ela, ter sido escalada para a ronda foi uma estratégia usada pelo editor para que ela pedisse demissão e para reafirmar os estereótipos de que as mulheres não são adequadas para esse tipo de cobertura.

Depois de ser despedida, CARMEN teve medo de processar o jornal. Pensava que, se fizesse isso, não iria mais conseguir emprego. *“[Quando saí de lá], eu chorei o mês inteiro. Parece que tinha acabado a minha carreira. Nunca mais eu ia conseguir nada na vida! E aí eu fiquei em uma fase bem difícil, não conseguia mais voltar para o jornalismo, para a redação. E comecei a fazer assessoria de imprensa”*, diz ela. CARMEN relata que ficou doente por causa dos abusos que sofreu do editor. *“Desde aquela época da ronda, eu comecei a desenvolver esses sintomas de depressão que eu acho que foi por isso”*, relata.

A violência masculina praticada contra as mulheres, como indicam as pesquisadoras Heleieth Saffioti e Suely Almeida (1995, p. 23), é resultado das estruturas hierárquicas que vão moldando as visões e as práticas dos indivíduos nas relações sociais:

O gênero, assim como a classe social e a raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona assim como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo a atuação desse sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo.

Os relatos de JOSEPHINA, LAURA e CARMEN evidenciam inúmeras práticas de violência de gênero cometidas por um mesmo tipo de agressor, que se mantém no cargo ao longo do tempo, exercendo posição de poder de decisão e controle na estrutura institucional. As estruturas hierárquicas alimentam as práticas de violência de forma frequente, uma vez que os valores estruturais são machistas, sexistas e racistas. Os cargos de poder são majoritariamente ocupados por homens, que perpetuam a cultura da proteção da masculinidade e da branquitude.

O silenciamento imposto a CARMEN e LAURA, que foram demitidas após denunciarem seus agressores, é uma clara evidência da falta de políticas de equidade de gênero. Essas jornalistas foram duplamente vítimas de violência de assédio, já que além de sofrerem a agressão em si, foram submetidas a um medo constante de ficarem expostas ao mercado e não conseguirem arrumar emprego. A estrutura sexista e machista institucional permitiu que o agressor usasse seu poder masculino para praticar o assédio moral contra CARMEN, desvalorizando seu trabalho, sobrecarregando-a, ameaçando sua integridade física e diminuindo sua autoestima. A falta de políticas de equidade de gênero permitiu que o agressor mantivesse seu poder intocado, enquanto as jornalistas foram intimidadas, demitidas e tiveram que lidar com o trauma das violências sofridas.

CARMEN conta que o assédio se dava também na contratação. *“Seu chefe só faltava te chamar para sair, se você desse uma abertura. O cara ia te chamar mesmo. Ia ter um caso com você e tudo bem. Hoje, eles já têm mais receio de que você se imponha, que você denuncie”*, salienta. Algum tempo depois, ao comentar as situações que viveu com uma jornalista que também havia trabalhado no mesmo jornal, a colega disse que teve uma experiência parecida. *“No fim a gente foi descobrir que era a mesma pessoa. Ele agiu assim com todas as meninas e eu achava que ele só agia assim comigo, que o problema era comigo, mas na verdade o problema era com todas”*, revela.

Quanto à relação com as fontes, CARMEN afirma que há momentos em que o trabalho de busca por informação requer conversação e estabelecimento de vínculos

– e isso pode gerar mal-entendidos com alguns entrevistados. Segundo ela, *“se você realmente der espaço, a pessoa vai achar que você quer alguma coisa ou que você está propondo algo”*. Isso acontece mais comumente na área de política, explica. Ela conta que as tentativas de assédio ocorriam em especial no início de sua carreira, quando as entrevistas presenciais eram mais numerosas. Era *“sempre aquele sorrisinho”*, afirma, referindo-se à abordagem invasiva dos entrevistados.

CARMEN percebe que as situações de assédio ainda persistem na atualidade, mas diminuíram em relação à época em que iniciou sua trajetória no jornalismo. Um dos motivos é que, mesmo antes da pandemia, devido às facilidades trazidas pelos TICs, boa parte das entrevistas é feita remotamente, seja por telefone ou por aplicativos de vídeo ou de gravação de áudio.

MARIA NICOLAS afirma que viveu situações de assédio moral no início de sua carreira. Numa delas, seu chefe obrigava a equipe a fazer horas extras sem remuneração. Além disso, era comum ocorrer assédio verbal, com *“aquele comentário bobo, aquela brincadeirinha”* envolvendo conteúdo sexista. MARIA NICOLAS lembra também de um fato que ocorreu em relação a seu nome, considerado comum e inadequado pelo seu chefe na época. Ele pediu para ela se apresentar com o segundo nome. Mas não atendeu o pedido do chefe: quando ela ia falar com os clientes, usava o nome completo. A jornalista afirma que sempre se impôs diante das ações de assédio, mas com muito cuidado, *“porque no nível hierárquico a gente sempre sai perdendo nessas histórias”*.

Quanto às mudanças ao longo dos anos, ela acredita que o assédio continua no mesmo nível em comparação com o período em que começou na profissão. MARIA NICOLAS afirma que as pressões do trabalho e a frustração por não poder trabalhar na redação de grandes veículos como repórter, seu projeto inicial de carreira, a levou a buscar terapia psicológica, pois o desgaste emocional foi tão grande *“a ponto de ficar doente mesmo”*, admite.

RUTH conta que seu primeiro trabalho, em um jornal especializado na cobertura policial e de esportes, foi traumático. *“Eu nunca tinha entrado em uma redação, e com uma semana o chefe me chamou e disse que não ia dar certo, que eu não tinha a menor vocação para o trabalho e que era para eu procurar outra coisa para fazer na vida”*, diz ela. Já trabalhando numa agência de comunicação, foi entrevistar um promotor de justiça na casa dele, e sofreu uma tentativa de estupro. *“A gente começou a conversar e eu não percebi que todo mundo saiu e ficamos sozinhos.”*

Tinha um portão alto e ele me agarrou. Eu tive que me defender sozinha”, relata. Ao chegar à redação e expor o ocorrido, não teve nenhum apoio da chefia. Alguns colegas chegaram a afirmar que a culpa tinha sido dela, pois *“deu mole”* ao ter ido sozinha à casa do promotor.

Algum tempo depois ela foi atuar num órgão público, onde exerceu a função de assessora de imprensa por 12 anos. RUTH conta que o trabalho *“era divertido, era bom”* do ponto de vista operacional, e teve a oportunidade de *“aprender muito com as pessoas”*. O grande problema é que acabou sofrendo violências frequentes de seus chefes, em especial de dois deputados aos quais assessorava. O processo traumático dessa experiência a fez desistir do emprego.

A primeira experiência ruim, que deu início a seu quadro de depressão, começou quando mudou a liderança do governo e ela teve de trabalhar com um novo deputado, *“com o coração estraçalhado”*, pois seu antigo assessorado havia sido transferido para outro cargo. *“Na primeira vez que a gente se encontrou, ele falou: ‘Eu não gosto de você e eu não quero que você trabalhe comigo’”*.

Por causa disso, RUTH encontrou outro espaço para trabalhar na instituição. A princípio, o deputado não permitiu. *“Ele falou: ‘Eu não gosto de você, eu não gosto do seu trabalho, mas se tá todo mundo pedindo para você sair daqui, então algum valor você deve ter, né. Então, você fica aí’”*. Apesar disso, ela conseguiu mudar de função.

Com as eleições, a situação se alterou de novo, e teve que ir trabalhar com outro deputado ainda, quando ocorreram vários episódios de racismo, humilhações e agressões. O relato de RUTH é marcado por silêncios, voz embargada e lágrimas nos olhos:

Mas o meu pai estava doente, eu precisava do trabalho, o salário era bom, eu não podia deixar passar. E eu fui. E aí foram oito anos em que eu sofri todas as humilhações que você possa imaginar que uma pessoa pode sofrer, até coisas assim de ele arremessar coisas em mim [...] Eu acho que [o deputado] tinha problema em me chamar de ‘negra’ e me chamava de ‘moreninha’. Um dia eu disse para ele que eu não era moreninha, porque se branco não é areia, pérola, bege, por que eu tenho que ser morena clara, morena escura, moreninha, parda?

RUTH relata que as dores das humilhações e violências foram tantas a ponto de adoecer e passar a se cortar. *“Quando me cortava, a dor do sofrimento ficava menor”*:

[...] nessa época [do trabalho no órgão público] eu estava muito mal, eu estava naquela fase de me cortar, que a dor era tão grande, que eu não conseguia reagir e eu tentava transformar em dor física, então, eu vivia cortando o pulso e eu cortava com qualquer coisa, com grampo de grampeador, com estilete, qualquer coisa, eu precisava sentir aquela dor física, para acabar com aquela dor insuportável que eu sentia, por conta da depressão e de tudo isso.

Depois dos traumas por que passou no jornalismo, RUTH resolveu trabalhar apenas como *freelancer*. A relação conflituosa no seu principal emprego, assessorando o deputado, a fez entrar em depressão. *“Foi ali que eu fiquei mal, muito mal mesmo. Tive que começar a fazer tratamento psiquiátrico, fazer terapia, tomava um monte de remédio”*.

A vivência traumática de RUTH no jornalismo evidencia as agressões enfrentadas pelas mulheres negras no ambiente de trabalho. Essa violência também é confirmada por ALMERINDA. Com base em sua experiência como jornalista e ativista, ela argumenta que o assédio é muito maior sobre o corpo da mulher negra do que sobre a mulher branca. Segundo ALMERINDA, cai sobre a mulher negra *“um exercício maior de mando”*, pois não há *“uma diplomacia”* sobre seu corpo como ocorre em relação às mulheres brancas. *“Então você percebe certas nuances de assédio para cima de você”*, explica. *“O nosso corpo é mais assediado, enquanto o corpo de uma mulher branca é muito mais diplomático, digamos assim, no tratamento do trabalho, no tratamento das atividades, na relação patrão e empregado”*.

Essa visão é reforçada por Gonzalez (2020b), para quem as mulheres negras sofrem duplamente com o racismo e o sexismo impostos pela colonização, que as relegou a estereótipos e a imagens de controle sexualizadas e objetificadas que negam seu papel político e determinam seu *status* de subalternidade na cultura brasileira.

Essas representações são mantidas pelo racismo estrutural. Como aponta Borges (2012, p. 198):

Os estereótipos em torno do negro e da mulher negra não seguem uma trajetória linear (do negativo para o positivo, como algumas análises insistem em sublinhar), mas se movimentam sobre uma estrutura cíclica, em que os discursos fundadores do Outro ainda são o grande manancial para tipificação dos personagens negros e dos assuntos relacionados à África e ao Brasil negro [...]

Essa estrutura cíclica do racismo se manifesta nas instituições sociais e no mundo do trabalho, onde a reestruturação produtiva neoliberal reproduz a divisão do trabalho baseada em desigualdades de gênero, raça e classe. As mulheres negras

são as mais afetadas, representando a fonte de acumulação do capital em postos precarizados. O corpo feminino negro continua sendo desumanizado nas relações sociais, sofrendo violências racistas e sexistas, como as que podem ser observadas nos relatos de RUTH.

Para manter o pacto da branquitude masculina e seus privilégios nas instituições de Curitiba e região, seus chefes praticam violências racistas, de gênero e classe, desrespeitando sua dignidade e seus direitos humanos. As lideranças das instituições em que trabalhou, juntamente com seus pares, buscam na reprodução da personalidade autoritária a manutenção de seus privilégios de gênero, raça e classe.

Partindo das discussões do filósofo Theodor Adorno (2019), é possível dizer que a personalidade autoritária das lideranças das instituições se manifestam na imposição da autoridade a partir da agressividade contra os grupos subalternos, com a imposição de seus valores morais, que valorizam a obediência e a conformidade. Essa personalidade busca segurança e ordem em vez de liberdade e autodeterminação, tende a ser dogmática e inflexível, resistente a mudanças e a novas ideias.

No Brasil, a personalidade autoritária, segundo a filósofa Marilena Chaui (2001), é o mito fundador da cultura brasileira, que está estruturada na matriz senhorial da colônia de mando-obediência, do senhor e seus/suas subordinados/as. Essa relação autoritária e violenta se reproduz em todas as relações sociais, construindo relações verticalizadas assentadas na exploração e discriminação das desigualdades sociais.

A personalidade autoritária se manifesta nas violências contra as jornalistas, especialmente em RUTH, que sofreu xingamentos verbais, violência sexual e assédio moral e físico. Essas ações reproduzem a brutalidade e a opressão do colonizador escravagista branco, buscando controlar o corpo, a autoestima, a saúde e o desejo de existir dessas mulheres. A violência física é a forma mais brutal de exercer esse controle, negando a humanidade das mulheres. Esses atos são praticados para manter a hierarquia social existente, em que homens brancos ocupam lugares privilegiados e as mulheres, especialmente as negras, são subalternizadas. Como descreve Gonzalez (2020b), o racismo desempenha um papel fundamental na internalização da “superioridade” da personalidade autoritária do opressor.

O silêncio e a banalização da violência de gênero, raça e classe nas instituições públicas e privadas vivenciada pelas jornalistas funcionam como ferramentas para a

manutenção da divisão sexual e racial do trabalho, base de sustentação da lógica capitalista, como explicado por Federici (2027; 2021), Hirata e Kergoat (2008). A violência do assédio é vivenciada por um grande número de mulheres no mundo do trabalho, como revela uma pesquisa realizada em colaboração pela Think Eva e o LinkedIn Brasil (2020), que entrevistou 381 profissionais. Os dados indicam que quase metade das mulheres (47%) já sofreu algum tipo de assédio sexual no ambiente de trabalho. A pesquisa também identificou que a desigualdade racial atravessa o problema, sendo que 52% das mulheres que relataram ter sofrido assédio sexual são negras.

A pesquisa destaca ainda que a maioria das empresas tem falhado na prevenção e resolução das queixas, o que resulta em impunidade e faz com que as mulheres tenham medo de denunciar agressões por terem receio de não contar com apoio institucional. Resultado disso é que apenas 5% das entrevistadas procuraram o departamento de recursos humanos para reportar agressões e quase 15% das vítimas de assédio pediram demissão.

A atual realidade tem potencial para ser transformada por meio da recente legislação, que entrou em vigor em 20 de março de 2023 (Lei 14.457). Essa lei modificou o artigo 163 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e incluiu o termo "assédio" na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA). Agora, as empresas são obrigadas a abordar a prevenção e o combate ao assédio sexual, bem como outras formas de violência, no ambiente de trabalho.

Para EUGÊNIA, a violência contra as mulheres jornalistas se ampliaram após 2018, com a ascensão da extrema-direita ao poder: *“A gente retoma aquela situação do tempo da ditadura, de um medo muito grande do exercício da profissão, porque as mulheres jornalistas estão sendo vítimas, intensamente, de perseguição, pela condição de mulher, inclusive”*, constata ela, que afirma que havia no período do regime golpista uma constante preocupação com a *“segurança das pessoas que tinham posições políticas que não eram a favor da ditadura”*. As perseguições eram muito comuns. EUGÊNIA vê uma ligação evidente entre o aumento da violência contra as mulheres e a ascensão do governo de extrema-direita, que foi derrotado nas urnas em 2022.

Ela cita o exemplo da jornalista Patrícia Campos Mello (2018), que revelou em reportagem publicada na *Folha de S. Paulo* em 18 de outubro, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, um esquema milionário de disparos de

notícias falsas contra o PT, cujo então candidato Fernando Haddad estava, na época, em segundo lugar nas pesquisas. A ação criminosa envolvia grandes empresas brasileiras apoiadoras da chapa da extrema-direita. A jornalista sofreu uma série de ataques nas redes sociais e ameaça de morte, violência que teve uma reprise na participação dela na CPI das Fake News, em fevereiro de 2020. *“Parece que a gente tem o retorno de uma coisa de 40 anos atrás. E isso se exerce de uma maneira particularmente mais dura sobre as mulheres”*, analisa EUGÊNIA.

De fato, reportagem da jornalista Isabella Menon (2023) mostra que pesquisa do Instituto Datafolha indica um aumento em todas as formas de violência contra as mulheres em 2022, último ano do governo de extrema-direita, e que o aumento foi constante na gestão. A pesquisa foi realizada com 2.017 pessoas, incluindo 1.042 mulheres, das quais 818 sofreram algum tipo de violência. De acordo com a pesquisa, as mulheres negras são as mais afetadas pela violência. A diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, explica à jornalista que um dos motivos para esse aumento se deve à redução dos financiamentos para projetos de acolhimento das mulheres em situação de violência, com o menor orçamento em quatro anos. Além disso, ela acredita que o agravamento da situação pode estar ligado ao movimento ultraconservador que cresceu nos últimos anos, incluindo a criação do projeto Escola sem Partido, que ignora questões de igualdade de gênero, e a tentativa do governo de impedir que meninas grávidas de estupro tivessem o direito de recorrer ao aborto legal.

Além da existência de uma violência institucional que se dá na sociedade, tendo a figura do ex-presidente da República como modelo, existe também uma violência que se dá nas interações e nos pequenos atos cotidianos da profissão e que têm um forte impacto psicológico, podendo evoluir para agressões físicas e abusos. É o que defende JOSEPHINA. Segundo ela, o jornalismo é *“tóxico para as mulheres”* porque ainda está impregnado de machismo: *“É um ambiente onde os homens demoram para aprender que eles não podem assediar, que eles têm que ter um comportamento de trabalhar mulher e homem igual”*.

Nos últimos cinco anos, o Paraná tem se mantido em destaque quanto a agressões a jornalistas. As violências incluem ameaças, ataques físicos e verbais, assédio moral e sexual, impedimento à prática profissional e atentados. De acordo com o Sindicato dos Jornalistas do Paraná (SindiJor-PR), houve 62 casos registrados de violência no estado entre 2017 e 2021. O Paraná ocupa a quarta posição em

relação à violência contra profissionais de imprensa no país, segundo dados de 2021 (CBN, 2022).

Como mostram as pesquisas, a violência do assédio é imposta ainda mais sobre os corpos das mulheres negras. O racismo sexista relatado por RUTH revela a dor e a solidão que ela enfrentou no trabalho. Segundo Bento (2022), o silenciamento da sociedade diante das violências impetradas contra grupos subalternizados gera exclusão moral caracterizada por afastamento psicológico e falta de compromisso em relação a esses grupos, permitindo o exercício da crueldade, tornando as organizações perversas e ilegítimas. A exclusão dos grupos subalternizados pode ocorrer durante disputas por lugares de poder e prestígio nas instituições. A participação de pessoas negras em espaços em que predominam privilégios da branquitude é vista como uma ameaça.

A discriminação institucionalizada baseada na raça afeta a saúde mental da população negra, que enfrenta o estresse cotidiano das violências, das injustiças e das desigualdades. Dados do Ministério da Saúde (2018) mostram que jovens negros têm maior propensão ao suicídio, representando seis em cada 10 casos envolvendo adolescentes e jovens. O risco de suicídio entre jovens negras é 36% maior do que entre jovens brancas, e entre homens negros é estimado em 50% maior do que em homens brancos.

O estresse cotidiano das violências cortou a pele de RUTH, comprometendo sua saúde, impedindo assim sua permanência e ascensão na profissão. Para a escritora Conceição Evaristo (2017), as memórias doloridas são também espaços de resistência. RUTH, em seu relato, denuncia, ergue sua voz, transforma a dor em ferramenta potente para questionar e enfrentar os sistemas de opressões do mundo do trabalho. Como mostram as jornalistas, essas estruturas ainda são “tóxicas” para as mulheres, pois continuam assentadas nos privilégios de gênero, raça e classe.

5.3.3.3 Corpos fora do lugar: desconfiança quanto às competências técnicas

As imagens de controle que desqualificam a capacidade de atuação profissional das jornalistas continuam impondo desafios e obstáculos para o desempenho de suas atividades. Ao serem questionadas se o fato de serem mulheres exigiu que tivessem que mostrar mais competência técnica e conhecimento para a realização de suas funções com seus pares e fontes, elas respondem

afirmativamente, pois esse lugar, apesar de seu processo de feminização nas últimas décadas, ainda se mantém masculino nas suas estruturas hierárquicas, inclusive na linguagem, que permanece masculina, refletindo no olhar sobre as mulheres, que são tratadas como *“corpos fora do lugar”*.

EUGÊNIA testemunhou o avanço da feminização nas redações, pois quando iniciou na carreira o jornalismo era uma atividade ainda muito masculina. Ela conta que a conquista do espaço nas redações teve muitos obstáculos, em que *“a mulher tem que merecer duas vezes para estar ali naquele lugar”*. Um dos episódios de discriminação que sofreu ocorreu quando foi convidada para assumir um cargo de correspondente em Foz do Iguaçu. O ano era 1976, e naquele momento a cidade estava crescendo com a construção da hidrelétrica de Itaipu. Durante três dias, o chefe da redação, que trabalhava no Rio de Janeiro, acompanhou EUGÊNIA na visita à cidade. Depois de voltar para a matriz, o profissional ligou para ela explicando que não a contrataria pelo fato de ela ser mulher e ser muito jovem para trabalhar *“numa terra mais ou menos sem lei”*. *“Não fui trabalhar lá. Um pouco vivendo essa coisa de ser mulher e ter dificuldade de segurar as pontas numa situação dessas e outras coisas bobas”*, lamenta.

JOSEPHINA conta que teve o conteúdo de uma reportagem sua questionado pelo fato de ser mulher. Numa determinada oportunidade, ela cobriu uma pauta que mostrava a ascensão do número de assaltos num bairro de Curitiba, levando em conta entrevistas com comerciantes e moradores. No dia seguinte, um colega homem foi escalado para dar continuidade à cobertura, só que desta vez a reportagem negava o aumento dos crimes e se baseava apenas em entrevista com um policial militar. JOSEPHINA conta que ficou *“muito brava”* e chegou à redação *“bufando”*. Graças a sua insistência, a matéria foi finalmente refeita por ela mesma, desta vez com uma nova entrevista em que o policial era interpelado com base nas informações de moradores. *“Como é que esse homem que estava entrevistando não fez perguntas. E como o editor não cobrou? Então eu acho que é uma desvalorização. São pequenas situações como essas que mostram que a gente é pouco valorizada”*, denuncia.

JOSEPHINA recorda também que, no começo de sua carreira, produzia sozinha um programa de televisão que era apresentado por um rapaz que não era jornalista. O trabalho dele se resumia a gravar os textos da apresentação. Apesar de produzir todo o programa, a emissora não dava oportunidade para JOSEPHINA fazer a apresentação, posição de maior visibilidade nos programas jornalísticos. Essa

situação provocou revolta. *“Eu briguei até que passasse a apresentar. O homem ficou bravo comigo, mas pouco me importa. Ele nem sabia o assunto. Ele só lia o que eu escrevia. Eu vejo que é uma luta constante para você conseguir alguns espaços”*, explica. Segundo ela, existe uma relação de mútua proteção do lugar profissional dos homens. Para mostrar que eles são *“mais importantes, mais maduros”*, usam como recurso *“tirar sarro de mulher”*, *“colocar mulher numa situação vexatória”*, conta ela.

Para MARIA NICOLAS, ainda permanecem as desconfianças em relação à competência das mulheres. Ela afirma que elas continuam *“tendo que provar muito mais do que os homens”*. Este foi o seu caso, quando começou a trabalhar como assessora de imprensa para uma grande indústria em Campo Largo, em 2015, onde a diretoria era composta basicamente por homens. *“Eu percebi que havia muito uma descrença sobre o meu papel e sobre aquilo que eu falava, que eu apontava. Hoje eu acho que não mais. Mas foi um trabalho muito árduo para chegar até aqui e ganhar essa credibilidade dentro da organização”*, lembra.

SÔNIA diz que sempre tem que estar provando sua competência técnica porque a desconfiança é constante. Ela cita um fato pontual, quando foi corrigida pelo chefe devido a uma regra de pontuação textual. Embora tenha provado que estava certa sobre o uso da regra gramatical, a palavra final foi dada pelo chefe. *“Então, a voz do homem parece que é mais alta nos espaços. Cheguei lá, na mesma empresa que o cara, sou formada, tenho as mesmas condições que ele, mas a voz dele é que vai valer, mesmo que eu venha armada com um milhão de argumentos”*, lamenta.

Ela conta também que existe uma invisibilização de seu trabalho e de seu próprio nome tanto dentro da empresa quanto fora dela, no tratamento que recebe por clientes externos. Muitas vezes, acaba sendo identificada como *“aquela menina do marketing”*, provavelmente por ser mulher e jovem. *“Eu não sou a menina do marketing. Eu sou redatora de uma empresa gigantesca! Então eu preciso ser tratada dessa forma e qualquer outro cara que chega lá, sem função nenhuma, eles atendem, tratam bem. É muito nítida a diferença de tratamento”*, reclama.

LAURA relata que as exigências e cobranças impostas sobre as mulheres fazem com que elas procurem estudar mais do que os homens e se especializar para ascender profissionalmente. Ela compara sua própria trajetória com a de alguns colegas homens. Enquanto ela fez especialização, mestrado, estudou idiomas estrangeiros e concluiu diversos cursos para se familiarizar com as novas ferramentas

tecnológicas para o trabalho, muitos colegas homens apenas fizeram graduação e, mesmo assim, estão estabilizados em seus cargos.

EUNICE destaca que ser mulher negra gera sempre uma desconfiança técnica. Ela afirma que tem a sensação de que a mulher negra *“sempre tem que estar impecável, não pode errar”*. Uma das formas mais evidentes dessa discriminação ocorre quando há uma interrupção das vozes dessas mulheres pelos pares masculinos (*maninterrupting*³⁰):

[...] Eu percebo isso também em coisas pequenas, quando a gente começa a ter esse conhecimento, em reuniões, quando o homem fala todo mundo para para escutar. Quando a gente fala, a conversa continua, geralmente a gente precisa falar mais alto, chamar atenção. Se falar mais alto: “Não precisa gritar”. Constantemente a mulher é interrompida. Eu vejo com colegas de pauta, que são produtoras. Geralmente elas oferecem as pautas [que não entram na edição]. A mesma pauta que um outro homem chega e oferece entra. Os homens desempenham a mesma função, ganham mais e têm mais abertura dentro das empresas, com certeza, é nítido. É um soco no estômago que a gente recebe todos os dias.

Para ALMERINDA, há uma cobrança de desempenho técnico muito maior sobre as mulheres, *“porque é como se fosse um teste. Aquele lugar não foi construído para ela”*. Em sua percepção, há ainda mais desconfiança sobre as competências das mulheres negras, por isso recai sobre seu trabalho mais exigências do que sobre as mulheres brancas. Ela explica essa relação de poder a partir do que chama de *“estereótipos que estão presentes no imaginário brasileiro, que é ainda colonial”*. Trata-se da ideia de que a mulher negra é *“um corpo objetificado”*. *“Ela é um sujeito dócil, não pode ser rebelde. É um sujeito quase abobado. É um infante, que tem toda a relação com a infância, que é uma criança que alguém tem que falar por ele”*. ALMERINDA completa:

Esses estereótipos estão dentro do imaginário, e o imaginário vai mudando de acordo com as novas narrativas que vão sendo construídas. Há um imaginário hoje sobre o sujeito negro que está mantendo esses preconceitos, mas exige de mim muito mais conhecimento, muito mais olhares duvidosos em relação à minha capacidade [...]. Talvez fruto desse esquema subjetivo colonial, que está na cabeça do sujeito branco, mas também está na cabeça do sujeito negro, que espera que a gente se enquadre em um desses estereótipos. Quando você rompe com um deles, você já não está em conformidade com aquilo que eles esperavam. Ser muito ativa não é uma qualidade, isso eu posso dizer, pois eu era muito ativa e não era minha qualidade.

³⁰ Trata-se de um neologismo que nasceu da junção das palavras “man” (homem) “interrupting” (interrompendo) e está relacionado ao ato machista de o homem interromper a fala das mulheres. O primeiro uso da expressão é atribuído à advogada norte-americana Elizabeth Plank, que usou o termo em artigo para uma revista em 2015.

ALMERINDA destaca que ela acaba sendo vítima do racismo em todas as situações. Quando se dedica demais a um determinado projeto, é vista como “*exibida e arrogante*”. Se mostra pouco trabalho, é tida como “*burra*”. Segundo ALMERINDA, não há um lugar para dizer que a mulher negra “*tem conhecimento*”. “*E isso é a real organização do racismo*”, para mostrar que as mulheres negras são incompatíveis com o trabalho intelectual. Na percepção de ALMERINDA, as imagens de controle também estabelecem uma relação de desqualificação profissional e racista em situações de entrevista com as fontes:

Por exemplo, quando você está conversando com uma fonte e ela diz: “Nossa, ‘da hora’ o seu cabelo”. Jamais ela falaria isso para uma pessoa branca. Essa fonte acha que pode me tratar com muito descompromisso profissional. Então, ela vem com uma outra forma de diálogo, como: “Essa daí eu trato de qualquer jeito”. Então eu percebo isso.

RUTH relata que as desconfianças quanto a suas competências profissionais trouxeram obstáculos à atuação como jornalista. Ela conta que foi chefe de redação durante três meses em um jornal e teve que desistir do cargo por causa de um editor, que era “*cruel 24 horas por dia*” com ela. “*Qualquer pauta que eu passava para o repórter ele via antes e ficava falando que não tinha nada a ver, que era um assunto besta. Ele batia de frente até com o filho do dono do jornal. Então, eu não tinha muito o que fazer. Resolvi sair*”, explica.

Ela aponta que essas desconfianças se repetiam cotidianamente. Afirma que, quando mostrou para seu chefe, um deputado, a necessidade de se investigar a morte suspeita de um estudante de 20 anos pela Polícia Militar, foi duramente repreendida. O deputado disse para ela “*não encher o saco*”, pois “*ele morreu é porque tinha que morrer*”. Depois que o problema ganhou uma dimensão maior na imprensa e o próprio governador foi até a casa da família para se desculpar em nome do estado, pois o rapaz havia sido executado, ele disse que RUTH não o havia alertado para a dimensão do problema. “*Você me pegou em um momento em que eu estava de saco cheio*”, teria dito o deputado.

RUTH alega que os questionamentos dos pares sobre sua competência eram implacáveis. Quando submetia alguns de seus textos à aprovação dos chefes, sempre recebia comentários depreciativos. Ela recorda que uma vez, devido à escassez do tempo e à importância do assunto, escreveu um *press-release* e o distribuiu para a imprensa sem a aprovação prévia do chefe. Apesar de o texto ter sido publicado com poucas alterações nos principais jornais do Paraná, foi repreendida. “*No dia seguinte*

ligaram para mim dizendo que além de eu passar por cima da chefia, eu havia distribuído uma matéria ruim”, reclama.

RUTH destaca o fato de que ser mulher negra exigiu que ela tivesse que mostrar mais competência técnica e mais conhecimento, para a realização de sua função com seus pares e fontes. “*O peso do racismo é um sofrimento que é carregado de ancestralidade*”, diz ela, que lembra os conselhos do pai quanto a sua vida profissional:

A vida inteira, desde pequena, eu me lembro do meu pai falando: “Não basta você ser boa, você tem que ser a melhor, porque você é preta”. A vida inteira isso martelou na minha cabeça. E o problema é que nem sempre você consegue ser a melhor. Aliás, na maioria das vezes [não consegue]. E aí tem esse peso todo, que além de você não fazer o trabalho exatamente como gostaria, tem o peso de estar prejudicando todos os seus antepassados, todo o seu tronco familiar. É como se você tivesse sempre que carregar todas as pessoas junto e você ter que fazer por elas também. E isso pega muito pesado.

As desigualdades que estruturam o mundo do trabalho são reproduzidas pelo autoritarismo social da herança colonial, que mantém a lógica da "cultura senhorial". Essa lógica se baseia em relações de mando-obediência que naturalizam as desigualdades e exclusões socioeconômicas, em que um grupo é privilegiado em detrimento do outro. O racismo e o sexismo desempenham papel fundamental na manutenção das hierarquizações e dos privilégios sociais da elite branca masculina. Nessa lógica, a subalternização das mulheres continua a ocorrer em função de seu gênero, raça e classe, bem como da hierarquização entre trabalho remunerado e doméstico, produção e reprodução. Essa opressão e exploração são processos multidimensionais dialéticos marcados por contradições nas lutas, conflitos, disputas e resistências que se expressam nos espaços sociais.

Essa lógica contraditória é evidente na feminização do jornalismo, que incluiu as mulheres nos processos de reestruturação produtiva, mas manteve as estruturas organizacionais que colocam o homem, seus valores masculinos e privilégios como norma. Exige-se que as mulheres se integrem a esse modelo, o que reforça a noção de mulheres como “corpos fora de lugar”. Isso gera desconfiança em relação às capacidades profissionais femininas e exige delas mais qualificação, dedicação e esforço em suas atividades, enquanto essas exigências não são colocadas para os homens. Essa perspectiva contribui para a desigualdade de gênero na profissão.

As jornalistas compartilham histórias de terem que provar repetidamente sua competência, terem seu conteúdo questionado ou corrigido, terem oportunidades de avanço negadas e serem submetidas a ridicularização e assédio. Essas exigências e desconfianças são ainda maiores para as mulheres negras. O racismo, como apontou Borges (2012), estrutura-se num movimento cíclico que evoca os discursos fundadores das mulheres negras, tipificando-as em estereótipos desumanizados e objetificados, sem capacidades intelectuais. Essas imagens racistas de controle impõem ainda mais desconfianças e cobranças sobre suas competências profissionais.

Segundo as jornalistas, as desconfianças sobre a mulher negra geram ainda mais exigências sobre suas capacidades, pois não basta ela ser mais qualificada; ela deve *“sempre estar impecável, não pode errar”*, *“Ela deve ser um sujeito dócil, não pode ser rebelde”*. E ainda assim será vista como um *“infante”*, que precisa sempre de alguém para falar por ela. De acordo com RUTH, as exigências são *“implacáveis”*, sobre as mulheres negras, pois carregam o peso do racismo que é *“[...] um sofrimento que é carregado de ancestralidade [...] É como se você tivesse sempre que carregar todas as pessoas junto e você ter que fazer por elas também. E isso pega muito pesado”*.

RUTH retrata a profunda luta que as mulheres carregam em sua existência contra o racismo imposto pela rede de opressão e privilégio da branquitude, que historicamente vem se reproduzindo nas estruturas do mundo do trabalho. O relato de RUTH ecoa no poema de Conceição Evaristo (2022, p. 107), que diz: *“Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo, cuidando de nossa dolorida memória”*.

Gonzalez (2020c) afirma que, para entender a divisão sexual do trabalho, é necessário observar as especificidades do racismo contra as mulheres negras, que carrega um tipo de sexismo que impacta de modos diferentes mulheres negras e brancas. Como mostram as jornalistas, ainda há muita luta para as mulheres serem reconhecidas como trabalhadoras e sujeitas de direitos. As desigualdades sociais enraizadas historicamente na divisão sexual e racial do trabalho mantêm as assimetrias entre gênero, raça e classe no mundo do trabalho. A manutenção desse ordenamento trata com estranheza, desconfiança e violência a ascensão daquelas/es que estão fora do grupo elitizado, branco e masculino, colocados como *“norma social”*.

5.3.4 Cansaço permanente: o trabalho sob a pandemia

A crise sanitária da covid-19 ampliou as desigualdades de gênero, raça e classe, intensificando os efeitos negativos da iniquidade e evidenciando novas privações e violências vivenciadas principalmente pelas mulheres negras e indígenas, de acordo com dados apontados por diferentes pesquisas. Em março de 2020, um relatório da ONU Mulheres (2020) já apontava a necessidade de um olhar interseccional para o enfrentamento da pandemia na América Latina e Caribe. De acordo com o documento, entre os impactos provocados pela pandemia na vida das mulheres estava o fechamento e a saturação dos serviços públicos e privados voltados para a saúde, educação e o cuidado de crianças, doentes e idosos/as, que recaem sobre elas. Esses impactos são destacados pelas jornalistas, que foram questionadas se a pandemia da covid 19 acrescentou alguma dificuldade ao desenvolvimento do trabalho jornalístico.

Conforme as percepções das jornalistas, suas jornadas são marcadas por sobrecarga de trabalho imposta pela reestruturação produtiva, marcada pelas mudanças tecnológicas, que reduziram os postos de trabalhos, obrigando-as a acumular várias funções no jornalismo. Estas se somaram às atividades domésticas e ao cuidado com os filhos e com os demais membros da família, que continuam sob sua responsabilidade.

Dessa forma, de acordo com seus relatos, elas têm que se desdobrar em duplas ou triplas jornadas de trabalho. Essa realidade é resultado das complexas dinâmicas do capitalismo neoliberal contemporâneo, que ao mesmo tempo que vai ampliando a participação das mulheres no mundo do trabalho, feminizando atividades que eram vistas como masculinas como o jornalismo, mas sem garantir sua emancipação, pois são trabalhos mais explorados e precarizados, sem direitos, com baixas remuneração, mantendo as tradicionais desigualdades da divisão sexual e racial do trabalho.

JOSEPHINA afirma que a pandemia trouxe mais dificuldade para as mulheres jornalistas do que para os homens, porque aquelas que são mães tiveram que cuidar das crianças em casa enquanto trabalhavam. Ela relata que nem sempre pôde dividir essa responsabilidade com seu marido, que continuou trabalhando, em casa, no mesmo ritmo da empresa, ficando isolado em um cômodo do apartamento na maior parte de seu tempo de *home office* da empresa. “*E a mulher, que vai trabalhar, vai ter*

que dar conta. O que ela faz com aquelas crianças que estão tendo aula online? Foi um peso muito grande para as mulheres”, relata. Segundo JOSEPHINA, “a escola tem o papel fundamental de ser cuidadora”, pois educa, fornece alimentação e cuida da higiene das crianças. “A mulher não teve mais esse apoio”. Ela lembra de um episódio que ocorreu enquanto dava aula na universidade:

Um dos meus filhos uma vez quebrou um liquidificador na aula. Eu dando aula na sala, e às vezes as meninas falavam: “Professora, o barulho está muito alto”. Aí eu tinha que dizer [para os filhos]: “Gente, vocês podem baixar um pouquinho?” E uma vez ele derrubou o liquidificador e quebrou. E aí tive que parar a aula, dar risada e depois continuar.

CARMEN conta que no começo da pandemia, quando havia restrições mais rígidas quanto ao isolamento, as dificuldades eram maiores para se adaptar às tecnologias usadas no trabalho. Ela relata que ainda não dominava os equipamentos tecnológicos, e as fontes tinham um pouco de desconfiança quanto à realização de entrevistas remotas, “se sentiam inseguras para responder”. Hoje em dia, diz CARMEN, tanto ela quanto os/as entrevistados/as acabaram se acostumando com a nova forma de trabalhar. Quando necessário, hoje ela manda “todas as perguntas para a pessoa, que me responde por áudio, por escrito”.

Na opinião de CARMEN, a televisão e as produções em vídeo por internet foram as modalidades de jornalismo mais afetadas pela pandemia. Antes, os programas exigiam a presença dos/as entrevistados/as. “Hoje eles conseguem fazer entrevistas a distância, por videochamada”, e acabaram criando uma nova estética para os programas de TV, abrindo mais espaço para o aumento de programas durante a pandemia, por meio das *lives*. CARMEN também observa que essas mudanças acabaram trazendo consequências negativas, como afastar o/a jornalista da fonte, porque cada vez mais os pronunciamentos são feitos de forma remota, sem contato direto com a imprensa, e isso dificulta o questionamento. Em alguns casos, CARMEN relata que era difícil encontrar as fontes de informação, que estavam trabalhando em casa, e não mais no escritório, onde cumpriam um expediente regular antes da pandemia.

CARMEN chama atenção para o fato de a pandemia afetar psicológica e fisicamente as jornalistas, que tiveram que passar muito mais tempo em frente ao computador, sentadas, para produzir as matérias. Ela conta que, por causa dos esforços repetitivos do trabalho e o sedentarismo, desenvolveu “uma dor absurda na

coluna”, que só se resolve “à base de remédio”. “Antes, levantava para ir para uma coletiva, para ir fazer alguma coisa na rua, para tirar uma foto. Na pandemia não: tinha que fazer tudo em casa, então, dificultou toda rotina mesmo, não só de saúde mental, mas de saúde física também”.

EUGÊNIA, que atua como professora num curso de comunicação em Curitiba, teve sua rotina totalmente alterada pela pandemia, tendo ficado por dois anos trabalhando no sistema remoto. Esta nova lógica mexeu não apenas com suas aulas, mas com outros projetos que ela desenvolve na universidade, como extensão universitária, reuniões com o colegiado de curso, grupos de pesquisa e a sociabilidade com os/as colegas. Por outro lado, ela reconhece que houve “uma série de aprendizados”.

Em pouco tempo a gente teve que saber como fazer isso. Foi um desafio muito grande, muito estressante: perdi o sono para dar conta. Foi um processo que a gente fez em poucos meses o que seria, num sistema normal, para alguns anos. [...] Todos esses aprendizados: usar as plataformas educacionais que as instituições de ensino passaram a adotar e que a gente teve que aprender a trabalhar com elas. [...] Ao mesmo tempo que a gente sentia toda a pressão do medo do isolamento de todo um conjunto imenso de indagações do que era a doença, do que é ainda, e de suas consequências.

LAURA lembra que logo depois que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência da pandemia, a instituição em que ela trabalha tomou a decisão de colocar toda sua equipe em home office, a partir de 20 de março de 2020, mas sem que esse processo fosse estabelecido formalmente. Como não havia regras claras, o contato das chefias com os/as funcionários/as começou a ocorrer a qualquer hora, levando em conta apenas a demanda do trabalho, sem respeitar o período de descanso e a privacidade. LAURA chegou a receber chamadas “à meia-noite, às 10 horas da noite, ou então fora do horário”.

O funcionário acabava sentindo que a empresa estava fazendo um favor - de não obrigá-lo a se expor ao vírus. Então ele acabava tolerando esse tipo de coisa. E continua tolerando, porque isso trouxe uma cultura de incomodar o funcionário fora do horário de trabalho. E também se tornou uma cultura de não se pedir essas horas trabalhadas depois. [...] Eu mesmo não pedi horas que eu trabalhei à noite em assembleia extraordinária porque ninguém estava pedindo e eu não queria causar um problema entre os funcionários. Mas acho que o maior problema foi esse: a virada do home office como obrigatório estabelecido sem nenhum processo, sem nenhum tipo de estrutura formal. Deu no que deu. Agora a gente está lidando com as consequências.

MARIA NICOLAS tem impressões muito semelhantes às de LAURA, pois acredita que a solução do *home office* acabou criando uma nova cultura de trabalho durante a pandemia. Ela conta que teve dificuldade em “*separar o trabalho do ambiente doméstico*”. Como tinha que se comunicar com um grande número de pessoas remotamente, houve sobrecarga em seu trabalho. Outra questão difícil foi “*lidar com a incerteza*” dos tempos da pandemia. A produção industrial de sua empresa não foi interrompida durante o período de confinamento, pois trata-se de uma atividade considerada essencial.

Como responsável pela comunicação interna da empresa, tinha que informar os/as funcionários/as, mas nem sempre as informações eram definitivas, porque tudo estava mudando devido à pandemia. “Meu trabalho de comunicação foi muito pautado nessa questão de orientação, explicar e ser transparente. Mas tínhamos uma incerteza de mercado, não sabíamos o que ia acontecer. O nosso mercado travou no começo de 2020”, conta. Ela relata que a organização passou “*por um momento delicado*”, quando o presidente da empresa faleceu devido à covid em 2020. “*Ele morava aqui e era uma pessoa conhecida no município*”, relata.

Quando as vacinas começaram a ser distribuídas, ela fez um “*trabalho muito forte*” para que os/as trabalhadores/as se vacinassem. “*Deu certo: tem poucas pessoas na empresa que não quiseram se vacinar, e a empresa respeitou*”. MARIA NICOLAS considera que o período de *home office* durante a pandemia foi o que mais sobrecarregou seu trabalho desde que entrou na empresa: “*[Era] um banco de horas absurdo. Eu trabalho num banco de horas. A empresa trabalha nesse regime. Então eu tive uma sobrecarga muito grande, nossa! De todos os anos de empresa, foi o período que mais trabalhei, nada se compara ao quanto eu trabalhei no período da pandemia*”.

Para SÔNIA, a pandemia trouxe diversos medos que criaram barreiras para o trabalho. Uma delas foi o medo “de estar perto de pessoas”. Ela criou uma barreira de ver os/as colegas pessoalmente. Outro problema foi a sobrecarga de trabalho. Ela afirma que os recursos tecnológicos trouxeram a possibilidade de trabalhar em casa, mas geraram sobrecarga e dificuldade de realizar seu trabalho, pois encontrou resistência de colegas e das chefias em se comunicar usando plataformas de videochamadas. Além disso, não houve regras claras quanto ao uso do tempo no trabalho remoto, o que a acabou prejudicando. Para ela, os chefes pensam que o fato de estar em casa representa estar disponível para o trabalho a qualquer hora. Ela

chama a atenção para o fato de a pandemia ter gerado uma sensação de “*cansaço permanente*”:

Quem tá perto de mim sabe, que eu vivo cansada, porque eu trabalho muito e mesmo eu colocando limite de horário, minha carga de trabalho, eu não sei se essa lógica foi criada pelas empresas, de que se a pessoa está em casa, ela pode trabalhar muito mais, sem pausa, pro almoço, almoço de 10 minutos volta a trabalhar. Mas eu senti muito mais hoje em dia que eu tenho muito mais trabalho, na pandemia a gente ficou em casa e essa lógica se estendeu, as coisas estão melhorando um pouco.

SÔNIA destaca que as empresas tiram proveito da possibilidade das funcionárias realizarem *home office*, pois assim podem cortar gastos e impor uma lógica semelhante à de motorista de Uber, em que as trabalhadoras usam os equipamentos e espaços próprios sem que haja qualquer investimento e responsabilização das empresas. “*Custa caro trabalhar*”, diz ela, já que a empresa não paga pelos gastos das trabalhadoras com internet, computador, celular e nem concedem nenhum benefício.

EUNICE não fez *home office* porque sua função de editora exigia permanência na redação do telejornal. “*A tecnologia ajudou bastante*”, porque permitia “*fazer entrevista de longe [...]. Por meio das redes sociais, de aplicativo, a gente conseguia colocar as coisas no ar*”. Para ela, a pandemia ajudou a redefinir a forma de operacionalizar procedimentos no jornalismo, simplificando os procedimentos de captação e veiculação de informação - o que foi adotado como algo permanente mesmo depois do fim do confinamento - como a realização de entrevistas por meios remotos com mais frequência e a participação de repórteres e comentaristas em programas sem a necessidade da presença deles no estúdio, economizando recursos e tempo.

Apesar desses avanços, EUNICE observa que houve alguns pontos negativos, que recaíram sobre os/as jornalistas/as. O primeiro impacto foi a diminuição do faturamento das empresas de comunicação, como reflexo de uma queda geral da economia. Isso fez com que houvesse demissões e que o trabalho extra fosse assumido pelos/as funcionários/as que não haviam sido demitidos. “*A gente ficou um ano sem folga, trabalho de segunda a sábado, e passou a pandemia a gente brigou para voltar a ter uma final de semana inteiro e não teve nenhum retorno, porque veio a crise econômica e o que mais a gente escuta é que não pode ter aumento, não pode ter nada*”, relata.

Acostumada a se deslocar para realizar entrevistas e reuniões, ENEIDA afirma que a necessidade de fazer suas atividades em casa acabou facilitando seu trabalho jornalístico. *“Então você faz a reunião online, você decide, a pessoa tá em casa, tem criança, cachorro, gato, tem de tudo nas reuniões. E as lives também. Não precisa ir lá. Você faz da sua casa, não precisa se arrumar, você pode se arrumar daqui para cima”*, relata. RUTH relata que não desenvolveu trabalhos remunerados na pandemia, vivendo da renda da irmã que mora com ela.

De acordo com os relatos das jornalistas, a sobrecarga de trabalho decorrente da reestruturação produtiva e do acúmulo de funções no jornalismo se intensificou durante a pandemia da Covid-19. Com ela, vários serviços públicos e privados voltados para a saúde, educação e o cuidado de crianças, doentes e idosos/as foram fechados ou ficaram saturados. Sem poder contar com esses serviços de apoio, que já eram insuficientes antes da pandemia, as jornalistas tiveram que assumir, na maioria das vezes sozinhas, mais essas tarefas em casa. Como indicam as pesquisas, ainda não há divisão igualitária na realização das atividades domésticas e do cuidado da família, que continuam sob responsabilidade feminina.

As TICs permitiram que várias atividades fossem realizadas no espaço privado. No momento da pandemia, essa possibilidade foi vista como positiva para o controle da contaminação. No entanto, como afirma Antunes (2020), a partir das plataformas digitais as empresas aceleram ainda mais os processos de precarização do trabalho durante a pandemia. Este modelo que é desenvolvido desde os anos 2000, utiliza as TICs para o favorecimento da acumulação flexível, impondo a contratação de serviços por meio dos equipamentos móveis que permitem a intensificação da precarização do trabalho por meio da flexibilização dos direitos, da terceirização de serviços, do trabalho do intermitente.

Para Antunes (2020, p. 21), na pandemia ocorreu uma combinação entre crise econômica mundial com o aprofundamento da precarização do trabalho e de desigualdade social. Formas protocapitalistas de exploração do trabalho passaram a ser retomadas durante a pandemia como uma espécie de “ensaio” de novas formas de exploração do trabalho pelo capitalismo. Essas práticas são destacadas pelas jornalistas. A crise da covid trouxe ainda mais incertezas sobre a permanência nos empregos. O medo do desemprego fez as jornalistas se adaptarem às exigências das plataformas digitais de trabalho sem ter tido nenhuma formação para esse trabalho. Desenvolveram um autoaprendizado, buscando na rede de amigos/as soluções para

resolver os problemas técnicos que enfrentavam nas atividades a distância. Além disso, elas tiveram suas jornadas ampliadas pelas modalidades intensas de extração do sobretrabalho, com jornadas intermináveis sem descanso, nem privacidade. Não tiveram direito à separação entre espaço público e privado. A exploração se intensificou, impondo disciplinamento e subordinação à lógica da exploração. Não puderam fazer questionamentos:

Sem espaço ou tempo da privacidade, longe da “luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público”, não se pode alimentar a singularidade do eu, um eu que pudesse fazer uma contribuição substancial para os debates a respeito do bem comum (CRARY, 2014, p. 31, grifos do autor).

Além de estender as jornadas, muitas empresas repassaram para os/as trabalhadores/as vários custos da produção com equipamentos, uso da internet, estabelecendo uma lógica de trabalho “uberizado”, em que os/as trabalhadores/as devem arcar com todos os custos de aquisição e uso de equipamentos e tecnologias móveis, como expõem as jornalistas.

As empresas na pandemia foram aumentando as violações aos direitos trabalhistas das jornalistas. Pesquisa da Confederação Sindical Internacional (CSI) analisou dados de 148 países e mostra que o Brasil está entre as dez nações que mais violaram os direitos trabalhistas entre os anos de 2021 e 2022. De acordo com a pesquisa, os índices pioraram após a reforma trabalhista (lei 13.467/2017), que reduziu em 45% o número dos acordos coletivos realizados (RFI, 2022).

A pandemia acelerou ainda mais a imposição da lógica produtiva do capitalismo reestruturado, precarizado, da conectividade ininterrupta de produção e consumo 24/7 para a classe trabalhadora.

Nesta lógica em que predomina a insônia, não há tempo para o sono, o descanso e a privacidade. “No paradigma neoliberal globalista, dormir é acima de tudo, para os fracos”, aponta Crary (2014, p. 24). O sono é um dos últimos obstáculos naturais do corpo humano que não foi dominado totalmente pelo capitalismo, porque ainda não é possível viver sem dormir. No entanto, alerta Crary (2014, p. 27), o sono pode ser arruinado. A lógica da vida conectada gera escassez de sono, que se torna um produto vendido no mercado pelas grandes indústrias farmacêuticas. “O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas”.

A pandemia indica que as crises econômicas tornam a exploração e espoliação da classe trabalhadora ilimitada, tornando possível a utilização de estratégias até mesmo da fase pretérita da acumulação primitiva do capitalismo, pois suas bases continuam estruturadas pelas desigualdades da divisão sexual e racial do trabalho, que mantêm as mulheres como a “categoria” mais explorada pelo sistema.

5.3.5 Não me calo: estratégias de resistência

Os fragmentos das vidas das jornalistas reunidos nesta pesquisa revelam suas dores, traumas, decepções, lutas, questionamentos, sonhos e alegrias, mostrando, ao mesmo tempo, sua grande capacidade de resistência aos mecanismos de opressão no mundo trabalho. Esses processos são entendidos como um conjunto de estratégias para questionar, rejeitar e combater a dominação cultural, social e histórica que mantém as desigualdades de gênero, raça e classe, segundo Bandeira (2009).

De acordo com o pensamento marxista (MARX; ENGELS, 1993), as condições materiais da produção influenciam a maneira como as pessoas pensam em um contexto social e histórico específico e, em consequência disso, como resistem aos processos de dominação que se apresentam. Dessa forma, um mesmo conjunto de transformações pode ser percebido de maneiras diferentes por gerações distintas, como pode ser percebido nas entrevistas realizadas com as jornalistas para esta tese.

As estratégias de resistência observadas nas falas das jornalistas resultam de suas lutas e questionamentos formados a partir de suas experiências localizadas e parciais em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, raciais e históricas de poder, como argumenta Haraway (1995). Elas tecem críticas aos modos de produção do jornalismo, à organização administrativa de seus trabalhos, aos usos das tecnologias, as formas de exploração do trabalho e ao estabelecimento de uma cultura violenta - sexista, machista e racista. Para fazer frente a essa realidade, desenvolvem ações, estratégias e lutas para o enfrentamento cotidiano da vida profissional, em busca do reconhecimento de suas capacidades profissionais e de seus direitos.

A análise de seus depoimentos mostra que todas as três gerações têm olhares diferentes quanto aos pontos negativos e positivos dos avanços tecnológicos em relação ao mundo do jornalismo. As duas primeiras gerações têm opiniões mais positivas quanto às facilidades trazidas pelos artefatos, enquanto que a terceira não identifica mudanças profundas na profissão sob o impacto das TICs. Todos grupos

etários, no entanto, reconhecem a importância do acesso rápido às informações proporcionado pelas tecnologias, mas também denunciam seus impactos negativos na divisão sexual e racial do trabalho, no esvaziamento do conteúdo jornalístico, na sobreposição de funções, na precarização e na banalização da profissão.

Por outro lado, a tecnologia é vista como um instrumento aliado à formação de ações de resistência; as jornalistas destacam sua importância na construção do conhecimento, no desenvolvimento de consciência crítica, na construção da identidade feminista, negra e na luta contra as opressões e violências vivenciadas, em particular no enfrentamento das desigualdades sociais de gênero, raça – com o preconceito e a discriminação.

Elas percebem, por exemplo, que o desenvolvimento da internet permitiu a criação de novos espaços de participação para grupos minorizados, que usam blogs, canais de vídeo e redes sociais. Isso tornou viável a divulgação de suas pautas, que chegaram a um público mais amplo e passaram a agendar veículos da mídia hegemônica, fortalecendo a luta e a consciência das mulheres.

A resistência é uma ação que ocorre de maneira dialética, incorporando ações coletivas e individuais ao mesmo tempo. Ela reflete uma reação a problemas que afetam grupos sociais específicos, que herdaram lutas e conquistas anteriores, como no caso dos movimentos feministas e negro. Apesar disso, a solução para esses problemas também é engendrada numa perspectiva individual. Cada época exige reações coletivas a seus problemas, mas cada jornalista tece suas próprias estratégias de enfrentamento – moldadas por condições históricas, lutas coletivas e experiências individuais.

As lutas e resistências realizadas pelas jornalistas são marcadas pelas contradições da reestruturação capitalista neoliberal, que tem impactado as lutas coletivas dos movimentos sociais e sindicatos. A reestruturação neoliberal capitalista precarizou as condições de trabalho, impondo a necessidade de trabalhar em várias atividades para aumentar a renda e trazendo o medo do desemprego. A necessidade de trabalhar em várias atividades para aumentar o salário torna as relações mais competitivas para se manter no emprego, dificultando a participação em movimentos coletivos.

Além disso, o neoliberalismo também fragmentou os movimentos sociais e sindicais como espaço de resistência, pois muitas vezes suas lutas se tornam muito individualizadas, com dificuldades de fazer articulações para combater o sistema

capitalista. A própria busca por qualificação realizada pelas jornalistas representa luta e resistência, mas ao mesmo tempo espelha a imposição opressora ideológica neoliberal, que exige das trabalhadoras mais qualificação para se manter nos empregos, fazendo com que elas realizem isso com seus próprios recursos. Isso torna ainda mais competitivo o mercado de trabalho, porque nem todas as pessoas conseguem se qualificar, sendo assim excluídas, servindo de justificativa para a exclusão no trabalho.

No caso de EUGÊNIA, o grande desafio já veio no início da profissão, quando o Brasil vivia um período de exceção sob a ditadura militar. Com isso, EUGÊNIA construiu sua visão crítica a partir de suas experiências cotidianas de trabalho, que envolveram o enfrentamento do preconceito de gênero e a opressão do regime, o que exigiu dela coragem e habilidade de negociação em situações adversas. Ela conta, por exemplo, um episódio em que foi designada pelo jornal para cobrir a visita do presidente da república da época, o ditador Ernesto Geisel, à cidade de Curitiba.

Para fazer seu trabalho, ela foi obrigada a pedir uma credencial à seção militar responsável pela vinda do ditador, mas acabou sendo barrada, tendo o acesso negado ao evento. Então, resolveu falar diretamente com o responsável pelas liberações, um major que estava organizando a cobertura da visita. Ela argumentou que precisava trabalhar e que poderia até ser demitida se fosse impedida de acompanhar a visita do ditador. De tanto insistir, conseguiu uma reunião com o general responsável pela seção militar. Na época, foi acompanhada pelo presidente do SindiJor-PR, que, no entanto, não teve acesso à conversa, pois foi impedido de entrar na sala. EUGÊNIA relata que entrou bastante tensa para falar com o militar:

Aí eu entrei na sala do general sozinha. Cheguei na frente dele e ele tinha uma pasta em cima da mesa – aquilo deveria ser o meu dossiê, sei lá. Ele mexia a pasta, falava, me olhava. Em seguida, fez meia-dúzia de perguntas e disse: “Então tá bom, a gente vai liberar a sua credencial, mas se cuida né, porque tem todo um histórico aqui da sua vida”. Aí me liberou a credencial e acabou virando uma fonte minha.

EUGÊNIA conta que esse fato acabou criando possibilidades para fazer outras matérias envolvendo autoridades militares. Uma delas envolveu a cobertura da primeira manifestação de oposição contra o regime, em 1978, feita por um coronel de grande destaque no exército da Região Sul que criticou abertamente o autoritarismo do regime e defendeu a abertura política do país. As manifestações do coronel acabaram levando-o à prisão em Curitiba. Por intermédio do general que havia

liberado a credencial, EUGÊNIA teve acesso a diversas informações envolvendo o caso.

A jornalista acabou vivenciando situações em que teve que ter muito “jogo de cintura” para não sofrer violência física, como o episódio em que teve de fazer uma reportagem sobre grilagem de terra no interior da Amazônia, já referida nesta tese, ocasião em que foi ameaçada pelo empresário que era acusado de vender terras com registros ilegais. Em outras situações, teve que criar estratégias de resistência à própria organização do trabalho, que não dava espaço para as jornalistas conciliarem suas atividades com a maternidade. Em muitos casos, ela teve que dar um “jeitinho”; muitas vezes, teve que levar as filhas para as coberturas, situação também semelhante enfrentada por CARMEN com as filhas.

EUGÊNIA teve que dar um “jeitinho” também diante das mudanças estruturais em seu trabalho para continuar trabalhando, quando teve que enfrentar a implantação de novos sistemas operacionais e gerenciais no jornal, acabando migrando para a área da educação. A migração de EUGÊNIA, que trabalhou por três décadas em redações de jornal em Curitiba e acabou optando pela área acadêmica, foi seguida por JOSEPHINA, que antes de se tornar professora de jornalismo havia trabalhado uma década como repórter de rádio e televisão em diversos veículos no Paraná. Com a diminuição de oferta de vagas nessa área, optou por seguir, sem deixar o jornalismo, a vida acadêmica: em 2006 terminou um mestrado em comunicação e em 2021 concluiu seu doutorado em Portugal.

O ingresso na vida acadêmica acabou despertando seu interesse pelo ativismo feminista, que está presente tanto no conteúdo de suas aulas na universidade, quanto nas produções jornalísticas independentes que tem realizado nos últimos dez anos. Com uma qualificação acadêmica que a levou a estudar as teorias feministas e uma prática jornalística sólida, sua atividade como jornalista e professora se baseia na crença de que o jornalismo e a educação têm muito em comum. Segundo JOSEPHINA, eles podem promover a transformação e a resistência.

Atuando há quatro décadas no jornalismo, a jornalista ENEIDA acabou criando outras formas de resistência diante das transformações que foi vivenciando na profissão ao longo desse período, tentando abrir novas áreas de atuação. Iniciando sua carreira como apresentadora de telejornal sem formação acadêmica na área, ela se graduou em jornalismo anos depois e mudou de setor, voltando-se para a cobertura em veículo impresso e em rádio. No entanto, diante da crise que afeta o jornalismo há

mais de duas décadas, teve mais uma vez a necessidade de buscar outras áreas de atuação para se manter na profissão e fazer aquilo que gosta. Foi nesse contexto que passou a atuar no setor de comunicação de diversos sindicatos, onde desenvolveu ações em prol de jornalistas e também de outras categorias, como profissionais da saúde e da educação.

A atuação de ENEIDA como jornalista no campo sindical se mostrou uma alternativa viável para a manutenção de sua atividade profissional. Ao trabalhar em prol dos direitos humanos e das questões políticas, ela se engajou em uma atuação que não se restringe ao campo jornalístico, mas que se expande para outras esferas da sociedade. Seu trabalho no sindicato permitiu que ela continuasse a exercer a profissão de forma engajada e comprometida com os valores que a norteiam.

Entre a precarização e o sonho, CARMEN é uma profissional que possui um amor profundo pela profissão jornalística. Desde criança, o sonho de trabalhar com notícias e informação corre em suas veias. Porém, ao longo de sua carreira, ela tem se deparado com desafios que vão além das dificuldades técnicas inerentes à profissão. CARMEN tem uma visão crítica sobre a precarização da profissão, a desigualdade de gênero e raça, e a opressão que as mulheres jornalistas sofrem.

Em sua trajetória profissional, já sofreu preconceitos de gênero e violências e assédio. No entanto, ela não abriu mão de seus princípios éticos e de justiça diante da opressão. Mesmo com a imposição de seu chefe para atuar de forma antiética, ela resistiu e acabou sendo demitida, mas prosseguiu na profissão em outras empresas. Ela busca constantemente se qualificar para se manter na profissão, alimentando o sonho de infância de continuar trabalhando com jornalismo.

Uma das marcas da jornalista LAURA é sua dedicação profissional. Diante de um mercado exigente e muitas vezes injusto com as mulheres, ela tem criado formas de resistência ao buscar constantemente a qualificação. Formada há dez anos em jornalismo, ela fez vários cursos para aprimorar seu domínio técnico sobre as áreas de sua profissão. Além disso, nos últimos anos, tem se voltado para a área acadêmica, tendo concluído uma especialização e um mestrado na Universidade Federal do Paraná.

Sua resistência também pode ser notada na crítica que faz à universidade. Segundo ela, a área acadêmica é, ao mesmo tempo, um caminho de acesso para a melhoria das condições de vida, mas também um espaço onde os privilégios são mantidos. Ela conta, por exemplo, que durante seu mestrado, participou da comissão

de bolsas e teve que lidar com professores/as que não acreditavam na declaração de baixa renda dos/as alunos/as, revelando a falta de compreensão da realidade dos/das estudantes que vêm de classes sociais menos favorecidas.

Desde o início de sua atuação na profissão, LAURA teve que lidar com atos de assédio de colegas e superiores, mas nunca se calou, mesmo tendo que pagar o preço da demissão em um de seus empregos. Ela tem consciência das opressões impostas pelo racismo nas instituições onde trabalha. Como tem um grande amor pela profissão, tem se especializado cada vez mais para continuar trabalhando nessa área.

SÔNIA, que sempre sonhou em trabalhar com o jornalismo clássico, é uma pessoa consciente da situação de precarização das condições de trabalho, das desigualdades de gênero e raça nessa área, mas mantém sua resistência e busca por alternativas para se manter na profissão. Ela sonha com um jornalismo que traga informação e promova a transformação social, com uma abordagem crítica e ética, e não apenas uma lógica comercial focada em vendas e números.

Ela lamenta que o mercado de trabalho para jornalistas esteja cada vez mais voltado para outras áreas da comunicação, como publicidade e *marketing*, deixando a qualidade da informação em segundo plano. Segundo SÔNIA, isso é resultado da intensificação do capitalismo, que coloca o lucro acima do compromisso social do jornalismo.

Além disso, ela argumenta que a situação foi agravada pelo governo de extrema-direita, que contribuiu para a proliferação de *fake news* durante sua gestão, tratando profissionais de jornalismo como inimigos/as, principalmente as mulheres. Em sua opinião, essa atitude é uma ameaça à democracia e à liberdade de imprensa. A resistência de SÔNIA é de alguém que tem compromisso em manter a qualidade da informação e buscar uma abordagem crítica e ética na produção jornalística, mesmo diante dos desafios do mercado de trabalho e das ameaças à liberdade de imprensa.

MARIA NICOLAS está atuando no jornalismo organizacional e sonha em trabalhar também com o jornalismo clássico, produzindo notícias que possam informar e transformar a sociedade. Ela tem uma visão crítica das condições precárias da profissão, que são impostas pela reestruturação produtiva, e está ciente dos processos de desigualdade de raça, gênero e classe, especialmente por ser uma mulher negra que não é reconhecida pelas empresas por ter a pele mais clara.

Ela denuncia a falta de projetos que promovam a diversidade e ampliem essa discussão nos espaços empresariais. A jornalista não se cala diante dos processos de opressão e violência que são impostos sobre ela. MARIA NICOLAS também relata sua experiência em uma empresa em que, no início, havia muita desconfiança em relação ao seu papel e às suas opiniões. Ela teve que trabalhar arduamente para ganhar credibilidade dentro da organização e alcançar uma posição de respeito perante as pessoas. No entanto, mesmo após alcançar essa posição, ela ainda é questionada por alguns gestores quando aponta alguma situação ou quer realizar alguma atividade.

A jornalista EUNICE entrou na universidade por meio de cotas raciais na universidade pública. Após sua formação, começou a trabalhar em uma grande rede de televisão, inicialmente como repórter e depois como apresentadora. No entanto, mais tarde, foi realocada para a atividade de edição de vídeo, uma área menos valorizada e com menos visibilidade na mídia. Ela reclama que a TV não tem dado espaço para as mulheres negras, uma situação que piorou com a ascensão do governo de extrema-direita no Brasil, que atacou os direitos das mulheres negras e de grupos minorizados.

EUNICE tem consciência da sua identidade negra e do racismo estrutural da sociedade brasileira. Essa consciência de gênero, raça e classe a faz lutar pela manutenção das conquistas alcançadas pela população negra, por meio das políticas afirmativas, pela inclusão em todos os setores, principalmente nas empresas e nos meios de comunicação, que têm um papel importante nesse processo ao promover a diversidade e a inclusão em seus quadros de funcionários/as e em suas pautas para superar as desigualdades históricas.

Além disso, EUNICE é mãe de uma criança com problemas de saúde e enfrenta o desafio de conciliar o trabalho no jornalismo de qualidade com a responsabilidade de cuidar de seu filho. Mesmo diante das dificuldades, ela mantém sua crença no jornalismo como ferramenta de mudança social.

ALMERINDA é uma profissional que ingressou na universidade em um momento de intensa discussão das políticas afirmativas no país. Ao participar ativamente dessa discussão nos movimentos sociais e na universidade, ela desenvolveu uma compreensão complexa das relações sociais que promovem as desigualdades de gênero, raça e classe.

Sua resistência está na experiência, na luta coletiva das mulheres negras e na militância. Em sua atuação como jornalista, carrega o ativismo do feminismo negro. Apesar de ser uma profissional capacitada, ALMERINDA luta constantemente contra os estigmas racistas que são impostos pela sociedade às mulheres jornalistas negras. Ela é uma intelectual orgânica, engajada com as lutas sociais das mulheres negras e tem como projeto pessoal ampliar sua qualificação, com a conclusão de seu doutorado.

Sua atuação como ativista é extremamente pedagógica e qualificada, explicando os processos de opressão e exclusão e construindo a consciência social. Ela realiza uma série de projetos em espaços onde atua. Essa postura evidencia a importância da formação, conscientização para a construção da luta e resistência para a promoção da igualdade racial e de gênero na sociedade brasileira. Seu ativismo a levou a setores importantes da luta antirracista.

A trajetória de RUTH é uma história de resistência contra o racismo e o sexismo que cortaram sua pele. Desde o início da carreira ainda como estagiária, tentaram desqualificar suas capacidades para a profissão. Ao longo dos anos, enfrentou violências físicas, xingamentos, humilhações e a negação de sua identidade de mulher negra – todas essas violências foram impostas pelos representantes da elite branca e masculina, herdeira dos privilégios da branquitude do poder paranaense. RUTH resistiu não apenas às agressões individuais, mas também ao silêncio opressor da sociedade diante da violência estrutural do racismo e do sexismo.

Ela resistiu, representando sua ancestralidade como a heroína Luíza Mahin, como as mulheres negras que a antecederam na construção do processo civilizatório da sociedade brasileira. Transformou sua dor em “dororidade”, termo criado pela pesquisadora Vilma Piedade (2017). Com isso, reuniu-se às dores das experiências das mulheres em afrodiáspora, que se tornaram insubmissas lágrimas.

Os corpos femininos no sistema capitalista, como apontou Federici (2017) é espaço de opressão e controle, mas também de resistência e transformação. O corpo é resistência até mesmo quando a sociedade racista e machista busca exterminá-lo com a violência da morte, como fizeram com Marielle Franco, porém ela continua pulsando, presente na luta e na resistência das mulheres.

A resistência de RUTH ecoa novamente na escrivência de Conceição Evaristo (2022, p. 106):

Todas as manhãs acoito sonhos
e acalento entre a unha e a carne
uma agudíssima dor,
[...]
Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouça a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negra sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.

RUTH é resistência. Seu depoimento neste trabalho são denúncias, luta por dignidade e respeito. São resistências contra a violência que incide implacavelmente sobre as mulheres negras, e também atravessam todos os corpos femininos que ainda vivenciam as dores das desigualdades, dos preconceitos, das discriminações de gênero, raça e classe na sociedade e no mundo do trabalho do jornalismo que ainda se apresenta como um lugar “tóxico” para a atuação profissional das mulheres, principalmente das mulheres negras, como evidenciaram todas as jornalistas em seus relatos nesta pesquisa. O questionamento e a resistência contra as violências e opressões do sistema capitalista são lutas coletivas e individuais realizadas pelas mulheres na busca da pavimentação e construção de uma carreira no jornalismo em que haja justiça, respeito e equidade para todas/os/es.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final de uma tese não é uma tarefa simples. Ainda mais quando ela foi feita no meio de uma pandemia que ceifou 6.873.641 de vidas. Essa é a cifra oficial de mortes no mundo todo, mas a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que esse número tenha chegado a 15 milhões. Só no Brasil foram 699 mil vidas destruídas. A maior parte delas poderia ter sido salva, não fosse o negacionismo adotado pelo governo de extrema-direita, que, numa ação planejada, sabotou políticas públicas e apostou na necropolítica. Tudo isso se refletiu na destruição das vidas das pessoas que o governo e seus defensores elegeram como descartáveis: as pobres, as negras, as indígenas, as pessoas idosas e as com doenças crônicas.

Foram tempos de muita incerteza, de dores profundas pelas perdas das pessoas queridas, lutas contra um projeto nefasto e fascista de destruição da sociedade brasileira. A chegada até aqui foi uma longa batalha, que deixou muitas cicatrizes, mas também produziu experiências, resistências, resiliências e esperanças na reconstrução da democracia e da justiça neste país. Essa esperança é marcada simbolicamente pela posse de um governo democrático, que ocorreu em janeiro deste ano em um clima de muita emoção, e também pelo ponto final desta tese.

Na verdade, era hora de terminar a pesquisa para que ela possa ser novamente transformada pelos olhares questionadores e transformadores da sociedade brasileira e assim cumprir seu papel social.

Seu objetivo foi analisar, a partir das percepções de três gerações de mulheres jornalistas brancas e negras que atuam em Curitiba e região, as consequências das mudanças tecnológicas e da reestruturação produtiva sobre suas atividades profissionais e avaliar o impacto da pandemia em suas rotinas e suas formas de resistência.

A pesquisa também buscou examinar as características da nova divisão do trabalho na comunicação, levando em conta questões de gênero, raça e classe, compreendendo como as jornalistas utilizam as tecnologias em seu trabalho e em que medida isso afetou a concepção da profissão jornalística.

Além disso, o estudo buscou identificar novas formas de atuação e resistência das mulheres no contexto das mudanças estruturais no mundo do trabalho, bem como expor as narrativas construídas pelas mulheres nas entrevistas, contribuindo para uma compreensão mais complexa de suas experiências.

Partimos da hipótese – que foi confirmada – de que a reestruturação produtiva afeta as jornalistas, especialmente as jornalistas negras, seguindo uma tendência que ocorre em outros setores da economia e da sociedade brasileira. No entanto, as mudanças tecnológicas têm permitido o surgimento de atividades alternativas no jornalismo, criando oportunidades para a atuação das mulheres em espaços como blogs, coletivos e movimentos sociais – apontadas nas entrevistas como atividades que ainda não são totalmente reconhecidas como jornalísticas.

Fundamentada nessas perspectivas, esta tese realizou levantamento bibliográfico e investigação de campo. O estudo teórico-metodológico compreendeu três capítulos distintos (2, 3 e 4), enquanto o capítulo final (5) foi dedicado à pesquisa de campo, a qual foi realizada em duas partes: a primeira consistiu na aplicação de um questionário socioeconômico, respondido por 69 mulheres jornalistas, e a segunda, composta por entrevistas semiestruturadas, voltando-se a 10 jornalistas selecionadas, que foram entrevistadas pela pesquisadora. As profissionais escolhidas pertencem a três diferentes gerações, sendo cinco brancas e cinco negras. Elas compartilharam suas observações sobre as principais mudanças que têm ocorrido nessa área nas últimas décadas.

Partindo da premissa de que a reestruturação produtiva e os avanços tecnológicos foram determinantes para a feminização da força de trabalho, constatase que esse fenômeno permitiu maior inclusão das mulheres brancas e negras nesse campo profissional. Apesar disso, manteve a estrutura da divisão desigual sexual e racial do trabalho. Essa situação foi agravada com a pandemia da covid-19, cujos impactos foram estudados nesta tese.

Os três segmentos (capítulos 2, 3 e 4) iniciais trazem uma visão geral sobre a realização da pesquisa, o jornalismo e sua relação com a modernidade, a tecnologia, a reestruturação produtiva e as relações de gênero.

No capítulo 2, foi feita uma discussão sobre as teorias e as metodologias para a realização dessa pesquisa. Como se trata de uma pesquisa que envolve mulheres brancas e negras, relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e ao mundo do trabalho no jornalismo, foram acionados diversos campos de pesquisa que foram combinados sob uma teoria maior, que é marxismo histórico e dialético, em que há uma valorização das relações de trabalho e das relações do indivíduo com o meio e sua história. Sob este “guarda-chuva” teórico, foram trabalhadas as teorias

relacionadas ao feminismo, às relações de gênero, aos feminismos negros, as relações de classe e ao desenvolvimento tecnológico.

A partir da perspectiva feminista, constatou-se a manutenção da divisão sexual hierarquizada entre o trabalho produtivo masculino e o trabalho reprodutivo feminino na esfera privada. O feminismo negro ressaltou a relevância da questão da raça na análise da divisão e hierarquização do trabalho. A categoria da interseccionalidade, criada pelo feminismo negro, evidenciou as múltiplas opressões que envolvem gênero, raça e classe no trabalho jornalístico. As reflexões das críticas “amefricanas” latinas e das mulheres negras norte-americanas foram fundamentais para a construção de uma metodologia interseccional que reconhecesse a localização social e histórica dos saberes resultantes da experiência e interação entre seres humanos. Com isso, foi possível observar também o olhar individual das entrevistadas sobre o tema pesquisado.

No capítulo 3, foi feita uma discussão sobre a relação entre o jornalismo, que é considerado um dos discursos fundadores da modernidade, e sua relação dialética com a busca pela liberdade e pela autonomia e sua sujeição às relações econômicas. Esse segmento, centrado na noção de modernidade, mostrou que o jornalismo é uma atividade contraditória. Ele promove o desenvolvimento, mas também possibilita a exploração e a dominação, criando formas hegemônicas de poder.

No Brasil, essa modernização aconteceu de maneira conservadora, o que manteve as estruturas desiguais, fundamentadas na exploração da colonização branca e masculina, e que garante o domínio de gênero, classe e raça nas instituições do país. Uma expressão dessa realidade são o racismo e o sexismo presentes no processo de modernização do Paraná, afetando a inclusão de trabalhadores/as nas empresas de comunicação e se manifestando no pacto da branquitude e nos privilégios de determinados grupos nas instituições de poder. Essa realidade foi observada pelas entrevistadas, em especial na cidade de Curitiba, que impõe muitas dificuldades para o ingresso e a permanência nas empresas de comunicação, principalmente para as mulheres negras, que não se enquadram na estrutura de raça, gênero e classe dos grupos hegemônicos.

O capítulo 4 apresentou uma discussão sobre a reestruturação produtiva e como ela tem afetado o jornalismo, principalmente nas últimas décadas. Nesse capítulo, estudamos a transição do sistema fordista-taylorista para o sistema de acumulação flexível e como essa mudança impactou a prática jornalística.

Observamos no capítulo que esse processo intensificou a exploração do trabalho, levando a demissões em massa, flexibilização dos direitos e criação de condições precárias de trabalho, situação que impactou mais as mulheres - e sobretudo as mulheres negras.

O capítulo 5 apresentou as análises e os resultados da pesquisa, trazendo informações e impressões das jornalistas entrevistadas sobre suas experiências profissionais. A realização deste capítulo foi bastante desafiadora. Como realizar uma análise a partir dos privilégios da branquitude que marcam os lugares das pesquisadoras? Que palavras escolher que sejam suficientes para analisar a complexidade, a potência dos depoimentos de experiências, dores e alegrias experienciadas em suas trajetórias dialéticas da produção da vida? Como mostrar a diversidade das lutas de resistência marcadas pelos avanços e retrocessos de conquistas das mulheres sem colocá-las no lugar da dor e de punho em riste, gritando e sofrendo?

A análise evidenciou a importância de priorizar os saberes localizados, resultado das experiências vivenciadas no processo social e histórico pelas mulheres jornalistas, principalmente numa sociedade que cada vez mais faz a opção pela substituição de pessoas por máquinas, estabelecendo relações mais impessoais, solitárias, fragmentadas e desumanizadas. Privilegiar as vozes, mostrar a importância das histórias e dos conhecimentos das mulheres jornalistas é resgatar a dimensão social do jornalismo, é resistir ao seu processo de esvaziamento e mercantilização. Pelas lentes da interseccionalidade, foi possível ligar as histórias individuais às estruturas de exploração e opressão em que estão estruturadas as relações desiguais de gênero, raça e classe que mantêm as desigualdades do mundo do trabalho.

A análise dos dados produzidos durante esta pesquisa evidencia que todas as entrevistadas estão cientes e atentas sobre as transformações e precarização pelas quais a profissão de jornalista passou nas últimas décadas, demonstrando um olhar crítico e ativo sobre os contextos vividos.

Uma das constatações da tese foi o aumento da participação feminina na produção do jornalismo, que se tornou uma profissão mais feminizada. No entanto, esse processo coincidiu com a precarização da atividade nas últimas décadas, que foi influenciada tanto pela tecnologia quanto pelas mudanças no capitalismo mundial. O jornalismo tornou-se menos sustentável economicamente, o que gerou uma série de consequências para os/as trabalhadores/as, incluindo a superexploração do trabalho,

o uso intensivo de recursos tecnológicos e a redução de empregos, reduzindo o número de pessoas contratadas para trabalhar nessa área. Além disso, observou-se um esvaziamento da função social do jornalismo e da profissão.

Na pesquisa, constatou-se a ascensão das mulheres negras no jornalismo, que está diretamente relacionada à luta pelos direitos promovida pelos movimentos sociais e à implementação de ações afirmativas e cotas em universidades e instituições do país. Entretanto, as entrevistadas apontaram um paradoxo: embora tenham obtido maior acesso à educação universitária, enfrentam um mercado de trabalho extremamente racista e violento, criando diversas barreiras para sua entrada, permanência e ascensão nesse universo profissional.

As entrevistadas, principalmente as mulheres negras, ressaltaram a presença de diversas formas de violência que representam obstáculos significativos para as mulheres, impactando inclusive sua saúde física e emocional. Apesar do processo de feminização do jornalismo, as estruturas mantêm-se machistas, sexistas e racistas, não promovendo projetos de inclusão e equidade.

Além disso, nos depoimentos das entrevistadas, foi observada a crescente presença da tecnologia na produção jornalística. Esse fenômeno é analisado de forma dialética nesta pesquisa. Por um lado, as TICs melhoram a execução do trabalho, tornando-o mais ágil, mas por outro lado, exigem um desempenho maior das mulheres, favorecendo a busca incessante pelo lucro com maior produção, sem contrapartida salarial adequada. Dessa forma, as TICs tornam-se instrumentos voltados para aprimorar a acumulação de capital, mais do que para trazer benefícios às/os trabalhadoras/es, mostrando assim que não são neutras, pois expressam as contradições sociais.

Nesse processo, observamos que as mulheres jornalistas enfrentaram diversas dificuldades e obstáculos em suas trajetórias profissionais. Entretanto, elas também têm demonstrado capacidade de resistência, como a luta contra o machismo, o racismo e o assédio, a desconstrução das imagens de controle sobre seus corpos, a busca pelo reconhecimento de suas capacidades profissionais, o respeito pelos seus pontos de vistas nas estruturas e no fazer jornalístico, o respeito por seus direitos conquistados, por novas oportunidades de trabalho e um maior engajamento em movimentos feministas e feministas negros.

Com base nas entrevistas, observamos que o jornalismo impõe diversos desafios para as mulheres. Além da exigência técnica, há a persistência de estruturas

machistas, sexistas e racistas da sociedade, que demandam muita luta e enfrentamento. Além disso, embora a tecnologia tenha possibilitado avanços técnicos e novas oportunidades de pesquisa, há uma crescente preocupação com o controle dessas ferramentas pelas big techs e grandes corporações, que exercem forte influência sobre o trabalho das mulheres jornalistas.

Dessa forma, embora haja resistência no uso das tecnologias que se expressam nas diferentes maneiras das apropriações realizadas pelas/os trabalhadoras/es para atender aos seus interesses, o poder hegemônico de atuação das empresas usa a tecnologia virtual do algoritmo como um instrumento capaz de articular todas as formas de produções realizadas em todos os segmentos da cadeia produtiva, desde a extração de minérios à produção de laptops e smartphones até a produção de conteúdos jornalísticos nas redes sociais sem remunerar seus produtores, agregando todas as qualificações e habilidades da classe trabalhadora, que a partir da intensa conectividade amplia as jornadas de trabalho sob uma pseudoautonomia, incorporadas pelo sistema para aprimorar a acumulação de capital.

A persistência da lógica de exploração capitalista é evidenciada pela observação da divisão sexual e racial do trabalho, cujas raízes de exploração encontram-se na inclusão precarizada das mulheres no mercado de trabalho. É importante ressaltar que as mulheres negras, em particular, continuam sendo uma fonte de acumulação de capital. A inclusão das mulheres no mercado de trabalho ainda é precária, com projetos superficiais que muitas vezes atendem somente as métricas de competição do mercado, utilizados para fins mercadológicos empresariais, despolitizando os conflitos e apagando o caráter sistêmico das opressões, mantendo as estruturas desiguais das empresas. Isso pode ser observado na inclusão, muitas vezes abrangendo apenas um grupo seletivo de mulheres, deixando outras em condições de trabalho ainda mais precárias - especialmente as mulheres negras, que são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico. Desta forma, a estrutura racista e a desigualdade de gênero continuam a ser as bases da exploração internacional capitalista, perpetuando as hierarquias, as opressões e as explorações.

Diante das constatações apresentadas, sugere-se a adoção de medidas com o intuito de aprimorar a participação das mulheres no mundo do trabalho jornalístico.

Nesse sentido, é fundamental a criação de programas voltados à equidade de gênero, raça e classe nas empresas de comunicação, objetivando a construção de carreiras justas e igualitárias para todos/as/es. Não basta a sociedade e as empresas

reconhecerem que a inclusão da diversidade é importante, que são contra o racismo e o sexismo - principalmente numa cidade como Curitiba, que não quer ser negra - são fundamentais as políticas públicas concretas capazes prevenir e combater o racismo, o sexismo, o assédio sexual e moral, todas as formas de preconceitos e discriminações em todos os ambientes institucionais que sejam capazes de promover mudanças nas estruturas de poder.

Outra ação proposta é o incentivo a projetos acadêmicos e de divulgação nas mídias sobre as relações de gênero, raça e classe no mundo do trabalho. É necessário colocar em prática os novos conhecimentos gerados nas universidades com vistas a promover uma visão antirracista, que combata os privilégios da branquitude, com mudanças positivas no setor.

Com o objetivo de fomentar a diversidade, os direitos e o respeito às diversidades de gênero, raça e classe, propõe-se o desenvolvimento de políticas públicas para a implementação de uma educação antirracista, anti-sexista, anti-homofobia e antitransfobia.

Para fortalecer a democracia participativa, sugere-se incentivar a criação de grupos da sociedade civil que cobrem a elaboração e aprovação de políticas públicas progressistas.

É necessário cobrar ações políticas que visem à democratização da mídia, uma vez que este setor permanece extremamente concentrado economicamente e defende apenas os interesses das classes dominantes. Nesse sentido, deve-se discutir as formas de representação da diversidade da população brasileira na mídia, uma vez que, atualmente, a mídia privilegia apenas uma parcela da população. É fundamental que as jornalistas, principalmente as jornalistas negras, tenham espaços para construir suas narrativas, suas identidades e representatividades nas mídias.

Outra proposta é desenvolver pesquisas sobre as novas formas de atuação das mulheres em espaços das novas atividades proporcionadas pelas TICs, com o objetivo de aprimorar a profissionalização e remuneração nessa área, garantindo direitos trabalhistas.

Propõe-se também a realização de mais pesquisas acerca da inserção de mais aspectos da diversidade que não foram tratados nesta tese, mas que são extremamente importantes, tais como os LGBTI+, pessoas com deficiência e povos originários.

É fundamental destacar que todas as ações propostas para melhorar a participação, a representação, o enfrentamento das violências e dos racismos sistêmicos das mulheres no mundo do trabalho do jornalismo devem ser realizadas articuladas a uma perspectiva crítica e combativa ao sistema capitalista.

Os movimentos feministas de resistência denunciam como os corpos femininos são usados para amenizar os impactos da superexploração do trabalho. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres para garantir a produção diária de suas vidas são maiores, com o aumento da violência e da exploração social. O capitalismo se apresenta como um sistema antivida, pois promove a destruição da natureza e dos territórios, além de explorar e subjugar os corpos da classe trabalhadora, especialmente das mulheres negras. Nesse sentido, a luta por igualdade no ambiente laboral só poderá ser plenamente alcançada mediante a superação do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 1950. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- AGÊNCIA PÚBLICA. **O mapa do jornalismo independente**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://envolverde.com.br/o-mapa-do-jornalismo-independente-2/>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- AGÊNCIA SENADO. **Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015). Orientador: Felipe Simão Pontes, 2018, 149 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2542>. Acesso em: 1 mai. 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTONELLI, Diego. **Jornal Voz do Paraná**: uma história de resistência. Curitiba: Editora Esplendor, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **O trabalho e seus sentidos**. Confluências, Niterói, v. 10, n. 1, 2008, p. 43-61.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan/abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, mai/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 22 dez. 2022.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARBOSA, Marialva. Pesquisas em Comunicação no Brasil: perspectivas históricas. In: BIANCO, Nelia R. Del; LOPEZ, Ruy Sardinha (org.). **O campo da comunicação: epistemologia e contribuições**. São Paulo: Socicom Livros, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Helena Martins do Rêgo. **O mercado de comunicações brasileiro no contexto da convergência: análise das estratégias do Grupo Globo e da América Móvil**. Orientador: Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño. 369 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32830>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

BEM PARANÁ. **Morre, aos 95 anos, Rosy de Sá Cardoso, primeira mulher com registro de jornalista no Paraná**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/morre-aos-95-anos-rosey-de-sa-cardoso-primeira-mulher-com-registro-de-jornalista-do-parana/>. Acesso em: 9 jan. 2023.

BEM PARANÁ. **Veja dez afrodescendentes que fizeram história em Curitiba**. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/veja-dez-afrodescendentes-que-fizeram-historia-em-curitiba/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BENTO, Berenice. **Crítica da crítica à meritocracia**. Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/4976-critica-da-critica-a-meritocracia>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERKIN, Sarah Corona. A contribuição das mulheres para a pesquisa crítica em comunicação na América Latina. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Ano XXIII, n. 2, p. 121-131, jul/dez, 2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/4976-critica-da-critica-a-meritocracia>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BASTOS, Manuel Dourado. Um pensamento materialista em comunicação. In: BIANCO, Nelia R. Del; LOPEZ, Ruy Sardinha (org.). **O campo da comunicação**: epistemologia e contribuições. São Paulo: Socicom Livros, 2020.

BORELLI, Sílvia; PEREIRA, Simone Luci. Escola de Chicago. In: CITELLI, Adilson et al. (org.). **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

BORGES, Rosane. Feminismos negros e marxismo: quem deve a quem? In: ALMEIDA, Sílvia (org.). **Marxismo e questão racial**: dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2016.

BORGES, Rosane. O papel das mídias negras na implosão de imaginários. In: **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. Fórum Permanente pela Igualdade Racial - FOPIR, 2019. Disponível em: https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (org.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012.

BRASIL DE FATO. **Vereadora negra recém-eleita em Curitiba é ameaçada de morte**. Paraná, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/06/vereadora-negra-recem-eleita-em-curitiba-e-ameacada-de-morte>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRONOSKI, Bruna. **Pouco mais de um terço da população do Paraná é formada por negros, e governo estadual não tem políticas públicas específicas**. Paraná, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/21/pouco-mais-de-um-terco-da-populacao-do-parana-e-formada-por-negros-e-governo-estadual-nao-tem-politicas-publicas-especificas.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BUENO, Winnie de Campos. **Imagens de controle**. Porto Alegre: Zouk, 2020. CAMPOS, Augusto (org.). **Pagu: vida e obra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CANDIDO, Maria Rangel; VIEIRA, Lidiane. **Negros nos jornais brasileiros**. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/negros-nos-jornais-brasileiros/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n.3, p. 965-986, set./dez, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanidade: proposta feminista negra de organização política e transformação social. **LASA FORUM**, Guadalajara, v. 50, p. 44-49, 2019. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue3/LASAForum-vol50-issue3.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli Carneiro. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Orientadora: Dra. Roseli Fischmann. 339 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 mai. 2021.

CARVALHO, Marcelo Pereira de. O fordismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio; RODRIGUES, Luciene (org.). **Capitalismo: da gênese à crise atual**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
CBN. **Paraná está em quarto no ranking das agressões contra jornalistas**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://cbncuritiba.com.br/materias/parana-esta-em-quarto-no-ranking-das-agressoes-contrajornalistas/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CENTRO TÉCNICO CIENTÍFICO/PUC-RIO (CTC). **Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CESTARI, Mariana Jafet. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. **Língua, Literatura e Ensino**. Campinas, v.3, maio, 2008. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/le/article/view/135/115&sa=D&source=docs&ust=1687370156255772&usg=AOvVaw2AI3DUf-eE45v3BusqjtnX>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAUÍ, Marilena. O mal-estar na universidade: o caso das humanidades e das ciências sociais. In: CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo, UNESP, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
CHUERY, Matheus; MAZIVIERO, Maria Carolina. **Curitiba insurgente: do existir ao resistir**. Curitiba, 2020. Disponível em:
<http://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/22138.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. **Vacinação e racismo: manifesto da Coalizão Negra por Direitos**. Disponível em:
<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/06/18/vacinacao-e-racismo-manifesto-da-coalizacao-negra-por-direitos/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan./jun, 2017. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod_resource/content/0/559-1734-1-PB.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMTE, Augusto. Textos de Comte. (Seleção e tradução: Evaristo de Moraes Filho) In: Moraes Filho, Evaristo de (org.). **Auguste Comte: sociologia**. São Paulo, Ática, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Assédio moral e sexual**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual> Acesso em: 27 fev. 2023.

CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. “Leitoras”: gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, 2012, p. 163-191. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77023761005.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

COSTA, Ângela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

COSTA, Caio Túlio. **Modernidade líquida, comunicação concentrada**. São Paulo, Revista USP, n. 66, p. 178-197, jun./ago, 2005.

COSTA, Alvaro Daniel; DENIPOTI, Claudio Luiz. **História do jornalismo paranaense: o inventário de Romário Martins nas comemorações da imprensa periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1909)**. Ponta Grossa, Revista Pauta Geral, vol. 3, n. 2, p. 146-162, jul/dez, 2016.

COSTA, Maria Ivanúcia Lopes da; MENDES, Marcília Luzia Gomes da Costa. **Meios de Comunicação e Sociedade: Considerações sobre o paradigma funcionalista-pragmático**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2012. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/costa-mendes-meios-de-comunicacao-e-sociedade.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CRAVEIRO, Rodrigo. “Mentiras podem matar”, diz jornalista ganhadora do Nobel em entrevista ao Correio. **Correio Braziliense**. Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/10/4954915-mentiras-podem-matar-diz-jornalista-ganhadora-do-nobel-em-entrevista-ao-correio.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CRIOLA. **Dossiê: Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva 2020-2021**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/10/DossieCriolaJusticaReprodutiva_compressed-1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

CUT-PR. **Paraná participa de ato político que devolveu mandato de Renato Freitas**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/noticias/cut-parana-participa-de-ato-politico-que-devolveu-mandato-de-renato-freitas-1a76>. Acesso em: 26 fev. 2023.

DALPÍCOLO, Sandro. **Uma nova luz na sala: histórias da TV Paranaense**. Curitiba: Arowak, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DENTRO de cada um. Intérprete: Elza Soares. Compositor: Elza Soares. *In*: Deus é Mulher. [S.l.]: Deckdisc, 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Brasil: a inserção das mulheres no mercado de trabalho, 3º trimestre de 2019 e de 2020**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Trabalho doméstico no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 541-560, set./dez. 2005.

DEVULSKY, Alessandra. Estado, racismo e materialismo. In: ALMEIDA, Sívio (org.). **Marxismo e questão racial: dossiê Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

D'ONIFRIO, Silvio. Ruth Guimarães: uma romancista negra na imprensa brasileira dos anos 1940. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n.1, p. 189-203, 2020.

DORSTEN, Aimée-Marie. Thinking dirty: digging up the three founding “matriarchs” of communication studies. **Communication Theory**, v.22, n.1, p. 25-47, 2012.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. Primavera das Mulheres — Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30292>. Acesso em: 17 fev. 2023.

ENDERS, Armelle. **Nouvelle histoire du Brésil**. Paris: Chandeigne, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Estudos culturais: as margens de um programa de pesquisa. **E-Compós**, Porto Alegre. v. 6, 2006. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/77/77>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. ed. on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Estudos culturais Ingleses. In: CITELLI, Adilson; et al. (org.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil. In: GRAZIELA, Bianchi; WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (org.). **Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias**. Ponta Grossa: UEPG, 2018.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. A construção da prática de pesquisa em estudos feministas de comunicação e de mídia (entrevista). **Revista Latino-americana de Jornalismo – Âncora**. João Pessoa, ano 6, v.6; n. 2; jul /dez, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ancora/article/view/49586/28801>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; DAHLEH, Simone Munir. Jornalismo e feminismo: do que tratam as teses e dissertações em Comunicação do período de 2001 a 2018? **Revista Latino-americana de Jornalismo – Âncora**, João Pessoa, ano 6, v. 6, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/49575>. Acesso em: 1 jun. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana; JACKS, Nilda. Comunicação e Recepção. Uma visão latino-americana. **Razón y Palabra**, Quito, n. 57, jun./jul, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199520710003.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória - Ocupação Conceição Evaristo (2017)**. Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-DEVLDHaRtQ&t=78s>. Acesso em: 1 mar. 2023.

EVARISTO, Conceição. Independência do Brasil: uma pátria de muitos gritos. In: SANTOS, Hélio. **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822-2022)**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura (1956). **Revista Convergência Crítica**, Niterói, n.13, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512/22083>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo - vol. I**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEENBERG, Andrew. **Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia**. New York: Oxford University Press, 1991. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_Racionalizacao_Subversiva_Tecnologia_Poder_Democracia.pdf. Acesso em: 4 ago. 2021.

FEIJÓ, Janaina. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. FGV, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>. Acesso em: 7 fev. 2023.

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná: pelo direito à memória. In: RAGGIO, Ana Zaiczuk; BLEY, Regina Bergamaschi; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (org.) **Abordagem histórica sobre a população negra no estado do Paraná**. v. 2. Curitiba: SEJU, 2018.

FERRAND, Michèle. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. **Revista Estudos feministas**, 2005. Entrevista concedida a RIAL, Carmen et al. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/vFGzV95wGkQVsxW5vrQXHPH/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, janeiro-junho de 2015:199-228. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CHYYZ9sKBpMtNZqQy3fLFsb/?lang=en>. Acesso em: 30 mai. 2021.

FERREIRA, Wilson. **Por que jornalistas vestem roupas corporativas?**. Blog Cinema Secreto: Cinegnose, 2016. Disponível em: <http://cinegnose.blogspot.com/2016/01/por-que-jornalistas-vestem-roupas.html>. Acesso em: 26 fev. 2023.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, n. 9, p. 90-100, 2 sem. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986/134334>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FIGARO, Roseli (org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

FOX-KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bSBYCTG9zPV55wBnbQkcpCb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2021.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.) **Teorias da comunicação: conceitos. Escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**. São Paulo: José Olympio, 2006.

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**, Curitiba: Palavra, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d.

GONZÁLEZ, Sabrina. Crônicas marxianas de uma morte anunciada. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Introdução. IN: NASCIMENTO, Abdias do. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro. Edição fac-similar. São Paulo: Editora 34, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Unesp, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil vol. 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 22, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkJRgkCBftnpY7qgHmzYCgd/?lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.5, p.7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 4 fev. 2021.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELDMAN, Caroline. Sexual Objectification, Part 1: What is it? (2012). Disponível em: <https://drcarolineheldman.com/2012/07/02/sexual-objectification-part-1-what-is-it/>. Acesso: 26 fev. 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em: 8 fev. 2022.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 1, p. 39-50, jun. 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 1, n. 53, p. 22-34, jun./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/issue/view/2466/Revista%20Completa>. Acesso em: 5 ago. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HONS, André de Seguin des. **Le Brésil: presse et histoire (1930-1985)**. Paris: L'Harmattan, 1985.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. INDEED; INSTITUTO GUETTO. **Pesquisa: 47% dos profissionais negros sentem que não pertencem ao ambiente de trabalho**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/06/4929330-diversidade-inclusao-no-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em: 25 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. [S.L], 2019. Disponível em: http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2021/03/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego chega a 14,6% no terceiro trimestre, com alta em 10 estados (2020)**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados>. Acesso em: 23 jun. 2021.

INSTITUTO BÚZIOS. **A conjuração baiana de 1798, Revolta dos Búzios, Liberdade, Fraternidade, Igualdade**. Disponível em: <https://www.institutobuzios.org.br/revolta-dos-buzios/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_social_racial_genero_500empresas.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO ETHOS. **Ethos/Época de inclusão 2022**. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_91e21bc490b44c808f2d722ecf06a8e6/epocanegocios/pdf/EN_Ebook_Diversidade_.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira**. Educa + Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 23 mai. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2019**: Divulgação dos dados. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 23 mai. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**: resumo técnico do censo da educação superior 2019. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 23 mai. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JORNALISTAS & CIA, et al. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**. [S.], 2021. Disponível em:

<https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

KLANOVICZ, Jó. Tecnologia de força bruta e história da tecnologia: uma leitura historiográfica. **Fronteiras**, Chapecó, n. 27, p. 134-148, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.

LAB THINK OLGA. **Economia do Cuidado: como podemos visibilizar o trabalho invisível das mulheres na economia do cuidado?** (2020). Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1993.

LAGO, Cláudia; MARTINEZ, Mônica. Quem são e o que estudam as/os pesquisadoras/es de gênero na comunicação. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499529493_ARQUIVO_LAGOEMARTINEZ.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). **Pensamento feminista, conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set./dez. 2013.

LIMA, Samuel Pantoja (coord.); MICK, Jacques et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. São Paulo: Vozes, 2003.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, Verônica Ferreira; FERREIRA, Verônica (org.) **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, 2014. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/livro_trabalho_versaoonline-1.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

FÓRUM PERMANENTE PELA IGUALDADE RACIAL (FOPIR). **Mapeamento das mídias negras**. 2019. Disponível em: https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hackers, 2000.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, mai./ago. 2016.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e prática culturais em tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 4 fev. 2021.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MCQUAIL, Denis. **Mass communication theory**. Londres: Sage, 2010.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo; SCHWAAB, Reges. Jornalismo. In: CITELLI, Adilson; et al. (org.). **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra PT pelo WhatsApp. **Folha de S. Paulo**, 18 out, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatapp.shtml>. Acesso em: 4 jan. 2023.

MELO, José Marques de. **A pesquisa em jornalismo no Brasil**: trajetória e perspectivas. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/d403808cde46d17afaf34b5f30443151.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MELO, José Marques de. Marxismo e comunicação: contribuições para revitalizar o pensamento crítico brasileiro. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 13-24, jul./dez, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44882>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MELO, José Marques de. Circunstâncias que marcaram o percurso de um jornalista/pesquisador pelo campo das ciências da comunicação no Brasil (1965/2015). In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (org.) **Epistemologia da comunicação no Brasil**: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: ECA-USP, 2016.

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1997.

MENON, Isabella. Todas as formas de violência contra mulher aumentaram em 2022, diz pesquisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/todas-as-formas-de-violencia-contra-mulher-aumentam-em-2022-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 2 mar. 2023.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; KIKUTI, Andressa. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Plural – Revista do Programa de pós-graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 27, n.2, ago./set, 2020, p. 210-239.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, mar. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 40, n. 40, p. 139-153, jul. 2018. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/26788/1/035.pdf>. Acesso em 01 jul. 2021.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Parceria para reduzir índice de suicídio na população negra**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/setembro/parceria-para-reduzir-indice-de-suicidio-na-populacao-negra>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência em Curitiba. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 13, p. 7-16, nov. 1999.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MOSER, Benjamin. **Clarice**. Trad. José Geraldo Couto. Cosac & Naify, 2011.

NASCIMENTO, Glaucia Pereira do. **Territorialidades negras em Curitiba-PR**: ressignificando uma cidade que não quer ser negra. Orientador: Dr. Jorge Ramon Montenegro Gomez. 309 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/71450/R%20-%20D%20-%20GLAUCIA%20PEREIRA%20DO%20NASCIMENTO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 fev. 2023.

NEVES, Margarida de Souza; CAPELATO, Maria Helena Rolim. Retratos del Brasil: ideas, sociedad y política. In: TERÁN, Oscar (org.). **Ideas en el siglo**: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004.

NODARI, Sandra. Nomes e pronomes na Língua Portuguesa: a questão sexista no idioma e na academia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, e74197, 2021. Disponível em: https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2021000300300. Acesso em: 6 mar. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Dennis de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: ALMEIDA, Silvio (org.). **Marxismo e questão racial**: dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. Amefricanidade e resistência secular no Brasil. In: SANTOS, Helio (org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial**: Brasil 200 anos (1822-2022). São Paulo: Jandaíra, 2022.

OLIVEIRA, Flávia. 'Glória Maria foi corajosa ao ousar ser um corpo negro feminino no jornalismo de TV'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2023/02/flavia-oliveira-gloria-maria-foi-corajosa-ao-ousar-ser-um-corpo-negro-feminino-no-jornalismo-de-tv.ghtml>. Acesso em 25 fev. 2023.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. 1. ed. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Editora Insight, 2012.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. **Olhares sobre uma cobertura**: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais. Curitiba: Pós-escrito, 2007.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil**: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972-2012. Orientadora: Dra. Cicilia Maria Krohling Peruzzo. 263 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2015.

OXFAM BRASIL. Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil. **Relatório**, 2020. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

PEREIRA, Ana Tereza May; NODARI, Sandra Nodari. **Telejornalismo e vestuário: uma análise de como as roupas e acessórios de jornalistas de televisão influenciam na notícia**. Dito Efeito, Curitiba, v. 9, n. 15, p. 1-12, jul./dez. 2018.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan-abr. 2017. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24207/15002>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Exposições universais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Orientadora: Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **O que são Direitos Reprodutivos?**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://feminismo.org.br/2009/09/15/o-que-sao-direitos-reprodutivos/> Acesso em: 15 fev. 2023.

POPADIUK, Bárbara; CAMARGO, Bruna Aparecida; WOITOWICZ, Karina Janz. Lutas feministas por meio da imprensa: movimento de mulheres no Paraná e espaços de resistência. XI Encontro Nacional de História da Mídia (Alcar), São Paulo, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.

PRUDENTE, Celso Luiz; PRUDENTE, Ana Vitória Luiz e Silva. O comportamento civilizatório do afrodescendente versus o segregacionismo imagético do eurocaucasiano. In: SANTOS, Helio (org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial**: Brasil 200 anos (1822-2022). São Paulo: Jandaíra, 2022.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000.

RAMONET, Ignacio. Meis de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2016.

REIS, Aline. A mídia negra brasileira – o legado que nós temos ou pelo o quê comunicamos? In: Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR). **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. [S.l.], 2019. Disponível em: http://fopir.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

REIS, Aline; SCHERNER, Maria Carolina. **Paraná Preto**. Curitiba: Íthala, 2015.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1935). São Paulo: Brasiliense, 1986.

RFI. **Reforma trabalhista coloca Brasil entre os países que mais desrespeitam direitos dos trabalhadores no mundo, diz advogado.** Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20220705-reforma-trabalhista-coloca-brasil-entre-os-pa%C3%ADses-que-mais-desrespeitam-direitos-dos-trabalhadores-no-mundo-diz-advogado>. Acesso em: 2 mar. 2023.

RIBEIRO, Beatriz Caroline; KOMATSU Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. **Diferenciais salariais por raça e gênero para formados em escolas públicas ou privadas (2020).** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Policy-Paper-45.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS, Flavia; RATTIS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney. (org.). **Pensadores negros-pensadoras negra: Brasil, séculos XIX e XX.** Cruz das Alma: EDUFRB; Belo Horizonte: Traço Fino, 2016.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão. In: GRAZIELA Bianchi; WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (org.). **Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias.** Ponta Grossa: UEPG, 2018.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa.** São Paulo: Edusc, 2001.

RUIZ, Fernando; WAISBORD, Silvio. Los medios de comunicación en América Latina: II de la era de las dictaduras a la era de la democracia (1975-2003). In: BARRERA, Carlos (coord.). **Historia del periodismo universal.** Barcelona: Ariel, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Paulus, 2011.

SANTIAGO, Fernanda Lucas. **Associações de mulheres negras em Curitiba: das mutuais às políticas públicas.** Universidade Estadual de Maringá, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611977857_ARQUIVO_14bc2a1f4b965c17664e632b3c3a3261.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTOS, Eliane Carvalho. A reestruturação produtiva: do fordismo à produção flexível no estado de São Paulo. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6y9nc/pdf/sposito-9788568334669-07.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SANTOS, Milton. **Por um outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARDENBERG, Cecília Maria. **Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?**. Salvador, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%c3%a3o%20Final%20Da%20Cr%c3%adica%20Feminista.pdf>. Acesso em 05 fev. 2021.

SARDINHA, Edson. “Reparação por cotas é urgente”, defende primeira deputada negra do Paraná. **UOL**, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/reparacao-por-cotas-e-urgente-defende-primeira-deputada-negra-do-parana/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SCHUDSON, Michel. The news media as political institutions. **Annual Review of Political Science**. San Diego, vol. 5, jun. 2002. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.5.111201.115816>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOFIELD, Thereza Helena Prates. Mídia e mulheres: um percurso compartilhado no território dos Estudos Culturais. **Lumina**, Juiz de Fora [S. /], v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20978>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1. n. 13, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Fantasias do milênio: o futuro do “gênero” no século 21. **Cadernos Gênero Tecnologia**, Curitiba, v.12, n. 39, p. 319-339, jan./jun. 2019.

SEABRA, Roberto. **Produção da notícia: a redação e o jornalista**. In: DUARTE, Jorge (org.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia. São Paulo: Atlas, 2011.

SEBRAE. **Novos desafios para o empreendedorismo feminino**. [S./], 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/novos-desafios-para-o-empendedorismo->

feminino,b425760dd0f72810VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em: 26 fev. 2023.

SEBRAE. **Empreendedorismo por Raça-cor (e sexo)**. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/02/Empreendedorismo-Raca-cor-Sexo-sebrae-2-trimestre-2022.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 1521, de 2019**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135758>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SERRA, J. Paulo. **Manual de Teoria da Comunicação**. Universidade da Beira Interior, 2007. Disponível em: https://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110824-serra_paulo_manual_teorica_comunicacao.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil: República da Belle époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil: República da Belle époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo braileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias: seis mil dias depois**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Julio Menezes. **Jornal Quilombo 70 anos: atual como nunca**. Ipeafro, 2018. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/ha-70-anos-anos-jornal-quilombo-entrava-para-historia-da-imprensa-nacional/>. Acesso: 2 fev. 2023.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA (SISMAR). **Mês da mulheres: as mulheres negras são as mais afetadas pela pandemia**. Disponível em: <https://sismmar.com.br/site/mes-das-mulheres-as-mulheres-sao-as-mais-afetadas-pela-pandemia/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo, 1987.

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. Maternidade, culpa e ruminação em tempos digitais. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 89-112, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/37640/20599>. Acesso em 24 fev. 2023.

SOUZA, Fernanda Aparecida de; VALENTIM, Silvani dos Santos. A participação de pesquisadoras negras na produção científica no Brasil: apontamentos a partir de um levantamento bibliográfico. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p.1 -12, 2017.

Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499985780_ARQUIVO_Aparticipacaodepesquisadorasnegrasnaproducaocientifica.pdf. Acesso em: 5 mai. 2021.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **Ações afirmativas e inclusão de negros por “cotas raciais” nos serviços públicos do Paraná**. Orientador Dagoberto José Fonseca, 2010, 457 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2010.

SOUZA, Marcilene Garcia (coord.). **A África em nós: africanidades paranaenses**. João Pessoa: Grafset, 2011.

SOUZA, Marcilene Garcia de. O esquema racista de fraudes: um golpe na política de cotas. In: SANTOS, Helio (org.) **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil 200 anos (1822-2022)**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise do conglomerado jornalístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Nírcia; BORGES, Cecília Ribas. Imprensa paranaense: Leonor Castellano e o discurso acerca da mulher. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 4, n. especial, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsocio/article/view/9578>. Acesso em: 14 nov. 2022.

THINK EVA; LINKEDIN. **O ciclo do assédio sexual no ambiente do trabalhos**. Disponível em: <https://thinkeva.com.br/wp-content/uploads/2022/12/Assedio-no-Contexto-do-Mundo-Corporativo.jpg>. Acesso em: 26 fev. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)**. Orientadora: Dra. Nísia Martins do Rosário. 201 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). **Intercom – RBCC**. São Paulo, v. 43, n. 3, p. 57-81, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/5NnGqTNPdrNTRX8rQjVd56t/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2021.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TRAVANCAS, Isabel. **O livro no jornal**: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

UNESCO. **TICs**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223170>. Acesso em: 4 mar. 2023.

UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA. **Mapeamento de coletivos de mulheres**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://feminismo.org.br/movimentos/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

VARGAS, Regina Nobre. **Sobre produção de mulheres negras nas ciências**: uma proposta para a implementação da lei 10.639/03 no ensino de química. Orientadora: Dra. Anna M. Canavarro Benite. 92f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Química, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

VESSURI, Hebe M.C. Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia. **Interciencia**, Venezuela, v.16, n.2, p. 60-68, mar./abr. 1991.

VILLAMÉA, Luiza. Revolução tecnológica e reviravolta na política. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Páginas que resistem**: a imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-20081/Paginas%20que%20resistem%20A%20imprensa%20feminista.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WOITOWICZ, Karina Janz. Marcos históricos da inserção das mulheres na imprensa: a conquista da escrita feminina. **Jornal Alcar**, Porto Alegre, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-no-4-outubro-de-2012/Marcos%20historicos%20da%20insercao%20das%20mulheres%20na%20imprensa.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WOLTON, Dominique. **Internet et après?** Une théorie critique des nouveaux médias. Paris: Flammarion, 2000.

YAMAMOTO, Débora Cajé Mobilizações feministas na internet e a formação de redes de solidariedade online. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 29, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/10997>. Acesso em: 17 fev. 2023.

YANNOULAS, Sílvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p.271-292, jul./dez. 2011.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>. Acesso em: 06 mar. 2023.

ZARLAPON, Cecília. Luta e resistência: Sociedade 13 de Maio é símbolo de memória, cultura e identidade negras em Curitiba. **Plural**. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/luta-e-resistencia-sociedade-13-de-maio-e-simbolo-de-memoria-cultura-e-identidade-negras-em-curitiba/>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. Un capitalisme de surveillance. **Le Monde Diplomatique**, Paris, n. 778, p. 10-11, jan. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

Prezada jornalista,

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE- UTFPR). Neste documento estarão descritas informações sobre a pesquisa e as etapas para que você, ao participar, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

A sua participação nessa pesquisa é de suma importância, e ela consiste em responder a um questionário online composto de perguntas objetivas. A previsão de tempo destinado ao preenchimento do questionário é de cerca de 10 minutos.

Informamos que, caso você não queira participar da pesquisa, terá a opção de sair já no início do próprio questionário ao acionar essa alternativa. Com isso, o questionário vai ser fechar, encerrando a sua participação.

Orientamos que você imprima ou copie esta página inicial (TCLE), visto que esse documento assegura seus direitos quanto à participação na pesquisa.

A seguir apresentamos detalhes da pesquisa, bem como informações referentes a sua participação nesta etapa.

Título da pesquisa: Reestruturação produtiva, entre a precarização e a resistência: percepções de mulheres brancas e negras jornalistas sobre seu lugar no mercado de trabalho de comunicação em Curitiba e Região Metropolitana.

Pesquisadora, com endereço e telefone:

Eliane Basilio de Oliveira, Rua Bruno Filgueira, 2100, ap. 101, CEP. 80.730-380, Curitiba-PR. Tel:

(41) 99136-5074, e-mail: ilibasilio@yahoo.com.br Orientadora: Dra. Lindamir Salete Casagrande Local da pesquisa: Pesquisa online.

INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1 Apresentação da pesquisa

As transformações tecnológicas e a reestruturação produtiva têm gerado, desde o início dos anos 1990, mudanças que contribuem para a precarização do trabalho jornalístico no país. Elas foram desencadeadas pela consolidação dos oligopólios das empresas de comunicação e pelo impacto das novas tecnologias da informação. Com isso, passou-se a exigir do e da jornalista o domínio de áreas diversas de sua formação básica, em muitos casos descaracterizando a profissão. Além disso, o jornalismo, antes dominado por homens, tornou-se uma profissão com um número cada vez maior de mulheres brancas e negras; e o maior impacto dessas mudanças foi justamente sobre elas, que compõem o "chão de fábrica" das empresas, recebendo as remunerações mais baixas. O objetivo desta pesquisa é entender como as configurações do trabalho das jornalistas sob as transformações tecnológicas e a reestruturação produtiva são vistas pelas próprias trabalhadoras, que têm que se adequar às novas realidades. Além disso, buscase verificar os impactos da pandemia sobre suas rotinas. A pesquisa deverá contemplar os seguintes conteúdos: jornalismo no Brasil; modernidade e mudanças tecnológicas; impactos da reestruturação produtiva no fazer jornalístico e no mercado de trabalho;

relações de gênero e jornalismo; questões étnicas, de classe e jornalismo; o mercado de trabalho na visão das entrevistadas; ações de resistência descritas pelas entrevistadas.

2 . Objetivos da pesquisa

A pesquisa tem por objetivo geral:

- Analisar as percepções de três gerações de mulheres jornalistas (brancas e negras) que atuam em Curitiba e Região Metropolitana acerca das transformações de seu trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva e mudanças tecnológicas.

Os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- Mostrar as consequências das mudanças tecnológicas e da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho de jornalistas mulheres de Curitiba e Região Metropolitana, bem como o impacto da pandemia sobre suas atividades.
- Estudar características da nova divisão sexual, étnico-racial e de classe do trabalho na comunicação.
- Verificar a percepção de jornalistas sobre sua condição de mulher (branca ou negra) e as interfaces das condições de gênero, raça e classe numa profissão dominada anteriormente pela força de trabalho masculina e branca.
- Mostrar, a partir de seus depoimentos, como as jornalistas usam tecnologias para a execução de seu trabalho e entender em que medida isso alterou a concepção do trabalho jornalístico.
- Localizar casos de novas formas de trabalho e de resistência das mulheres a partir do uso das tecnologias às adversidades causadas pela reestruturação do mercado de trabalho.
- Analisar as narrativas construídas pelas mulheres nas entrevistas, contribuindo para a formação de um panorama com as percepções subjetivas das trabalhadoras.

3 . Participação na pesquisa

A sua participação nesta etapa da pesquisa será por meio de respostas a um questionário na plataforma Google Forms, com perguntas relacionadas à sua atuação e visão sobre o mercado profissional de jornalismo. Prevê-se que o período empregado para responder às questões dure em torno de 10 minutos. Informamos que, caso você não queira participar da pesquisa, terá a opção de sair já no início do próprio questionário ao acionar essa alternativa. Com isso, o questionário vai ser fechar, encerrando a sua participação.

4. Confidencialidade

Os resultados dessa pesquisa serão publicados, porém será garantido sigilo quanto a sua identificação. As informações obtidas com a sua participação serão utilizadas com fins exclusivamente acadêmicos/científicos. A publicação dos resultados será por meio de uma Tese do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, respeitando a confidencialidade e o anonimato das informações.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios

5a) Desconfortos e ou Riscos:

Acredita-se que, na participação respondendo ao questionário, a participante poderá ter como desconforto o cansaço durante o processo. Todavia, a qualquer momento, poderá desistir da pesquisa.

5b) Benefícios:

As pesquisas na área de trabalho, tecnologia e comunicação beneficiam o processo de desenvolvimento de reflexões críticas e a compreensão sobre as transformações das

atividades de trabalho, proporcionando debate sobre as contradições e dificuldades na realização do trabalho, troca de conhecimentos que possam ser aproveitados no cotidiano profissional para a construção de ações que promovam a igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho jornalístico.

6. Critérios de inclusão e exclusão

6a) Inclusão:

a) Ser mulher; b) formação universitária em jornalismo; c) ser nascida entre 1950 e 2000; d) ter atuado a maior parte de sua vida profissional em jornalismo; e) trabalhar em Curitiba ou Região Metropolitana; f) estar atuando há pelo menos cinco anos na área; g) não estar aposentada.

6b) Exclusão:

Não se aplica.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo

Este termo vem lhe garantir os seguintes direitos:

- Solicitar a qualquer tempo mais esclarecimentos sobre essa pesquisa;
- Amplia possibilidade de negar-se a responder quaisquer questionamentos;
- Recusar-se a dar qualquer informação que considere constrangedora e/ou prejudicial à sua integridade física, moral e social;
- Desistir, a qualquer tempo, da participação na pesquisa.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

quero receber os resultados da pesquisa (e-mail para envio)

não quero receber os resultados da pesquisa.

8. Ressarcimento ou indenização

Esclarece-se que não há nenhum tipo de ressarcimento quanto à participação, uma vez que não haverá gastos, porque o preenchimento deste TCLE e as respostas do questionário serão realizados no formato digital. No que se refere a indenização, essa será garantida conforme legislação vigente.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: (41) 3310-4494, e-mail: coep@utfpr.edu.br.

B) CONSENTIMENTO (do participante de pesquisa)

Eu, , declaro ter

declarado ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome completo _____

RG: _____ Data de nascimento ____/____/____

Telefone _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado _____

_____ Data: ____/____/____

Assinatura

Declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura da pesquisadora

_____ Data _____

Eliane Basilio de Oliveira

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com: Eliane Basilio de Oliveira via e-mail: libasilio@yahoo.com.br ou pelo telefone: (41) 99136-5074.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado:

Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Reboças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, Telefone: 3310-4494, E-mail: coep@utfpr.edu.br

Esta pesquisa foi aprovada pelos Comitê de Ética em Pesquisa, com pareceres números: CAAE: 43228920.0.0000.5547

***Obrigatório**

1. Você concorda em participar da pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

2. Em que ano você nasceu? *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

3. Qual é a sua identidade de gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Feminina
- Masculina
- Outro
- Prefiro não declarar

4. Como você define sua cor/raça?

Marcar apenas uma oval.

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta
- Outra
- Prefiro não informar

5. Estado civil

Marcar apenas uma oval.

- Casada
- União estável
- Separada/divorciada
- Solteira
- Viúva
- Outra situação

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

6. Você tem filho(as) ou crianças sob sua responsabilidade e cuidados

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. Se sim, quantos

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

Mais de 3

8. Qual é a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

Superior incompleto

Superior completo

Especialização

Mestrado

Doutorado

9. Faixa salarial *

Marcar apenas uma oval.

1 a 2 salários mínimos

3 a 5 salários mínimos

6 a 10 salários mínimos

11 a 15 salários mínimos

16 a 20 salários mínimos

Mais de 21 salários mínimos

Prefiro não informar

Sobre sua trajetória como jornalista

10. Há quantos anos você trabalha como jornalista? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 anos
- De 5 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- 31 a 35 anos
- 36 a 40 anos
- Mais de 41 anos

11. Em que setores você vem atuando como jornalista? (Você pode escolher mais de uma alternativa)

Marque todas que se aplicam.

- Empresa privada
- Organizações não governamentais
- Serviço público
- Agência de comunicação
- Assessoria de comunicação
- TV
- Rádio
- Revista
- Jornal
- Mídia alternativa/ independente
- Jornalismo digital e multimídia
- Jornalismo digital multimídia
- Instituição de ensino
- Autônoma
- Outro

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

12. Que tipo de vínculo empregatício você manteve como jornalista? Por quanto tempo? (Você pode escolher mais de uma alternativa)

Marque todas que se aplicam.

	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 25 anos	Mais de 26 anos
CLT por prazo indeterminado	<input type="checkbox"/>						
CLT por prazo determinado	<input type="checkbox"/>						
CLT por tempo parcial	<input type="checkbox"/>						
CLT intermitente	<input type="checkbox"/>						
Estatutária/concurada/efetiva	<input type="checkbox"/>						
Admitida em caráter temporário em trabalho estatal	<input type="checkbox"/>						
Contrato por pessoa jurídica (PJ)	<input type="checkbox"/>						
Microempreendedora individual (MEI)/Conta própria	<input type="checkbox"/>						
Freelancer	<input type="checkbox"/>						

13. Atualmente você está trabalhando com vínculo contratual de emprego?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

14. Se não, qual é o seu tipo de vínculo atual?

Marcar apenas uma oval.

- Contrato por pessoa jurídica (PJ)
- Sou Microempreendedora Individual (MEI)/ Conta própria
- Sou freelancer

15. Qual a média de horas diária que você dedica para o desenvolvimento do trabalho jornalístico?

Marcar apenas uma oval.

- Até 2 h
- 2 h a 4 h
- 4 h a 6 h
- 6 h a 8 h
- 8 h a 10 h
- 10 h a 12 h
- 12 h a 14 h
- Mais de 15 h

16. Qual a média de horas semanais você dedica para o desenvolvimento de suas atividades domésticas?

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma
- Até 2 h
- 2 h a 4 h
- 4 h a 6 h
- 6 h a 8 h
- 8 h a 10 h
- 10 h a 12 h
- Mais de 12 h

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

17. Qual a média de horas semanais você dedica para o desenvolvimento de suas atividades de aperfeiçoamento profissional ou cultural?

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma
- Até 2 h
- 2 h a 4 h
- 4 h a 6 h
- 6 h a 8 h
- 8 h a 10 h
- 10 h a 12 h
- Mais de 12 h

18. Durante sua carreira você trabalhou ao mesmo tempo em mais de uma empresa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

19. Quais as ocupações profissionais que você já exerceu como jornalista? Por quanto tempo? (Você pode escolher mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

	Até de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 15 anos	De 16 a 20 anos	De 21 a 25 anos	Mais de 26 anos
Editor/a	<input type="checkbox"/>						
Redator/a e revisor/a	<input type="checkbox"/>						
Pauteiro/a	<input type="checkbox"/>						
Repórter	<input type="checkbox"/>						
Repórter fotográfico/a	<input type="checkbox"/>						
Repórter cinematográfico/a	<input type="checkbox"/>						
Jornalista de mídias sociais	<input type="checkbox"/>						
Chefe de reportagem	<input type="checkbox"/>						
Âncora/ apresentador/a	<input type="checkbox"/>						
Assessor/a de imprensa	<input type="checkbox"/>						
Comunicador/a organizacional	<input type="checkbox"/>						
Pesquisador/a	<input type="checkbox"/>						
Professor/a no ensino superior	<input type="checkbox"/>						

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

20. Você já ocupou ou ocupa cargos de chefia na sua carreira?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. Se sim, qual cargo e por quanto tempo? (Você pode escolher mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 15 anos	De 16 a 20 anos	De 21 a 25 anos	Mais de 26 anos
Supervisora/ coordenadora	<input type="checkbox"/>						
Gerente	<input type="checkbox"/>						
Diretora	<input type="checkbox"/>						
Outro	<input type="checkbox"/>						

22. Em comparação aos colegas de profissão do sexo masculino, com que velocidade você avançou na carreira de jornalista:

Marcar apenas uma oval.

Mais lentamente

Mais rápido

Quase igual

Igual

Não obtive avanços

Não sei

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

23. Atribua uma nota de zero a quatro - sendo zero (0) para nenhuma influência e quatro (4) para influência muito alta em relação aos fatores que interferiram negativamente na progressão da sua carreira. *

Marque todas que se aplicam.

	nenhuma (0)	pouca (1)	razoável (2)	alta (3)	muito alta (4)
Idade	<input type="checkbox"/>				
Gênero	<input type="checkbox"/>				
Orientação sexual	<input type="checkbox"/>				
Raça ou etnia	<input type="checkbox"/>				
Nível social/econômico	<input type="checkbox"/>				
Origem geográfica	<input type="checkbox"/>				
Cuidado dos filhos	<input type="checkbox"/>				
Cuidado com a família	<input type="checkbox"/>				
Doença	<input type="checkbox"/>				
Estado civil	<input type="checkbox"/>				
Padrão estético	<input type="checkbox"/>				
Assédio sexual	<input type="checkbox"/>				
Assédio moral	<input type="checkbox"/>				
Mudanças tecnológicas	<input type="checkbox"/>				
Mudanças nas funções do jornalismo	<input type="checkbox"/>				
Não possuir cursos de pós-graduação na área	<input type="checkbox"/>				

Dificuldade de encontrar

https://docs.google.com/forms/d/1MwvN52rtwM7dy4dvmgGfmEB59Obf_0JZ1XXzvCJMba/edit

13/14

03/03/2023, 15:25

Perfil socioeconômico e trajetória na carreira de mulheres jornalistas em Curitiba e RMC

24. Na sua opinião, ao longo da sua trajetória profissional, o trabalho em jornalismo:

Marcar apenas uma oval.

- Piorou muito
 Piorou
 Não se alterou
 Melhorou
 Melhorou muito
 Não sei

25. Se você tiver interesse em participar da segunda fase desta pesquisa, deixe seu e-mail

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA

PRODUÇÃO ROTEIRO ENTREVISTA

- 1) Gostaria que você fizesse um histórico de sua trajetória profissional, destacando pontos positivos e negativos, além dos desafios que você enfrentou na profissão.
- 2) Comparando o passado e o presente, na sua percepção, quais foram as mudanças mais importantes que ocorreram no desenvolvimento de sua profissão quanto às funções profissionais?
- 3) As novas tecnologias de comunicação mudaram a sua rotina de trabalho? Se sim, descreva como isso ocorreu. O que mudou para as mulheres (brancas e negras)? O que você pensa sobre essas mudanças?
- 4) Comparando o passado e o presente, o que você pensa sobre as suas condições de trabalho atuais em jornalismo (contratos de trabalho, planos de carreira, salários, infraestrutura)? Você identifica diferença de condições entre mulheres brancas e negras? Comente.
- 5) Como é ser jornalista mulher (negra ou branca) no Brasil hoje, em comparação ao início de sua trajetória? O que mudou? Quais são as dificuldades e os obstáculos que permanecem?
- 6) Em comparação com seus colegas do sexo masculino, como você avalia as suas oportunidades e os obstáculos na seleção, na atuação, permanência e ascensão na carreira de jornalista? Ocorreram mudanças nestes processos? Quais?
- 7) Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação no trabalho? Se sim, pode nos contar?
- 8) O fato de ser mulher (branca ou negra) exigiu que você tivesse que mostrar mais competência técnica, mais conhecimento, para a realização de sua função com seus pares e fontes? Comente e dê exemplos.
- 9) Com base na sua experiência profissional, as mulheres (brancas e negras) vem tendo as mesmas oportunidades que os homens para chegarem a cargos de chefia no jornalismo? Comente e dê exemplos.
- 10) Ao longo de sua carreira, você observou nos locais onde você trabalhou ações que possibilitassem maior diversidade étnico-racial entre as jornalistas? De que maneira isso influenciou na sua carreira?
- 11) Quais foram os principais obstáculos que dificultaram e ainda dificultam a inserção de jornalistas mulheres (brancas e negras) no jornalismo e facilitam a sua evasão da profissão?
- 12) Ser mãe impacta na carreira profissional da mulher jornalista? Se sim, de que forma?

- 13) Como você concilia o trabalho de jornalista e as atividades domésticas? Descreva.
- 14) Quais as oportunidades que você encontrou para trabalhar no jornalismo com o avanço das novas tecnologias?
- 15) Quais as possibilidades e contribuições que a tecnologia trouxe para o trabalho das mulheres (brancas e negras) no jornalismo?
- 16) A pandemia de covid 19 acrescentou alguma dificuldade ao seu trabalho jornalístico?
- 17) Você gostaria de fazer mais algum comentário/ depoimento?

APÊNDICE C – PERFIL DOS NOMES DAS JORNALISTAS

PERFIL DOS NOMES DAS JORNALISTAS “FEMENAGEADAS”

ENEIDA MORAES (1904-1971) - Eneida, mulher branca, nasceu em Belém do Pará, onde passou a juventude. Em 1930, já morando no Rio de Janeiro, filiou-se ao Partido Comunista (PCB) e tornou-se jornalista, escritora e militante política. Atuou em jornais da grande imprensa e no jornalismo partidário. É autora do livro *História do Carnaval Carioca*, de 1958.

EUGÊNIA BRANDÃO (1898-1948) - Eugênia, mulher branca, nascida em Juiz de Fora, foi uma das pioneiras do feminismo e uma pessoa ousada: usava calças compridas e fumava, o que era considerado um comportamento inadequado para a época. Ligada ao Modernismo e partidária de ideias de esquerda, foi perseguida pelo governo Vargas. Atuou como atriz e jornalista. Foi a primeira repórter do jornalismo brasileiro.

RUTH GUIMARÃES (1920-2014) - Ruth, mulher negra, nasceu em Cachoeira Paulista. Foi jornalista, professora, tradutora, pesquisadora. Seu romance *Água Funda*, de 1946, foi o primeiro de uma escritora negra a obter destaque nacional. Como jornalista, assinou por muitos anos crônicas em jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Dentre suas traduções, estão *Os melhores contos de Balzac* e *Contos dos Dostoievski*.

JOSEPHINA DE AZEVEDO (1851-1913) - Josefina, mulher branca, nasceu no Recife, onde viveu até 1878. Já em São Paulo, atuou como jornalista, sendo responsável pelo jornal *A Família*, um periódico voltado para a educação e a discussão política relacionada às reivindicações das mulheres.

ALMERINDA FARIAS GAMA (1899-1999) - Almerinda, mulher negra, nasceu em Maceió e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1929. Foi jornalista, sindicalista e advogada. Ela e Carlota Pereira de Queirós foram as únicas mulheres a participar da Constituinte de 1934.

EUNICE DE PAULA (1915-2014) - Eunice, mulher negra, nasceu em Cajuru. Foi uma das fundadoras da Frente Negra Brasileira. Como jornalista, foi uma das criadoras e a redatora do jornal *O Clarim da Alvorada*, onde discutia temas relacionados aos direitos das mulheres negras.

MARIA NICOLAS (1899-1988) - Maria Nicolas, mulher negra, nasceu e viveu em Curitiba. Dedicou sua vida profissional à educação, ao teatro e ao jornalismo. Colaborou com diversas publicações, como *Diário da Tarde*, *Voz do Paraná* e *O Estado do Paraná*. Peças de sua autoria foram encenadas no Teatro Guaíra, mais importante do estado.

LAURA SANTOS (1921-1981) - Laura, mulher negra, nasceu e viveu em Curitiba. Foi enfermeira, professora, funcionária pública especializada em saúde pública e atuou como jornalista. Foi colaboradora de jornais como *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*. Fundadora da Academia de Letras José de Alencar, ela se dedicou também a escrever poesia.

CARMEN DA SILVA (1919-1985) - Carmen, mulher branca, nasceu em Rio Grande, e viveu também por alguns anos na Argentina e no Uruguai. Marcou época na *Revista Claudia*, da editora Abril, em plena ditadura militar, falando de temas considerados tabus, como sexo, aborto e divórcio. Em suas colunas, respondia às dúvidas das leitoras e divulgava ideias feministas.

SÔNIA NASSAR (1951-2001) - Sônia, mulher branca, nasceu e viveu em Curitiba. Foi a primeira mulher a atuar em cobertura esportiva no Paraná, atuando na *Tribuna do Paraná* e *O Estado do Paraná*. Ela trabalhou como repórter e apresentadora em diversas rádios paranaenses e foi correspondente da Rádio Bandeirantes, de São Paulo.